

Carlos Alberto Pereira
Denise Maria Ribeiro Tedeschi
Fabrício Luiz Pereira
Crislayne Gloss Marão Alfagali
(Organizadores)

O espaço e os construtores de Mariana (século XVIII)



“Esses antigos fizeram essas coisas que a gente fica de boca aberta, olhando como é que puderam fazer esses trabalhos. O senhor pensa bem, levantar esses mundos de pedra, e tudo era braçal. Não tinha uma máquina, nada disso”.

Essas são palavras do Mestre Juca, canteiro que reinventou uma arte, um ofício que era corriqueiro no barroco mineiro. Este livro não discorre sobre a vida deste personagem fundamental nas obras de restauro dos edifícios da região de Ouro Preto, mas é tributário de seu trabalho. Foi por meio dos projetos desenvolvidos pelo seu filho, Carlos Alberto Pereira, na Oficina de Cantaria (UFOP), que se deu início a uma intensa pesquisa sobre os edifícios desta região mineira e sobre os trabalhadores que os construíram. No decorrer destas páginas, acompanhemos uma abordagem inovadora dos símbolos, das funções e da importância das construções públicas de Mariana, desses

Carlos Alberto Pereira | Denise Maria Ribeiro Tedeschi
Fabrício Luiz Pereira | Crislayne Gloss Marão Alfagali
(Organizadores)

O espaço e os construtores de Mariana (século XVIII)

O ESPAÇO E OS CONSTRUTORES
DE MARIANA (SÉCULO XVIII)



UFOP

Universidade Federal
de Ouro Preto

Reitor

Marcone Jamilson Freitas Souza

Vice-Reitora

Célia Maria Fernandes Nunes



editora**UFOP**

Diretor

Prof. Frederico de Mello Brandão Tavares

Coordenação Editorial

Daniel Ribeiro Pires

Assessor da Editora

Alvimar Ambrósio

Diretoria

Adriano Medeiros da Rocha (Coord. de Comunicação Institucional)

Frederico de Mello Brandão Tavares (PROPP)

Ida Berenice Heuser do Prado (PROEX)

José Rubens Lima Jardimino (Presidente do Conselho Editorial)

Marcílio Sousa da Rocha Freitas (PROGRAD)

Conselho Editorial

Profa. Dra. Debora Cristina Lopez

Profa. Dra. Elisângela Martins Leal

Prof. Dr. José Luiz Vila Real Gonçalves

Prof. Dr. José Rubens Lima Jardimino

Prof. Dr. Paulo de Tarso Amorim Castro

Prof. Dr. Servio Pontes Ribeiro

Carlos Alberto Pereira
Denise Maria Ribeiro Tedeschi
Fabrício Luiz Pereira
Crislayne Gloss Marão Alfagali
(Organizadores)

O ESPAÇO E OS CONSTRUTORES DE MARIANA (SÉCULO XVIII)

Ouro Preto
2016



© EDUFOP

Coordenação Editorial

Daniel Ribeiro Pires

Capa / Diagramação

Joyce Mendes

Revisão

Equipe de Organizadores

Ficha Catalográfica

(Catalogação: sisbin@sisbin.ufop.br)

E773 O espaço e os construtores de Mariana: século XVIII. / Carlos Alberto Pereira et al. Ouro Preto: Ed. UFOP, 2015.

332 p.

1. Mariana (MG) - História - Sec. XVIII. 2. Arquitetura colonial - Mariana (MG) - Sec. XVIII. 3. Cantaria - Mariana (MG) - Sec. XVIII. I. Pereira, Carlos Alberto (Org.). II. Tedeschi, Denise Maria Ribeiro (Org.). III. Pereira, Fabrício Luiz (Org.). IV. Alfagali, Crislayne Gloss Marão (Org.).

CDD: 981.51

CDU: 94(815.1)

ISBN 978-85-288-0349-5

Todos os direitos reservados à Editora UFOP. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida, arquivada ou transmitida por qualquer meio ou forma sem prévia permissão por escrito da Editora.

EDITORA UFOP

Campus Morro do Cruzeiro

Centro de Comunicação, 2º andar

Ouro Preto / MG, 35400-000

www.editora.ufop.br / editora@ufop.br

(31) 3559-1463

SUMÁRIO

- 9 Apresentação
- 11 Prefácio
- 15 Casa de Câmara e Cadeia: espaços e símbolos do poder em Mariana (século XVIII)
Álvaro de Araújo Antunes e Marco Antônio Silveira
- 37 Arquitetura e Cantaria – desbaste inicial
Daniela Leal Viana e Marcos Tognon
- 61 A fábrica artístico-constructiva em Minas Gerais no século XVIII: preceitos, agentes e procedimentos dedicados ao decoro das povoações
Rodrigo Almeida Bastos
- 95 Os trabalhadores coloniais na Comarca de Vila Rica
Carlos Alberto Pereira, Crislayne G. M. Alfagali, Fabiano Gomes da Silva
- 121 Os Chafarizes de Mariana: o abastecimento de água no século XVIII
Denise Maria Ribeiro Tedeschi
- 137 Carpinteiros e pedreiros em Mariana no século XVIII: hierarquias e trabalho
Fabrício Luiz Pereira
- 167 Afronta faço que menos não acho: os arrematantes de obras públicas em Mariana Setecentista
Danielle de Fátima Eugênio
- 199 Índice das Cartas de Exame de Ofício (1737-1806)
Crislayne G. M. Alfagali e Kelly Eleutério Machado de Oliveira

245 Índice de obras públicas de Mariana (1715-1863)
Denise M. R. Tedeschi e Crislayne G. M. Alfagali

APRESENTAÇÃO

Este trabalho resulta, em sua maioria, de várias pesquisas desenvolvidas pelos integrantes do Grupo de pesquisa, educação e restauração da cantaria em Ouro Preto, que há 15 anos se dedica às áreas de extensão, pesquisa e ensino na Universidade Federal de Ouro Preto. Criado pelo professor de Engenharia de Minas Carlos Alberto Pereira, o grupo, desde seu início, reuniu alunos e docentes de diversas áreas do conhecimento e a participação da comunidade de Mariana e Ouro Preto em seus projetos, com o objetivo de contribuir tanto para a preservação e divulgação das obras de cantaria remanescentes, como para investigar a história desta arte em Minas Gerais.

Parte dos pesquisadores e organizadores desta obra são hoje professores, mestres e doutores que descobriram nos tempos de graduação o interesse pelo tema e estenderam suas abordagens para dissertações e teses. Ao longo destes 15 anos de formação de pesquisadores e da execução dos projetos de extensão, professores de História e Arquitetura contribuíram e acreditaram na interdisciplinaridade do grupo, acompanhando as descobertas e colaborando para as discussões. Esta obra se completa com as parcerias dos historiadores Álvaro de Araújo Antunes, Marco Antônio Silveira e dos arquitetos Daniela Leal Viana, Marcos Tognon e Rodrigo Almeida Bastos.

O espaço e os construtores de Mariana reúne investigações sobre o espaço urbano de Mariana sob perspectivas e temáticas diversas, além de índices produzidos a partir da documentação do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana, que servirão de auxílio para novas pesquisas sobre a história urbana da cidade. Nestas páginas, além dos chafarizes, cadeias, câmaras, calçadas, igrejas e construtores, encontra-se também a história de um grupo de pesquisadores em defesa do patrimônio histórico e artístico da cidade de Mariana.

Organizadores.

PREFÁCIO

Os principais eixos analíticos da tradição historiográfica que dos anos 30 até a década de 80 do século passado era hegemônica na explicação sobre o passado colonial se pautavam basicamente nas relações externas da colônia para analisar a sociedade que se estruturou na América Portuguesa. As distintas análises de autores como Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Fernando Novais, dentre vários outros, tinham em comum a ênfase na impossibilidade das sociedades coloniais apresentarem uma lógica de funcionamento que lhes fosse inerente. Nesse sentido, a questão do mercado interno, por exemplo, quando não era ignorada, tinha sua importância reduzida ao limite. As produções e atividades voltadas para o funcionamento interno da colônia eram tão irrelevantes que não seriam capazes de gerar nenhum tipo de acumulação endógena, muito menos de chamar atenção para sua importância. Funcionando como “apêndice” da economia europeia, a grande plantação monocultora, sustentada por grandes contingentes de escravos e voltada para a produção de artigos que interessassem ao centro metropolitano era a tônica explicativa da sociedade colonial. Nesse tipo de abordagem, juntava-se a esses fatores o exclusivo colonial que impunha à colônia o controle do seu comércio externo pela metrópole. Foi essa também a interpretação que até muito recentemente se reproduziu de modo quase hegemônico em toda a literatura voltada para o ensino de história nas escolas de ensino fundamental e médio no Brasil.

No final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980 esse tipo de interpretação sofreu uma série de questionamentos que conduziu a uma inflexão na historiografia brasileira sobre o período colonial. Figura de grande destaque nesse movimento de inflexão foi o historiador Ciro Cardoso que teve para a historiografia sobre o período colonial na América portuguesa peso semelhante ao de Carlos Sempat Assadourian para a historiografia do período colonial na América Hispânica. Contemporâneos, estes historiadores foram responsáveis por chamar a atenção para

as dinâmicas internas destas regiões numa conjuntura em que grande parte dos historiadores se afeiravam a análises ensaísticas derivadas de formulações teóricas macro-estruturais sem grande fundamentação empírica. Suas reflexões produziram uma necessária revisão nas explicações correntes sobre a escravidão nas Américas e também sobre o estatuto das sociedades coloniais. Em consonância com as proposições de C. S. Assadourian, Hector Perez Brignoli, Maria Yeda Linhares, Jacob Gorender, dentre outros, as ideias de Ciro Cardoso abriram caminho para um novo modo de se refletir sobre o período colonial valorizando a lógica interna das sociedades americanas sem abrir mão de pensá-las integradas à dinâmica externa.

O que se verificou nas décadas de 1980 e 1990 foi uma proliferação de novos estudos com ampla sustentação empírica que, consoante a esses questionamentos, foram revelando a importância dos setores da economia dedicados a produzir para o abastecimento do mercado interno, tornando a visão plantacionista no mínimo insuficiente para a compreensão da sociedade colonial. Mostravam também a existência de uma multiplicidade de formas de trabalho que passavam pelo uso de grandes contingentes de escravos africanos, da mão de obra indígena, de médios e pequenos plantéis de escravos e também do trabalho livre e da mão de obra familiar. Atualmente não há mais dúvidas entre os historiadores brasileiros quanto à importância do mercado interno e da diversidade das formas de trabalho e dos atores sociais existentes para a compreensão da dinâmica de funcionamento da sociedade colonial. As novas formas de abordagem da sociedade brasileira daí derivadas fez com que os olhos dos historiadores se voltassem para questões das realidades específicas de desenvolvimento do mundo colonial pensando-os também à luz das proximidades com a dinâmica do Antigo Regime português.

Os artigos que compõem o livro que aqui se apresenta demonstram que nos afastamos muito daquelas análises reducionistas do nosso passado colonial. Refletem sem dúvida a salutar renovação vivida pela historiografia brasileira nas últimas décadas, mas consegue agre-

gar a ela novidades que vão muito além do que se supunha ser possível nos anos de 1990. Nos estudos aqui apresentados o mundo do trabalho colonial é marcado por uma diversidade de atores e de situações que nos surpreende. As questões da arquitetura barroca Setecentista em Minas Gerais são lidas aqui de modo articulado com a dinâmica social e o mundo político daquelas localidades. Também ficamos conhecendo um pouco mais como as representações do poder passavam também pela ostentação de objetos e aparatos simbólicos, pela construção de pelourinhos, chafarizes, templos religiosos e até mesmo pela forma da construção dos arruamentos e estradas. As hierarquias sociais da sociedade colonial mineira se tornam nestas páginas muito mais complexas revelando-nos um mundo repleto de construtores que por vezes se tornavam homens bons, escravos e forros que eventualmente conseguiam se distinguir de seus iguais pela condição de oficiais que podiam alcançar e até de mulheres que atuavam em ofícios mecânicos e com capacidade para fazerem valer o valor do seu trabalho na dinâmica cotidiana da vida das cidades coloniais. Lançando mão de documentação inédita ou lida à luz de novos referenciais, chama a atenção o grande embasamento empírico que sustenta cada uma das afirmações em todos os artigos do livro.

A investigação das técnicas e práticas de construção que estão por trás da arquitetura barroca nas Minas Setecentistas em permanente diálogo com a dinâmica histórica, torna a interdisciplinariedade uma característica orgânica e fundamental no trabalho desse grupo. Aqui o diálogo entre arquitetos, engenheiros e historiadores não é uma mera simulação. Ele está bem demarcado e presente em cada um dos artigos do livro. E aí então chegamos naquela que me parece ser a característica mais marcante desta obra. Mesmo com todos os méritos já destacados, o que torna de fato este livro e todas as atividades do grupo de cantaria que o sustenta ainda mais fascinante, é a fundamental e óbvia relevância social que apresentam. Ou seja, essa obra está longe de se encerrar em si mesma. Pelo contrário, ela apresenta subsídios concretos para uma atuação melhor fundamentada e mais responsável nas reparações, recuperações

e intervenções a serem realizadas neste inestimável patrimônio histórico que são as obras arquitetônicas coloniais.

Carla Maria Carvalho de Almeida
Professora Associada do PPGHIS/UFJF

CASA DE CÂMARA E CADEIA: ESPAÇOS E SÍMBOLOS DO PODER EM MARIANA (SÉCULO XVIII)

Álvaro de Araújo Antunes¹

Marco Antônio Silveira²

De carne e osso

A escrita da história urbana no Brasil dedicou-se, desde cedo, a tratar dos aspectos formais de arraiais, vilas e cidades da América portuguesa. Antes mesmo de se configurar uma área de pesquisa dedicada ao tema, princípios como os de beleza, adequação, conveniência, comodidade, capacidade e regularidade, apropriados de doutrinas filosóficas e estéticas vigentes desde o Antigo Regime, serviram a memorialistas e viajantes para a caracterização formal e a interpretação do espaço urbano.³ Com o movimento modernista, já no início do século XX, os aspectos formais dos núcleos urbanos coloniais foram compreendidos como herança de povos formadores, cuja história seria a síntese da nação brasileira.⁴ Na esteira dessa produção, Sérgio Buarque de Holanda caracterizou a urbe da Amé-

¹ Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor Adjunto da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

² Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Adjunto da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

³ BASTOS, Rodrigo. *A arte do urbanismo conveniente: o decoro na implantação de novas povoações em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte, UFMG, 2003; O decoro e o urbanismo conveniente luso-brasileiro na formação da cidade de Mariana, Minas Gerais, meados do século XVIII. *Barroco*, n. 19, maio/2005, p. 273-295; FONSECA, Claudia Damasceno. “Irregulares ou pitorestas? Olhares sobre as paisagens urbanas mineiras”. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org). *Sons, Formas, Cores e Movimentos na Modernidade Atlântica: Europa, América e África*. São Paulo: Annablume, 2008, p.307.

⁴ CHUVA, Márcia. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. *Topoi*, v. 4, n. 7, jul.-dez. 2003, p.329.

rica lusa, comparando-a à espanhola, como destituída de rigor e método, uma desleixada concretização do espírito móbil e aventureiro dos portugueses.⁵

Baseadas em aspectos materiais e estruturais, tipologias foram criadas com o intuito de se pensar o povoamento e a organização do universo urbano. Quando o foco das análises privilegiou a funcionalidade dos núcleos populacionais, ganharam destaque as ações e instituições capazes de conferir sentido ao espaço.⁶ Tais abordagens, ao aproximarem-se da história social, buscaram compreender o espaço urbano vivido – espaço que, no exercício de suas múltiplas atividades (agropecuárias, mineradoras, comerciais, administrativas, religiosas, festivas etc.), surgia ambigualmente entre a rusticidade e a *civitatis*.⁷ Com o tempo, as dimensões do poder civil e religioso, nas suas formas institucionalizadas ou não, passaram a ser concebidas como marcas do ordenamento social, contrapostas, portanto, à desordem que caracterizaria os sertões e mesmo as áreas de vilas, arraiais e cidades na América portuguesa. Análises dessa natureza pautaram-se por uma escala graduada, cujos extremos corresponderiam, por um lado, à espontaneidade e, por outro, à imposição da ordem promovida pelo Estado e pela Igreja.

Nesse contexto, alguns estudos conferiram às instâncias administrativas o papel de protagonistas do ordenamento social e, em certos casos, espacial. Assim, as leis e as estruturas de governo conformariam um todo coeso e coerente, uma espécie de “personagem plano”.⁸ No entanto, esse personagem mostra-se muito mais denso e facetado quando as investigações cotejam o cotidiano e as ações constituídas e constituintes da própria

⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 63.

⁶ SANTOS, Paulo Ferreira. *Formação de cidades no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2001, p. 18.

⁷ Para alguns autores, entretanto, a cidade praticamente inexistiu na Colônia diante da preponderância do rural. Cf. ARAÚJO, Emanuel. *Teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

⁸ FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 10.ed. São Paulo: Globo/Publifolha, 2000.

dinâmica administrativa.⁹ Se havia normatizações que corriqueiramente visavam ao planejamento social e urbano, as práticas cotidianas subvertiam-nas, demandando das autoridades adequações e reformulações.¹⁰

Destacar a dinâmica do espaço urbano implica distinguir seus instrumentos materiais e simbólicos, bem como as forças, concorrentes ou não, dos agentes sociais e institucionais. Com essa proposição analítica, não se deseja fixar novos parâmetros para a construção de tipologias “úteis” à investigação do espaço urbano. Trata-se, na verdade, de valorizar o corpo que nele habita e se apresenta; o ator no cenário por ele construído e nele significado. Embora tal perspectiva não consista, propriamente, em inovação analítica, é importante fixar os parâmetros de uma análise que não ignora as dimensões culturais e sociais e evita estabelecer balizas rígidas através das noções opostas de ordem e desordem. Entender a formação do espaço urbano significa, pois, avaliar como, no cotidiano, os agentes o viabilizavam, interpretavam e modificavam, cruzando, por vezes, as fronteiras da legalidade, o sentido imposto e o campo do permitido.¹¹

Privilegiando os agentes do universo urbano, alguns estudos têm revelado a dimensão laboriosa dos personagens responsáveis pela construção do espaço, sem ignorar os princípios artísticos e técnicos que norteariam engenheiros militares e oficiais mecânicos.¹² Pouco a pouco,

⁹ ANTUNES, Álvaro de Araújo. *Fiat Justitia: os advogados e a prática da justiça em Minas Gerais (1750-1808)*. Campinas/SP, Unicamp, 2005.

¹⁰ O *cotidiano* constitui um *espaço* para astúcias, para antidisciplinas. “Essas maneiras de fazer constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção socio-cultural [...] operações quase microbianas que proliferam no seio das estruturas tecnocráticas e alteram o seu funcionamento por uma multiplicidade de táticas articuladas sobre os detalhes do cotidiano[...]”. CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Trad. Petrópolis: Vozes, 1994. p.41.

¹¹ No âmbito da história urbana, um dos primeiros autores que apontam para essa perspectiva é Nestor Goulart Reis Filho. Cf. *Evolução Urbana no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1968.

¹² PAIVA, Eduardo F.; IVO, Isnara P. (org.). *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFGM, 2008; SILVA, Fabiano Gomes da. *Pedra e Cal: os construtores de Vila Rica no século XVIII (1730-1800)*. Belo Horizonte, UFGM, 2007; MENESES, José Newton Coelho. Homens que não mineram: oficiais mecânicos nas Minas Gerais setecentistas. In: RESENDE, Maria Efigênia; VILLALTA, Luiz Carlos. (Org.). *História de Minas Gerais. As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, Cia. do Tempo, 2007, v. 1; PEREIRA, Carlos A. ; LICCARDI, Antônio; SILVA, Fabiano G. *A arte da Cantaria*. Belo Horizonte: C/Arte, 2007.

superando a tradicional tendência de transformar artistas e artífices em personificações emblemáticas, estudos atinentes ao mundo do trabalho cidadão vêm dando visibilidade e concretude às figuras e relações humanas – a pessoas de carne e osso que lidavam com a manifestação dos poderes em seus mais diversos níveis. Nessa perspectiva, o conceito de cultura deixa de ser entendido como produto figurativo de uma nacionalidade, raça ou etnia, vinculando-se ao conjunto de significados compartilhados e apropriados por certos grupos, de que resulta a constituição de identidades múltiplas e dinâmicas. Assim, na constituição da cidade, a cultura surge como efeito e motivo de ação para indivíduos que transitavam em meio a uma complexa rede de signos e significados, potencializados pelo ambiente denso das relações sociais e de poder.

O objetivo deste artigo consiste em distinguir aspectos formais e alegóricos que envolveram a representação do poder no espaço cidadão.¹³ Em tese, os signos oficiais, quando instituídos do sentido almejado, tornavam presente o poder régio. A linguagem constituída do poder, entretanto, se insere num movimento dialógico que pressupõe um receptor não apenas ativo, mas também dotado de horizontes de conhecimentos específicos capazes de condicionar a compreensão e a apropriação da mensagem. Assim se considerando, os significados do poder se multiplicariam numa polifonia de semitons, criada pela recepção dos indivíduos. Tal aspecto, embora pouco perceptível na documentação oficial, não pode ser desprezado. Aliás, comumente as investigações relativas à dimensão simbólica do poder identificam o efeito almejado ao efetivado, concebendo o destinatário como público destituído de individualidades e posturas críticas. João Adolfo Hansen destaca que “o destinatário é constituído como público [...] pela representação, na representação e como representação”.¹⁴ Essa perspectiva mostra-se coerente com uma

¹³ Uma discussão sobre a constituição do Estado Moderno nestes termos pode ser vista em Roger Chartier. Cf. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990, p. 217.

¹⁴ HANSEN, João Adolfo. “A categoria ‘representação’ nas festas coloniais dos séculos XVII e XVIII”. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris. (org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Hucitec, Ed. da Universidade de São Paulo, Fapesp, Imprensa Oficial, 2001, v.2, p. 737-738.

concepção doutrinal, político-teológica, típica de uma sociedade corporativa na qual o conceito de público não é nem liberal nem iluminista, distanciando-se, pois, das noções de individualismo e opinião pública. Contudo, o reconhecimento da dimensão individual na perspectiva apontada cria as condições para que sejam reconstituídas as fissuras do “corpo místico”. A recuperação do corpo de carne e osso na experiência política e cidadina permite a observação dos modos pelos quais as pessoas tiravam proveito dos signos do poder e cunhavam derivações de sentido.

Serão avaliados, a seguir, alguns dos monumentos e edifícios erigidos na Vila de Nossa Senhora do Carmo, importante localidade da Capitania de Minas Gerais, durante o século XVIII. Caracterizada pela produção aurífera, a vila alcançou, no final da primeira metade do referido século, ao tornar-se sede de bispado, o título de cidade, recebendo o nome de Mariana. O objetivo da análise consiste em destacar aspectos físicos e simbólicos essenciais à municipalidade da Vila do Carmo, conferindo especial destaque ao pelourinho e aos prédios que serviram de câmara e cadeia.

Câmara e cadeia

Em 1504, o sistema de governo municipal baseado nas câmaras foi fixado, legalmente, para Portugal e seus domínios.¹⁵ As câmaras eram a sede administrativa e a primeira instância jurídica do termo concelhio e do seu impreciso território. Para exercer suas funções, elas contavam com uma série de oficiais, entre os quais destacavam-se os juízes, os vereadores e o procurador, eleitos entre os homens principais da terra com mais de 25 anos. Não obstante sua composição devesse ser relativamente padronizada, as câmaras, na verdade, adequavam-se a contingências locais, apresentando configurações diversas, verificáveis em análises comparativas.

¹⁵ BOXER, Charles Ralph. *O Império marítimo português: 1415-1825*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002, p. 286.

Heranças medievais, tais estruturas se espalhariam por todo o Império português na Idade Moderna, da Ásia à América lusa, passando pela África. Essa ubiquidade, contudo, não implicou completa homogenia. O número de vereadores que compunham a câmara, por exemplo, poderia variar de dois a seis, conforme o tamanho e a importância do concelho.¹⁶ Outrossim, ao redor do mundo português, o perfil social dos vereadores era extremamente variado. Para além de aspectos mais pontuais, a própria jurisdição das câmaras variava. Segundo Ana Cristina Nogueira Silva, os concelhos poderiam ser de jurisdição completa, composta pelo juízo cível, criminal e de órfãos, a cargo de um ou dois juizes; ou incompleta, cujos direitos estavam doados, sendo a justiça, no âmbito civil, executada por um juiz ordinário indicado pelo donatário.¹⁷ A falta de um padrão rígido poderia ter implicações na dinâmica administrativa do Império português. Contudo, a maleabilidade de estruturas concelhias acabaria por garantir maior capacidade de adequação às contingências coloniais e metropolitanas, além de maior poder de manobra e diálogo.

Tomada a decisão de fundar a Vila do Ribeirão do Carmo, o governador da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, Antonio Albuquerque Coelho de Carvalho, consultou os homens bons da localidade, que “uniformemente ajustaram e concordaram que eles desejavam viver neste distrito como Vila e forma de república, sujeitos às leis e justiça de Sua Magestade”.¹⁸ A decisão foi comunicada ao rei, que, em 1712, concedeu ao novo concelho o título de “Leal Vila”, ao qual se somaram privilégios semelhantes aos da Câmara do Porto, em Portugal. O governador recebeu dos vereadores eleitos o compromisso de arcarem com as despesas que envolviam a criação de uma casa de câmara, de cadeia e do templo da matriz. A constituição da ordem municipal dependeu de um diálogo franco entre as autoridades. Podemos dizer que a Vila do Ribeirão do Carmo foi expressão desse diálogo, algumas vezes cordato, outras

¹⁶ *Ibidem*, p. 287.

¹⁷ SILVA, Ana Cristina da. *O modelo espacial do Estado Moderno: reorganização territorial em Portugal nos finais do Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 55.

¹⁸ *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998, p.149.

nem tanto. Um equilíbrio tênue se formava e buscava dar consistência a uma ordem frágil e dependente dos “homens bons da terra”.

Num primeiro momento, a Câmara da Vila do Ribeirão do Carmo teria se instalado nas casas que pertenceram a José Alberto, na Rua Direita do Arraial Velho.¹⁹ Salomão de Vasconcelos, de sua parte, informa que a primeira câmara funcionou numa casa no Rosário Velho, pertencente a Pedro Frazão de Brito, juiz mais velho eleito em 1711.²⁰ Em ambas as versões, fica patente a debilidade da incipiente estrutura administrativa, que dependia da boa vontade dos homens bons. Estes forneceram os recursos e os bens necessários para a instalação das primeiras casas de câmara e dos primeiros mecanismos de controle daquela sociedade instável e “aluvial”.²¹

Coberta de palhas e tendo aos fundos o inquieto Ribeirão do Carmo, a primeira câmara guardava muito da efemeridade e fragilidade dos primeiros tempos. O mesmo pode-se dizer da cadeia, que funcionava num rancho destruído por incêndio no ano de 1715.²² Como um todo, a vila recém-criada teria um caráter irregular e efêmero, com casas de pau-a-pique, ruas tortuosas e mal delineadas. Os surtos de fome do início do povoamento, as rivalidades sociais, a incerteza típica da extração aurífera, a carência de famílias oficialmente constituídas, tudo isso foi motivo para a atonia da ordem, evidente na precariedade dos primeiros edifícios da Vila do Ribeirão do Carmo.

Em 1715, o Senado obteve recursos para adquirir do capitão Manuel Antunes de Lemos novas casas que serviriam de câmara, com seu paço

¹⁹ VASCONCELLOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999, p. 410.

²⁰ VASCONCELOS, Salomão. *Breviário histórico e turístico da cidade de Mariana*. Belo Horizonte: Oficinas Gráficas de Veloso & Cia, Ltda. 1947, p.13.

²¹ HOLANDA, Sérgio Buarque. “Metais e pedras preciosas”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. *História geral da Civilização Brasileira*. Época colonial.3 ed. São Paulo: Difel, 1973; SILVEIRA, Marco Antonio. *O universo do indistinto*. São Paulo: Hucitec, 1997.

²² GONÇALVES, Maria Teresa; SOUZA, Maria José Ferro. “Representação da sociedade e do poder real através dos inventários dos bens móveis e dos lançamentos de despesas da câmara de Mariana, século XVIII”. In: CHAVES, Cláudia; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia. *Casa de Vereança de Mariana*. 300 anos de história da Câmara Municipal. Ouro Preto: UFOP, 2008, p.127.

e cadeia.²³ Aos poucos, a câmara parece se desapegar das contribuições diretas dos generosos mineradores para viver dos seus impostos. Entre 1731 e 1741, foi planejada e construída uma nova casa de câmara e cadeia, tendo sido aproveitado o massame da prisão antiga.²⁴ Na ocasião, o local escolhido para a Casa de Câmara, Audiência e Cadeia foi a Praça da Matriz, ao fim da Rua Direita.²⁵ Tal região, embora sofresse com as constantes cheias do Ribeirão do Carmo, seria valorizada com as reformas urbanas de 1745, que procuraram pôr fim aos infortúnios causados pelas inundações.

Ao longo da primeira metade do século XVIII, foram frequentes as reformas nos prédios que abrigaram as cadeias em Mariana. Em 1723, Francisco Ferreira Isidoro responsabilizou-se pela feitura de uma “casinha”, com portas, fechadura e “tronco grande”, bem como pelo “concerto do que houver de mister a cadeia”. Seis anos depois, o carpinteiro Pedro Abreu foi incumbido de fazer os baldrames que ficavam na “fronteira da cadeia com a parte da rua”.²⁶ Além disso, deveria fixar estacas “pela parte de dentro”, tanto na cadeia dos homens como na das mulheres. O novo cárcere construído na década de 1730 foi todo armado de esteios de braúna e fechado com pranchões de imburana com três dedos de grossura.²⁷ Em 1738, novas obras de carpintaria foram encomendadas, pois as paredes, em especial as da cadeia das mulheres, estavam para cair.²⁸ Talvez se tratasse do cárcere antigo, já que, um ano depois, os vereadores planejaram adaptar as lojas da câmara para abrigar tempora-

²³ VASCONCELLOS, Diogo de. *Op. cit.*, p. 410.

²⁴ Massame é o produto restante do desmanche de uma construção que poderia ser aproveitado em novas estruturas. GONÇALVES, Maria Teresa; SOUZA, Maria José Ferro. *Op. cit.*, p. 128

²⁵ A casa de câmara era uma sala nobre onde os oficiais se reuniam para vereação. A casa de audiência destinava-se às audiências dos ouvidores, juízes ordinários e de juízes de fora. Sobre as especificidades dessas ações e dos lugares onde eram praticadas, cf. BARRETO, Paulo Thedim. Análise de alguns documentos relativos à Casa de Câmara e Cadeia de Mariana. *Revista do Patrimônio Artístico e Nacional*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1967, nº 16, p. 93; ANTUNES, Álvaro de Araújo. “Palco e ato: o exercício e a administração da Justiça nos auditórios da Câmara de Mariana”. In: CHAVES, Cláudia; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia. *Op. cit.*, p.110-112.

²⁶ Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana (AHCMM), códice 180, f. 3-4v e 7v-9v.

²⁷ AHCMM, códice 160, f.53-53v.

²⁸ AHCMM, códice 180, f.105.

riamente a cadeia.²⁹ Novas obras foram executadas em 1742, 1745, 1749 e 1753, muito provavelmente referentes à cadeia concluída em 1741.³⁰

Não eram apenas as mazelas da natureza e do tempo que danificavam as cadeias e exigiam das autoridades constantes reformas. Para 1773, há o registro de outra intervenção visando ao conserto da cadeia por ter sido arrombada.³¹ Eram frequentes as fugas das prisões feitas de pau-a-pique. Segundo Paulo Thedim Barreto, em Vila Rica, entre os anos de 1725 e 1726, aconteceram pelo menos três fugas.³² Diversas referências documentais dão notícias de todo um instrumental destinado a coibir fugas e punir os detentos, tais como correntes, colares e troncos.³³ A eficiência desses instrumentos, contudo, seria limitada frente à resistência do barro das paredes que guardavam a maioria dos presos.

Apesar da variedade das regras e das penas que caracterizavam a sociedade estamental, a prisão era prevista para parte significativa dos crimes. Ainda assim, a grande maioria dos presos era formada por homens e escravos.³⁴ Conforme as finalidades e as condições sociais, a cadeia era dividida em diferentes tipos de espaço -, homens, mulheres, brancos, negros etc. sendo alocados em salas, enxovias, aljubes e segredos.³⁵ Nas condições estabelecidas para a reforma da cadeia de Mariana em 1749, destaca-se a importância que a madeira assumia na contenção dos presos: “será obrigado o arrematante [a fazer] a enxovia dos negros com oito tábuas de assoalho de 24 palmos de comprimento”.³⁶ Nesta e em outras descrições, a madeira, embora sensível ao fogo, aos cupins e à água, era a principal responsável por garantir a reclusão dos presos.

Com a criação do bispado na cidade de Mariana, outro prédio para

²⁹ AHCMM, códice 180, f.114v-115.

³⁰ GONÇALVES, Maria Teresa; SOUZA, Maria José Ferro. *Op. cit.*, p. 127-128.

³¹ AHCMM, códice 377, f.116v-117v.

³² BARRETO, Paulo Thedim. *Op. cit.*, p. 93.

³³ AHCMM, códice 180, f. 3-4v; 7v-9v.

³⁴ Sobre as cadeias e os presos em Mariana, cf. NARDI, Alan. Auto de prisão e tonsura: uma documentação específica no auxílio ao estudo da criminalidade. Mariana (1803-1809). *Anais do I colóquio do LAHES*, Juiz de Fora, 2005.

³⁵ BARRETO, Paulo Thedim. *Op. cit.*, p. 77-78.

³⁶ AHCMM, códice 135, f.60-61v.

abrigar a cadeia e a casa do concelho foi construído no antigo Largo dos Quartéis, na atual Praça Minas Gerais. Ao invés de apenas madeira, a nova estrutura contou com grossas paredes de pedra e adobe, menos suscetíveis às fugas. A nova casa de câmara e cadeia foi construída em terreno mais elevado e, portanto, menos sujeito aos incidentes das enchentes. Ao mesmo tempo, distanciou-se da catedral da cidade, sede do bispado e de seu cabido.³⁷ O projeto do novo prédio ficou ao encargo de José Pereira dos Santos. Vinte anos depois, em 1782, a obra teve início pelas mãos dos escravos de José Pereira Arouca. O prédio robusto, feito de alvenaria e cantaria, foi concluído somente em 1798.³⁸ A transferência da sede concelhia valorizou a região dos antigos quartéis, que também abrigou as igrejas das ordens terceiras de São Francisco de Assis e de Nossa Senhora do Carmo, erguidas, respectivamente, em 1763-1794 e 1784-1801.³⁹

Figura 1 – Vista da Câmara de Mariana



Fonte: Arquivo dos autores.

37 Ainda assim, as águas da chuva continuariam a ameaçar o calçamento da Rua Nova, exigindo providências por parte da administração municipal. AHCMM, códice 337, p. 268-269.

38 VEIGA, Afonso Costa Santos. *José Pereira Arouca: mestre pedreiro e carpinteiro*. Mariana - Minas Gerais, século XVIII. Arouca/Portugal: Editora da Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda, 1995, p. 42.

39 Cf. SALVADOR, Natália Casagrande. *Litígio arquitetural*. As igrejas de São Francisco de Assis e de Nossa Senhora do Carmo de Mariana. Mariana/MG, UFOP, 2010.

A julgar pelas condições da arrematação, a obra da Casa de Câmara e Cadeia foi executada em etapas. Em primeiro lugar, cuidou-se da extração, da condução e do desbaste das pedras que seriam utilizadas em alicerces, portais, vergas etc. Em seguida, foram erguidos os espaços de reclusão, com suas comuas, fogão e chaminés, tudo construído sobre um lajeado de pedra dura e coberto pelo vigamento de madeira do andar superior. Sobre ele, foi erigida a sala do senado da câmara, “em lugar de honra, na fachada da frente”.⁴⁰ Nas paredes pendiam cortinas e estavam afixados os quadros retratando d. João V, d. José I e d. Maria I, que foram arrolados nos inventários de bens de 1730 e 1756 e dos quais dá notícia um acórdão de 1792.⁴¹ Por fim, foram providenciados o telhado, a campana com seu sino e as escadas, que levavam a uma tribuna feita em pedra. Para Thedim Barreto, há nessas escadas algo de teatral, a expressão de um “sentido hierárquico”, acentuado pela “heráldica portada que a coroa e lhe faz fundo”.⁴² Sobre a portada havia um florão com as armas reais, posteriormente substituídas pelas do Império. A nova construção, juntamente com as igrejas das ordens terceiras do Carmo e de São Francisco, comporia a praça em cujo centro se achava o pelourinho – um conjunto simbolizando as justiças do céu e da terra.

Pelourinho, cores e símbolos

O pelourinho é, normalmente, concebido como o símbolo da autonomia local. Autonomia, entretanto, relativa, pois dizia respeito ao limitado governo da municipalidade, exercido por oficiais eleitos entre os homens bons da vila ou cidade. A existência da autoridade concelhia não deve, portanto, ser confundida com autonomia jurídica ou com independência em relação ao poder régio. Afinal, sobre ela incidiam, com

⁴⁰ AHCMM, códice 337, p. 191v-192v; BARRETO, Paulo Thedim. *Op. cit.*, p. 159.

⁴¹ GONÇALVES, Maria Teresa; SOUZA, Maria José Ferro. *Op. cit.*, p. 131; AHCMM, códice 209.

⁴² BARRETO, Paulo Thedim. *Op. cit.*, p. 121 e 231.

certa efetividade, diversas fontes de direito, incluindo as produzidas pela Coroa, bem como o controle exercido por ouvidores, corregedores, juizes de fora etc.⁴³ Pode-se alegar que tais forças se encontravam em constante enfrentamento pela conquista de espaços de atuação, o que implica a existência de divergência de interesses, logo, de agentes distintos. No pelourinho de Mariana, entre as alegorias que o compunham, estavam representadas tanto as armas do rei quanto as da cidade, metáforas expressivas dessa efusão de forças.

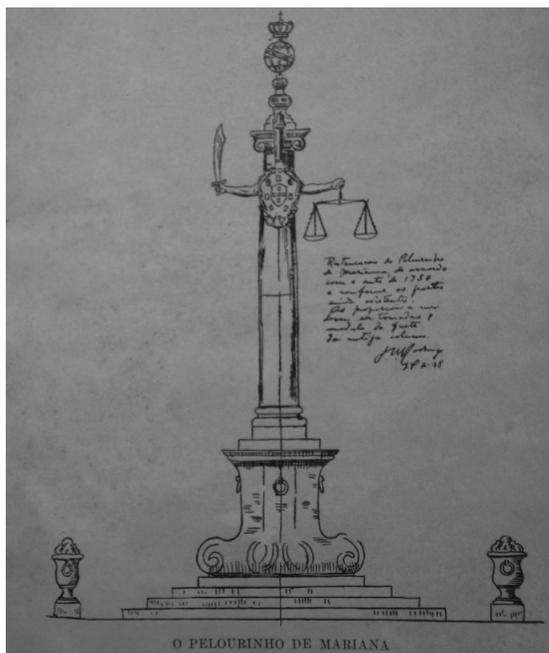
O pelourinho consistia no padrão do município, normalmente erguido no seu *fórum*, na praça, diante da câmara e da cadeia. Constituíam um instrumento e um testemunho da justiça municipal, assim como a prisão e a forca. Emblema da jurisdição municipal, o pelourinho era composto, geralmente, por dois ou três degraus, encimado por uma coluna composta de base, fuste e capitel. Era feito de madeira ou pedra, com argolas e, por vezes, ornamentos de ferro, chumbo e bronze. Nele, liam-se as determinações municipais, expunham-se os criminosos e se lhes aplicavam penas corporais.⁴⁴ Com todo esse aparato de poder e punição, “as vilas ofereciam o clima adequado para se consolidar a ortodoxia”, embora nem sempre as estruturas fixadas fossem sólidas o suficiente.⁴⁵

⁴³ Uma posição extremada pode ser vista em Salomão de Vasconcelos, para quem as câmaras eram “meras corporações decorativas”, e o povo vivia “adstrito às severas normas das ordenações, sem nenhum estímulo para as competições partidárias, para a formação de partidos”. VASCONCELOS, Salomão. Vida social e política da Vila do Carmo. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n.20, jan. 1966, p. 202.

⁴⁴ Existe a suspeita de que o pelourinho não seria o lugar para aplicação de penas de morte. Entretanto, recorrendo a relatos do século XVII, Ronald Raminelli considera a possibilidade de se pensar o pelourinho como lugar de “execução da cidade”; e pergunta-se se haveria diferença entre os fins do pelourinho e o da forca. RAMINELLI, Ronald. “Simbolismos do espaço urbano”. In: VAINFAS, Ronaldo. *América em tempo de conquista*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1992, p.170.

⁴⁵ RAMINELLI, Ronald. *Op. cit.*, p. 172.

Figura 2 – Desenho do pelourinho de Mariana feito “de acordo com o auto de arrematação de 1750 e conforme as partes ainda existentes [...]”.



Fonte: VASCONCELOS, Salomão. *Breviário Histórico e Turístico da Cidade de Mariana*. Belo Horizonte: Biblioteca Mineira de Cultura, 1947, p.31.

Como se disse, Mariana possuiu, ao longo do Setecentos, diversas cadeias, alguns pelourinhos e ao menos uma forca, sobre a qual dispomos de poucas referências. Quando elevada à condição de vila, a povoação no Ribeirão do Carmo providenciou a construção do pelourinho, a nova câmara pagando a Tomás da Costa 24 oitavas de ouro pelo arranjo de suas alavancas.⁴⁶ É possível que outros pelourinhos tenham sido levantados antes que, em 1750, um novo passasse a ocupar o centro do antigo Largo dos Quartéis. Nos termos de arrematação da obra, lê-se o seguinte:

⁴⁶ VASCONCELOS, Salomão. *Breviário Histórico e Turístico da Cidade de Mariana*. Belo Horizonte: Biblioteca Mineira de Cultura, 1947, p. 204.

Será feito no meio do largo que será destinado para praça. As escadas da melhor pedra que deve ser bem lavrada e polida, assentada sobre alicerce de pedra e cal em que se funde toda a obra. A base será da qualidade da pedra das que se fizeram o adro da Senhora Santana e a coluna de pedra branca e lisa muito bem polida, sem mancha falsa ou outro algum defeito. O capitel, da mesma qualidade da base ou pedestal. Há de ter dois escudos: um no lugar que mostra o risco e outro da outra banda com as armas da cidade. A Pedra da fachada será diferente na qualidade e cor, podendo-se cercar, aliás será como a da base e capitel embutido na coluna. Os dois braços de chumbo, vazados por dentro. A esfera de cobre e a coroa do mesmo, sendo também dourada a cruz da cinta da espera, com mais bronzeado dos braços, com as balanças douradas, com alfanje de cobre prateado.⁴⁷

Para além das especificações formais da construção, o que ressalta no relato é a preocupação com os símbolos que deveriam ornar o já significativo pelourinho. Os símbolos da justiça são evidenciados na balança e na espada ostentadas por braços de chumbo. Sobre eles estavam a esfera armilar e a cruz, instrumento de suplício associado ao cristianismo e, por extensão, à justiça divina. Aparelho de localização marítima, a esfera armilar, por sua vez, compôs o estandarte de d. Manuel I, o rei português da época das grandes navegações e do “achamento” do Brasil. Era uma referência ao universo conhecido, aos corpos celestes, mas também ao novo mundo, conquistado sob os auspícios da Igreja Católica, pelo esforço dos vassalos e com o apoio da Coroa. Nos escudos dourados estavam representadas as armas da Cidade de Mariana, bem como as de d. João V, compostas por pequenos broquéis azuis e castelos dourados. Encimando a composição, uma grande coroa dourada com barretina de veludo vermelho.

As condições para a obra do pelourinho determinavam que as insígnias dos escudos deveriam ser pintadas “das cores que propriamente

⁴⁷ AHCMM, códice 135, p.103v-104v.

pedirem as tais armas”.⁴⁸ Não se tratava apenas de ser condizente com as estampas do rei, mas de reconhecer as propriedades das cores ou dos esmaltes dos brasões. No século XVII, as propriedades físicas da luz e das cores seriam estudadas por Isaac Newton e Christian Huygens, fixando-se novos paradigmas em oposição à tradição aristotélica que dava explicações ao fenômeno. Segundo essa tradição, as cores eram entendidas como uma qualidade visível, derivadas do branco e do negro. O amarelo, o vermelho e o azul eram concebidos como cores básicas ou nobres. Não por menos, as cores nobres figurariam nos brasões régios como forma de tornar visíveis as qualidades dos signos que representavam os predicados do rei. Ao vermelho, que colore a coroa, seriam associados os valores de nobreza e poder; ao dourado e ao amarelo-ouro, a riqueza; ao azul, a sobriedade e a honestidade.⁴⁹

Como considerou António Manuel Hespanha, referindo-se ao Antigo Regime, “as cores estão inscritas na natureza das coisas, como elementos de uma ordem natural, ou como sinais postos nas coisas para que o seu lugar nessa ordem se torne patente a todos”.⁵⁰ Segundo o autor, tal como a forma e a fisionomia das coisas, as cores faziam parte de uma hermenêutica universal, na qual imagens autônomas poderiam ser recompostas conforme a necessidade da representação. É por meio dessa linguagem que as intenções da Coroa, pretensamente hegemônicas, se corporificavam e conferiam sentido aos símbolos do poder. Assim, no pelourinho, o lugar do poder régio e da municipalidade era de evidente distinção.

Em 1731, foi contratada pelos vereadores de Mariana a pintura do teto da Casa de Câmara. No painel central, seriam retratadas as armas reais de d. João V, “com sua [curva] de ouro sombreado e suas pedras de diamantes fingidos, castelos de ouro da mesma forma em campo encar-

⁴⁸ AHCMM, códice 135, p.103v-104v.

⁴⁹ HESPANHA, António Manuel. “As cores e a instituição da ordem no mundo do antigo regime”. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org). *Op. cit.*, p. 349.

⁵⁰ HESPANHA, António Manuel. “As cores e a instituição da ordem no mundo do antigo regime”. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org). *Op. cit.*, p. 349-350.

nado, os cunhos azuis com as quinas brancas em campo de prata [...]”.⁵¹ Composto o teto feito de grandes quadrados de madeira, como era costume no período, foram dispostos outros painéis com fundos dourados, florões e tarjas, fazendo-se alusão a Santa do Monte do Carmo.⁵² Pinturas semelhantes, com as armas reais em ouro e prata, se encontrariam nos tetos da Casa de Câmara de Vila Rica, na Casa da Moeda sediada no mesmo município, na Casa do Concelho de Sabará e em outras localidades da Colônia, incluindo Salvador.⁵³ Sugere Jean Apostolidès que a centralidade dos símbolos régios deve ser explicada como parte de um movimento de encenação que permitia à Coroa se afirmar como irrefutável evidência, arrebanhando para si um conjunto de criações culturais com o intuito de compor os signos do seu poder e, conseqüentemente, de dar substância ao duplo corpo do rei.⁵⁴ Quanto a isso, Roger Chartier pondera que

alguns signos do poder são realmente símbolos, implicando uma relação de representação entre uma imagem visível e um conceito ou uma abstração que ela manifesta, outros não o são de forma nenhuma, pois supõem relações completamente diferentes entre os signos e as realidades que eles visam – como os signos-indícios, que permitem uma identificação, ou os signos-designação, que exprimem valorizações e desqualificações, honra e infâmia. Por isso é sem dúvida necessário não confundir as insígnias ligadas à pessoa do príncipe, os objetos próprios que tornam perceptível e reconhecível a sua soberania, e os materiais mais diversos que estão encarregues de representar o poder nos lugares onde não se encontra o príncipe, através da presença multiplicada e perpetuada das personificações e alegorias que mostram (e demonstram) a continuidade e aubiquidade do poder público.⁵⁵

⁵¹ AHCMM, códice 160, f. 125v.

⁵² CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Introdução ao Barroco Mineiro: cultura barroca e manifestações do rococó em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Crisálida, 2006, p. 57.

⁵³ BARRETO, Paulo Thedim. *Op. cit.*, p. 155-156.

⁵⁴ APOSTOLIDÈS, Jean-Marie. *O rei-máquina: espetáculo e política no tempo de Luís XIV*. Brasília: Ed. UNB, 1993, p. 144.

⁵⁵ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. 2. ed. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 2002, p. 228.

Buscava-se forjar uma linguagem, um sistema estruturado, que expressasse sentidos comuns a todos os membros do corpo simbólico da sociedade. Uma língua capaz de esvaziar as especificidades de cada grupo e de sobrepor-se às individualidades. Uma vez que os símbolos são, por excelência, instrumentos da integração social, eles tornariam possível o consenso.⁵⁶ Ocorre que da linguagem dos símbolos do poder não se devem apartar os efeitos estéticos previstos e muito menos os efetivos, isto é, os efeitos criados pela integração, interpretação e apropriação dos agentes. Se havia o interesse de promover e impor uma linguagem comum dos símbolos de poder, havia também a ação desviante dos indivíduos e dos grupos, que, dotados de horizontes de conhecimento e interesses específicos, promoviam reinterpretações e reapropriações bem particulares. Como observa Pierre Bourdieu,

os sistemas simbólicos distinguem-se fundamentalmente conforme sejam produzidos e, ao mesmo tempo, apropriados pelo conjunto do grupo ou, pelo contrário, produzidos por um corpo de *especialistas* e, mais precisamente, por um campo de produção e de circulação relativamente autônomo.⁵⁷

Uma série de signos e significados se constituía em torno da administração local. No inventário dos bens da câmara de 1718, foram arrolados um estandarte de seda, cinco varas douradas, quatorze varas vermelhas, dois gigantes e um tamboril, “que serve na festa de Corpo de Deus”. No inventário de 1752, listaram-se um “estandarte de damasco branco guarnecido com franja de ouro e armas reais, dez varas douradas, um sinete de prata com as armas reais”.⁵⁸ Isoladamente, esses itens não têm muito sentido. Seus significados se revelam dentro da linguagem e de um processo de “institucionalização cerimonialística” do poder régio, que seria expresso e potencializado nos eventos que animavam o espaço

⁵⁶ APOSTOLIDÈS, Jean-Marie. *Op. cit.*, p. 48.

⁵⁷ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p.12.

⁵⁸ AHCMM, códice 664, f. 47v-48; códice 660, f. 15-16. *Apud. Termo de Mariana: história e documentação, Op. cit.*, p.158 e 163.

público.⁵⁹ Neles, o estandarte com as armas reais era exibido pelos vereadores ao som do tamboril tocado nas festas do Corpus Christi – uma das mais frequentes ao longo do século XVIII –, em meios aos gigantes, figuras grotescas que serviam para exaltar o poder constituído.⁶⁰ A linguagem do poder evidenciava-se ainda nos festejos comemorativos dos casamentos e batismos de membros da realeza, bem como em suas exéquias. A publicidade dos eventos importantes da Família Real deveria servir à coesão dos súditos sob apelos emotivos conformadores de um sentimento de pertença a uma família maior.

As festas, no mundo colonial, constituíam o momento privilegiado de exposição do poder régio. Um poder que circulava e funcionava em rede, classificando, agrupando e individualizando.⁶¹ Nas festas, cada segmento da sociedade, ou mesmo cada indivíduo, tinha seu lugar especificado e reconhecido. Os vereadores, por exemplo, tinham na eleição a confirmação da sua qualidade como homens bons, o que, na maioria das vezes, significava ser de puro de sangue, ter boa reputação e possuir condição financeira remediada. Ostentar uma vara de vereador, carregar o estandarte régio, ter precedência nas procissões, ser reverenciado, distinguir-se nos cerimoniais eram formas de participar do poder, reproduzi-lo e exercê-lo.

Conforme Charles Boxer, “os oficiais da Câmara eram indivíduos privilegiados”, correspondiam-se diretamente com o rei e tinham *status* de nobreza e garantias de não serem presos arbitrariamente, salvo em caso de alta traição.⁶² Além disso, estavam dispensados de serviços militares, a menos que sua vila fosse invadida. Os vereadores da Vila do Carmo poderiam usar armas ofensivas e defensivas, incluindo espadas e

⁵⁹ POLITO, Ronald. “Inventários de bens da Câmara e as representações do poder”. In: *Termo de Mariana*, *Op. cit.*, p.154.

⁶⁰ O *Corpus Christi* foi uma das festas mais citadas nos livros de receitas e despesas da Câmara, atrás, somente, da festa de S. Silvestre e de seus *Te Deum*. GONÇALVES, Maria Teresa; SOUZA, Maria José Ferro. “Festejando o sacro e o profano: as festas patrocinadas pelo senado da câmara de Mariana, ao longo do século XVIII e primeira metade do século XX”. In: CHAVES, Cláudia; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia. *Op. cit.*, p.82.

⁶¹ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Trad. Rio de Janeiro: Graal, 1985, p.183.

⁶² BOXER, Charles R. *Op. cit.*, p. 289-90.

bainhas de veludo.⁶³ Nos inventários de alguns dos vereadores de Mariana, é possível encontrar esses itens arrolados, como nos casos de Manuel Brás Ferreira e Antonio Pires da Gaia.⁶⁴ Tratava-se de símbolos de distinção e poder socialmente capitalizados, que contribuíam para a constituição de nódulos de força, inclusive dentro da câmara.⁶⁵ Nas palavras de Boxer: “ao longo do século XVIII, muitas câmaras provinciais tendiam a se tornar oligarquias que se perpetuavam no poder, reelegendo os mesmos oficiais, ou distribuindo rotativamente os cargos municipais entre eles próprios e seus parentes”.⁶⁶ No caso de Mariana, talvez essa afirmação seja categórica demais, na medida em que os grupos dirigentes tendiam a se renovar e a travar conflitos capazes de fragilizar sua coesão.

Anti-tautologia

Mas de que maneira seria possível pôr em prática um projeto cuja meta fosse a de avaliar as apropriações críticas feitas por grupos e pessoas em relação a símbolos de poder, tais como as casas de câmara e cadeia e os pelourinhos? Talvez seja pertinente, na conclusão deste capítulo, indicar cinco possibilidades, todas elas dependentes da coleta paciente de informações geralmente dispersas. A primeira consiste na carnavalização discutida aos moldes de Mikhail Bakhtin.⁶⁷ O tamboril e os gigantes mencionados no inventário de 1718 remetem não apenas à grandeza do poder régio, mas também à caricatura carnavalesca herdada pelo Antigo Regime. O estudo dos elementos festivos demonstra a coexistência entre exaltação da autoridade e exercícios de bufonaria. Dessa

⁶³ PIRES, Maria do Carmo. “Câmara Municipal de Mariana no século XVIII: formação, cargos e funções”. In: CHAVES, Cláudia; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia. *Op. cit.*, p. 46-47.

⁶⁴ Arquivo Histórico da Casa Setecentista (AHCS), códice 114, auto 2368; códice 43, auto 989.

⁶⁵ ANTUNES, Álvaro de Araújo. *Espelho de cem faces: o universo relacional de um advogado setecentista*. São Paulo: Annablume: PPGH/UFGM, 2004.

⁶⁶ BOXER, Charles R. *Op. cit.*, p. 290.

⁶⁷ BAKHTIN, Mikhail. *Cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabellais*. São Paulo: Hucitec, Brasília: E. da UNB, 2008.

fusão surgiram comemorações de nascimentos e matrimônios de personagens régios acompanhadas de cavalhadas e jogos de argolinha. Sabe-se a esse respeito da renitência com que determinadas irmandades de negros desrespeitavam as ordens de ouvidores relativas a gastos, visto que se recusavam a deixar de aplicar parte expressiva de seus rendimentos em festas e congados.⁶⁸ Uma multiplicidade de sentidos comunitários distantes da mistificação do poder régio tem, nesse sentido, escapado aos historiadores.⁶⁹

Esse ponto conduz a uma segunda possibilidade de análise, isto é, aquela que se dedica à compreensão dos condicionantes econômicos que perpassavam a realização de festividades e objetos de culto. Tem-se ignorado, via de regra, que produtos dessa natureza inseriam-se na dinâmica do mercado, mobilizando complexas relações econômicas e, conseqüentemente, de poder. Se as transações comerciais, ao conferirem valor a todas as coisas, tendem a nivelá-las e a dessacralizá-las, a mercantilização dos símbolos de poder sugere brechas para apropriações críticas.⁷⁰ Seguindo por essa trilha – a do manuseio corporal e cotidiano de objetos sagrados, a do contágio que sofrem os objetos devido ao contato com secreções corporais de tipos variados –, surgem as outras possibilidades. A terceira, já razoavelmente explorada, envolve o fato de que a capacidade dos recursos materiais e técnicos, bem como as estratégias de adaptação e uso de objetos e cidades, redimensionam os efeitos dos símbolos de poder. No que diz respeito à estatuária e à pintura, é interessante observar a tendência dos especialistas de descartarem determinadas peças em nome de sua pretensa falta de sofisticação. Quando se comparam as trabalhadas imagens de santos relativas às Minas setecentistas com aquelas que se encontram em São Paulo ou em conventos jesuíticos do Paraguai, onde o artesanato indígena foi crucial, percebe-se quão deci-

⁶⁸ Cf. AGUIAR, Marcos Magalhães. *Vila Rica dos confrades*. São Paulo: USP, 1993.

⁶⁹ Cf. sobre a multiplicidade dos sentidos comunitários, SILVEIRA, Marco Antonio. *Fama pública: poder e costume nas Minas setecentistas*. São Paulo: USP, 2000.

⁷⁰ Cf. sobre a dimensão econômica das festas na Vila Rica setecentista, SANTIAGO, Camila Fernanda. *A vila em ricas festas*. Celebrações promovidas pela Câmara de Vila Rica (1711-1744). Belo Horizonte: C/Arte, 2003.

sivas podem ser, na confecção de tais objetos, o material disponível e as técnicas empregadas.⁷¹ Mesmo no Museu da Inconfidência, notam-se diferenças gritantes entre peças feitas de maneiras bastante distintas e visando a usos também variados. Uma vez que usos pessoais ou familiares se distinguem dos públicos, deve-se notar a distância existente entre o comportamento reverente de um corpo social circunscrito, que, em determinada cerimônia, se ajoelha diante da imagem de Nossa Senhora, e a irreverência com que alguns santos são, nos ambientes domésticos, colocados de ponta-cabeça quando não cumprem seus deveres.⁷² Ressalte-se ainda, a respeito do desprezo conferido pelos historiadores a objetos artísticos considerados imperfeitos, a existência, na Igreja de São José de Vila Rica, erigida por homens pardos, de uma pintura da Sagrada Família em que esta aparece num ambiente doméstico amplamente despojado. Nela, além da estranha profundidade, José trabalha com ferramentas rústicas, enquanto a Virgem limpa a casa com uma vassoura na mão.⁷³ Personagens como essa espécie de “Nossa Senhora da Vassoura” não podem ser descartadas sob pena de que a leitura relativa à iconografia seja *a priori* excludente.

Uma quarta possibilidade consiste na descrição de crimes e conflitos ocorridos por ocasião de cultos e festividades. Uma investigação que busque relacionar as ocorrências descritas nos arquivos cartorários com os dias de festa certamente chegará a informações importantes sobre a subversão dos significados oficiais e à gestação de sentidos desconhecidos, colocados em cena nas ocasiões comemorativas. Por fim, uma quinta possibilidade implicaria a procura de dados referentes a uma certa iconoclastia, ou seja, à destruição física de prédios e objetos identificados com a simbologia do poder. A própria demolição das paredes das cadeias

⁷¹ Cf. João Marino. *Iconografia de Nossa Senhora e dos Santos*. São Paulo: Banco Safra, Projeto Cultural, 1996.

⁷² Cf. SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Cia. das Letras, 1986; SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

⁷³ Cf. PRECIOSO, Daniel. *Legítimos vassalos: pardos livres e forros na Vila Rica colonial (1750-1803)*. Franca-SP, 2010. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de São Paulo.

coloniais indica essa perspectiva. Seja como for, em todos esses casos, abrindo ou desenvolvendo novos caminhos de pesquisa, os historiadores criarão as bases para que, em seu ofício, a doutrina oficial do Antigo Regime ou os princípios apresentados por Roger Chartier deixem de ser tratados como meras tautologias.

ARQUITETURA E CANTARIA – DESBASTE INICIAL

Daniela Leal Viana¹

Marcos Tognon²

Este costume ancestral de esculpir a rocha até converter a caverna em templo, fundindo a escultura com a arquitetura, é uma constante que se repete ao longo da história e em todos os lugares do planeta.³

Como arte da construção, a arquitetura está diretamente ligada às questões do método de edificação, do uso e natureza dos materiais assim como da sua construtividade no canteiro de obras. As escolhas de práticas e técnicas são definidoras, em última instância, da proposta formal, espacial e visual, nossa concepção moderna que certamente pode ser comparada com o conjunto de atributos mais remotos dados à própria Arquitetura, “*firmitas, utilitas e venustas*”.⁴

A arquitetura mineira do período Setecentista vincula-se significativamente à produção da cantaria em suas obras mais conhecidas. O termo se associa, na língua portuguesa, à pedra de canto, elemento de finalização nos ângulos das construções feitas com esse material. Faz referência ao trabalho em pedra talhada e esquadrinhada para a construção arquitetônica, relativo tanto ao desbaste geométrico da pedra para estruturas quanto ao tratamento ornamental para arquitetura. Trata-se, portanto, do uso das rochas beneficiadas, aparelhadas e lavradas para aplicação em edificações.

Na região de Ouro Preto, como bem levantado por Fabiano Gomes

¹ Arquiteta, Mestra em História da Arte pela Universidade Estadual de Campinas.

² Arquiteto, Professor doutor da Universidade Estadual de Campinas, na área de História da Arte.

³ CAMI, Josep Maria Teixidó. In: SANTAMERA, Jacinto Chicharro. *Escultura em Pedra*. Tradução Marisa Costa, Coleção Artes e Ofícios. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.

⁴ Cf. VITRÚVIO, *Tratado de Arquitetura* [c. 36 a.C.]. São Paulo: Martins Fontes, 2007, cap. 3, 2, p. 82.

da Silva, circula uma curiosa interpretação da origem da palavra, que revela a mentalidade coletiva sobre essa arte e o papel dos seus operadores.⁵ Cantaria seria, segundo a explicação local, uma referência ao cantar de ladainhas pelos escravos enquanto trabalhavam as pedras pela cidade como forma de dar ritmo ao desbaste ou para distrair-se em meio às dificuldades da labuta.

O Instituto Camões, em seu glossário virtual, informa que era tradicional entre os trabalhadores da construção “cantar a pedra” durante seu assentamento.⁶ Para que conseguissem fincar os ferros, deslocar e mover os blocos dentro de um ritmo eficiente, um dos obreiros ganhava mais que os outros por cantar uma modilha ou cantilena que variava em cada região. Essa posição de comando visava garantir a atenção pelo ritmo, marcado pela voz, de forma a estabelecer a cadência na associação dos esforços coletivos.

A etimologia do vocábulo cantaria está vinculada ao latim *canthus*, que significa “rocha grande”. A mesma origem apresenta variações ao longo do tempo, por exemplo, *alcantil*, no século XVI, para “rocha escarpada talhada a pique” e *cantil*, no século XVII, referente ao “instrumento para alisar pedras”. A raiz *qanth*, ou *qamb*, é referente a canto, esquina ou dobra.⁷

Se recorrermos à autoridade do mais importante vocabulário português do século XVIII, redigido pelo padre Bluteau, poderemos verificar que a definição de “cantaria” já estava associada diretamente com a “pedra” como material manufaturado para “pilastras”, para muralhas citadinas, como também encontramos na mesma página a profissão de “Canteiro”, aquele que “lavra pedras de cantaria”.⁸

⁵ SILVA, Fabiano Gomes da. *Pedra e Cal: os construtores de Vila Rica no século XVIII(1730-1800)*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007, p.132.

⁶ Parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros, dentro do Portal do Governo apresenta um texto que abrange a cantaria acessível no site: <http://www.instituto-camoes.pt/glossario/Textos/Agronomia/HTM/extracao.html>

⁷ MAGNE, Augusto. *Dicionário etimológico da língua latina*. Rio de Janeiro: MEC - Inst. Nacional do Livro, 1961, p. 55.

⁸ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra:

Em certos casos, podemos encontrar o uso do vocábulo cantaria de maneira mais abrangente referindo-se à construção como um todo. Dentro do conjunto de Manuais do Operário da Biblioteca de Instrução Profissional, Segurado define cantaria da seguinte forma: “A cantaria é a pedra aparelhada utilizada em paredes, socos, faixas, cimalthas, ombreiras, vergas, peitoris, soleiras, etc., a argamassa serve apenas para ligar as pedras entre si pelos seus leitos e demais superfícies de contato.”⁹

E assim a diferencia da Alvenaria:

A alvenaria é a pedra toscamente partida, ligada por argamassa em grande quantidade que lhe serve de ligante e ao mesmo tempo de almofada, para assentar em cheio, sobre as pedras já colocadas. Aplica-se nos mesmos casos que a cantaria, mas é indispensável guarnecer a sua superfície com um reboco para a tornar lisa.

Nos tratados do século XVIII, é comum a apresentação dos variados tipos de estruturas murarias com base nas definições de Vitruvius (Livro II), em que a pedra poderia ser utilizada de diferentes maneiras, sem necessariamente constituir um trabalho de cantaria.¹⁰ Jaelson Trindade simplifica as distinções definindo que a pedraria se refere à pedra cortada; a alvenaria usava a pedra quebrada, e a cantaria traria consigo o *conhecimento da qualidade, do corte e da lavragem da pedra*.¹¹

Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1728, vol. 2, p. 110.

⁹ SEGURADO, João Emilio dos Santos. *Alvenaria e Cantaria*. Lisboa. Biblioteca de Instrução Profissional, 1908, p.3 A série iniciada por Tomas Bordalo Pinheiro, posteriormente foi dirigida por João Emilio dos Santos Segurado e era destinada às escolas industriais e comerciais. Os textos foram editados a partir de 1903 pelo Guia do Operário e posteriormente entre 1918 e 1950 pelas livrarias Aillaud & Bertrand de Lisboa. Cf. MATEUS, João Mascarenhas. *Técnicas tradicionais de construção de alvenarias – a literatura técnica de 1750 a 1900 e o seu contributo para a conservação de edifícios históricos*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002, p.48.

¹⁰ AIRES, Mathias. *Problema de Architectura Civil*. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, Impressor do Senhor Cardial Patriarca, 1770; AMICO DOTT, Giovanni. *L'architetto Pratico*, Palermo, 1726; BELIDOR, B. F. *La Science des Ingénieurs*. Paris, 1729; BLONDEL, J.-F., *Cours d'architecture*. Desaint, Paris 1771-77; BRIZGUS Y BRU, Athanasio Genaro. *Escuela de Arquitectura Civil*, Valencia: Oficina de Joseph de Orga, 1738; FREZIER, A.F. *Eléments de stéréotomie à l'usage de l'architecture pour la coupe des pierres*, Jombert, Paris 1760; VITRUVIO, Marco. *Los Diez Libros de Arquitectura Traducidos del latin, y comentados por Don Joseph Ortiz y Sanz*. Madrid: Imprensa Real, 1787.

¹¹ TRINDADE, Jaelson Bitran. *A produção de arquitetura nas Minas Gerais na província do Brasil*. Tese (Doutorado em História) Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2002, p. 89.

Considerado elemento nobre de construção por sua durabilidade, o trabalho construtivo da pedra pelo homem pode ter suas origens referenciadas desde a pré-história, em obras rudimentares da arquitetura megalítica. A construção dos grandes monumentos nos últimos 27 séculos foi possível graças ao emprego de mão de obra, que se especializou em uma cultura específica técnica no Ocidente, desde os antigos egípcios das pirâmides e dos gregos de Péricles, seja na escolha da rocha, o desbaste preliminar, o entalhe e o acabamento, até o assentamento e acabamento final (polimento, pintura etc.), exigindo sempre uma associação operacional entre a habilidade manual e ferramentas e engenhos.

No Brasil, a pedra vem sendo usada em construções ao longo do território desde os primeiros anos do descobrimento. Historicamente ligadas a obras de importância e relevo como templos religiosos, edifícios governamentais e obras demonstrativas de poder em todo mundo, as construções com esse material formam parte considerável do patrimônio arquitetônico nacional. A cantaria também se fez presente em várias escalas, desde as fortificações no litoral nordestino até os marcos de posseção da Coroa Portuguesa.

Especialmente em Minas Gerais, no século XVIII, depois da guerra dos emboadas (1707-1709), da independência política de São Paulo (1720) e da presença do mais capacitado governador militar de D. João V na colônia americana, o Conde de Bobadela (a partir de 1735), a “Arte da Cantaria” pode ser considerada a principal marca da efetiva construção de uma cidade artística e capital, tal como na Europa barroca, com a ereção de edifícios monumentais civis e religiosos, a instalação de pontes e chafarizes, o trato na geografia montanhosa com estradas e grandes aterramentos. A “Arte da Cantaria” se torna “Arte do Estado”, ou seja, da presença da Coroa portuguesa legitimando ocupações e espaços simbólicos que não somente ordenam o território mas também disciplina as relações sociais tão tensas nas Minas do início do XVIII.¹²

Como a cantaria é dependente de um trabalho coletivo, hierarqui-

¹² Cf. entre outros a visão integrada de S. VASCONCELLOS, *Vila Rica*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

zado em suas funções operacionais e artísticas, e não apenas fruto do toque de um gênio, essa população heterogênea e de complexas relações sociais nas Minas definiu tanto as escolhas formais quanto muitas das posturas técnico-construtivas utilizadas nas edificações e nas produções em pedra talhada. O uso da rocha era facilitado tanto pela presença de material disponível nas serras circundantes, particularmente o quartzito, quanto pela experiência prática trazida por muitos dos recém-chegados à região. Esses homens trouxeram consigo influências determinantes na produção arquitetônica, pois a cantaria tende a ser uma arte conservativa passada, se não de pai para filho, de mestre para aprendiz.

A arte da cantaria é sempre uma manifestação larga do “genius loci”: as rochas retiradas das cavas próximas, com suas características locais como cores, densidade, e evidenciam uma forte relação com a construção da própria paisagem. E é uma arte de longa duração no território: ainda nos dias de hoje, mesmo quando mestres canteiros se utilizam de ferramentas modernas ou estrangeiras em suas oficinas, esses novos instrumentos são adotados para responder a necessidades locais.¹³

Entre os fatores determinantes da diferenciação regional estão tanto a influência do tipo de material encontrado em cada área quanto o desenvolvimento histórico da arte da cantaria. Por exemplo, na França e Inglaterra, as tradições práticas e mesmo estéticas têm boa parte de suas fontes na produção dos canteiros medievais ativos no período de disseminação de mosteiros, durante o que ficou conhecido como período românico. Os italianos, entretanto, tinham as referências mais próximas dos mármore das ruínas da Antiguidade. No caso brasileiro, a influência lusitana se dava também por meio da mão de obra dos chamados oficiais mecânicos com formação de *verdadeiras estirpes de artesanato* entre os recém-chegados da metrópole, que se fixaram na região mineira, constituindo oficinas e fábricas bem estruturadas.¹⁴

Os trabalhadores da construção e os produtores da arte manual es-

¹³ ROCKWELL, Peter. *The art of stoneworking: a reference guide*. Cambridge University press, Cambridge, 1993, p. 4.

¹⁴ SANTOS, Paulo F. *Barroco e o jesuítico na arquitetura do Brasil*. Rio de Janeiro, 1951, p.122.

tavam numa situação muito diferente na colônia escravocrata em relação à tradição corporativa europeia. A mobilidade social e a dinâmica das relações entre os diferentes grupos aconteciam de modo muito complexo nas terras mineiras.

Tradicionalmente, as grandes edificações ocupavam mestres canteiros de diversas áreas que se moviam, se deslocavam para outras novas obras e levavam consigo seus conhecimentos. Desde a Idade Média, os mestres canteiros mais habilitados eram requisitados e podiam ampliar e divulgar seus conhecimentos nessas viagens, tornando possível a difusão e a combinação de técnicas. O papa Bonifácio IV, em 614, deu aos canteiros certos privilégios, liberando-os de todos os estatutos locais, editos reais ou qualquer outra obrigação imposta aos habitantes dos países onde fossem viver.¹⁵

Essa tendência itinerante levou a uma complexa mescla de experiências e influências, além do fato de que cada tipo de pedra pede um tipo de instrumento, ferramenta e modo de trabalho, e cada região usa termos próprios para os mesmos elementos.¹⁶

Apesar das diferenças e variedades geográficas e de desenvolvimento técnico e cultural, existe um número consideravelmente pequeno de tipos de ferramentas usadas na cantaria de matriz europeia. Duas ferramentas básicas de metal, cinzel de ponta e cinzel achatado, aparecem em diversas oficinas e recebem nomes variados. A origem do termo cinzel parece provir da palavra latina *seco*, vinculada ao ato de cortar, ou do termo francês *ciseau*. Segundo achados arqueológicos, essa pode ter sido uma das mais antigas ferramentas usadas pelo homem, recebendo, portanto, diferentes nomes. A linguagem própria dos ofícios mecânicos, tradicionalmente, serviu como importante instrumento de domínio e barreira aos curiosos.¹⁷

No século XVIII, D. Joseph Castañeda alertava para as dificuldades de unificação dos parâmetros e mesmo da terminologia relativa à cantaria:

¹⁵ DUBY, Georges. *São Bernardo e a arte cisterciense*. Porto: Edições Asa, 1997.

¹⁶ PRADES, José Antonio Martinez. *Los Canteros Medievales*. Akal, Madri, 2001.

¹⁷ GAMA, Ruy. *A tecnologia e o trabalho na história*. São Paulo: Edusp - Nobel, 1986.

Es notoria a V. E. la suma dificultad que hay em reducir de una lengua a otra las voces proprias de las Artes, y las de sus respectivos instrumentos: y esta dificultad es en la Arquitectura incomparablemente mayor que otras, por su mayor extension, y por ser de su inspeccion peculiar rescribir reglas à muchas; para lo que es indispensable un conocimiento muy menudo de sus operaciones è instrumentos, cuyos nombres, y aun cuyo uso, por lo regular, no es uniforme y constante, aúnen las Provincias de una misma lingua.¹⁸

O uso de gravuras e desenhos em obras escritas, como manuais e tratados que proliferaram no século XVIII por toda a Europa e particularmente na península ibérica, tem uma função clara de explicar as dificuldades que possam ser encontradas no léxico. Afinal, os termos na área da construção variam muito de acordo com a época, a região e mesmo de acordo com as idiosincrasias de cada oficina.

Tanto as ferramentas mudam de nome de acordo com a língua e os costumes locais quanto os nomes dados às pedras variam conforme os critérios de análise. Os geólogos nem sempre usam os mesmos termos que os comerciantes, e esses também divergem dos operários e escultores. A obscuridade dos termos e suas variações formam grandes obstáculos para conhecer e enquadrar em categorias gerais os elementos da cantaria.¹⁹ Essa é uma arte que depende, em maior ou menor grau, da presença de artesãos especializados e capazes de transmitir empiricamente a sua bagagem cultural e tecnológica a aprendizes também capazes de colocar em prática esses ensinamentos e, posteriormente, de transmiti-los.

Com a decadência da produção aurífera na Capitania de Minas Gerais e a transferência da capital do estado republicano para Belo Hori-

¹⁸ PERRAULT, Claude. *Compendio de los Diez Libros de Arquitectura de Vitruvio. Escrito em francés por Claudio Perrault. Traducido al castellano por Don Joseph Castañeda*. Madrid: Imprenta de D. Gabriel Ramírez, 1761.

¹⁹ TELLO, Francisco José León. SANZ, Maria Virginia Sanz. *Estética y teoría de la arquitectura en los tratados españoles del Siglo XVIII*, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1994, p. 46.

zonte no século XIX, houve um inevitável declínio das construções em geral e das obras de cantaria em especial. Esses fatores levaram a uma ruptura dos mecanismos produtivos e ao desaparecimento do ambiente técnico local.

Esse conhecimento experimental é um patrimônio. Sua difusão demanda que aqueles que o detêm tomem decisões deliberadas de dividi-lo através de uma comunicação direta. Essas ações têm custos e exigências que receberam diferentes soluções ao longo da história. Ainda que não seja possível delinear com exatidão quais eram os tratados que efetivamente chegaram às terras mineiras, eles serviram como uma das várias fontes mediadoras a influenciar a produção da cantaria setecentista também em Minas Gerais, mas nunca como transposição mecânica ou direta.

Não se pode afirmar que as técnicas ou as formas utilizadas nas fábricas dos mestres canteiros ou na produção arquitetônica em pedra setecentista mineira seguissem exatamente um determinado modelo difundido em um tratado específico. Todavia, o exame conjunto de publicações sobre o tema num período delimitado indica que vocabulários técnicos e formais circulavam entre os profissionais da metrópole e da colônia em diferentes níveis.

A gravura de reprodução se tornou efetivamente um passo importante para a formação de uma cultura visual em que era possível ver e conhecer sem ter que se deslocar. Esse princípio garantiu que muitos mestres construtores sem condições de empreender viagens de ampliação cultural, como era costume entre os aristocratas, pudessem desenvolver um cabedal de referências visuais em comum com seus clientes mais exigentes. Na situação das Minas Setecentistas, essa possibilidade ampliava as chances de influências e desenvolvimentos formais e iconográficos numa intrincada rede de referências e alusões. Esse é o grande eixo de uma pesquisa que ainda devemos enfrentar, todos os interessados na Arquitetura setecentista das Minas Gerais.

Nesse período, onde as construções eram geralmente arrematadas em partes e ficavam sob responsabilidades variadas, a divisão profissional tinha características próprias. As obras oficiais de Casa de Câmara e

Cadeia e Matrizes ficavam preferencialmente sob a responsabilidade de riscos dos engenheiros militares, quando disponíveis. Na grande maioria das demais construções, os planos eram desenvolvidos ou levados a cabo por mestres de obras experientes. Esses personagens acumulavam as funções de arrematador, arquiteto, empreiteiro e construtor.

A ideia de que mestres canteiros possuíam pouco espaço de elaboração intelectual na concepção arquitetônica geral deriva de uma distinção anacrônica. Eles tinham uma importante participação no resultado final, dependente das peculiaridades do material cujo manejo dominavam, mesmo que seus nomes não apareçam de maneira ilustre.

O caso mais conhecido do conflito entre o famoso Antonio Francisco Lisboa, posteriormente identificado como Aleijadinho, e Francisco de Lima Cerqueira, mestre construtor português radicado nas terras mineiras, durante a construção da igreja de São Francisco de Assis, atesta essa disputa nas Minas. Apesar de, em vida, ambos terem sido considerados como oficiais mecânicos, na historiografia posterior, a figura do Aleijadinho foi vinculada à ideia de gênio representante da criatividade mulata e da produção genuinamente brasileira em oposição à feitura braçal do português Cerqueira. O primeiro é apresentado como artista criador que teve sua proposta intelectual comprometida pelas mudanças e adaptações infelizes do construtor.

Germain Bazin culpa os defeitos da igreja de São Francisco de Assis de São João del Rei às possíveis modificações feitas por Francisco de Lima Cerqueira, a quem chama de *um simples executante*, e insinua ser invejoso do sucesso de Aleijadinho, chegando a afirmar: “Mas, ai! O macaco julgou-se mais sábio que o mestre, o pedreiro, mais genial que o arquiteto [...]”.²⁰

O autor francês vê nos documentos da irmandade de São Francisco de Assis material para uma história de ódios e ciúmes, em que Francisco de Lima Cerqueira é pintado com tintas fortes de um vilão: “(...) esse homem irascível, que deveria morrer louco”.²¹

²⁰ BAZIN, Germain. *Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1971.

²¹ *Ibidem*, p. 152-5.

O próprio Lima de Cerqueira se defende em documento da época reproduzido tanto por Bazin quanto por Oliveira com propósitos bem distintos:²²

Tudo o que se tem feito fora do risco é melhor do que aquilo que no risco se percebe, não que o dito risco tenha defeitos, porém algumas cousas só quando se fazem, se vê a impossibilidade de as poder por conforme o sentido do Amanuense.

Ao contrário de Bazin, Myriam Oliveira vê em Lima Cerqueira o real autor do resultado final: “(...) as modificações foram de tal amplitude, que o produto final, ou seja, a igreja construída, deve ser visto como obra de Lima Cerqueira”.²³

Recentemente, André Dangelo²⁴ reproduz uma Carta de Francisco de Lima Cerqueira à Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Ouro Preto de 1787, quando já era procurador geral da Ordem Franciscana de São João del Rei, encontrada durante suas pesquisas no arquivo do Museu Aleijadinho e até então inédita, provavelmente por estar em oposição direta ao discurso montado por Lucio Costa, Germain Bazin e seus companheiros de ideias, segundo sua apreensão: “(...) bastante interessante no sentido de vermos esse personagem provando um bom nível de erudição para os padrões do período”.²⁵

No século XVIII, a distinção entre o projetista intelectual e o executor manual já estava bastante arraigada nos meios cultos, mas a experiência prática ainda colocava os diferentes níveis hierárquicos em embates constantes. Os conselhos do português Cyrillo W. Machado, ao estimular o arquiteto a conhecer os termos dos ofícios subalternos, demonstram a clara separação entre o proponente intelectual e os execu-

²² OLIVEIRA, Myriam A. R. de. *O rococó religioso no Brasil*. São Paulo: Cosac e Nayf, 2003.

²³ *Ibidem*, p.18.

²⁴ DANGELO, André Guilherme Dornelles. *A cultura arquitetônica em Minas Gerais e seus antecedentes em Portugal e na Europa: arquitetos, mestres de obras e construtores e o trânsito de cultura na produção da arquitetura religiosa nas Minas Gerais Setecentistas*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

²⁵ DANGELO, André Guilherme Dornelles. *Op. cit.*, p. 89.

tores práticos, e também a luta de poder entre eles no canteiro da obra.²⁶ Apesar de sobressair a postura de prevalência intelectual, os tratados não deixam de admitir a importância e valor dos saberes práticos dos mestres canteiros.²⁷

Toda essa discussão ajuda a perceber o sentido das palavras atribuídas ao vereador de Mariana no segundo parágrafo reproduzido por Bretas:

(...) empregou o escopro de Alexandre Alves Moreira e seu sócio na cantaria do palácio do governo, alinhado toscamente pelo engenheiro José Fernandes Pinto Alpoim com baluartes, guaritas, calabouço, saguão e outras prevenções militares. Nesta casa forte e hospital de misericórdia, ideada por Manuel Francisco Lisboa com ar jônico, continuou este grande mestre as suas lições práticas de arquitetura que interessaram a muita gente.²⁸

O alinhamento das obras podia ser feito sem a finalização completa. O termo *toscamente* pode indicar essa abertura para futuras alterações, próprias de uma obra aberta a adaptações de acordo com as necessidades. A existência de condições detalhadas acopladas aos contratos de arrematação não eliminava a prática de intervenções ao longo do desenvolvimento da obra. Aquele que empregava o escopro tem, portanto, seu nome ao lado do que alinha e concebe a ideia da obra no século XVIII, por vezes em cooperação, por vezes em disputa, e ainda como uma única pessoa. A pouca valorização do ofício da cantaria ou do próprio conjunto de executores da construção civil atual dificulta essa percepção.

No caso da cantaria, em seus aspectos reais, o espaço para a genialidade, assim como em outros campos, é limitado. O trabalho complexo envolve diversas etapas e níveis, o que leva à necessidade prática de elaboração conjunta e dependência mútua entre as partes envolvidas.

²⁶ MACHADO, Cirilo Wolkmar. *Tratado de arquitectura & pintura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, folio 63.

²⁷ Idem, Loc. cit.

²⁸ BRETAS, Rodrigo Jose Ferreira. *Traços biográficos relativos ao finado Antonio Francisco Lisboa, mais conhecido pelo apelido de Aleijadinho*. Rio de Janeiro: SPHAN, 1951.

Ao defender como secundária a importância da investigação da autoria de monumentos, Paulo Santos, um dos raros autores a dedicar uma parte de sua tese às técnicas construtivas, abre espaço para a apreciação da obra de maneira mais livre das paixões em torno de heróis da historiografia do período.²⁹ Sua proposta permite uma aproximação mais centrada nas questões próprias da arquitetura e possibilita a apreciação do caráter coletivo do trabalho dos canteiros.

Tradicionalmente, a passagem de conhecimento está diretamente vinculada ao aprendizado prático nas oficinas e canteiros de obras em sistema de tirocínio.³⁰ O ensino sistematizado, já em vigor na Europa durante o século XVIII, era desencorajado na colônia. Mesmo a Aula de Fortificação criada em 1699, na cidade do Rio de Janeiro, estava restrita a um contexto específico de formação de mão de obra voltada para a necessidade de reforço das defesas contra os ataques de corsários franceses interessados no embarque de riquezas para a metrópole nesse porto, depois da descoberta de ouro em Minas. É possível que, com isso, o ensino técnico do trabalho construtivo de pedra tenha se desenvolvido, ainda que limitadamente, com bases científicas e que o uso dos manuais tenha difundido o *modus* europeu na colônia de maneira mais sistematizada. Em Portugal, os manuais preparados para o acompanhamento dessas aulas eram fontes de difusão de conhecimentos ao lado das gravuras e tratados de fontes internacionais que já circulavam tanto na metrópole como em suas colônias em diferentes graus.³¹

A informação de Bretas³² de que o Aleijadinho saberia ler e escrever e possivelmente conheceria algo de latim está de acordo com a indicação geral de que a formação técnica de profissionais no período poderia se basear não apenas na prática das oficinas, mas também na leitura de

²⁹ SANTOS, Paulo. *Op. cit.*, p. 11.

³⁰ EPSTEIN, Stephan R. *Transferring Technical Knowledge and Innovating in Europe, c.1200-1800*. London: Department of Economic History, 2005.

³¹ Cf. BONIFÁCIO, Horácio Manuel Pereira. *Polivalência e contradição: tradição seiscentista o barroco e a inclusão de sistemas ecléticos no séc. XVIII: a segunda geração de arquitectos*. Tese (Doutorado em História da Arquitetura). Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa: Faculdade de Arquitectura, 1990.

³² BRETAS, Rodrigo Jose Ferreira. *Op. cit.*

manuais, tratados ou gravuras avulsas que circulavam na região durante o século XVIII.³³

Apesar do foco na composição de um personagem único e especial, é possível depreender do texto os sistemas de produção em conjunto de um provável ateliê ou oficina de talha e cantaria. Nele, os trabalhos poderiam ser executados por pessoas habilitadas sob direção de um mestre que seria responsável também pelo aprendizado prático. Bretas revela e confirma a participação de escravos especializados ao citar os nomes de Mauricio e Agostinho como entalhadores a seu serviço.³⁴ A ascensão econômica e social de libertos era uma realidade especialmente em regiões urbanizadas como a antiga Vila Rica, onde a propriedade de escravos era uma forma de garantir a produtividade da oficina e não se limitava a senhores brancos.³⁵

Os clientes importantes, como as irmandades, em muitos casos, faziam questão de que a obra fosse executada por um determinado artífice destacado por suas habilidades. No caso de Sabará, a reivindicação da presença de Antonio Francisco Lisboa é tomada pelos pesquisadores do século XX como prova de uma escolha em busca da consagração de sua fama e promoção do sujeito de artesão para artista.³⁶ Mesmo assim, não se pode desconsiderar a presença de um grupo que cercava esse artífice destacado na produção de obras complexas. Sem a compreensão do valor e importância do grupo de artífices na produção artística e arquitetônica, a valorização da arte da cantaria também fica comprometida.

O artigo de Bretas da revista do IHGB foi retomado justamente no começo do século XX pelo grupo de modernistas quando se afirmava uma ideia de identidade nacional e capacidade genuinamente brasileira

³³ TELLO, Francisco José León. SANZ, Maria Virginia Sanz. *Estética y teoría de la arquitectura en los tratados españoles del Siglo XVIII*, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1994; MATEUS, João Mascarenhas. *Técnicas tradicionais de construção de alvenarias – a literatura técnica de 1750 a 1900 e o seu contributo para a conservação de edifícios históricos*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

³⁴ BRETAS, Rodrigo. *Op. cit.*, p. 25 e 26.

³⁵ PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, p. 67.

³⁶ BAZIN, Germain. *A Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1983.

de produção artística diferenciada.³⁷ A fundação do órgão responsável pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que receberia várias denominações ao longo dos anos, completa esse cenário em que as questões, relativas à tradição e continuidade dos conhecimentos técnicos construtivos, deram lugar à busca de comprovação da genuinidade criativa brasileira.

A apresentação de Aleijadinho por Bretas como autodidata, livre das influências externas, foi fundamental para consolidar a ideia modernista de criatividade mulata apresentada como capaz de suplantar todo o arcabouço estético do desenvolvimento do maneirismo ao rococó constituído externamente às fronteiras locais.³⁸ Essa postura ufanista impedia a avaliação da real relevância das formações culturais e trânsitos internacionais de referências estéticas e técnicas do século XVIII. A Capitania de Minas precisa ser considerada dentro do universo amplo de trânsito cultural do Império português, que se relacionava tanto com outras capitanias quanto com a Europa, a África e a Ásia.

A formação de um universo ideológico em torno de um personagem único consumiu boa parte das energias dispensadas às pesquisas sobre a arte e a arquitetura setecentista mineira.³⁹ O trabalho documental de levantamento e pesquisa, durante boa parte do século XX, respondia a necessidades criadas por uma celeuma a respeito da veracidade de informações dessas duas fontes, do vereador e de Bretas, consideradas formadoras, especialmente por sua proximidade temporal com o tema. A figura de um artista solitário e genial obscurecia a existência e o valor do trabalho em conjunto e da transferência de conhecimentos técnicos entre os diferentes formadores da sociedade setecentista mineira.

Ainda assim, através das buscas por informações a respeito do Aleijadinho a partir das indicações de Bretas, para prová-las e para rebatê-

³⁷ CARPEAUX, Otto Maria. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 8 de julho de 1961 *apud* RUBINO, Silvana. *As fachadas da História: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991, p. 38.

³⁸ ANDRADE, Mário de. *Aspectos das artes plásticas no Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984, p.13.

³⁹ LIMA Jr., Augusto de. *O Aleijadinho e a Arte Colonial*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1942, p. 14.

-las, foi possível descobrir uma série de documentações inéditas sobre a produção arquitetônica e a dinâmica social do período. Da mesma forma, foi durante essas pesquisas que se pôde conhecer mais a respeito de seu atribuído pai, Manoel Francisco Lisboa, e sobre a influência portuguesa, em consequência, sobre a produção mineira. Devido a posturas de análises tipicamente modernistas, e sob a égide do nacionalismo do período, em muitos textos, essa influência aparece obscurecida.

A ideia de obras feitas com alto grau de espontaneidade também descende dos parâmetros de originalidade como resultado do gênio individual. Todavia, no caso específico do trabalho em pedra, existe uma forte vinculação a parâmetros muito mais rígidos e definidos por uma tradição não só estética e conceitual como também prática e pragmática.

Apesar de o conceito de invenção ser positivamente elogiado nos documentos da época, no século XVIII, a própria noção de inovação tem sentido muito relativo.⁴⁰ A ideia de imitação dentro do conceito de *mimesis*⁴¹ tomava com muito mais força o pensamento baseado nas tradições construtivas e nos modelos de representação e organização que deveriam ser adequados às circunstâncias e necessidades locais.⁴²

Provavelmente por reconhecer essas questões, Lourival Gomes Machado é o responsável, pelo que Rodrigo Melo Franco de Andrade classificou, ao lado do ensaio de Lucio Costa sobre o risco da Igreja de São Francisco em São João del Rei, de “únicas contribuições consistentes e importantes até agora, visando à exegese das composições de escultura do Aleijadinho”.⁴³

Publicado originalmente em 1956, o autor defendia a ideia de que os painéis de Aleijadinho teriam como modelo os baixos-relevos de Loren-

⁴⁰ BASTOS, Rodrigo Almeida. *A maravilhosa fábrica de virtudes: o decoro na arquitetura religiosa de Vila Rica, Minas Gerais (1711 -1822)*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade de São Paulo, 2009, p.109.

⁴¹ Cf. *Ibidem*, p.36.

⁴² Cf. SELIGMANN-SILVA, Márcio. Introdução/Introdução: Mimesis, tradução, enargéia e a tradição do ut picturapoiesis. In: LESSING. *Laocoonte, ou sobre as fronteiras da pintura e da poesia*. Introdução, tradução e notas de Seligmann-Silva. São Paulo: Iluminuras, 1988, p.7-72.

⁴³ ANDRADE, R., 1968 In: MACHADO, Lourival Gomes. *Barroco mineiro*. São Paulo: Perspectiva, 2003. p.15.

zo Ghiberti feitos para as portas do batistério de Florença.⁴⁴ Seu trabalho para a análise das obras de cantaria mineiras do período setecentista traz as vantagens de estabelecer relações com as influências das gravuras e fontes escritas europeias além de apontar com veemência para a importância das intervenções e disputas no universo das ordens leigas e das irmandades como clientes e promovedoras dessa arte.

O movimento moderno do início do século XX foi caracterizado, entre outros aspectos, pelas respostas arquitetônicas e ideológicas de caráter racionais e funcionalistas em oposição às preocupações estéticas dos estilos ecléticos em voga no período. As questões ligadas às aparências externas ou ornamentais, tão importantes para a cantaria setecentista, foram submetidas a princípios funcionais na famosa fórmula *forma segue função*.⁴⁵

Lucio Costa, um dos principais expoentes do modernismo no Brasil, foi convidado, em 1937, por Rodrigo Melo Franco de Andrade, para participar do IPHAN como consultor técnico contratado,⁴⁶ influenciando diretamente o tratamento dado aos assuntos ligados ao patrimônio construído em Minas.⁴⁷ Uma das preocupações dos modernistas que Lucio Costa defendia era com a *verdade do material*, uma expressão usada para evidenciar a importância da apresentação direta da realidade construtiva sem a subversão de elementos estéticos que a escondesse.

Entretanto, no caso das obras setecentistas mineiras, essa forma de pensar a arquitetura não encontra adequação imediata, uma vez que o uso de elementos decorativos era comum exatamente para ocultar a materialidade das obras, de forma a torná-las transcendentais em respostas às necessidades espirituais do programa religioso de então. As mais importantes obras de pedra feitas no período tendiam a se encaixar na classificação moderna de elementos decorativos e, portanto, menos tendentes aos elogios do grupo modernista.

⁴⁴ MACHADO, Lourival Gomes. *Barroco mineiro*. São Paulo: Perspectiva, 2003, p. 223-256.

⁴⁵ Originalmente adotada por Louis Sullivan no final do século XIX nos Estados Unidos na chamada Escola de Chicago, a frase é mais comumente associada a Ludwig Mies Van der Rohe por sua atuação na corrente funcionalista da Escola Bauhaus na Alemanha.

⁴⁶ COSTA, Lúcio. *Registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995, p. 438.

⁴⁷ Cf. BURY, John. *Arquitetura e Arte no Brasil Colonial*. São Paulo: Nobel, 1991, p. 12.

A arquitetura Setecentista mineira, de fundamentação clássica, em grande parte mural e decorativa, tem justamente no ornato um fator de expressão fundamental. A apreciação dessa arte se perdeu na leitura contemporânea da arquitetura do passado, apesar de a decoração lavrada em pedra de alta qualidade requerer tanto quanto, se não mais, proficiência técnica que a própria escultura.

A produção moderna brasileira removeu essas características e seus elementos dos edifícios em nome dos preceitos ideológicos e estéticos defendidos pelo estilo internacional do século XX. Com isso, as considerações estéticas e do desenvolvimento de tecnologias deixaram de ser do âmbito do talhe, do desbaste e da lava, próprios da arte da cantaria, para limitar o uso da pedra a revestimentos. Nesse contexto, a serra tomou o lugar do cinzel como instrumento fundamental e, no lugar das pedras talhadas pelos canteiros, o material ficou relegado ao uso de placas para pisos e paredes.

O discurso modernista de desenvolvimento natural da arquitetura brasileira, da colonial para a moderna, coloca a técnica da taipa como a precursora do uso do concreto. A taipa é apresentada por sua estrutura independente da vedação tão ao gosto da arquitetura moderna corbusiana.⁴⁸ Lucio Costa chega a chamá-las de *barro armado* por seu sistema de distribuição de cargas muito semelhante às propostas contemporâneas das estruturas em concreto.⁴⁹ Os relatos do Padre Anchieta sobre o uso dessas técnicas, nas primeiras décadas após o descobrimento, servem de cabedal histórico de autoridade para justificar as características de brasilidade da nova arquitetura do concreto armado.⁵⁰

Apesar de Paulo Santos indicar que o uso tradicional da taipa no Algarve, em Portugal, estaria ligado ao da pedra de cantaria e de se saber que, também nas Minas, essa conjunção é muito comum, o mesmo autor prefere citar o exemplo da Matriz de Catas Altas, onde esteios de madeira e de taipa de pilão convivem com a alvenaria de pedra do fron-

⁴⁸ SANTOS, Paulo F. *Barroco e o jesuítico na arquitetura do Brasil*. Rio de Janeiro, 1951, p.84.

⁴⁹ COSTA, Lucio. Documentação Necessária. *Revista do SPHAN*, n.1, 1937.

⁵⁰ SANTOS, Paulo F. *Op.Cit.*, p. 83 e 84.

tispício acrescentada posteriormente.⁵¹ A esse exemplo adiciona outros que permitem perceber sua postura de tomar a alvenaria de pedra como uma técnica posterior de ampliação e transformação das pequenas ermidas em capelas-mores das igrejas construídas em seu redor⁵² a partir da terceira década do século XVIII.⁵³ A construção em pedra passa a ocupar um lugar secundário nesse discurso de justificação pelas técnicas construtivas tradicionais das escolhas contemporâneas onde a taipa responde melhor aos argumentos modernistas.⁵⁴

As intervenções modernas sobre os monumentos do passado derivavam dessa mesma postura. Ao escolher desvincular cada uma das novas intervenções, de forma a deixar clara a separação e distinção entre o que era original dos elementos substitutos, houve uma tendência ao uso do concreto. Isso somado às dificuldades para a apreciação da arquitetura setecentista em pedra e de sua manutenção sem conhecimentos relativos à cantaria levaram ao uso deliberado de peças de concreto na substituição dos elementos de cantaria deteriorados, especialmente em caso de colapso ou desgaste irreversível.

A ausência de preocupação com a arte da cantaria em boa parte da literatura de formação profissional disponível sobre a arte e arquitetura mineiras Setecentistas ajuda a explicar o fato de que, mesmo entre os profissionais da área, o termo cantaria é pouco conhecido. Essa ignorância associada à despreocupação com a história da técnica e com a materialidade e construtibilidade da arquitetura tem consequências práticas notáveis no campo da conservação e do restauro do patrimônio construído de cantaria.

A importância do método construtivo e o uso correto das técnicas tradicionais, durante o século XX, foram raramente considerados como elementos fundamentais na preservação. Com isso, as decisões acerca da conservação e restauro do patrimônio construído nacional, apesar de

⁵¹ HAUPT, Albrecht. *Die Kunst der Renaissance in Portugal*, 1890, Apud. SANTOS, Paulo F. *Op. Cit.*, p.81.

⁵² *Ibidem*, p.86.

⁵³ *Ibidem*, p.90.

⁵⁴ VASCONCELLOS, Sylvio. *Vida e obra de António Francisco Lisboa, o Aleijadinho*. 2.ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979, p. 21.

tomadas por profissionais competentes e bem intencionados, por vezes acabam por comprometer algumas obras mineiras setecentistas, por se limitarem à aparência externa e superficial, sem uma real preocupação nem com o saber-fazer nem com o uso do material original.

O trabalho com a pedra tem no tempo seu componente fundamental. Ele tanto é indispensável na concepção e montagem das peças quanto está presente na garantia de longa estabilidade de um dos materiais mais duráveis do mundo.⁵⁵ Nos dias atuais, a preocupação com a rapidez da construção, as considerações superficiais de uma era em que os produtos e valores são instantâneos podem ajudar a explicar a decadência da prática da cantaria.

Entre os motivos de seu declínio está o desenvolvimento de técnicas inovadoras para a produção de outros materiais no séc. XIX. A produção de tijolos foi alvo de um grande desenvolvimento industrial, enquanto a extração e o corte da pedra continuaram a ser feitos de forma manual até o final do século, quando o uso das primeiras perfuradoras mecânicas e das primeiras serras sem fim se generalizou.⁵⁶

Ainda mais importante foi o advento do concreto armado. O desenvolvimento dos métodos de cálculo adequados a esse material e aplicado a fundações, pilares, vigas, lajes e coberturas foi adotado pela durabilidade, resistência e normalização da qualidade de execução. A mão de obra passou a se especializar dentro desses novos processos de execução. A reconstrução europeia depois das guerras no século XX deu incremento ao concreto armado com o aumento da procura e aperfeiçoamento tecnológico.

O ensino, em sua nova modalidade organizada em escolas e não mais em oficinas, em consequência, voltou-se aos novos sistemas. Na década de 1950, o tema das alvenarias já havia sido praticamente eliminado do currículo acadêmico. Sem encomendas suficientes, as fábricas e oficinas de cantaria não puderam garantir a passagem de conhecimento pelas vias tradicionais.⁵⁷

⁵⁵ McRAVEN, Charles. *Building with stone*. New York: Lippincott & Crowell, 1989, p. 8.

⁵⁶ MATEUS, João Mascarenhas. *Técnicas tradicionais de construção de alvenarias – a literatura técnica de 1750 a 1900 e o seu contributo para a conservação de edifícios históricos*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002, p. 52.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 59.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que isso ocorria, cresceu a preocupação internacional com o restauro de monumentos executados em pedra, os quais encontraram as suas raízes em correntes nacionais, desenvolvidas ao longo de todo o século XIX. A discussão tomou âmbito internacional com o debate do problema das técnicas a serem usadas nas intervenções de preservação.

O uso das técnicas tradicionais passa a figurar nas Cartas do Restauro, como a italiana de 1932, a Carta de Veneza de 1964 e a Carta do restauro de 1972. Elas aludem ao uso de novas tecnologias somente nos casos em que as tradicionais não deixam perceptíveis a intervenção do novo sobre o velho. Somente em 1987, na *Carta italiana della conservazione e del restauro degli oggetti d'arte e di cultura*, o uso da técnica tradicional passou a ser considerado aplicável não só aos simples melhoramentos das condições estáticas mas também a muitos casos de *patologias ordinárias*.⁵⁸

Com isso tem-se uma nova necessidade de relembrar e revitalizar o saber fazer tradicional. A análise das obras a partir dos dados das tipologias arquitetônicas, sistemas estruturais e tipos de materiais, passou a ser disposta ao lado dos relatos dos velhos mestres como fonte tão importante quanto os documentos de arquivos das antigas fábricas e os tratados e manuais.

Como as publicações internacionais mais recentes sobre o tema costumam ser voltadas ao público dedicado ao restauro de peças históricas, a apresentação de moldes e formas de cópias toma um bom espaço em suas páginas. A literatura internacional sobre cantaria também tem uma vertente voltada às modernas tecnologias e indústrias, visando à difusão e divulgação nas feiras em Carrara e Verona, por exemplo. Seus maquinários se propõem a resolver qualquer problema construtivo com qualquer tipo de pedra. Ao tratar da cantaria histórica, os trabalhos tendem para o foco em tradições específicas⁵⁹ ou estudos arqueológicos.⁶⁰ A cantaria tende a ser apresentada nessas pu-

⁵⁸ Ibidem, p. 60.

⁵⁹ ROCKWELL, Peter. *Op. cit.*, p.15; PURCELL, D. *Cambridge stone*. Londres, 1967.

⁶⁰ BLUEMEL, Carl. *Greek Sculptors at Work*. London, 1955.

blições contemporâneas ou como uma indústria moderna e cheia de novidades tecnológicas, ou como uma arte em vias de desaparecer. Os dois grupos acabam por se posicionarem em partidos opostos, em que os que se dedicam ao valor histórico da cantaria veem as modernidades defensivamente, e as literaturas tecnológicas modernas tendem a ver o passado como obsoleto.

Por serem abordagens muito direcionadas, não apresentam uma contribuição direta para os casos gerais ou aplicáveis à produção setecentista mineira. A indústria do mármore decorativo italiano ainda é tão potente e sua referência clássica tão presente que boa parte dessas publicações se dedica a um tipo de material que tem resultados e características muito diferentes dos mineiros. Com isso, a produção escrita atual sobre o assunto no âmbito internacional nem sempre se mostra efetivamente útil para a realidade das necessidades de controle e recuperação do patrimônio setecentista da região de Ouro Preto.

Entre as diversas discussões e críticas acaloradas a respeito da arte e a arquitetura setecentista da região das Minas Gerais, boa parte gira em torno, especialmente, das questões plásticas, das escolhas estéticas, da atribuição de autoria e dos valores simbólicos ligados ao universo histórico e ideológico. Os pontos ligados às práticas construtivas, de um modo geral, não costumam aparecer como focais nesses trabalhos.

Apesar de existirem exceções importantes, infelizmente, as questões relativas às técnicas construtivas tendem a ficar em segundo plano nas pesquisas sobre a arquitetura brasileira. A formação acadêmica dos profissionais atuantes hoje em dia resente a falta de informações a respeito das técnicas construtivas tradicionais. Especialmente, a arte da cantaria ainda repousa em campos relativamente minoritários dentro do conjunto amplo das publicações sobre a arquitetura mineira do século XVIII.⁶¹

É claro que existem exceções importantes. O estudo a esse respeito,

⁶¹ Temos muito que aprender com os significativos passos dados em Portugal nos estudos da cantaria e das alvenarias tradicionais, especialmente citando o grupo de pesquisa liderado pelo professor Paulo B. Lourenço (Universidade do Minho), assim como por pesquisadores do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, como a Dra. Maria do Rosário Veiga e o Prof. José Delgado Rodrigues.

destacando-se o pioneiro Sylvio de Vasconcellos em 1958,⁶² ganhou força no Brasil, especialmente na década de 1980, entre outras, com obras de Gama,⁶³ Vargas,⁶⁴ Katinsky,⁶⁵ Motoyama⁶⁶ e a bem documentada dissertação de mestrado de Antônio Luís Dias de Andrade de 1984⁶⁷ a respeito dos sistemas construtivos próprios da região do Vale do Paraíba sob orientação de Benedito L. Toledo.

Com as mudanças ideológicas do final do século XX e a consciência das influências mútuas e globais entre as culturas, pesquisadores de diversos países vêm se debruçando na busca de conhecimentos sobre a produção luso-brasileira também no campo construtivo e técnico.

Atualmente, apesar dos esforços gerais e louváveis,⁶⁸ mesmo as publicações do IPHAN específicas sobre a arte da cantaria para a área técnica⁶⁹ são ainda muito superficiais, com dados insuficientes para a boa conduta prática diante do patrimônio.

A formação profissional de jovens arquitetos depende em boa me-

⁶² VASCONCELLOS, Sylvio. *Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura, 1958.

⁶³ GAMA, Ruy (org.). *História da Técnica e da Tecnologia*. São Paulo: T.A. Queiroz; EDUSP, 1985; GAMA, Ruy. *A tecnologia e o trabalho na história*. São Paulo: Edusp; Nobel, 1986; GAMA, Ruy. *Engenho e Tecnologia – contribuição à História da Técnica no Brasil*. São Paulo: Duas Cidades, 1983.

⁶⁴ VARGAS, M. (org.). *História da Técnica e da Tecnologia no Brasil*. São Paulo: EDUNESP; CEETEPS, 1994.

⁶⁵ KATINSKY, Júlio R. *Um guia para a história da técnica no Brasil Colônia*. São Paulo: Fau-USP, 1998; KATINSKY, Julio R. *Uso de pedras duras nas construções brasileiras. Primeiro Congresso do Fórum Matosinhense*. Matosinhos, 1993; KATINSKY, Júlio R. *Fontes primárias para o estudo da história da técnica no Brasil*. In: *Seminário Nacional de História da Ciência*. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de História da Ciência, 1997.

⁶⁶ MOTOYAMA, Shozo. *Prelúdio para uma História da Ciência e Tecnologia no Brasil*. São Paulo: EDUSP; FAPESP, 2004.

⁶⁷ ANDRADE, Antonio L. D. *Vale do Paraíba, sistemas construtivos*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

⁶⁸ MOURA, Nádia M. *Arquitetura em Pedra-sabão – Análise da Igreja de Santa Bárbara*. Goiânia: UCG, 2003; BITTENCOURT, Doris M.M. *Arquitetura de Pedra e Cal no Litoral Sul e Vale do Jacuí, nos séculos XVII e XVIII*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007; PEREIRA, Carlos Alberto; LICCARDI, Antonio; SILVA, Fabiano Gomes da. *A arte da Cantaria*. Belo Horizonte: C/Arte, 2007; SILVA, Zenaide Carvalho. *O lioz português – de lastro de nação à arte na Bahia*. Rio de Janeiro: Versal, 2008; RIBEIRO, Nelson Pôrto. *Alvenarias e argamassas*. Rio de Janeiro: In-Folio, 2009; COSTA, Antônio Gilberto. *Rochas e Histórias do Patrimônio Cultural do Brasil e de Minas*. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2009.

⁶⁹ ALMEIDA, Frederico. *Manual de Conservação de Cantarias*. Publicações do IPHAN, Programa Monumenta, 2000.

dida das fontes de informação utilizadas nos cursos de graduação. Sem conhecer as técnicas construtivas, é quase impossível esperar uma abordagem com visão ampla sobre as técnicas e história da arquitetura brasileira. Frente aos riscos imediatos de descaracterizações por vezes irreversíveis do patrimônio mineiro em consequência de descasos ou de intervenções inconsequentes,⁷⁰ torna-se inegável a urgência na atuação das disciplinas de teoria e história da arquitetura de forma a assumir o papel de estimular novos pesquisadores e de auxiliar na formação de profissionais preparados.

Temos a convicção de que não se poderá avançar na compreensão, na conservação e mesmo na fruição mais complexa de todos os elementos da Arte da Cantaria brasileira – materiais, profissionais, contextos naturais e edificados – ontem e hoje, se não considerarmos que a cada pedra desbastada e assentada sempre estão associadas vontades e demandas culturais, aspirações estéticas e conhecimentos técnicos, além de uma apropriação bem articulada do território natural.

Por fim, a experiência da Escola de Cantaria de Ouro Preto, vinculada à UFOP, que caminha para os seus 15 anos de atividades, é certamente um dos projetos pioneiros que merecem nossa atenção, apoio e que certamente nos mostra como a educação patrimonial, a formação profissional e a pesquisa tecnológica e acadêmica podem apontar soluções que o patrimônio brasileiro em pedra tanto precisa.⁷¹

⁷⁰ LEAL, Daniela Viana. A arte da Cantaria ao longo da Estrada Real – as produções do século XVIII no caminho do ouro em abordagens multidisciplinares. *Anais do II Encontro de História da Arte da Unicamp*. Campinas: 2006.

⁷¹ PEREIRA, F. L.; NOVAES, E. L.; PRADO, A. C.; SILVA, Fabiano Gomes da; PEREIRA, C. A. Oficina de Cantaria: reinvenção na conservação patrimonial. In: *4 Congresso Brasileiro de Extensão Universitária*. Dourados: 4 Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, 2009. v. 1. p. 221-231.

A FÁBRICA ARTÍSTICO-CONSTRUTIVA EM MINAS GERAIS NO SÉCULO XVIII: PRECEITOS, AGENTES E PROCEDIMENTOS DEDICADOS AO DECORO DAS POVOAÇÕES¹

Rodrigo Almeida Bastos²

Os procedimentos relativos à fábrica artístico-constructiva colonial estavam direta ou indiretamente subordinados a atividades dos vereadores das câmaras das vilas. Pretendo demonstrar que os vereadores e outros agentes coloniais estavam investidos e conscientes da responsabilidade por constituir, conservar e aumentar povoações cômodas e decentes. Tal disposição era frequentemente reafirmada em procedimentos habituais, correições gerais, vistorias, exames, pregões, análises urbanas, determinações e resoluções de âmbito povoador tomadas em convênio com ouvidores e corregedores designados pelo rei e seus conselhos, e na participação sempre providente dos governadores da capitania.

Implantada a vila, várias providências se tornavam necessárias para que se confirmasse a dignidade merecedora de sua nova condição política e administrativa. Elegiam-se prontamente os vereadores (geralmente três), dentre os “homens bons”, dois juizes ordinários, e erguia-se o pelourinho, representação da nova condição urbana e do poder metro-

¹ Publicado originalmente em BASTOS, Rodrigo Almeida. *A arte do urbanismo conveniente: o decoro na implantação de novas povoações em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014. Cap 3. Constituição, aumento e conservação do decoro das povoações, p. 131-180. Para esta edição, foram suprimidas algumas notas e partes do texto.

² Professor Doutor no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina.

politano.³ Era preciso que a vila representasse materialmente sua ascensão hierárquica, ao mesmo tempo em que proporcionasse aos seus moradores os proveitos dela advindos.⁴ Os próprios moradores concorriam ativamente – conforme cabedais e posses – para as construções de edifícios bastante significativos, como a Casa de Câmara e Cadeia, e principalmente nas reformas, capacitações e aumentos das igrejas matrizes, berços fidedignos e comunitários das repúblicas pias e cristãs. Essa participação *conveniente* dos moradores chegava a ser declarada “como era estilo”, ou seja, como um “costume”, segundo se pode verificar nos termos de ereção de algumas vilas mineiras, como Vila do Carmo e Sabará.⁵ Bastante frequentes também nesses Termos, na documentação ordinária correspondente à administração colonial e também nas petições para ereção de capelas durante todo o século XVIII, são os desejos declarados pelo “*augmento*” das povoações, das irmandades e ordens. As “fábricas” e seus “ornatos” deveriam servir-lhes, pois, como incremento

³ A estrutura administrativa das câmaras era bastante complexa, aumentando-se com o passar dos anos e as novas exigências da povoação. Há que se acrescentar aos vereadores e juizes ordinários os escrivães (encarregados de manuscruver e copiar os termos, cartas e mais papéis enviados e recebidos), os juizes dos officios (examinadores das fábricas e posturas referentes aos officios mecânicos, dos quais falaremos adiante) e seus escrivães, procuradores, almotacés (encarregados de inspecionar pesos e medidas e a taxação de gêneros alimentícios), alcaides e meirinhos (espécies de officiais de justiça setecentistas), tesoureiros, carcereiros etc. Cf. VENANCIO, Renato Pinto. Estrutura do Senado da Câmara. In: *Termo de Mariana: história e documentação*. Ouro Preto: ICHS/UFOP, 1998. p. 139-141. Cf. também as ACTAS da Câmara Municipal de Vila Rica (1711-1715). In: *Annaes da Biblioteca Nacional* (1927). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1936. p. 200-391; e também as ATAS da Câmara Municipal de Vila Rica (1716-1721). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 25, v. 2, jul. 1937, p. 1-166, 1938.

⁴ A elevação à condição de vila era almejada por muitos arraiais, mas apenas alguns a conseguiam. Uma série de fatores envolvia a escolha dos que a mereciam. A *capacidade* e a *comodidade* do sítio eram algumas delas, mas outras, de cunho político mais complexo, também ocupavam os governadores e os conselhos do rei, como apontou FONSECA, Cláudia Damasceno. *Pouvoirs, villes et territoires: genèse et representations des espaces urbains dans le Minas Gerais (Brésil), XVIIIe – début du XIXe siècle*. Tese (Doctorat en Histoire et Civilisations). École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 28 nov. 2001. (Directeur de thèse: Daniel Nordman). Cap. 7: Titres, privilèges et fonctions urbaines, p. 334-361.

⁵ Cf. APM, Seção Colonial (SC) 06, f. 14, 14v. Criação da Vila de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo. Cf. também o “Termo da erecção de V^a Real de N. S.^a da Conceição do Sabará”, APM. SC. 06, f. 23-24. No estudo da documentação setecentista, torna-se muito evidente o fato de procedimentos e práticas administrativas seguirem costumes e hábitos considerados bastante recomendáveis. Resoluções dos mais variados âmbitos eram orientadas “na forma do estilo”, “na forma do uso e costume”. Cf., além dos termos de ereção de vilas, p. ex.: APM. CMOP. 52, fot. 020. Eleição dos vereadores da câmara de Vila Rica. Vila Rica, 01/12/1745.

ou “acrescentamento” ético, concretizado e representado – pode-se dizer necessariamente – por uma via artístico-constructiva. A tendência que está indicada nessa constatação é que as fábricas parecem seguir não apenas a intenção de corresponder fiel e proporcionalmente a uma condição acomodada, quanto representá-la porventura mais digna e exaltada, um argumento eloquente e persuasivo da sociedade de representação colonial.

Entendo por *Fábrica artístico-constructiva* o conjunto de agentes, procedimentos e preceitos que congregavam e orientavam a coordenação administrativa, a regulamentação e a prática dos ofícios mecânicos relacionados às construções.⁶ Não se trata aqui de uma instituição oficialmente constituída, mas do conjunto de costumes e hábitos que caracterizavam os bastidores bem como os processos efetivos de resolução, licenciamento, contratação, execução e aceitação de obras. Mesmo para as obras contratadas por particulares, não diretamente atinentes à administração pública, os oficiais, artesãos e artífices competentes à fábrica mecânica dependiam, pelo menos em hipótese, de exames e licenças providas e registradas pelas câmaras municipais.⁷

⁶ Já havia denominado essa *Fábrica* “estrutura artístico-constructiva”. A continuidade das pesquisas permitiu reconhecer uma expressão mais coerente e abrangente, plenamente ativa aquele tempo. Cf. BASTOS, Rodrigo Almeida. *A arte do urbanismo conveniente*, Op. Cit., p. 134.

⁷ Cf. BOSCHI, Caio César. *Barroco mineiro: artes e trabalho*, São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 55-58. Cf. também VASCONCELLOS, Salomão de. Ofícios mecânicos em Vila-Rica durante o século XVIII. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 331-360, 1940. Apesar de constatar certa liberdade no trabalho dos oficiais mecânicos nos primeiros anos dos setecentos, já em 1725 Salomão de Vasconcelos identificou um edital da câmara indicando maior zelo respeitante à capacidade dos oficiais, de que dependia a “perfeição” com a qual deveriam estar contempladas suas obras: “Os juizes, vereadores e procurador da Camara desta Villa Rica etc. Fazemos saber aos que este nosso edital virem que, havendo consideração a que muitos officiaes de pedreiros e carpinteiros tomam obras grandes e pequenas de empreitada sem serem examinados pelos juizes do officio, como se costuma fazer em todas as partes do Reino, por cuja falta de examinação *fazem muitas obras imperfeitas em prejuizo dos donos dellas*, por cuja razão ordenamos que nenhum official dos ditos officios acima declarados não tomem obras de empreitada, por pequenas que sejam, sem serem examinados pelos juizes dos seus officios, e tendo os ditos officiaes cartas passadas em outras partes as apresentem a este Senado para se confirmarem, com pena de que todo o que faltar ás sobreditas condições será condemnado de cada vez em 12 oitavas para as despesas do Senado e 30 dias de Cadêa, fóra as custas dos officiaes que fazem a execução, e incorrerão nessa pena os juizes dos ditos officios que, por amizade, deixarem trabalhar os ditos officiaes sem serem examinados. E para que venha a noticia a todos, mandamos passar o presente edital, que se publicará e afixará nas partes mais publicas desta Villa. Dado em Camara de 20 de janeiro de 1725”. *Ibidem*, p. 334-335, (grifo nosso).

Apesar de atrair, sobretudo, “trabalhadores livres”,⁸ e o sistema português das corporações de ofício não ter definido o regime de organização associativa dos oficiais mecânicos na capitania de Minas, ou mesmo em outras partes da colônia,⁹ alguma etapa do processo de construção acabava inevitavelmente subordinada a esses procedimentos habituais. *Fábrica artístico-constructiva* é a expressão com a qual concluo conseguir abranger razoavelmente tanto os costumes e preceitos quanto também os próprios agentes administrativos e oficiais mecânicos responsáveis por essa verdadeira dinâmica constitutiva e conservadora das povoações. Existem estudos que contribuíram para o melhor conhecimento de algumas etapas ou procedimentos a ela concernentes, na colônia e na capitania, como os supracitados de Salomão de Vasconcelos, Maria Helena Flexor e Caio Boschi, mas nenhum desses intentava expressão abrangente para o que era preciso sintetizar.

A fábrica competente às obras concentrava-se, direta ou indiretamente, nas atividades dos vereadores das câmaras. Dentre as principais atribuições desses “zeladores das conveniências do povo”,¹⁰ especialmente aquelas relativas às *conveniências edificadas* da povoação, estavam:

- conceder aforamentos aos moradores que pretendiam construir casas, para a medição e demarcação dos quais os vereadores geralmente designavam o “arruador do conselho”¹¹;
- solicitar “riscos” e “plantas” para as obras públicas¹²;
- solicitar a redação dos “apontamentos” ou “condições” das obras pú-

⁸ BOSCHI, *Barroco mineiro: artes e trabalho. Urbanização e trabalho livre em Minas Gerais*, Op. Cit., p. 9-14.

⁹ Cf. FLEXOR, Maria Helena. *Oficiais mecânicos na cidade do Salvador*. Salvador: Prefeitura Municipal/Depto. de Cultura/Museu da cidade, 1974.

¹⁰ Cf. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico...*: autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos e offerecido a El Rey de Portugal, D. João V pelo padre D. Raphael Bluteau, clérigo regular, doutor na Sagrada Theologia, prégador da Raynha da Inglaterra, Henriqueta Maria de França, & calificador no sagrado tribunal da santa inquisição de Lisboa. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-20. Vereadôr, v. 8, p. 437.

¹¹ Todas as expressões entre aspas são literalmente as que encontramos na documentação primária.

¹² Em 04/01/1758, o senado acordava que o “alcaide” deveria dar parte a todos os oficiais mecânicos “para virem fazer Riscos os ditos dos ditos officios” que estavam na Casa da Câmara. APM, CMOP, 69, fot. 1037. “Auto de vereação”. Vila Rica, 04/01/1758.

blicas a serem construídas. Essas “condições” consistiam em verdadeiros *discursos projetivos*, pois continham desde relações de *medidas* e *proporções devidas* até a especificação e descrição de materiais mais convenientes, modos de arranjos construtivos, técnicas e procedimentos mais adequados às obras. As “condições” acompanhavam os “riscos” também quando as obras eram colocadas “em praça” pública para “arrematação”;

- colocar “em praça” as obras públicas para que fossem “arrematadas” pelo menor preço, desde obras maiores, como a construção das Casas de Câmara e residência do governador, até obras menores, como a “conservação” e o “conserto” de calçadas. O “arrematante” deveria apresentar um “fiador”, que ficava responsabilizado pela obra caso o arrematante não cumprisse as garantias ajustadas no contrato;¹³
- coordenar a eleição dos *Juizes e Mestres de ofício*,¹⁴ que seriam geralmente os responsáveis pelos importantes “exames”, “medições” e “louvações” das obras, públicas ou mesmo lançadas pelas associações leigas e irmandades, quando esses oficiais de *reconhecida autoridade* realizavam a averiguação nelas daquela imprescindível “perfeição”, como também da “conformidade ao risco” e da “conformidade às condições”. Quando não satisfeitos esses requisitos, os “louvados” poderiam solicitar “ajustes” “convenientes” à obra;

¹³ Cf., p. ex., o termo de fiança que fez Manoel Francisco da Costa em nome de Diogo Alves de Araujo Crespo “pela aRematação que fes daobra dos quartéis conforme a condiçaõ de Sua aRematação, e que em todo e por todo Seobrigava pelo dito Crespo [...]”. APM, CMOP 52, fot. 510. Vila Rica, 23/06/1745.

¹⁴ Além dos ofícios correspondentes à construção, como os de pedreiros, carpinteiros, entalhadores, marceneiros, carapinas, pintores etc., participavam dos mesmos exames outros oficiais mecânicos, como ourives, alfaiates, sapateiros etc. Os oficiais de determinada categoria se reuniam e elegiam aqueles que seriam os dois juizes do ofício correspondente. Citamos o termo de “Veriação” que elegeu Manuel Francisco Lisboa e Antonio Francisco Pombal para juizes dos ofícios mecânicos de carpinteiros no ano de 1735: “Termo de Veriação. Aos quatorze dias do mez de Janeyro de mil e Settecentos e trinta e sinco annos nesta Villa Rica de Nossa Senhora do Pilar de Ouro pretto, e Paços do Conselho a onde Seajuntaraõ o Juiz e veriadores e Procurador do Senado e sendo todos juntos AcordaraõSeguinte. [...] Acordaraõ fazer a Eleiçao de Juizes dos Officios Mecanicoz e Sahiraõ para Juizes de Carpintr. Manuel Francisco Lisboa e Antonio Francisco Pombal [...] Cujos officiaes foram publicados e mandaraõ Se apuraçem Súas Provizoes [...]”. APM, CMOP 36, fot. 316-317. Vila Rica, 14/01/1735.

- proceder, com o auxílio dos respectivos juizes e mestres, aos “exames de ofícios”, e assinar “cartas de exame”¹⁵ aos oficiais considerados capazes;
- elaborar termos de “*correição*” e “*acórdãos*”, nos quais se verificam várias disposições concernentes à utilidade, o bem comum, o decoro e à aparência da povoação e também à garantia pública das “servidões urbanas”: “conservação” e “conserto” dos caminhos, estradas e pontes; das paredes e muros de casas particulares; manutenção da “limpeza” nos arruamentos e calçadas;
- proceder a “vistorias” e análises – por vezes junto aos governadores, ouvidores e corregedores – da povoação, de sua “situação” e também de “partes” dela, praças, becos, arruamentos e edifícios públicos e particulares, a fim de se verificar e apontar as providências necessárias ao melhor “reparo” e resguardo da comodidade digna do ambiente urbano. Dessas análises poderia resultar também a escolha de sítios mais “adequados” e “convenientes” à implantação de novas construções e à abertura de novos arruamentos;
- coordenar a “preparação” e o “ornato” “necessário” da povoação em ocasião de festas e comemorações sagradas e profanas, como procissões, posses de dignidades eclesiásticas, nascimento, casamento ou morte de personalidades da realeza;
- intervir junto à Coroa e seus conselhos, ao governador e ouvidores, na solicitação de auxílio para as despesas de “conservação”, “reparo” e manutenção da povoação e de suas partes, inclusive as igrejas matrizes; solicitação de orientação a essas mesmas autoridades, por vezes ao próprio rei, nas resoluções que melhor conviessem também ao “aumento” das povoações.

As atividades das câmaras das vilas coloniais estavam reguladas pelas *Ordenações portuguesas*, as mesmas vigentes na metrópole. Herdeis-

¹⁵ “Aos quinze dias do mez de Novembro de mil e sete centos e dezenove annos nesta Villa de Nossa Senhora do Pillar de ouro Preto [...] Acordarão [o juiz ordinário e os três vereadores] a signar hua carta de exame feito a João Carvalho official de Carpinteiro”. ATAS da Câmara Municipal de Vila Rica (1716-1721). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 25, v. 2, jul. 1937, p. 1-166, 1938, p. 116.

ras de uma autoridade que remonta às antigas jurisprudências romanas, conservaram dessas algo de sua estrutura, e também da compreensão dedicada ao ambiente urbano da *res publica*, segundo se pode conferir em importante estudo de Francisco de Paula Dias de Andrade.¹⁶

Além das ordenações mais autorizadas, Francisco de Andrade percorreu algumas fontes bastante interessantes. São obras de juristas portugueses que, entre os séculos XVI e XVIII, redigiram tratados e legislações possuidoras de comportamentos e normas “relativas ao processo de urbanização brasileiro e também a regras sobre arquitetura urbana [...]”.¹⁷ Redigidas em latim – ainda nos seiscentos e setecentos –, fornecem elementos significativos, elucidativos da compreensão regular dedicada nesse tempo à *coisa pública* (*res publica*) edificada. O mais importante desses juristas, segundo Francisco de Andrade, foi Manoel Alvares Ferreira (1706-?), porquanto em seu tratado estava “incorporada toda a doutrina dos grandes juristas de seu tempo, portugueses e estrangeiros”.¹⁸ Devedor de uma compreensão de autoridade aristotélica-estoica, o conceito de “cidade” implícito a essas doutrinas reconhecia-a como um estabelecimento

a serviço do homem, um meio proporcionador do bem estar físico e espiritual às populações, por intermédio de locais e instrumentos apropriados às suas atividades e pela união e concórdia que devia manter entre seus habitantes.¹⁹

¹⁶ ANDRADE, Francisco de Paula Dias de. *Subsídios para o estudo da influência da legislação na ordenação e na arquitetura das cidades brasileiras*. São Paulo: Escola Politécnica de São Paulo, 1966. p. 22-32. A primeira codificação das legislações portuguesas ficou conhecida como “*Ordenações Afonsinas*”. Terminada em 1446, é considerada o primeiro código de leis posterior às codificações romanas produzido na Europa. Importa notar que a partir delas estava introduzido o sistema de representação indireta do povo na administração municipal, justamente através da representação dos *vereadores*. Ainda foram realizadas duas outras grandes codificações que procuraram incorporar “legislações extravagantes”, atualizando a complexidade das circunstâncias portuguesas. São elas as *Ordenações Manuelinas* e as *Ordenações Filipinas*. Esta última a que durante maior tempo atuou sobre a colônia, solicitada por Felipe I de Portugal e II de Espanha, elaborada entre 1595 e 1603. Idem.

¹⁷ *Ibidem*, p. 53.

¹⁸ O título da obra de Manoel Alvares Ferreira: “*Tractatus de Novorum Operum Aedificationibus, eorumque Nuntiationibus, et adversus construere volentes in alterius praerudicium*” (1750). *Ibidem*, p. 53; 56.

¹⁹ *Apud* ANDRADE, Francisco de Paula Dias de, *Op. Cit.*, p. 61.

Se a concórdia e a amizade representavam, segundo João Adolfo Hansen, as virtudes capazes de manter a coesão entre as partes do reino, a união e a concórdia entre os homens seria estimulada pela cidade “de locais e instrumentos apropriados”.²⁰ Ademais, sendo uma “propriedade” tanto dos homens quanto dos “lugares”, seria mesmo de se esperar que o decoro e a conveniência da cidade fossem compreendidos como um estímulo à virtude e ao “bem estar físico e espiritual” dos homens.

Atenções significativas eram dedicadas a dois dos aspectos que mais nos interessam para a compreensão de uma cidade a ser estabelecida “a serviço do homem”. Residiam na “utilidade” (bom desempenho das “finalidades comuns”) e também no apuro (ou asseio) dedicado à “aparência” das povoações. As definições das “servidões urbanas”, por exemplo, se diferenciavam das rurais não apenas pelo lugar onde se situavam, mas em decorrência de sua utilização.²¹ As edificações eram consideradas de extrema utilidade – sobretudo naqueles setecentos de carestias frequentemente declaradas –, o que impunha sua conservação permanente. Demolições deveriam ser evitadas, a não ser que o estado de ruína das edificações estivesse comprometendo os usos públicos e estivesse corrompendo a “beleza” e o “decoro” da cidade:

Um edifício é um feito útil. Interessa à coisa pública possuir muitos edifícios [...] e um feito útil à cidade não deve ser destruído, e além disso a eternidade da obra é útil porque redundando no decoro da Cidade; ‘a demolição é feita por causa pública e comum’. [...] para que o aspecto da cidade seja feito mais belo’. [...] a demolição das casas particula-

²⁰ Cf. HANSEN, João Adolfo. Artes seiscentistas e teologia política. In: TIRAPELI, Percival (org.). *Barroco memória viva; Arte sacra colonial*. São Paulo: Ed. UNESP; Imprensa Oficial do Estado, 2001, p. 180-9.

²¹ As “servidões” se dividiam em “rurais” e “urbanas”. Situadas sobre propriedade real de locais e terrenos públicos, eram privilégios concedidos ou disponibilizados ao uso comum da população. As legislações e jurisprudências estabeleciam dois tipos de servidão – afirmativas e negativas –, garantindo-as ou limitando-as por noções e parâmetros predominantemente públicos. Nove eram as servidões afirmativas, ou positivas: “escoamento das águas pluviais; passagens e acessos; apoio e transportes de cargas; introdução e lançamento de materiais de construção; remoção de lixo, de dejetos; abrigo; vista, panorama (*prospectus*); luz, iluminação; elevação em maior altura”. Quatro eram as servidões negativas: “não elevação a alturas superiores; não impedimento de luz natural; não impedimento de vista ou panorama; não impedimento de escoamento de águas pluviais”. AN-DRADE, Francisco de Paula Dias de, *Op. Cit.*, p. 65.

res deve ser feita quando o dono não cuida de sua restauração'. [...] o que corrompe o decoro da Cidade deve ser destruído. Devem ser demolidos os edifícios que corrompem a aparência da cidade' 'para que o aspecto da cidade se torne mais belo'²²

Procedimentos e preceitos

As atividades da *Fábrica artístico-construtiva* setecentista se efetivavam na prática habitual de *procedimentos* internos em que operavam *preceitos* bastante significativos. Tanto a razão de ser dos *procedimentos* como a matéria concentrada nos *preceitos* guardam relações diretas com as orientações competentes à melhor construção, conservação e aumento da dignidade e do decoro dos edifícios e das povoações. Essas relações ficam evidentes desde os termos através dos quais se consolidaram, mais ainda quando procuramos penetrar as circunstâncias e nos aproximar dos sentidos com que operaram.

Podemos identificar, então, os seguintes *procedimentos*: “condições” (redação das), “medições”, “louvações”, “exames”, “correições”, “vistorias”, “ajustes”. Como dissemos, no desempenho desses procedimentos operavam conceitos que compreendiam matérias imprescindíveis, permitindo aos agentes da sobredita *Fábrica* qualificar ou não a conveniência e a perfeição das obras. Denominamos *preceitos operadores*, alguns dos quais: “conformidade”, “conveniência”, “capacidade”, “segurança”, “perfeição”, “elegância”, “competência”, “ordem”, “ornamento”, “adequação”, “proporção”, “comodidade”, “necessidade”, “asseio”, “limpeza”, “compostura”, “dignidade”, “decência”, “formo-

²² FERREIRA, Manoel Alves. *Tractatus de Novorum Operum Aedificationibus...*, apud ANDRADE, Francisco de Paula Dias de, op. cit., p. 77: “Aedificium est actus utilis. Interest Reipublicae plura aedificia habere... nec actus utilis Civitati debet destrui, atque continuatio materiaturae est utilis quia redundat in decorem Civitatis’ (L. VI, D. VI, 15); ‘Fit demolitio ex causa publica & communi’. ‘...ut aspectus Civitatis fiat pulchrior.’ ‘...demolitio domorum particularium facienda est, quando dominus non curat de ejus restoratione’. (L. VI, D. I, 42, 46). [...] ‘... quod corrompit decorem Civitatis destrui debet. Dirui debent aedificia, quae Civitatis faciem corrumpunt’ ut aspectus Civitatis fiat pulchrior’ (L. VI, D. I, 1 e 39)” (grifo nosso). (Tradução do latim de Júlio César Vitorino).

sura” etc. Esses preceitos eram amplamente utilizados pelos agentes administradores originários da metrópole e também pelos vereadores e demais administradores locais, juízes, ouvidores etc.; pelos redatores das condições, louvados e juízes de ofícios; pelos procuradores dos moradores e também das irmandades; pelos poetas e cronistas narradores das festividades urbanas, constituindo um verdadeiro *corpus* de preceitos fundamentais à compreensão e à permanente edificação da povoação, construção, conservação e “acrescentamento” de ornatos. Investigar melhor a terminologia e o longo processo de consolidação das estruturas coordenadoras das práticas artístico-constructivas poderia contribuir bastante para o melhor conhecimento da cidade e da arte luso-brasileira. Ter-se-ia, todavia, que retroceder ao surgimento e assimilação desses procedimentos e termos ainda em Portugal e também na Itália e na Espanha,²³ pelo menos, nos prematuros séculos XVI e XV; porventura antes, procurando investigar seus usos, manutenção e difusão pelas colônias e os processos de constituição, acomodação e transformação de sentido. Um trabalho filológico e hermenêutico de admirável relevância, extensão e complexidade.²⁴

Com a presença mais frequente dos ouvidores de comarca, ouvidores gerais, superintendentes e corregedores designados pela coroa, as povoações passaram a receber importantes contribuições desses *visitadores*, agentes esporádicos do povoamento e da fábrica artístico-constru-

²³ Analisando o estudo e a compilação de documentos relativos à talha e ornamentação mobiliária do *Monasterio de El Escorial*, Madri, verificamos correspondências e semelhanças em vários dos termos e procedimentos que operavam no século XVI espanhol, no modo de se redigirem os “*contratos*” e as “*condiciones*”, em alguns princípios como a “*hermosura*”. AGUILÓ ALONSO, María Paz. *Orden y decoro: Felipe II y el amueblamiento del monasterio de El Escorial*. Madrid: Sociedad Estatal para la Comemoración de los Centenarios de Felipe II e Carlos V, 2001. Vale ressaltar ainda que, durante o período de 1580 a 1640, e malgrado a insatisfação lusitana, a colônia brasileira esteve sob o jugo da união das coroas concentrada em Madri – período em que se recopilaram e codificaram as *Ordenações filipinas*.

²⁴ Nesse sentido, em âmbitos e períodos bastante específicos, empreendeu Murillo Marx. Em *Cidade no Brasil, em que termos?*, Marx estudou alguns dos principais termos utilizados na administração e no trato cotidiano da edilidade nos séculos XVIII e XIX (principalmente este), procurando desenvolver reflexões que nos possibilitem não apenas compreender melhor o processo de formação das cidades brasileiras, como também críticas que estimulem e melhor subsidiem as ações e intervenções que atualmente emergem necessárias sobre essas mesmas cidades. Cf. MARX, Murillo. *Cidade no Brasil, em que termos?*. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

tiva setecentista. Traziam novos “riscos” e “plantas” da metrópole, mais bem “proporcionados”, e eram reconhecidos na colônia como verdadeiras *autoridades* nos assuntos da edibilidade urbana, à maneira de *louvados reais*.²⁵ Vinham também incumbidos de avaliar as “condições” dos edifícios públicos existentes e podiam solicitar até mesmo novas construções e reformas a fim de que se resguardasse o melhor desempenho da comodidade e a decência proporcionais às quais haviam sido originalmente destinadas as edificações; quando não criticavam os materiais utilizados, recomendando e adiantando, ainda nas primeiras décadas dos setecentos, a gradativa predileção pela dignidade e melhor solidez de materiais como a telha e a pedra. Inerente ao requerido *ajuste* das implantações, também a *justeza* das proporções construídas, como veremos, foi um dos modos de se procurar garantir uma melhor *distribuição* das edificações e da povoação, procurando resultar na conveniente adequação das estruturas construídas e também na economia dos recursos utilizados na construção e reforma de obras, arruamentos e praças.

A povoação era, portanto, uma obra processual e muito coletiva em suas mais significativas *eleições*, desde aquela dos sítios onde se implantá-la. As resoluções e determinações dificilmente eram tomadas de pronto. Em alguns casos, várias cartas, representações e plantas cruzavam o Atlântico destinadas ao próprio rei ou aos secretários do Conselho Ultramarino, na busca paciente pela resolução mais *conveniente*. Delongadas eventualmente até demais, as análises estendiam-se por vários anos, como no caso da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana. Exigiam-se crescentes *zelo* e *prudência* dos administradores locais, sob a coordenação

²⁵ O oficial ou juiz “louvado” era uma *autoridade*, que se reconhecia por experiência e prática. Recorrendo ao étimo, é possível perceber origens retóricas, radicadas no bom discurso e na noção de “elegância”, entendida esta como *apropriada eleição* (do latim *eligere*: eleger, escolher) dos argumentos e ornamentos. Raphael Bluteau apresentou para o termo: “Louvado. Gabado. *Laudatus* [...] Louvado, ou Juiz louvado. Vem de *laudum*, *laudator*, & *laudare* [...] *Laudum* queria dizer sentença de Juiz arbitro [...]”. Para “Louvar”, Bluteau acrescentou que é o “Dizer bem. Celebrar”. Curiosamente não registrou o termo “louvação”, e sim o de “Louvamento. Sentença dos árbitros, ou louvados, em que as partes se comprometterão [...] A acção, ou officio de arbitrar [...]”. “Louvor [...] deriva-se do grego *Laos*, que quer dizer Povo”, ou “se deriva de *Lao*, verbo, que quer dizer, Fallar de alguma cousa com elegancia”. Cf. BLUTEAU. Louvado; Louvamento; Louvar. *Op. Cit.*, v. 5, p. 190. Para a noção de “elegância” como “eleição apropriada das cousas, que se dizem, ou que se fazem com escolha, & com primor [...]”, cf. BLUTEAU. Elegancia. *Op. Cit.*, v. 3, p. 21.

dos quais estavam disponibilizados arruadores, oficiais, engenheiros, mestres e demais artífices da construção, integrados todos nos procedimentos e preceitos da fábrica artístico-construtiva Setecentista.

Os “Arruadores do Conselho”, reforma e realinhamento de ruas

Desde os primeiros anos sob o reconhecimento de sua nova condição política e hierárquica, a câmara de Vila Rica concedeu oficialmente os primeiros aforamentos aos moradores, aos já estabelecidos e aos novos, e licenças para que reedificassem mais dignamente suas moradas.²⁶ A estrutura dos arruamentos urbanos estava, a partir de então, por assim dizer, condicionada à medição e à demarcação dos chamados “aRuadores do Conselho”, oficiais estabelecidos no Conselho da Câmara à disposição dos vereadores.²⁷

No código primeiro da Câmara municipal de Vila Rica, guardado no *Arquivo Público Mineiro*, encontramos várias vereações procedendo a interessantes licenças solicitadas pelos moradores para “levantar seus rancho[s] de palha, de telha”. Nessas vereações, ficava declarada a atuação de um “aRuador do Conselho”, medindo e demarcando as concessões:

²⁶ Sistema de concessão de datas de terra herdeiras das antigas “cartas de forais” outorgadas nas criações de povoações durante a longa “Reconquista” portuguesa, principalmente a partir do ano 1000 d.C. As cartas de forais concedidas em Portugal tinham o objetivo de “dinamizar a vida urbana e econômica e estabelecer institucionalmente as próprias urbes”. Cf. ROSSA, Walter. A cidade portuguesa, In: PEREIRA, Paulo (org.). *História da arte portuguesa*. Lisboa: Círculo de leitores, 1995. v. 3, p. 248-249. As cartas de forais herdaram a tradição romana dos “foros municipais”, que consagravam “usos e privilégios antigos”. Cf. ANDRADE, Francisco de Paula Dias de, *Op. Cit.*, p. 21.

²⁷ Maria Helena Flexor indicou a presença desses oficiais mecânicos na Câmara de Salvador desde meados do século XVII. “Chegaram, [sic] os oficiais mecânicos a ocupar cargos, cuja função não intervinha nos problemas de primeiro interesse dos camaristas. Assim, ao lado de engenheiros, existia sempre peritos de carpinteiro e pedreiro com a função de colaborarem na categoria de ‘mestres peritos’ nos arruamentos, alinhamentos, medições, vistorias, avaliações das obras públicas e particulares. Para atingir esse cargo deviam ter pois o título de mestre e em alguns casos eram aceitos por terem sido juízes do ofício”. Cf. FLEXOR. *Oficiais mecânicos na cidade do Salvador, Op. Cit.*, p. 28.

Em 11 de Mayo de 1718

Ant.^o Nunes Ferr.^a: m.^{or} [morador] na Rua dir.t^a q.' vai p.^a a Igr.^a de N. Sr.^a da Conceipção pedio Lic.^a ao Senado da Cam.r^a p.^a Levantar Seu Rancho depalha, de telha; foi lhe concedida, epelo *aRuador do Cons.^o aRuado*, e medido e ficou de frente a frente vinte palmos de Largura á Rua; parte Com Joseph Gomes eda outra banda Com Joaõ de Souza, que para Constar fiz Termo de aRuação q.' aSignou oaRuador; e fica empoder do d.^o Ant.^o Nunes Ferr.^a. vereação da Cam.r^a [...]

Em 12 de Mayo, de 1718

Rodrigo da Costa, digo, da Rocha pedio Licença o Senado da Cam.r^a para Levantar hú rancho de palha com telha. foi lhe Concedida, e pello *aRuador do Cons.^o the foi medido eaRuado* dandolhe defrente tres braças aparte com Manoel Bap.^a [...] eda outra com Calçada q.' vem p.^a a freg.^a de N. Sr.^a da Conceipção, e ficou á Rua de Largo quatro braças, de que fiz termo [de arruação], q.' entreguei ao d.^o Rodrigo da Rocha. Vereação de Cam.r.^a [...]

Em 21 de Mayo

Antonio Peneda m.^{or} nesta Villa, pediu Lic.^a o Senado da Cam.^a para Levantar cazaz nos fundos doSeu quintal, foi lhe Concedida epello *aRuador do Cons.^o aRuado* e medido com trez braças de fronta [...].²⁸

Nesse mesmo códice, constam várias outras “Licenças” e “termos de aRuação”, entre e após as supracitadas, obedecendo ao modelo em que primeiro aparecem a data e o nome do morador, sua petição condicionada a reedificar mais dignamente seu rancho de telha ou casas, e a sempre presença do “aRuador do Conselho”, medindo e demarcando as larguras competentes. A fábrica de novas construções mais bem condicionadas – alinhadas ao desempenho dos arruadores da câmara que as demarcavam ajustando-as às confrontações particulares e aos novos limites estabelecidos com os arruamentos – contribuíram para a permanência, o aumento e a conservação das povoações. Construir de palha chegou

²⁸ APM, CMOP. 01, fot. 275-277. “Termos de aRuação”. Vila Rica, maio de 1718. (grifo nosso).

a estar “proibido”²⁹ em alguns lugares da capitania, como em São João del Rei, ainda nos primeiros anos de 1720. Os “termos de arruação” ademais evidenciam, ainda, costumes e procedimentos de um processo que, além de orientar uma espécie de *restabelecimento medido* dos caminhos e arruamentos preexistentes, deveria acompanhar a abertura de novos, acrescidos obviamente da concessão de novos aforamentos.

Embora tenha localizado essas “licenças” e “termos de arruação” nos prematuros anos de 1718, tenho razões para acreditar que façam parte de um processo deflagrado logo após a fundação da vila, em 1711. Preocupados com os moradores que construíam ranchos sem licença do senado, aos quais os vereadores aplicariam condenação “na postura do Conselho” e se lhes botariam “abaixo as suas custas”, os vereadores estendiam a resolução a todas as casas já começadas e ainda inacabadas. E mais: neste mesmo ano, em cinco de março, os vereadores passavam a exigir as mesmas licenças de “todos aqueles moradores que quizerem consertar ou redeficar algũa caza das que estão feitas, *para q. desta sorte se vão endireitando as Ruas*”.³⁰ Um processo de acomodação efetivamente *regular*, em que se procurava combinar, mutuamente, estruturas preexistentes e uma requisição geral de decência urbana – melhor aparência e permanência das construções, em conseqüente realinhamento urbano.

A própria rua Direita proveniente do arraial de Pilar (atual Visconde de Bobadela) subiria o Morro de Santa Quitéria com evidente regularidade, alargando-se o seu vão à medida que se aproxima da atual Praça Tiradentes. Contemplar essa rua de seu trecho inferior nos dá a impressão de que ela possui largura constante, o que acentua e intensifica a noção visual de linearidade e regularidade geométrica (FIG. 1). Mas é a deformação perspectiva que nos causa essa impressão de que aparentemente os arruadores se serviram. Quando se contempla a rua a partir da praça, percebe-se nitidamente que os alinhamentos das fachadas se abrem gradativamente ao se aproximarem dela (FIG. 2). Se esses alinhamentos

²⁹ APM, SC. 18, f. 113v.

³⁰ ACTAS da Câmara Municipal de Vila Rica (1711-1715). In: *Annaes da Bibliotheca Nacional* (1927). Rio de Janeiro: Bibliotheca Nacional, 1936. p. 230, (grifo nosso).

laterais se tivessem mantido rigorosamente paralelos – como sugere o olhar –, ao divisarmos a perspectiva da rua Direita em direção à praça, teríamos uma abertura visualmente estrangulada e até incômoda, aquém da dignidade de uma rua “Direita”.

Difícil concluir sem referências específicas nos documentos primários que os arruadores tiveram essa intenção de abrir gradualmente os alinhamentos da rua Direita. Mas essa espécie de *artificio urbano*,³¹ intencional ou não, impressiona pelo resultado; justamente naquela que, conforme sugeria a recomendação dos vereadores, se destinava a ser, por assim dizer, a mais “direita” das vias, proporcionando um aspecto urbano inegavelmente mais “vistoso”. Seria realmente esse – “vistoso” – o termo oportunamente empregado pelos arruadores e camaristas, como exatamente se deu na “vistoria” de realinhamento das ruas defronte à “praça” da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar. Em 1714, após o incêndio que havia danificado algumas casas na praça em frente à igreja, os vereadores resolveram “fazer vistoria nas cazas emsendiadas [incendiadas] no bairro de ouro preto para que se aRuacem de sorte que ficase a praça suficiente por ser defronte da igreja *para ficar mais vistoza aquella Rua*”. Acordaram, então – em companhia do juiz ordinário da câmara que também compareceu à “vistoria” –, “medindo e aRuando as de sorte que a Recuacem p.^a os fundos e ficace huma praça p.^a melhor aRuamt.^o desta nova V.^a [Vila] e por ficar defronte da matris daquele baiRo [...]” (FIG. 3 e 4).³²

³¹ Os artistas seis e setecentistas conheciam “artifícios” e recursos capazes de satisfazer os efeitos principalmente visuais requeridos pelas obras. Em 1733, durante a comemoração do *Triunfo Eucarístico*, Simão Ferreira Machado referiu-se a uma “*agradavel perspectiva para a vista, empenhada competencia de preciosidade, e artificio*”, ao dissertar sobre elementos de *arquitetura efêmera* preparados nas ruas para a passagem da solene procissão. MACHADO, Simão Ferreira. *Triunfo Eucharístico*, esemplar da christandade lusitana em publica exaltação da fé na solemne trasladação do Divinissimo Sacramento da igreja do Rosario, para hum novo templo da Senhora do Pilar em Villa Rica [...] (1734). In: ÁVILA, Affonso. *O lúdico e as projeções do mundo barroco II: áurea idade da áurea terra*. São Paulo: Perspectiva, 1994. p. 67-68. Cf. também a discussão sobre os artifícios relativos à criação de uma “desproporção proporcionada” (“inconveniência conveniente”) em HANSEN, João Adolfo. *Ut pictura poesis e verossimilhança na doutrina do conceito no século XVII*, In: *PARA SEGISMUNDO SPINA*: língua, filologia, literatura. São Paulo: USP/Iluminuras, 1995. p. 201-214; p. 207 *et seq.*

³² ACTAS da Câmara Municipal de Vila Rica. In: *Annaes da Bibliotheca Nacional*, p. 319, (grifo nosso).

Parece-nos ser legítimo acreditar que vistorias como essas, procedidas pelos oficiais, arruadores e camaristas, tenham sido decisivas para que se resolvesse abrir gradualmente os alinhamentos da rua Direita de Pilar em nome de uma perspectiva mais “vistosa” da rua. Ademais, é pouco provável que o caminho de ligação entre os dois arraiais tivesse exatamente essa curiosa conformação apresentada mais tarde pela definitiva rua Direita de Pilar, o que indica uma acomodação evidentemente mais regular que procurou tornar – a despeito da incomodidade topográfica – mais alinhadas e decentes as novas partes da povoação. Cumpre destacar que a noção de *alinhar*, *alinhamento*, com suas nítidas e significativas implicações urbanas, era entendida no princípio do século XVIII também como um aspecto relacionado à *decência*. “Alinhado” era o que estava “muito aceado”, e “alinhar-se”: “*comporse com aceio, com primor*”. Referindo-se a “Alinho”, Bluteau radicou-o ao étimo *Linea*, “que em latim he o mesmo, que o cordel almagrado [ou seja, tingido com pigmento vermelho], com que os carpinteiros, & pedreiros tomão medidas, e regulaõ o corte da madeira”. Ainda acrescentou Bluteau que “Alinho [...] he o *côcerto*, & *aceyo* das vestiduras, & *ornato* da pessoa, com *certas medidas*, & *proporçoens*, *requisitas para a compostura*, & *decencia*. *Concinnitas* [...]”.³³

Voltemos à reforma que pretendia tornar “suficiente” a praça de frente à Matriz de Vila Rica. O alinhamento “vistoso” dos limites ao largo da Igreja era oportuno também ao processo já iniciado em 1712 pelos próprios moradores de Vila Rica, quando estes começaram a providenciar reformas para o edifício da Igreja. Pode ser providente compreender integrados esses dois processos bastante decisivos para o decoro de Vila Rica: pois em 1712 os vereadores convocaram os moradores, como vimos, a consertar e reedificar suas casas de sorte que se “endireitassem” as ruas e, no mesmo ano, eles passaram a se dedicar às reformas da Matriz.

Pode-se imaginar o alvoroço gerado pelo variado processo de *au-*

³³ Cf. BLUTEAU. Alinhado; Alinharse; Alinho. *Op. Cit.*, v. 1, p. 259-260, (grifo nosso). Cf. especialmente o verbete “Alinhar”, em MARX, Murillo. *Cidade no Brasil em que termos? Op. Cit.*, p. 75, donde parti para a referência original em Bluteau.

mento de Vila Rica. Em 1711, a povoação era elevada à condição de Vila; no ano seguinte, os vereadores convocavam os moradores a reedificarem casas e se realinharem as vias; e, em 1714, esses mesmos decidiam vistoriar definitivamente as casas ao largo da Igreja a fim de que se arruassem “mais vistosas” as proximidades do edifício em reformas. Contribuindo com estas reformas, em 26 de novembro de 1712, D. João V concedeu o tributo de “meia pataca de ouro para cada barril de aguardente ou melado produzido nos engenhos da vila”, para que com eles se fossem “ajustando as obras da Igreja Matriz, que os moradores têm principiado, e da Camara, e Cadeia, [de] que necessitão”.³⁴ Não seriam essas, ainda, as reformas responsáveis por sua consagração definitiva – para a qual riscaram e obraram, entre outros, o sargento-mor e engenheiro militar José Fernandes Pinto Alpoim, e os mestres Antonio da Silva, Manuel Francisco Lisboa, Antônio Francisco Pombal, Francisco Xavier de Brito, Ventura Alves Carneiro etc. –, mas importa atentar que, logo após a implantação da vila, a sua Matriz teria dedicação constante, e crescente, dos moradores, prosseguindo até pelo menos a década de 1770, quando finalmente se pintou e dourou a nave e a capela-mor, já sem o zimbório, demolido nesse ano.³⁵

Procurando prover do necessário essas reformas significativas, atuaram pessoalmente os edis da câmara de Vila Rica. Argumentavam os vereadores o quanto seria digno da Matriz da vila celebrar-se nela “as funções da Republica com a devida solenidade, aparato e grandeza”, porque, além dos exercícios correspondentes às celebrações eclesiásticas, na Matriz também se davam as entradas e posses dos governadores da capitania. Assim, em Câmara de 30 de maio de 1730, acordavam uniformemente os vereadores que, pelos respeitos de que se faria “digna” a

³⁴ APM, SC. 3, f. 3v., (grifo nosso).

³⁵ Cf. BASTOS, Rodrigo Almeida. Alpoim e o zimbório da Igreja Matriz do Pilar em Ouro Preto: engenho e simbolismo na arquitetura religiosa do século XVIII. *Revista Designio: revista de história da arquitetura e do urbanismo*. Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/Área de Concentração de pós-graduação: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo. São Paulo, Annablume, 2009. n. 9/10, set./2009, p. 113-136, e também BASTOS, Rodrigo. *A maravilhosa fábrica de virtudes: o decoro na arquitetura religiosa de Vila Rica, Minas Gerais (1711-1822)*. São Paulo: Edusp, 2013.

igreja, concederiam auxílio para a continuação das obras da nova igreja com “mais capacidade e segurança”, em que era necessário “*aperfeiçoar* a obra da dita igreja para com a *devida decência* se celebrarem nela os ofícios divinos”. Ainda ficava declarado serem as obras todas para a “conservação e extensão das conquistas e interesses régios, e do público”, porquanto eram os “templos” o “mais firme e fixo fundamento, como colunas que são das repúblicas pias e cristãs”.³⁶ Pouco menos de um ano depois, em 4 de janeiro de 1731, adiantadas as obras, seria preciso demolir a antiga “Capella Mayor”. Antes, porém, cuidadosamente, “trasladar o Santíssimo” e as “Imagens” para outras capelas, como a de Nossa Senhora do Rosário e de São José, onde tivessem melhor “comodidade” até que se findassem as “obras necessárias”. A transladação correria, como salienta a sua “petição”, em “procissão na forma costumada”.³⁷ A provisão concordante à transladação foi assinada pelo Bispo D. Fr. Antonio Guadalupe na cidade do Rio de Janeiro – então sede do bispado que envolvia as Minas –, em 8 de janeiro do mesmo ano, e reafirmava aquela “forma costumada” de que já dava ciência a petição, a se realizar “com toda aquella decencia devida”.³⁸ Dar-se-ia, contudo, em 24 de maio de 1733, de todas a mais importante das procissões de transladação, no retorno do Santíssimo Sacramento da Capela do Rosário à Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar – ainda em preparação, é certo, mas já cômoda e capaz o suficiente para recebê-lo com aquela “solenidade, aparato e grandeza”. Celebraram-se, então, nesse “Triunfo Eucarístico”, vários dias de festas, comemorações e récitas, e a bênção da nova igreja, para as quais toda a vila se preparou. Consumou-se então – “por Ordem do Senado da Camera” –, o teatral retorno do “Santíssimo” ao “novo templo” Matriz, de que deu notícias o “natural de Lisboa, e morador nas Minas”, Simão Ferreira Machado.³⁹

³⁶ APM, CMOP.06, fot. 1177-1178, (grifo nosso).

³⁷ Construção da Matriz de Ouro Preto. *Revista do Archivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 7. 1902. p. 987.

³⁸ *Idem*, p. 988.

³⁹ MACHADO, Simão Ferreira, *Triunfo Eucharistico*, p. 67-68.

Decência, comodidade e proporção para as obras públicas

Atenção especial seria dedicada à conveniência e à comodidade dos edifícios públicos, como se pode constatar nas recorrentes discussões acerca das construções e condições desses edifícios. Se a povoação como um todo representava o reino e sua regulação, os edifícios públicos lideravam, por assim dizer, essa representação. As câmaras, por exemplo, ocupavam inicialmente “casas de morada”, até que se alugasse, se comprasse ou se edificasse finalmente o edifício decente aos ofícios que tão “nobremente” – palavras de um ouvidor – dentro dela se desempenhavam.

O próprio rei, por intermédio dos conselheiros do Ultramarino, interferiria diretamente nas resoluções referentes à “conveniência” das Casas de Câmara a serem construídas, ou à “inconveniência” das que existiam. Ocupar-se-ia dos custos de suas construções, se seriam os mais proporcionados, se correriam todos por conta das próprias câmaras ou se teriam auxílio da Fazenda Real. Em Ordem régia de 31 de janeiro de 1721, D. João V orientou o governador D. Pedro de Almeyda a chamar “alguns Letrados, dos mais inteligentes”, para saber o que poder obrar. Algumas câmaras, como a de São João del Rei, solicitavam auxílio da Fazenda Real, e muito elegantemente localizavam justamente na noção de “decência” – como declarava estar ciente o próprio rei – o principal fundamento de sua argumentação; sobretudo porque, reafirmavam, estava “proibido” construir “casas de palha”, e que as vilas se iam “aumentando” muito – vale ressaltar: também em dignidade –, “estando as mais casas todas de telha”. Alguns trechos da Ordem régia apresentam ainda outros detalhes interessantes à dinâmica que caracterizava as resoluções de âmbito político-constructivo, como a referência a administradores também envolvidos – o ouvidor e o corregedor da comarca –, a cujos cabedais a matéria edilícia também tocava:

Dom João por graça de Deos Rey de Portugal [...] Faço saber a vos Dom Pedro de Almeyda, Conde de Assumar Go-

vernador e Capitão General da Capitania de S. Paulo, e terras das Minas [...] Com a Resolução que a Camara de Villa Rica, tomara de por em praça hua *Caza de Camara, ecadeya de Taypa de Pilaõ, mandandoá aRematar por honze mil, oitavas de ouro, havendo quem com pouca diferença a queria fazer de pedra, e cal, por oito mil outavaz, o que tenhaiz estranhado, porque havendo Annos que os officiaiz da dita camara se acomodavaõ em hua caza ainda que de Madeira, se não podessem agora alojar em hu Pallacio, menos Sumptuozoz que o q.' intentavam, podendose Reduzir a menor ambito, eestreitarse a grande despeza, e que nesta confuzaõ vendo a obra aRematada, e a inconveniencia dellas, chamastez alguns Letrados, dos maiz inteligentez, para saberdes o q.' podias obrar, porem que todos vos disseraõ, q.' a tal materia tocavaõ ao Corregedor da Comarca, asim para não Consentir na tal obra, antes de feita, como para não levar em conta a despeza, no caso, que a fizessem, e q.' nestes termos não se podia embaraçar a sua execuçaõ [...] na concideraçãõ de ser *desnecessaria taõ grande obra*; e despenderse nella taõ Mal o dinheiro, dos povos podendo-se fazer Com menos Custo, e q.' tambem a Camara de Sam Joaõ del Rey Cabeça de Comarca do Rio das Mortez vos tinha feito varios, e Repetidos, Requerimentos, para ordenar ao Provedor da Fazenda Real, que por conta della *fizesse Caza da Camara para os seus aptos*, e Cadea para os prezos, alegando varios exemplos, em que Mostravaõ Ser da minha Real obrigaçaõ fazer as obrasz publicaz [...] por vos ter mostrado a experiencia das Rendas das Camaras, andam sempre Muy mal administradas, Sendo em algumas muito Crescidas, e por vos parecer maiz natural que dellas se devia fazer a tal obra, e não da fazenda Real de que porcederá Repetirem dentro de seu Requerimento, *Reprezentando varios fundamentos, Sendo O principal que a dita Villa se hia augmentádo Muito, e que não era decente, que havendo muitos particullares Nella com cazas nobres, andaçem os officiaiz publicos, pedindo por emprestimo hua Logea em q.' fizessem os seus actos, alem de estar porhibido o fazeremse na dita Villa Cazas de palha, e so a sua Cadea se achar nesta forma, Estando as maiz cazas todas feitas de telha, e que se as maiz Camaras voz pediaõ se fizesse a obra a custa da fazenda Real, agora estavaõ em outros termos. Porquanto Vallerio da Costa de Gouvea acabava de Ouvidor e vendia seus benz entre os quaiz eraõ huas cazas, Suficientes Com Comodo para Camara, e Cadea [...] q.' Como se não achavaõ com a quantia prompta, para**

as comprar vos pediaõ quizesse suprir por imprestimo da fazenda Real, epotecando as mesmas Cazas e todas as rendas do Sennado, e hũ Resto dos Quintos do anno de mil e Sette Centos e quatorze [...] emquanto senaõ manda dar providencia Nesta materia, e em todo occazo ordeneiz, *que se facção [façam] em todas Villas das Minas, caza de Camara, e Cadeia, a porpoçaõ [proporção] da terra pelas Rendas das mesmas Camaras, fazendo se porem pregaõ as ditas obras; tendose todo ocuidado em que nellas não haja descaminhos [...]* que se continue o Lancamento dos Quintos como se praticava athegora, de nem huma sorte se devia devirtir a sua importancia; porque havendo sobejos, podem servir dehũ Anno para, o outro: El Rey Nosso Snr: O mandou por Joaõ Telles da Sylva, e Antonio Rodrigues da Costa Conselheiros do Seuconcelho Ultramarino, e Se passou por duas vias Antonio de Cobellos Pereyra, a fes em Lisboa oCCidental atrinta ehũ de Janeiro de mil e Sette Centos, e vinte, e hum.⁴⁰

Apesar da bem fundamentada petição dos camaristas, concluía Sua Majestade manter em suspenso o auxílio, sem divertir qualquer quantia da arrecadação e lançamento dos quintos. Justificava ordenando, pois, que se procurasse fazer Casas de Câmara e Cadeia à “proporção da terra” em “todas vilas das Minas”, “pelas rendas das mesmas”, em palácios certamente menos “suntuosos” do que intentavam, por exemplo, os camaristas de Vila Rica. Procurava-se, assim, proporcionar e ajustar as Casas de Câmara às necessidades continentais e circunstanciais a cada uma das capacidades e condições das povoações, evitando-se maiores despesas que demandassem auxílio da Fazenda Real.

Menos de um ano antes, visitava Minas Gerais o superintendente Eugenio Freire de Andrade. A capitania recebia constantes visitas de administradores que vinham não apenas inspecionar e “corrigir” a administração ordinária e a tributação como também contribuir com governadores e vereadores na circunspeccão necessária às resoluções que visavam a melhor acomodação e dignidade das povoações. Um dos objetivos explícitos de Eugenio de Andrade residia no exame e tratamento

⁴⁰ APM, SC. 18, f. 113, 113v, 114, (grifo nosso).

das casas de fundição; se estavam ou não adequadas, tanto para a comodidade e segurança quanto para o modo de se cunhar. Contentar esses visitantes era praticamente uma necessidade, o que fica evidente em trechos da carta. Assim que soube da chegada do superintendente ao Rio de Janeiro, solicitou o governador D. Lourenço de Almeida que ele passasse antes pela Comarca do Rio das Mortes, e examinasse a casa construída – na forma costumada do “paiz” – em São João del Rei. Eugenio Freire concluiu, contudo, que as casas estavam “*improporcionadas para o fim a que se destinavam e de muito débil formação*”, para nova construção das quais já trazia consigo uma “planta” – “mui grande e de diferente espaço do que cá se comprehendia”. Ainda nas disposições de custos justamente necessários, resolvia Eugenio Freire que, como a de Vila Rica não servia, dever-se-ia construir a nova em Vila do Carmo (futura cidade Mariana), pois era uma povoação “mais espaçosa e mais plana”:

[...] Logo q' soube da chegada do d.º Eugenio Freire ao Rio de Janeiro adiantey hum aviso a borda do Campo p^a q'daly fizesse Caminho pella V^a de S. João de El Rey na Com.c^a [comarca] do Rio das mortes e visse a Caza q' p^a a fundição aly tinha fabricado a Sua custa Franc.º de Amaral Coutinho como avisei a V. Mag.de; e nem esta nem aq' [a que] no ouro preto tinha oferecido o Dr. Manoel Mosqueira da Rosa lhe contentarão ao d.º Eugenio Fr.e por Serem Segundo elle dis *improporcionadas p.^a o fim a q'se distinvão e de m.tº debil formação*, Sem embargo de Serem fabricadas na forma em q' o Saõ athe agora todas as mais deste paiz, aonde faltão os materiaes necessr.ºs p.^a Se fazerem com differente fortaleza, eassentado q'as d.^{as} Cazas não podiaõ Servir, necessariam.e. *Sehaõ de erigir de novo na forma de huá planta q' o mesmo Eugenio Fr.e trouxe aqual ainda que muy grande e dediferente espacio do q' cá Secomprehendia; od.º Superintendente que he melhor Juiz que todos nesta matr.^a [...], mayormente Sendo preciso pagar aos [oficiais] q' o D.º Eugenio Fr.e trouxe de novo da B.^a [Bahia] [...]* pois aSenta Eugenio Fr.e q' como naõ Serve a do Ouro preto mt.º melhor fica nesta V.^a [do Carmo], tanto porq' he *mais espaçosa e mais plana*, como porq' fica mais Segura e mais bem guardada [...] No Rio das Velhas tinha eu mandado Suspende a Caza q' Se comessava a fazer por ter noticia já

q' Eugenio Fr.e trazia húa planta diversa do q' cá Se comprehendia Ser necessr.º, porq' todos estavamos entendendo q' os Cunhos poderiaõ ser de martello como em outro tempo estiveraõ por ordem de V. Mag.de mas agora com achegada de Eugenio Freire Se Reconheceo q' he necesr.º caza de excessiva largueza [...] que Se supponha preciza, em deixando a Caza *ajustada* nesta V.^a [do Carmo] [...] [Conclui o governador] q'necessariam.e ha de haver ainda antes q' se cheguem *aultima perfeiçã* as Cazas de fundiçãõ e moeda e â execuçaõ principal das ordens de VMg.de [...] V.^a do Carmo 20 de junho de 1720. Conde D. L.rº [Lourenço] de Almeйда.⁴¹

Tanto recomendável que também as igrejas contemplassem semelhantes considerações quanto às “proporções” consequentes à melhor distribuição e decoro. Além das regras eclesiásticas relativas à arquitetura religiosa, presentes nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, o privilégio do Padroado consentia que o rei e por extensão seus conselheiros atuassem diretamente nas ereções e reformas de igrejas matrizes, inclusive porque a Fazenda Real poderia contribuir diretamente para as suas fábricas, e, mais uma vez, a atenção às “necessidades” fundamentaria a execução de “plantas proporcionadas”. Assim, para “se evitar a dezordem com que regularmente se empreendem[iam] as obras das Igrejas Parochiais dessa Capitania”, D. João V mandava registrar e publicar – em todas as “partes em que for preciso” – em 02 de abril de 1739:

[...] Fuy servido determinar por Resolução de dous de Março deste prezente anno em Consulta do meu Concelho Ultramarino q.' os freguezes se não intrometaõ a Reedificar ou amplear as ditas Igrejas Parochiais, sem primeiro vos darem conta e ao Provedor da fazenda q,' *mandaraõ fazer planta proporcionada a necessidade* evitando superfluidades, com cominaçãõ q.' para as obras q.' se fizerem sem preceder a dita delligencia naõ mandarey concorrer com a parte q.' toca á fazenda Real [...].⁴²

⁴¹ APM, SC. 04, f. 249-249v.

⁴² APM, SC. 18, f. 99. (grifo nosso).

Obras para a comodidade pública, asseio e correção de edifícios, arruamentos e lugares

Obras bem menos custosas demandavam semelhante zelo dos administradores locais. A Câmara, como adiantamos, solicitava seus riscos e condições, para os quais deveriam concorrer predominantemente os juizes e mestres de ofícios.⁴³ Uma vez definidos, poder-se-ia colocar as obras em praça para a arrematação de suas execuções. Bem antes ainda do período dito “áureo” da Vila Rica, entre 1740 e 1760, encontramos várias vereações procedendo ao zelo conveniente à *res publica* edificada. Aparecem nos termos de vereação e acórdãos da Câmara desde os primeiros anos após a implantação da vila: colocação de obras em praça, acordos e ajustes de arrematação, editais e convocações aos oficiais para as eleições dos juizes respectivos, vistorias e providências visando à satisfação das servidões e a dignidade simultaneamente acomodática e aparente dos logradouros públicos, como o “conserto” e “asseio” dos caminhos, das pontes e das calçadas, providências para o “conserto” e reforma de obras e edifícios públicos, como a Casa de Câmara e Cadeia, e solicitação de riscos e condições para a construção de obras imprescindíveis à *comodidade* dos moradores, como a proporcionada pelos chafarizes.⁴⁴ Situados elegantemente em lugares de acomodação coleti-

⁴³ A mando dos vereadores, os juizes de ofícios e mestres também examinavam – além dos oficiais e obras respectivos –, possíveis casas onde se instalar, por compra ou aluguel, a câmara e a cadeia, como se pode ler neste “acórdão” de vereação anotado por Salomão de Vasconcellos, entre os anos de 1721 e 1726: “Accordaram que, por estar damnificada a Cadêa Casa da Camara, com ruina conhecida e que pedia concertos grandes, e com pouco mais se podia fazer Cadêa em que, com mais segurança, estivessem os presos da quella em que de presente se acham, e donde há poucos dias havião fugido alguns que lá estavam por delictos atrozes, e ser conveniente ao bem publico que haja Cadêa capaz para se reterem os delinquentes, que se comprasse a Casa do escrivão da Camara fronteira á Praça desta Villa; a qual foi avaliada pelo mestre carpinteiro José da Costa e seu escrivão Christovão Fernandes”. VASCONCELLOS, Salomão de. *Ofícios mecânicos em Vila-Rica durante o século XVIII. Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 4, 1940. p. 334.

⁴⁴ Nas ACTAS da Câmara Municipal de Vila Rica (1711-1715). In: *Annaes da Biblioteca Nacional*: p. 228 (“Termo de vereação q’ s e fez e se rezolueu o modo que se auia [havia] tomar p.^a se prepararem os caminhos” – 06/02/1712); p. 232 (“fazerem os caminhos” – 07/05/1712); p. 237-238 (“arremate” da construção da Casa de Câmara – 22/06/1712); p. 241-242 (providências para “milhoraRuam. t^o” – 13/07/1712); p. 246-247 (“aRematar os caminhos para se consertarem” – 27/08/1712); p. 249 (“vistoria” para capacitar ponte em Padre Faria – 17/09/1712); p. 259; 264 (obra da Cadeia

va, largos e praças, os chafarizes deveriam satisfazer a uma necessidade ordinária, “segura” e “permanente” de água, *decorando*, através de obra extremamente *necessária*, a urbanidade da povoação.

Recolhi condições para arremate e construção de um chafariz re-digidas a pedido do senado da Câmara de Vila Rica nos primeiros anos da década de 1730 que muito bem ilustram o detalhamento de vários aspectos e elementos decisivos e mutuamente concernentes à *utilidade*, à *comodidade* e ao *ornato* da povoação. Admirável notar como se articulam e se justificam, nas linhas dessas condições, aspectos todos *necessários*, de elementos construtivos imprescindíveis para a solidez e “capacidade”, até a descrição de ornatos, todos convenientes: “gatos de ferro” para a melhor união das juntas de pedra, “telhões”, “lages” e outros materiais em medidas “capazes” de proporcionar as “utilidades de todos”, procedimentos técnico-construtivos e ornatos apropriados, como a cruz para o arremate, o letreiro designativo da Câmara, as “bicas” e as “carrancas” do “frontispício de pedra lavrada da melhor forma que permite a pedra do país”. Para se resguardar a decência e o decoro da aparência, era providente assegurar a conveniência e o decoro da execução.⁴⁵

Os contratos ajustados entre o Senado da Câmara e os oficiais arrematantes, para os quais concorriam essas condições, impunham exames para a aceitação das obras. Aos juízes dos ofícios geralmente tocava tal matéria, não impedindo, todavia, que os vereadores e o juiz ordinário convocassem oficiais para a verificação das condições e do estado da obra. Guardando-se a execução conforme as condições e também o ris-

“em praça” – 21/01/1713); p. 304 (Editais para “se fazerem os caminhos para serventia desta Vila e seu termo[!]” – 29/01/1714); p. 309-310 (“fazer cadeya e acrecentar as cazas da camara [...] com a segurança nesceçaria e as pontes caminhos, e fontes desta Vila e seu termo [!]” – 08/02/1714); p. 322 (“posturas e taixas do comcelho; principalmente o *conserto das calçadas e limpeza da Vila*” – 20/04/1714); p. 344 (“desencia” para câmara e cadeia – 27/19/1714); p. 346-7 (“*impedimento*” a obra pela “*desformidade que cauzava ao aRuamt.*” [!] – 22/11/1714); p. 349 (arrematação da Casa de Câmara – 05/12/1714); p. 379 (“pergaõ na praça desta Villa a obra da Agoa que se quer trazer a praça della na forma dos apontamentos, que estão feitos neste Sennado” – 31/08/1715); Cf., também, ATAS da Câmara Municipal de Vila Rica (1716-1721). *Revista do Arquivo Público Mineiro*: p. 93-94 (“aRematar afactura daponte” – 07 e 11/01/1719); p. 102 (“aRematar afactura da CazadeCam.r^a [...] com aforma de planta que no termo de aRematação se expressa, epor extenço se declara” – 15/03/1719); p. 111-112 (“o aRuam.t^o dechãos do Cons.” – 05 e 26/08/1719).

⁴⁵ APM, CMOP. 3, doc. 11.

co⁴⁶ – elementos, processos construtivos, arranjos e medidas –, procurava resguardar-se o decoro ou a execução correta da obra, satisfeita pela “correção” de seu aspecto exterior e pela proveitosa satisfação das comodidades que a justificavam.

Em 18 de dezembro de 1718, os vereadores e o juiz ordinário da Câmara de Vila Rica convocaram dois oficiais de pedreiro para realizarem “vistoria e exame” para “Conserto e Reparo” da “condução da augoa para esta Praça”, contratada junto ao pedreiro João do Couto Carreira. João do Couto havia “prometido trasella, e Conduzillapellas bicas”, mas “em Razaõ da falha q. se tinhaõixperimentadonella [...] queria saber este Sennado a *forma e o estado da obra*”. Após receberem do Juiz ordinário o “Juramento dos Santos Evangelhos”, os dois oficiais de pedreiro – Francisco Pereira e Domingo Rodrigues – dirigiram-se à vistoria e acabaram terminando que “o estado em que achava a obra hera naõ ver correr augoa pellas bicas”, razão pela qual entendiam “ser necessario fundar a Cava que se achava feita em maiz duas braças para [...] poder chegar a esta Praça, e Sem este benefiço era defisil o virce [o vir-se] a d.^aaugoa Conduzida aesta praça [...]”.⁴⁷

Assim como essas, várias providências visavam a consertos, reformas e reparos em todas as partes da povoação. Competiam à cômoda e decente conservação das povoações, envolvendo todas as obras públicas, das mais vultosas às menores, e também as propriedades particulares. Para tanto, as “vereações” e “correições” da câmara que visavam a essas *correções das partes urbanas* eram, porventura, realizadas *in loco*, a partir do exame das condições por elas apresentadas, a seguir pela ponderação das possíveis resoluções competentes.

O teor dessas correições urbanas era bastante variado, abrangendo dos detalhes até significativas extensões de arruamentos. Acordava-se,

⁴⁶ Ilustramos com o “Auto de vereação” que confirmou a execução de riscos solicitados pelo senado a Manuel Francisco Lisboa para uma ponte e para o famoso *Chafariz do Alto da Cruz*: “Aos trinta dias do mes de Dezembro de mil Sete centos Sincoenta e Sete anno nesta Villa Rica de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto [...] Acordaraõ em mandar passar mandado eoaSignaraõ Logo, a Manoel Francisco Lisboa procedidos dos Riscos que fez por ordem deste Semnado, paraaponte da Itaubira, eoutro para ochafariz do Padre Faria do Alto da Cruz [...]”. APM, CMOP 69, fot. 1027-1028.

⁴⁷ APM, CMOP. 01, fot. 313, 314, (grifo nosso).

por exemplo, exigir dos proprietários o conserto de muros e paredes de casas que se apresentassem inconvenientes e em condições de “ruína” (em casos de adiantada “corrupção”, solicitava-se mesmo a demolição); que conservassem “limpas”, “compostas”⁴⁸ e “asseadas” as ruas defrontes de suas casas, “encanando” “águas sujas” que causassem prejuízo, atente-se, não apenas aos “vizinhos”, mas a toda a “República”; que ajustassem o nível e consertassem suas “calçadas”; que chegassem as “testadas” de suas casas até as “balizas” “medidas” e “determinadas” nas próprias “correções”, com as quais, fica evidente, pretendia-se alinhar ou realinhar continuamente os arruamentos. Se não se tornassem retos os alinhamentos, pelo menos contínuos, sem causar “embaraço” ou “desformidade” aos arruamentos. Atingindo as partes prejudicadas da povoação, procurava-se resguardar não apenas a *utilidade* e a *comodidade* do lugares públicos, como também a *dignidade* de sua *aparência*. O conserto e a conservação de cada uma das partes urbanas representavam a integridade da povoação e de toda a *res publica*, por extensão do reino.

O dia 16 de novembro de 1745, em Vila Rica, parece ter sido um desses dias dedicados e essas resoluções responsáveis pela correção e decoro da *coisa pública* urbana. O “Auto de Correção” dessa data é farto de acórdãos e resoluções muito interessantes, alguns dos quais citamos:

Auto de Correção Geral [...] em 16 de Novr.º de 1745

Acordarão em acto de correção geral que Francisco Gomez de Oliveira encanasse as agoas Sujas, que vem a Sahir a Rua por hum cano que passa pelas cazas do Supplicante, o qual cano traz agoas fetidas, e de toda Serventia da Casa do dito Gomez [...] Razaõ porque mandaraõ fosse notificado o dito Gomez para que no termo de quinze dias pacasse [pasasse] as agoas, por baycho da Rua Comsumindo-a por cano, *de Sorte, que naõ appareçaõ mais pelo prejuizo que podem Cauzar naõ Sõ [só] aos vezinhos, mas tambem aquem passa, ejuntamente porque as Ruas publicas devem estar muy*

⁴⁸ “Termo de Acórdão” (04/04/1720): “Acordarão mandar que oporteyro desta villa lançasse ese pregam por ella que tdos os moradores p.^a a festa do Corpo de D.s tivessem as ruas Limpas e compostas.” ATAS da Câmara Municipal de Vila Rica (1716-1721). *Revista do Arquivo Publico Mineiro*, p. 128-129.

Limpas, eaceadas, tudo com pena de Ser Prezo; Se no termo mencionado não tiver satysfeito aeste Acordaõ, eda Cadeya Semandar fazer tudo aSua Custa, alem da Condemnação que Serã á arbitrio do Senado [...]

Acordaraõ que Martins Levantasse parede de pedra no Seo quintal, para o que foi notisciado, *por não Ser conveniente as gravatas que tem nelle Servindolhe de parede*, para o que Selhe concedeõ o tempo de quinze dias [...]

Acordaraõ que o Almotacel actual fizesse correr agoa no Xafariz do Padre Faria pelas duas bicas dos cantos, visto não chegar ágoa para todas tres

Acordaraõ no fundo do Padre Faria que Joã Martins Sequeyra, *consertasse, eaLimpasse o beco athe a ponte* [...]

Acordaraõ no alto da Caza da Camara que o Cappitaõ Lourenço Dias Rosa Lancasse [lançasse] fora as agoas Sujas que saem para a Rua nova hum cano que vem das Suas cazas, *por cauzarem muyto prejuizo a Republica as ditas agoas* [...]

Acordaraõ no Ouro preto junto a Calçada do Batalhinha que fosse notificado Domingos Francisco do Couto, para no termo de vinte equatro oras consertar oparedaõ que está aRuinado da parte da Rua, com pena deprizaõ ede pagar Seis oytavas decondemnação, e da Cadeya Semandar fazer aSua custa

Acordaraõ que fossem notificados os Procuradores de Antonio da Silva Porto para consertarem as cazas quepertencem ao dito, ou botallas abaicho no termo de quinze dias, pena de que o não fazendo pagar acondemnação de oyto oytavas; e se mandarem demolir aSua custa [...]

Acordaraõ em mandar botar abaicho os esteyos que Sea chaõ defronte do Cappitaõ Gregorio deMatos Lobo, por não apparecer dono, nem pagar foros, eSerem precizos para a fonte que nadita paragem Se hadefazer, por Servir deutilidade aobem Commum de toda a Republica, eque eu Escrivaõ Fizesse declaração a margem do Livro do Tombo de como tornaraõ para o Senado os ditos chaõs [...] eque Se fizesse penhora nos esteyos para pagamento dos foros vencidos

Acordaraõ em auto de correyaõ geral no Xafariz de Saõ Josê [*inloco*], que Antonio Pereyra Latoeiro Recolhesse os esteyos para dentro, por ficar a Rua mays Larga, e com melhor aria, por donde Sefes mediçaõ e Semetteraõ ballizas para melhor averiguaçaõ

Acordaraõ nomes no auto de correyaõ geral, *que os moradores do largo do Caquende para diante athê oalto de Cabeças todos Sahissem com as Suas testadas a Rua e alçando-as athê continuarem com acalçada nova [...]* para fazerem no termos de quinze dias [...] (FIG. 5)

Acordaraõ no mesmo auto de correyaõ geral que Joaõ Martins da costa Recolhesse o esteio para onde Selhede terminou, eque juntamente calçasse toda aSua testada [...]

E nesta forma houveraõ acorreyaõ por acabada de que mandaraõ, digo acordaraõ mais em auto de correyaõ geral na Rua do Rozario que vem da ponte de Saõ Josê [*inloco*] que querendo alguas pessoas fazer cazas na dita Rua Searuassem conforme amediçaõ e balizas que Sedeterminouõ no mesmo auto de correyaõ

E nesta forma houveraõ acorreyaõ por acabada deque mandaraõ fazer este termo deenSerramento que assignaraõ, eeuManoel Rodrigues Franco Escrivaõ da Camr.^a que as escrevy. [assinaturas].⁴⁹

Bastante significativas as declarações dos “acórdãos” nas quais se procurou deixar claro o prejuízo que pequenos *desconsertos*, como os das águas sujas e fétidas correndo pelas ruas ou das paredes “*inconvenientes*”, poderiam causar não apenas aos mais próximos e diretamente envolvidos, mas à “República”. Tanto que o primeiro dos “acórdãos” ordenava literalmente que desconsertos como esses “não apareçam mais”, posto que as “ruas públicas devem estar mui [alinhadas] limpas, e asseadas”.⁵⁰

⁴⁹ APM, CMOP. 52, fot. 12-16. “Auto de Correyaõ geral”. Vila Rica, 16/11/1745. (grifo nosso).

⁵⁰ O termo “asseio” significa, no século XVIII, elegância, primor, esmero – para o qual Bluteau atualiza dois substantivos latinos, um masculino e outro feminino: “*cultus*”, “*elegantia*”. “Asseado” é aquilo que está “bem ornado”, “bem concertado”, feito com esmero e cuidado, delicado, elegante. Cf. BLUTEAU, *Op. Cit.*, v. 1, “Aceado”, “Aceo”, p. 75-76. Modernamente, tem-se compreendido o

Se os prejuízos e ruínas a afetavam como um todo, igualmente o “bem comum” e as “utilidades” compreendiam-se também providas “a toda a República”. Foi essa a compreensão – de uma conveniência predominantemente pública – que justificou a penhora de edificações abandonadas e o confisco de elementos construtivos para o acerto de “foros vencidos”, porquanto ainda seriam úteis e precisos às obras públicas. Bastante significativas também foram as “correições” que visaram ao alinhamento de calçadas, testadas de casas e, por conseguinte, de arruamentos, para os quais “medidas” e “balizas” eram determinadas nas próprias correições, estando certamente presente o “arruador do conselho”. Quinze dias depois dessas *correições urbanas parcelares*, ou seja, em diversas partes da povoação, e visando resultar em melhor aparência de todo seu corpo, o bem comum e melhor comodidade, uma outra “correição” terminava colocando em praça “aconservação de todas as calçadas, ealgúas ratificadas, e feytas de novo”.⁵¹

O teor das resoluções e o modo com que foram acordadas essas correições indicam terem constituído um *costume* para o senado da Câmara. Ademais, é possível encontrá-las desde as primeiras vereações da Câmara, após 1711, constantes no decorrer do século XVIII. Examinando-se os termos de vereação guardados no Arquivo Público Mineiro, as atas publicadas da Câmara de Vila Rica, e ainda as resoluções que tocavam ao governador e seus oficiais, inclusos militares, encontram-se várias disposições preocupadas com os lugares das povoações e algumas, inclusive, com os caminhos e estradas⁵² que lhes davam acesso.

termo asseio, muito frequente nos documentos referentes à arte, à arquitetura religiosa e à cidade do século XVIII como uma condição de *limpeza* e *higiene*. Aqui, é preciso cuidado. O termo “limpeza”, vale ressaltar, também aparece nos documentos, quando o sentido é exatamente a depuração das sujidades. Aparece, como nas *Constituições do Arcebispado da Bahia*, a regular alguma das condições para a sacristia. A compreensão do “asseio” como categoria requerente exclusiva de limpeza pode decorrer de sua acepção moderna, cuja matriz remonta ao vigor do pensamento higienista do século XIX e que permanece, por assim dizer, durante o século XX.

⁵¹ APM, CMOP 52, fot. 21.

⁵² Permanecem o apuro pelo “bem comum” e pela garantia das servidões urbanas e rurais, para as quais deveriam contribuir também os moradores segundo suas posses e cabedais. Relativo ao termo da Vila do Carmo, estabelecia o governador D. Bras Balthazar da Silveira, em 16 de março de 1714, uma ordem através da qual ficava encarregado o sargento-mor Bernardo Chaves mandar “consertar a estrada geral [...] para cujo efeito ordeno atodos os moradores que tiverem fazendas ou morarem nadita estrada ajudem com os seus negros, e pessoas ao dito Sargento mor que no Conserto da dita

A consolidação da fábrica artístico-constructiva na capitania de Minas Gerais corresponde efetivamente aos processos que visaram constituir, conservar e aumentar – expandir e dignificar – as povoações da capitania. A eleição dos sítios “convenientes” das primeiras vilas foi, por assim dizer, o lançamento oficial do processo, a ser prosseguido e incrementado, direta ou indiretamente, através das atividades ordinárias dos vereadores das câmaras. Obviamente, a esses zeladores das “*conveniências do povo*”, competia zelar também pelas *conveniências edificadas* da povoação. Auxiliados por outros agentes, administradores e oficiais locais e ultramarinos, porventura o próprio rei e seus conselhos, procuravam contemplar simultaneamente as *conveniências políticas e teológicas* motivadas pelas quais a metrópole investia e regulava no ditoso território das Minas.

Embora declarado já na virada para os oitocentos (1797) o testemunho de um desses importantes partícipes da complexa estrutura administrativa colonial muito úteis às resoluções concernentes à edificação das povoações – o ouvidor-geral e corregedor da comarca de Vila Rica, Antonio Ramos da Silva Nogueira – reafirmou a responsabilidade competente às câmaras desde as implantações das primeiras vilas. Ajuizando com os vereadores a respeito de obras para regularização da praça que estava no “coração” da vila, Antonio Ramos ressaltou que às “camaras compete não só entender nas obras indispensáveis para o cómodo dos habitantes de qualquer Povoação, mas ainda nas que servem para melhor, e mais elegante decoração das Villas”.⁵³

Compreendendo as povoações não apenas pelo seu traçado urbano e atentando também para os preceitos que procuraram orientar a conveniente implantação e conservação de edificios e estruturas urbanas, foi possível percebê-los nas mais diversas etapas de produção da *Fábrica artístico-constructiva* setecentista mineira. O costume de certos *procedimentos*, como as redações de condições necessárias e apropriadas às obras, as correições urbanas parcelares, as arruações, as medições, os exames e

estrada mandara *Reformar as pontes q.’ Estiverem desconcertadas*; e Cortar os paos que emvaracem [embaracem] os passageiros a fazer Sua jornada [...]”. APM, SC 09, f. 14v, (grifo nosso).

⁵³ APM, CMOP. 120-A, fot. 1088-1089.

as vistorias realizadas pelos administradores coloniais, juizes e louvados, e a incidência constante de certos *preceitos operadores*, como a própria conveniência, a comodidade, a capacidade, a decência, a proporção, a formosura etc., reafirmam a disposição – muitas vezes declarada – em compreender e edificar um corpo urbano simultaneamente cômodo e decente, com arruamentos medidos, demarcados e (re)alinhados dentro do possível, desembaraçados, limpos e asseados, com edifícios convenientes e capazes, “proporcionados para o fim a que se destinavam”. Até mesmo sobre as casas particulares incidiam essas requisições, licenciadas pela câmara, desde que os moradores beneficiados com as licenças estivessem oficialmente comprometidos a reedificá-las com materiais mais dignos e permanentes, e a não causarem “desformidade”⁵⁴ aos arruamentos. De fato, a propriedade, a aparência e a integridade da *res publica* estavam subordinadas a uma compreensão conveniente e decorosa das povoações, e para a sua materialização atuou fundamentalmente a *Fábrica artístico-constructiva* da capitania.

LEGENDAS DAS FIGURAS



Figura 1 – Rua Direita, Vila Rica. Atual Visconde de Bobadela, Ouro Preto.
Vista a partir de seu trecho inferior
Fonte: do autor

⁵⁴ “Termo de veriacam – de 22/11/1714 [!] – em que Rezolveram o seguinte: [...] Rezolveram com a mesma vniformidade [sic] comcederLç.^a a Andre Ramalho para continuoar as cazas pode tras das em q’ morava sitas defronte da ygreja de nosa Sr. a do pillar do ouro preto sem embargo do embargo que se lhe tinha feito des do principio do anno por hordem do Juis hordinario o mestre de campo Ventura Fr.^a Vivas em comfirmacam do empidimt^o que a obra teve pello sofficiais da camara do anno proximo pasado pella *desformidade que cauzava ao a Ruamt.^o desta nova V.^a [...]” . ACTAS da Câmara Municipal de Vila Rica (1711-1715). In: *Annaes da Biblioteca Nacional*, p. 346.*



Figura 2 – Rua Direita, Vila Rica. Atual Visconde de Bobadela, Ouro Preto.
Vista a partir da Praça Tiradentes
Fonte: do autor



Figura 3 – Igreja e “Praça” da Matriz de Nossa Senhora do Pilar. Ouro Preto
Fonte: do autor



Figura 4 – Igreja e “Praça” da Matriz de Nossa Senhora do Pilar. Ouro Preto
Fonte: do autor



Figura 5 – Rua que vai do “largo do Caquende para diante até o alto de Cabeças”.
Ouro Preto
Fonte: do autor

OS TRABALHADORES COLONIAIS NA COMARCA DE VILA RICA

Carlos Alberto Pereira¹
Crislayne G. M. Alfagali²
Fabiano Gomes da Silva³

Na Europa, em fins do século XVI, os homens que se dedicavam ao exercício de profissões consideradas mecânicas, por fazerem uso das mãos, eram comumente conhecidos por oficiais mecânicos como carpinteiros, pedreiros, canteiros, sapateiros, seleiros, ferreiros, ferradores, alfaiates, serralheiros, marceneiros, caldeireiros, barbeiros, douradores, oleiros, sangradores e tantos outros profissionais.

Eles possuíam uma vida associativa assentada na vivência em corpos de ofícios ou agremiações, onde se reuniam um ou mais ofícios afins. Nessas associações, os oficiais buscavam definir regras de produção, hierarquia, disciplina e acesso ao saber técnico especializado da área por meio de estatutos e regimentos, o que permitia certo controle sobre o mercado, além de fatores como qualidade e preço dos serviços prestados.

As agremiações de ofícios eram agrupadas hierarquicamente em mestres, oficiais e aprendizes, sendo estipulado o número de aprendizes permitidos a cada mestre e os padrões de qualidade aceitáveis para as peças a serem produzidas pelos oficiais. Havia, também, desníveis de prestígio social entre alguns ofícios, como entre os ourives e os sapateiros, em decorrência das diferenças entre o valor de seus serviços, a qualidade da clientela e a dificuldade do processo de aprendizado.⁴

¹ Professor no Departamento de Engenharia de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto.

² Doutoranda no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Campinas.

³ Professor no Instituto Federal de Minas Gerais e doutorando no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

⁴ BOXER, C. R. *O Império Colonial Português (1415-1825)*. 2. ed. Lisboa: Edições 70, 1981, pp. 32-33.

Os corpos de ofícios originaram-se da experiência medieval, sofrendo importantes mudanças com o estreitamento de seus vínculos com os conselhos municipais, as câmaras. Eles passaram a ocupar assento e a ter direito de voz e voto nos assuntos de seus interesses nas administrações municipais, além de usufruírem de maior prestígio localmente.⁵ Entretanto, isso acabou por implicar, também, uma maior regulação dessas agremiações por parte das câmaras, que passaram a influenciar na elaboração de tabelas de preços dos produtos e dos serviços dos oficiais mecânicos, bem como no processo de habilitação de novos oficiais e nas licenças para abertura de lojas e tendas.⁶

Para o historiador francês Jean Delumeau, no Renascimento, os corpos de ofícios foram alvos das políticas de ordenação e controle, o que restringiu gradualmente suas participações na vida política.⁷ A institucionalização dessas políticas ocorreu com a multiplicação das casas de representação dos oficiais mecânicos perante as administrações locais, chamadas de Aldermen em Londres, Veinticuatro nas cidades de Andaluzia e de Castela, Échevins na França e Casa dos Vinte e Quatro em Portugal.⁸

No caso português, esse modelo de representação estendeu-se para várias cidades do reino, como Lisboa, Coimbra, Porto, Évora e Santarém. Consta, ainda, que, em Guimarães e Tavira, existiu um modelo reduzido dessa instituição, a Casa dos Doze.

Os membros da Casa dos Vinte e Quatro deveriam defender as mais diversas demandas dos oficiais manuais, especialmente aquelas que di-

⁵ Em Portugal, a presença dos representantes dos ofícios mecânicos nas administrações locais foi estabelecida por carta de privilégio real, concedido pela Dinastia de Avis, em 1384. Ver: CAETANO, Marcello. A história da organização dos mestres na cidade de Lisboa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB). Rio de Janeiro, vol. 318, p. 286-287, jan-mar, 1978.

⁶ Em 1487, o rei de Portugal, D. João II, determinou a confecção dessas tabelas, cabendo a três homens bons de cada localidade a elaboração delas e a nomeação de dois juizes de ofícios para fiscalizarem tais determinações. Ver: CAETANO, Marcello. *Op. cit.*, p. 292 e RIOS, Wilson de Oliveira. *A Lei e o Estilo. A inserção dos ofícios mecânicos na sociedade colonial brasileira*. Salvador e Vila Rica. 1690-1790. Tese (Doutorado em História Social) Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2000, p.76.

⁷ DELUMEAU, Jean. *A civilização do Renascimento*. Lisboa: Editora Estampa, 1983, p. 199-202.

⁸ CAETANO, Marcello. *Op. cit.*, p. 288-289.

zem respeito à manutenção e à ampliação dos privilégios obtidos para seus associados. Essa casa era constituída por um presidente — chamado de juiz do povo a partir do século XVII—, um escrivão e representantes de cada um dos ofícios assentados na organização.⁹ Para as sessões das câmaras, eles elegiam quatro procuradores e um presidente da Casa, que opinavam e votavam nas matérias de interesse de seus pares.¹⁰

A institucionalização dos corpos de ofícios favoreceu o surgimento de diferenciações entre os oficiais mecânicos, originando uma espécie de “elite laboral”, que era constituída por juízes do povo, procuradores, juízes ou representantes de ofícios e secretários. Para participar dessa representação nas câmaras, exigia-se que o pretendente fosse alfabetizado, examinado pelos juízes de seu ofício, embandeirado e tivesse oficina ou loja própria, excluída a participação de estrangeiros e limitado o acesso dos cristãos-novos.¹¹

Os representantes dos oficiais mecânicos também usufruíram privilégios e mercês concedidos pelas autoridades. Eram eleitos juntamente com o corpo de oficiais das câmaras, os chamados homens bons, e participavam das cerimônias e das festividades convocadas pela Corte Régia, pelas câmaras e pela Inquisição — ocupando a função de familiares do Santo Ofício, leigos que auxiliavam os comissários dessa instituição.¹²

Esses e outros privilégios obtidos não somente conferiam distinção aos oficiais como serviam de mecanismos de ascensão social para seus descendentes. No século XVII, os membros da Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa solicitaram a concessão a seus filhos do direito de frequentarem a universidade e cursarem artes por um ano na Universidade de Coimbra, desde que não tivessem outro defeito e fossem embandeirados.¹³

Os filhos dos membros da Casa dos Vinte e Quatro também pode-

⁹ RIOS, Wilson de Oliveira. *Op. cit.*, p. 79.

¹⁰ CAETANO, Marcello. *Op. cit.*, p. 288-289.

¹¹ RIOS, Wilson de Oliveira. *Op. cit.*, p. 80-86.

¹² *Ibidem*, p.79.

¹³ HANSON, Carl A. *Economia e sociedade no Portugal Barroco (1668-1703)*. Lisboa: D. Quixote, 1986, p. 69.

riam candidatar-se a uma carreira na burocracia real, como a de juiz. Stuart B. Schwartz, estudando a formação da magistratura no Brasil colonial, identificou quatro magistrados do Tribunal da Relação da Bahia que eram filhos de membros da referida casa.¹⁴

Os privilégios e honras concedidos a essa instituição não descaracterizavam o defeito mecânico dos seus membros, pois a única via era a renúncia ao ofício praticado, por meio de um termo feito na câmara local, com a declaração de não mais querer exercer o referido ofício.¹⁵

Fato importante é o aspecto revogável das concessões, o que representava um interessante mecanismo de controle da desobediência às decisões reais. Isso ficou evidenciado com a supressão de privilégios na interdição da Casa de Lisboa, em 1506, por participação nos motins contra os judeus, e na do Porto, em 1661, pelos motins contra a taxa sobre o papel selado.¹⁶

Na América portuguesa, os trabalhadores manuais da cidade de Salvador foram os primeiros a obterem o privilégio de estabelecerem uma representação próxima à fixada pelos seus pares na Metrópole. Ela foi instituída por ato dos vereadores da Câmara em 1641, ficando determinado “que o número de misteres fosse doze e que os doze elegessem um juiz do povo e um escrivão para que todos juntos fizessem como nas mais cidades de Portugal e vilas notáveis se costuma em proveito dos povos”, uma espécie de Casa dos Doze.¹⁷

A participação dos representantes dos mestres nas sessões do Conselho local, entretanto, mostrou-se contrária aos interesses dos vereadores.

¹⁴ SCHWARTZ, Stuart B. Magistratura e sociedade no Brasil colonial. In: _____. *Da América Portuguesa ao Brasil: estudos históricos*. Alégis (PT): Difel, 2003, p. 82, nota 20.

¹⁵ Ver o caso do alfaiate Manoel Ferreira, morador no arraial de Cachoeira do Campo, que desistiu do seu ofício por ter comprado uma roça no mesmo distrito em 1733. APM, CMOP, códice 17, doc. 191, fl. 64v.

¹⁶ Essas interdições foram suspensas anos depois. Ver RIOS, Wilson de Oliveira. *Op.Cit.*, p. 80-81 e CAETANO, Marcello. *Op. Cit.*, p. 295.

¹⁷ O juiz do povo e os representantes dos mestres da Bahia solicitaram a equiparação dos seus direitos aos conquistados pela matriz lisboeta em 1674. Ver: FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América Portuguesa*: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996, p. 88 e nota 69.

dores e das autoridades metropolitanas, principalmente, por acarretar a discussão dos gastos públicos e da insaciável necessidade por receitas para defesa da cidade. Os desentendimentos se tornaram irreversíveis quando o juiz do povo Cristóvão de Sá e o mestre de ofício Domingos Vaz Fernandes foram contrários ao acréscimo de \$320 réis ao alqueire de sal em 1710, que serviria para bancar os soldos e a ração dos soldados. No ano seguinte, Salvador viveria sob o clima de amotinação e protesto de parte da população por conta do aumento desse imposto, na chamada revolta do Maneta.¹⁸

No calor das medidas repressivas ao protesto antifiscal, o juiz do povo foi identificado como o principal incentivador dos tumultos que levaram à amotinação da população contra o aumento ordenado pelo rei. Não tardou muito para que os vereadores de Salvador solicitassem a extinção do cargo de juiz do povo, por causa da promoção de motins e perturbações. Dom João V atendeu o pedido em 1713, cancelando os privilégios dos mestres de ofícios e encerrando a experiência de representação política dos trabalhadores manuais na Bahia.¹⁹

Quanto à turbulenta região mineradora dos primeiros anos, não se verificou o ensaio de qualquer nível de representação política dos trabalhadores manuais que seja equiparável à experiência das terras baianas ou de outras cidades do reino, como a eleição de um juiz do povo que tivesse assento nas sessões das câmaras.

As condições locais pesaram contra a concessão do privilégio real de representação política dos trabalhadores mineiros. As vilas mineiras e seus conselhos surgiram como resposta aos embates entre colonos (Guerra dos Emboabas) e a necessidade de normalizar a extração do ouro e a arrecadação dos quintos reais, situação que exigia cautela no trato com vassalos, a princípio, não tão afeitos a ordens. Provavelmente, outros fatores concorreram para que as autoridades régias não estendessem aos mestres de ofícios de Minas Gerais privilégios similares aos de seus pares de Portugal ou de Salvador: o frescor do motim baiano, a

¹⁸ Cf.: *Ibidem*, p. 89-90.

¹⁹ Cf.: *Ibidem*, p. 92-93.

pesada máquina fiscal da Coroa e a participação desses trabalhadores no motim da vila mineira de Caetés.²⁰

De certa forma, essa ausência da representação política dos oficiais mecânicos no corpo político acabou por reforçar a função ordenadora dos conselhos mineiros sobre tais trabalhadores durante o período colonial. Em Vila Rica, os vereadores ficaram com a responsabilidade de pressionarem os trabalhadores manuais para que elegessem os juizes de seus ofícios, visando à realização dos exames de habilitação de novos oficiais e à criação dos seus regimentos. A primeira convocação ocorreu somente em janeiro de 1713, com a participação de carpinteiros, ferreiros, alfaiates e sapateiros.²¹

Os regimentos estabeleciam regras que deveriam ser seguidas pelos oficiais de cada especialidade, orientando quanto aos valores dos produtos e serviços prestados à população. Eles eram obrigatórios para aqueles que possuíam tenda/oficina ou trabalhavam em residência própria ou de outrem, sendo condenados os oficiais que cobravam acima do fixado, ocultavam e exerciam a profissão sem tais regimentos. Esses documentos corporativos simplesmente listavam preços arbitrados pelas Câmaras para produtos e serviços, sem referências a questões internas dos ofícios, como as que dizem respeito ao número e qualidade dos aprendizes e demais oficiais dentro das oficinas. Talvez isso fosse assunto normatizado pelo costume.²²

As preocupações da Câmara com a realização dos exames para habilitação de novos oficiais eram necessárias, pois, em teoria, todos aqueles

²⁰ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos Rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/Arte, 1998, p. 110. Para maiores informações sobre motins incentivados pelas corporações, em Portugal, ver CAETANO, Marcello. *Op. Cit.* e RIOS, Wilson de Oliveira. *Op.Cit.*; para a cidade de Salvador, ver: FLEXOR, Maria Helena. Oficiais mecânicos na cidade notável do Salvador. In: *Artistas e Artífices e a sua mobilidade no mundo de expressão portuguesa. Actas do VII Colóquio Luso-Brasileiro*. Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007.

²¹ Cf.: ACTAS da Câmara Municipal de Ouro Preto (1711-1715). *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, p. 258-60, 1927.

²² Em Vila Rica, o valor da multa por ocultação e exercício sem regimento era de uma oitava de ouro por infração em 1727. Cf.: RIOS, Wilson de Oliveira. *Op. Cit.*, p.150-151. Sobre essa questão, ver: MENESES, José Newton Coelho. Mesteres do reino, mecânicos do além mar. A organização do trabalho mecânico em Lisboa e nas Minas Gerais portuguesas do setecentos. In: PAIVA, Eduardo França (org.). *Brasil-Portugal: sociedades, culturas e formas de governar no mundo português (séc. XVI-XVIII)* São Paulo, Annablume, 2001, p. 237-240.

que quisessem exercer ofícios manuais precisariam passar pelos processos de aprendizado, exame e licenciamento.

O candidato deveria passar por algum tipo de aprendizado com um mestre ou oficial examinador, ficando nunca menos de dois anos como aprendiz e mais quatro como oficial jornaleiro no caso dos ofícios de carpinteiro e pedreiro.²³

Depois do processo de aprendizado, o pretendente poderia solicitar ao juiz do seu ofício os exames (testes teóricos e práticos) para exercer o ofício e instalar oficina com aprendizes e oficiais. Em princípio, somente com a realização do exame é que o novo oficial poderia requerer à Câmara licença para abrir estabelecimento na vila ou cidade.²⁴

Em Lisboa, um aspirante a oficial de pedreiro precisava realizar provas para demonstrar que sabia fazer e aplicar cal, construir uma chaminé, uma janela, um portal, cobrir com telhas, lavrar peitoril de pedra, fazer beiral e cunhal, além de elementos com funções arquitetônicas, como uma escada, um portal e uma coluna dórica com capitel.²⁵

As câmaras mineiras avançaram nas tentativas de regular e disciplinar o trabalho em seus termos. Os livros de licença e exame de ofícios da Câmara de Mariana (TAB.1) revelam o universo de oficiais manuais autorizados a exercerem seus ofícios e a manterem tenda, oficina ou loja nos limites do Termo de Mariana. Os profissionais do vestuário e dos calçados aparecem em grande número na documentação (141), juntamente com os trabalhadores do ferro (81). Os ferradores eram os responsáveis por cuidar do principal meio de transporte colonial (mulas e cavalos), eles ficaram em quarto lugar no número de registros (63). Os construtores locais (carpinteiros, pedreiros e canteiro) totalizam 45 no-

²³ Ver CRUZ, António. *Os mesteres do Porto: subsídios para a história das antigas corporações de ofícios mecânicos*. Porto: Sub-Secretariado de Estado das Corporações e Previdência Social, 1943, vol. I, p.77 e 81; Para o regimento dos pedreiros e carpinteiros de Lisboa, ver LANGHANS, Franz-Paul. *As corporações dos ofícios mecânicos: subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1943, vol. I, p. 278-280.

²⁴ Em Vila Rica, a ausência dessa licença implicava uma multa de duas oitavas de ouro em 1727. Ver: RIOS, Wilson de Oliveira. *Op. Cit.*, p.153-154 e 156.

²⁵ Cf.: GOMES, Paulo Varela. *Arquitetura, religião e política em Portugal no século XVII: a planta centralizada*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2001, p. 214.

mes. Por sua vez, a concessão das referidas licenças e cartas de exames foi maior na segunda metade do século XVIII (1751-1806), quando 243 autorizações foram expedidas pelas autoridades locais. Quanto à localização espacial desses registros, mais de 70% dos trabalhadores estavam no espaço da cidade, sendo os outros distribuídos pelos distritos.

Tabela 1 - Oficiais manuais licenciados e examinados em Mariana (1737-1806)

Ofícios	N.	%
Ferreiro *	81	23%
Sapateiro	77	22%
Alfaiate	64	18%
Ferrador/alveitar	63	18%
Carpinteiro	32	9%
Pedreiros/canteiros	13	4%
Outros**	13	4%
Ourives	12	3%
Total	355	

Fonte: Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana (AHCMM), códices 148, 218 e 381

* 2 ferreiros/serralheiros foram incluídos no grupo dos oficiais ferreiros

** Os seguintes ofícios foram incluídos: parteira, cirurgião, sangrador, serrador e 5 oficiais ferradores/ferreiros.

No caso de Vila Rica, temos dois levantamentos com marcos temporais diferentes e alguns dados divergentes, mas que permitem uma visão geral da regulação do trabalho manual no Termo da referida vila. Os dados levantados por Wilson de Oliveira Rios registram 478 oficiais levantados em cartas de exames e provisões de ofícios entre 1749 a 1802, sendo apenas 26 escravos e 42 forros no conjunto.²⁶ Na pesquisa de Geraldo Silva Filho, foram arrolados 529 oficiais na documentação camarária entre 1722-1803, com 442 oficiais manuais que se declararam livres, 44 negros livres (mulatos e pardos), 23 escravos e 20 forros.²⁷

As câmaras buscaram garantir a realização e a difusão dos exames pelos

²⁶ RIOS, Wilson de Oliveira. *Op. Cit.*, p.121.

²⁷ Ver SILVA FILHO, Geraldo. *O oficialato mecânico em Vila Rica no século dezoito e a participação do escravo e do negro*. Dissertação (Mestrado em História) – FFLCH/USP, São Paulo, 1996, p. 81.

juízes de ofícios como mecanismo exclusivo de autorização para a atuação profissional, como evidenciado pelos dados acima. No caso de Vila Rica, entretanto, a resistência dos oficiais mecânicos e o crescimento da vila favoreceram o aumento gradual das licenças semestrais ou anuais com fiador, que se tornaram permissões equivalentes aos exames dos juízes de ofícios. Elas acabaram servindo de instrumento de organização do trabalho manual mais utilizado na vila, durante a maior parte do Setecentos.²⁸

As licenças eram concedidas pela própria Câmara sem prévia apresentação da carta de exame, mas mediante indicação de um fiador pelo requerente. Assim, o oficial licenciado e seu fiador partilhavam a responsabilidade pelos possíveis danos materiais que fossem causados pela imperícia ou pela irresponsabilidade do oficial à população. Isso solapava um dos preceitos básicos do controle corporativo: o exame feito pelo juiz de ofício para atestar as habilidades técnicas do candidato a oficial, o que garantiria a qualidade dos serviços prestados e restringiria o acesso ao corpo de profissionais desse ofício.²⁹

Os exames perderam a importância como mecanismo de reserva de mercado, bastando uma licença para oferecer serviços e mercadorias à população mineira. As condições do contrato das rendas do ver, que deveria regulamentar a atuação dos comerciantes e oficiais mecânicos, bem como o cumprimento dos regimentos e das posturas lançadas pela Câmara, demonstram essa equivalência entre as cartas de exame e as licenças com fiador. O arrematante desse contrato em 1742, Domingos de Araújo Barbosa, foi autorizado a condenar

qualquer homem oficial da República e cada um de seus ofícios que deles costumam andar com sua logea aberta e não tiver **carta de examinação ou licença do senado da câmara**, e lhe faltar regimento por onde lhe são taxadas as

²⁸ VASCONCELLOS, Salomão. Oficiais mecânicos em Vila Rica durante o século XVIII. *Revista do SPHAN*, Rio de Janeiro, n.4, 1940, p. 331. Parece que as licenças também prevaleceram sobre as cartas de exame em outras capitanias, mas somente até a primeira metade do século XVIII. Ver: FLEXOR, Maria Helena. Oficiais mecânicos e Vida cotidiana no Brasil. *Oceanos*, Lisboa, nº42, p.70-84, 2000, p. 80.

²⁹ O historiador da arte Germain Bazin também discorreu a respeito dos protestos dos oficiais habilitados contra o abuso das licenças temporárias. BAZIN, Germain. *Arquitetura religiosa Barroca no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1983, p. 41.

obras, como também alvará de fiança para darem contas do que se lhe leva a consertar (...).³⁰

Assim, as licenças temporárias alargaram o conjunto de trabalhadores autorizados a atuarem no mercado e, ao mesmo tempo, restringiam o alcance dos mecanismos de controle corporativo como os exames.³¹ São dois efeitos aparentemente antagônicos, que, quando analisados dentro do fiscalismo português, ganham novos sentidos, pois as licenças, também, serviram como fonte de renda e controle fiscal, reforçando a importância dos oficiais mecânicos nas teias tributárias do Estado.

Essa nova postura adotada pelas autoridades era justificada pelas próprias mudanças ocorridas na economia mineradora, que, no avançar do século, cedia ou intercambiava cada vez mais espaço com outras atividades econômicas, como a pecuária, a agricultura, o comércio e as artes mecânicas e liberais. Inclusive, a documentação do primeiro *Lançamento de Derrama* (1764), destinada a complementar a quota de 100 arrobas de ouro devida à Coroa portuguesa, não somente informa sobre as dificuldades da mineração como evidencia a pujante diversificação da vila mineradora, sendo os maiores contribuintes desse imposto os homens de ofícios, os comerciantes, os mineradores e os agropecuaristas.³²

O *Lançamento de Derrama* arrolou 3.531 contribuintes em todo Termo de Vila Rica em 1764. Nesse conjunto, temos o valor do tributo pago, a *condição* (livre ou forro) e a *qualidade* (branco, pardo/mulato/crioulo ou preto) de boa parte dos moradores tributados.³³ Foram localizados, nos mesmos registros, mais de 594 trabalhadores que atendiam

³⁰ APM, CMOP, cód. 41, fl. 93v. (negrito nosso).

³¹ As licenças também foram utilizadas em outras localidades portuguesas. No caso específico de Lisboa, a Junta do Comércio (1755) disputou com a Casa dos Vinte e Quatro o direito de conceder licenças a novos estabelecimentos produtivos. Com o concurso da Câmara, a Junta passou a emitir licença a oficiais ainda não examinados para abrir loja ou oficina, desde que se mostrassem qualificados à referida instituição. Dessa forma, a poderosa agremiação dos mestres lisboetas perdia um dos pilares do monopólio que exercia ao controlar o acesso às profissões laborais, os exames e licenciamentos. Ver: LANGHANS, Franz-Paul. *Op. Cit.*, p. XXIII-XXV; sobre a Junta do Comércio, ver: PEDREIRA, Jorge. *Estrutura industrial e mercado colonial*. Lisboa: Difel, 1994.

³² Foram 3531 contribuintes que informaram viver de alguma ocupação, ofício, propriedade ou renda. Ver: APM - CMOP, Lançamento de Derrama de 1764, códice 82.

³³ APM, CMOP, Lançamento de Derrama de 1764, códice 82.

a demandas especializadas, como carpinteiros, pedreiros, seleiros, ferreiros, ferradores e outros, seja na urbe, seja nas outras áreas do Termo de Vila Rica (TAB. 2). Outrossim, 529 trabalhadores não especializados e semiespecializados declararam *viver de jornais, sua agência e seu trabalho*.³⁴ Um ou outro provavelmente era o conhecido “homem ganhão” dos lusos.³⁵ Eles atuavam como serventes nas obras, forneciam madeira, transportavam água dos chafarizes para as residências particulares, vendiam doces e quitutes nas ruas e locais próximos às datas minerais, abrangendo toda gama de atividades cotidianas nas freguesias da vila.

Tabela 2 - Ocupação e condição social dos oficiais com maior ocorrência na Derrama do termo de Vila Rica (1764)

Ocupação	Condição declarada			
	forro	livre	n/c	total
Sapateiro	30	1	114	145
Alfaiate	41	-	75	116
Carpinteiro, carapina e marceneiro	15	1	63	79
Ferreiros	21	1	46	68
Pedreiro	2	-	39	41
Ferradores	9	-	26	35
Barbeiro	14	-	2	16
Seleiro	4	-	10	14
Caldeireiro, latoeiro e serralheiro	2	-	10	12
Cabeleireiro	1	-	10	11
Total	139	3	395	537

Fonte: APM/CMOP – Lançamento de Derrama de 1764 [n/c = não consta]

³⁴ Agência, no século XVIII, era termo definido como “ofício, cuidado, ocupação daquele, que faz o negocio de alguém, como seu agente”. Ver BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Português e Latino*. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1721. vol. 01, p. 165. Nesse caso, a expressão *sua agência* também serve para designarmos as pessoas que viviam genericamente de ofícios ou ocupações. Elas ofereciam suas habilidades como qualquer trabalhador que vivia de jornal ou do pequeno comércio.

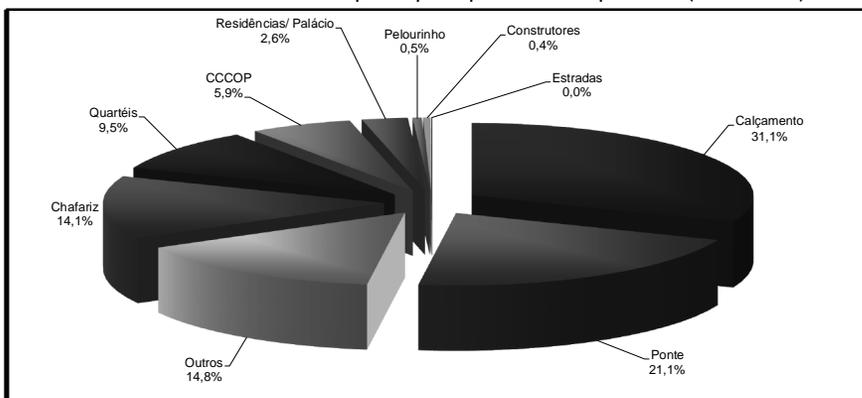
³⁵ “*Homem ganhão*” era expressão comum na documentação dos passaportes interno em Portugal após a segunda metade do século XVIII. Ela designava os indivíduos que partiam à procura de emprego, mas não possuíam qualificação específica. Ver: DURÃES, Margarida; LAGIDO, Emilia. Arte de trabalhar a pedra: migrações temporárias e sazonais no Norte de Portugal (sécs. XVIII-XIX). In: MENEZES, Avelino de Freitas de; COSTA, João Paulo Oliveira e (Coord.). *O reino, as ilhas e o mar*. Lisboa. Portugal: Centro de História de Além-Mar – Universidade dos Açores, 2007, p. 149 e 249.

Para a Câmara, os trabalhadores manuais eram fonte segura de recursos, pois eles eram obrigados a pagar pelas licenças de ofícios e pela abertura de lojas e tendas, sendo taxados nas inspeções dos pesos e medidas que utilizavam, além de serem fintados e fartamente multados pelos funcionários e contratadores dessa instituição. Quanto à Coroa, esses profissionais contribuíram com donativos, quintos reais, taxas de capitação e derrama, sendo esses três últimos, a princípio, exclusivos daqueles que se dedicavam à extração aurífera.

As relações entre as autoridades coloniais e a parcela dos oficiais manuais também ocorriam fora do ambiente de regulação dos ofícios. As câmaras mineiras também figuravam como clientes dos mais variados serviços prestados por pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ferreiros, ferradores etc. Na documentação de receita e despesa das câmaras de Vila Rica e Mariana, encontra-se o registro das obras de maior comodidade e embelezamento das suas urbes, como calçamentos, pontes de cantaria, chafarizes e residências para os oficiais camarários.

Em Vila Rica (1726-1760), os valores movimentados para aumento e conservação do mobiliário urbano público (pontes, chafarizes, calçamentos e outros) foram substanciais no período estudado, atingindo a quantia de 87:958\$719 réis, sendo utilizados nos seguintes tipos de construções e serviços correlatos: a) calçamento; b) chafariz; c) ponte; d) quartéis; e) residência/palácio; f) estradas; g) pelourinho; h) Casa de Câmara e Cadeia de Ouro Preto (CCCOP); i) construtores (serviços de avaliação técnica das obras arrematadas, as louvações); j) outros (gastos em obras não especificadas). O Gráfico 1 visualiza bem a distribuição dos recursos, com grande destaque para as despesas com calçamentos (31,1%), pontes (21,1%) e chafarizes (14,1%).

Gráfico 1 – Percentual de despesas por tipos de obras públicas (1726-1760)



Fonte: APM – CMOP – Livros de receitas e despesas

A despeito dos altos valores gastos com esses equipamentos urbanos e com a contratação de construtores (pedreiros, canteiros e carpinteiros), o montante não representa o total despendido no período em Vila Rica. Isso porque não computamos as construções e os gastos executados sob responsabilidade direta do Governador da Capitania nem aqueles realizados por particulares.³⁶

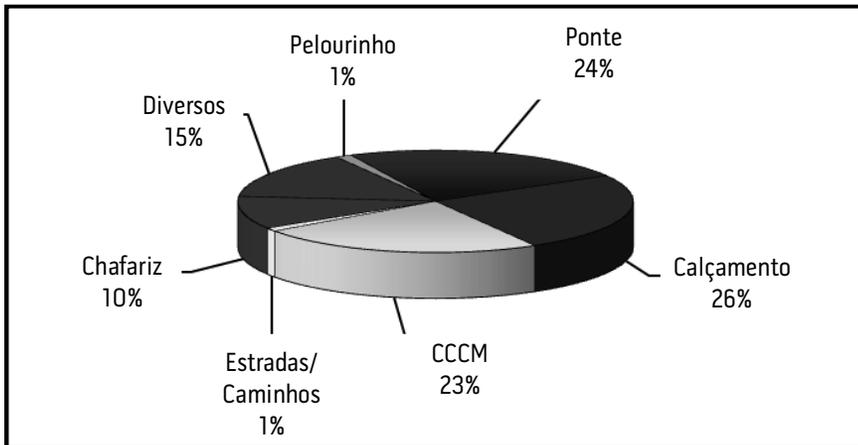
No caso da cidade de Mariana, os gastos em obras públicas chegaram a 48:853\$190 réis no período de 1748 a 1800.³⁷ Os valores contidos nos livros de receitas e despesas da Câmara de Mariana sinalizam os dispêndios financeiros feitos pela mesma após a elevação da antiga Vila do Carmo à categoria de cidade e a criação do Bispado (1745). Com um projeto urbanístico do engenheiro militar José Fernandes Pinto de Alpoim, o antigo núcleo mineiro recebeu ruas em linha reta, praças retangulares, calçamentos, chafarizes, pontes e Casas de Câmaras e Cadeia.³⁸

³⁶ Em 1749, a Provedoria da Fazenda Real gastou mais de 1:603\$312 com serviços de pedreiros e carpinteiros. Cf.: CÓDICE Costa Matoso. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das de Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999, vol. 1, p. 427.

³⁷ Esse levantamento preliminar foi realizado no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana (AHCMM): códices 73, 75, 124, 141, 151, 176, 201, 277, 382, 384, 649, 660, 679, 701 e 705. Agradecemos a Mariana Alves de Aguiar pela ajuda no levantamento dos dados.

³⁸ Cf. FONSECA, Cláudia Damasceno. O espaço urbano de Mariana: sua formação e suas represen-

Gráfico 2 – Mariana. Percentual de despesas por tipos de obras públicas (1748-1800)



Fonte: AHCMM – Livros de receitas e despesas

Os calçamentos, as pontes e a construção da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana (CCCM) consumiram quase três quartos das despesas com obras públicas realizadas pela Câmara de Mariana na segunda metade do século XVIII (GRAF2). Foram 12:209\$479 réis com calçamentos das ruas e largos, outros 11:588\$428 réis com pontes de pedra ou madeira e 11:440\$265 réis para a construção da monumental Casa de Câmara e Cadeia local.

Os construtores

Os principais arrematantes de construções urbanas em Mariana, no decorrer do século XVIII, constam na Tabela 3. Grande parte das obras arroladas (101 obras entre calçadas, pontes, chafarizes, paredes, edifícios públicos) foi monopolizada por um conjunto de seis construtores. Entre esses, José Pereira Arouca foi o principal, com maior número de arrematações (28) e arrecadação (24:227\$600) no

tações. In: *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: imprensa Universitária da UFOP, 1998, p.27-66.

período de 1768 a 1794, conforme o *Índice de obras públicas de Mariana*.

Tabela 3 – Principais arrematantes (Mariana, 1715-1863)

Arrematante	Número de obras	Soma das obras	Período
José Pereira Arouca	28	24:227\$600	1768-1794
Antônio Coelho da Fonseca	4	6:135\$000	1732-1739
João Miguel Ferreira	19	3:978\$102	1796-1816
Domingos Rodrigues Torres	5	2:637\$205	1749-1750
Sebastião Martins da Costa	6	2:539\$500	1746-1753
Joaquim José de Sousa	5	2:526\$097	1807-1825
Francisco Machado da Luz	9	2:447\$200	1796-1800
João de Caldas Bacelar	15	2:316\$265	1758-1773
João de Sousa e Silva	6	2:064\$000	1741-1742
Cosme Fernandes Guimarães	16	1:587\$320	1753-1778
Francisco Fernandes Arouca	5	1:559\$140	1795-1800
Francisco Alves Quinta	14	1:430\$120	1790-1805
Duarte Rodrigues Romão	6	892\$500	1725-1735
Manoel Rodrigues Pinto	5	891\$000	1755-1763

Fonte: Índice de obras públicas de Mariana (AHCMM – códices 160, 180, 122, 135, 220, 377, 210).

José Pereira Arouca nasceu em 1731 e “declara ser natural da Freguesia de São Bartolomeu da Vila de Arouca, Bispado de Lamego”. O pedreiro, que acumulava o título de alferes, teria chegado as Minas em 1753. Desde então arrematou uma série de obras tanto públicas quanto particulares em Mariana. São exemplos: a sepultura de Dom Frei Manoel da Cruz e a pia batismal da Capela de Nossa Senhora de Oliveira, obras na Igreja de São Francisco de Assis, na Casa Capitular, no Seminário Nossa Senhora da Boa Morte, na Catedral de Mariana, na Igreja de Nossa Senhora do Carmo e na capela-mor e na sacristia da Igreja do Bom Jesus do distrito de Furquim.³⁹

³⁹ MARTINS, Judith. *Dicionário de Artistas e Artífices dos Séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Publicações do IPHAN, 1974, v.1, p. 60-74. Agradecemos à historiadora Kelly Eleutério de Oliveira, que cedeu gentilmente a transcrição do inventário de José Pereira Arouca. AHCSM, Inventários 1º Ofício, Códice 116, Auto 2330. AHCSM. Livro e Registro de testamentos 44, fls. 74v-

Arouca teve como sócio João de Caldas Bacelar, renomado arrematante, também reinol – natural da freguesia de São Pedro de Cima, Termo de Valadares, Arcebispado de Braga.⁴⁰ A sociedade entre esses construtores se mostra como uma tática de apoio, que permitiu o monopólio dos contratos de obras. Em parceria, arrematam, em 1770, a edificação da Casa Capitular de Mariana pela quantia de 16.000 cruzados e 150\$000 réis. Bacelar trabalhou, igualmente, nas obras realizadas na Catedral da Sé e na Igreja de Nossa Senhora das Mercês, na mesma cidade.⁴¹

Para assegurar a participação no mercado de trabalho, era importante estabelecer relações com as irmandades, as ordens terceiras, as milícias e o Senado, os principais clientes desses construtores. Segundo Denise Tedeschi, “na Câmara, Arouca, com cerca de 31 anos, ocupou os cargos de juiz de ofício de pedreiro e carpinteiro nos anos de 1762, 1772 e 1774; tesoureiro da Câmara em 1780; e arrendatário das aferições e meias patacas nos anos de 1787 e 1788”.⁴² A autora também relaciona esse envolvimento em redes de sociabilidade com a arrematação da obra pública, que custou 14:800\$000 ao Senado, a nova Casa de Câmara e Cadeia. O mesmo se aplica a Bacelar, que foi juiz de ofício de pedreiro em 1778 e procurador nos anos de 1778 e 1783.⁴³ Vale lembrar que, te-

75. Destacamos que, como forma de normatizar, organizar e representar simbolicamente o poder do Estado na Colônia, edifícios públicos foram construídos e conformaram a cidade de Mariana. Soma-se a isso o fato de ser um momento em que muitas irmandades estavam construindo, reformando e ampliando seus templos particulares.

⁴⁰ AHCSM, Inventários 1º Ofício, Códice 154, Auto 3244. “No século XVIII, milhares de portugueses cruzaram o Atlântico sonhando com melhores dias na afamada região das pedras e dos metais preciosos do Brasil, deixando para trás famílias, parentes e amigos que dificilmente tornariam a ver. Muitos desses homens eram oficiais e mestres em suas localidades de origem, com experiência em ofícios necessários para as vilas e arraiais mineiros. A região norte de Portugal, a *Província de Entre Douro e Minho*, parece ter contribuído com um considerável contingente desses povoadores e artífices migrados para Vila Rica”. SILVA, Fabiano Gomes da. *Pedra & cal: Os construtores em Vila Rica no século XVIII (1730-1800)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007, p. 90 e 91.

⁴¹ MARTINS, Judith. *Op. Cit.*, v.1, p. 93.

⁴² TEDESCHI, Denise Maria Ribeiro. *Águas urbanas: as formas de apropriação das águas em Mariana/MG (1745-1798)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010, p. 108.

⁴³ Vereanças do Século XVIII (1711-1800). In: CHAVES, C.; PIRES, M. do; MAGALHÃES, S. *Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal*. Ouro Preto: UFOP, 2008, p. 209, 211.

oricamente, oficiais mecânicos não deveriam assumir cargos concelhios, uma vez que, no período compreendido entre os séculos XV-XVIII, o fardo do “sangue ignóbil” pesava sobre os ombros de trabalhadores que ganhavam seu sustento por meio da mecânica corporal, tais como ferreiros, carpinteiros, carapinas, alfaiates, ourives, marceneiros, ferradores, serralheiros, parteiras, entre outros. Quanto aos estigmatizados pelo “defeito das mãos”, parte da legislação portuguesa aponta uma série de restrições ao uso de símbolos de distinção social, um exemplo é o uso de armas e insígnias reservadas aos nobres.⁴⁴ Contudo, ao se tratar de terras coloniais, essas reflexões pautadas na legislação e nos estudos sobre o Antigo Regime assumem novas dimensões já que “se em princípio as diretrizes metropolitanas deviam ser seguidas, a distância distendia-lhes as malhas, as situações específicas coloriam-nas com tons locais”.⁴⁵

O trabalho seria reconhecido, nessas circunstâncias, como um valor moral. Laura de Mello e Souza enuncia o problema: “tolerava-se o mendigo, mas odiava-se o vagabundo’, (...), referindo-se a esse momento histórico em que começava a se esboçar uma lei moral do trabalho”. Roberto Guedes Ferreira considera, da mesma forma, os aspectos não depreciativos do trabalho manual, destaca sua preocupação em estudar o conceito de trabalho em cada região e temporalidade particular. Em suas palavras: “julgo importante ressaltar nuances que as noções de trabalho tiveram na colônia/império, pois, se o rebaixamento social oriundo do defeito mecânico sucedia, isto não se aplica a todas as áreas, a todos os tempos e, mormente, a todos os grupos sociais, às vezes nem mesmo às elites”.⁴⁶ Todavia, a utilização da mão de obra escrava, empregada por

⁴⁴ As Artes Mecânicas ou servis eram sete: a fabricação das armas, a medicina, a caça, os lanifícios, a navegação, a agricultura e as artes cênicas. Já as Artes Liberais, opostas às primeiras e destinadas à formação das elites, também eram sete: gramática, dialética, retórica, geometria, astronomia e música. Cf.: SANTOS, Georgina Silva dos. *Ofício e Sangue: a Irmandade de São Jorge e a Inquisição na Lisboa Moderna*. Lisboa: Colibri, 2005, p. 123.

⁴⁵ SOUZA, Laura de Mello e. *O Sol e a Sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.11.

⁴⁶ SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2.ed., 1986, p. 53-54. GUEDES, Roberto. *Ofícios mecânicos e mobilidade social*. Rio de Janeiro e São Paulo (séc. XVII-XIX). *Topoi*, v.7, n. 13, jul-dez 2006, p.386. Mais adiante o autor conclui: “até aqui se constata que as elites locais, no Rio, em São Paulo, em Itu e em Porto

esses arrematantes, poderia ser uma forma de dissociar sua imagem do trabalho braçal, que seria realizado pelos cativos e, apenas, supervisionado pelo mestre.⁴⁷

“Serviço de negro”

É importante enfatizar a predominância dos escravos na rotina dos canteiros de obra. Além de auxiliarem o mestre responsável pela construção, aventa-se que os cativos dominavam conhecimentos e técnicas necessários para assumir todas as etapas de edificação da obra. Um caso ilustrativo é o que ocorre com o pedreiro José Oliveira Barbosa - morador e arrematador de construções públicas em Vila Rica, cinco escravos com ofício de pedreiro – João Fernandez, pardo; Roque, de nação benguela; Custódio, pardo; Manoel, de nação mofumbe, e João, de nação congo - chegam a trabalhar quase oito vezes mais do que o mestre José de Oliveira (que trabalhou 43 dias), na edificação da casa do Capitão José da Silva Amorim, em 1807, que levou um ano para ficar pronta.⁴⁸

Janeth Xavier de Araújo traz outro exemplo interessante no estudo

Feliz se dedicavam ao comércio e/ou ao artesanato e podiam não ter uma ideologia negativa sobre o trabalho” (Idem, p. 395).

⁴⁷ Ao que parece, ainda que o viver na colônia tenha permitido um afastamento da noção de defeito mecânico, os preconceitos permaneciam. No momento de marcar a sua posição na estratificação social, os artesãos procuravam o padrão das atividades liberais dos nobres e, quando destacavam que exerciam o ofício, se diferenciavam dos “aprendizes” por serem peritos, oficiais aprovados pela Câmara. Carmen Bernand aponta ideias próximas para a América hispânica. Para a autora, a situação multirracial e, sobretudo, a escravidão, reforçariam o estigma, visto que a atividade manual que requer a mecânica do corpo é contrária às atividades nobres, que desenvolveriam a inteligência. BERNAND, Carmem. Las representaciones del trabajo em el mundo hispanoamericano: de la infamia a la honra. In: PAIVA, Eduardo França; ANASTASIA, Carla Maria Junho (org). *O Trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver, séculos XVI a XIX*. São Paulo: Annablume: PPGH/UFMG, 2002, p. 395.

⁴⁸ A referência ao inventário é: AHMI, Inventário de José Oliveira Barbosa, 2º ofício, cód. 19, auto 198, fl. 13-13v. “A forma como se organizou essa fábrica sugere que o construtor se aproximava mais da figura de um administrador de obras, que se valia das habilidades de seus oficiais cativos para satisfazer suas arrematações”. Cf. SILVA, Fabiano Gomes da. Chafarizes e máscaras: pequena referência à participação africana na produção artística mineira. In: IVO, Isnara Pereira; PAIVA, Eduardo França (orgs). *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: Edunesb, 2008, p. 139-159.

em que se dedica a traçar a trajetória de Manoel da Costa Ataíde. Descreve como Ataíde foi acusado “pelos mesários da irmandade [do Rosário dos Pretos de Mariana por] ter deixado a obra ‘a cargo de seus moleques, por se tratar *de serviço de negro*’”.⁴⁹ Pode-se inferir que as desigualdades já evidentes só se intensificaram com o agravo da escravidão estrutural, que trouxe novas formas de distinção, pois a utilização da mão de obra escrava, empregada por Ataíde, poderia ser uma forma de dissociar sua imagem do trabalho braçal, que seria realizado pelos cativos e, apenas, supervisionado pelo mestre.

A estrutura da posse de escravos entre os artesãos é um dado significativo, uma vez que é o bem simbólico e material mais relevante na América portuguesa.⁵⁰ O construtor Antonio Coelho da Fonseca (TAB.3) consta como arrematante de 4 obras, no período de 1732 a 1739, que juntas somam 6:135\$000, e foi proprietário de 30 cativos (entre carpas, carpinteiros, ferreiros e alfaiates). No seu inventário, deixou um monte-mor de 7:652\$382, sendo que 5:561\$520 eram referentes a escravos e bens profissionais.⁵¹

No que diz respeito aos escravos especializados, sabe-se que têm sido uma temática recorrente na historiografia, porque teriam maior valor em comparação com escravos sem habilidades definidas. Nos in-

⁴⁹ “E ainda (é acusado por) ter assumido simultaneamente trabalho na Capela de Nossa Senhora do Carmo de Ouro Preto, onde (pelo depoimento de testemunhas) ficava a maior parte do tempo sem dar assistência à obra de Mariana. Fato excepcional é que os nomes destes moleques foram citados por algumas testemunhas e reaparecerem entre os bens de raiz do pintor, inventariados após sua morte”. ARAÚJO, Janeth Xavier de. A pintura de Manoel da Costa Ataíde no contexto da época moderna. In: CAMPOS, Adalgisa Arantes (org.). *Manoel da Costa Ataíde: aspectos históricos, estilísticos, iconográficos e técnicos*. Belo Horizonte: Editora Arte, 2005, p. 60-61 (*grifo nosso*). A própria ideia de arte, em vigor na América portuguesa, segundo a autora “abrangia campo extremamente vasto onde a fronteira entre Belas Artes e artes mecânicas não podia ser traçada com nitidez. Além de esculpirem imagens para os altares, os escultores normalmente faziam a armação de andores para procissões, os pintores tanto se dedicavam à policromia das esculturas, à pintura de forros das naves e capelas-mores as igrejas e capelas, como também pintavam as alfaias (varas e pálios) ou douravam as talhas dos retábulos. (...)” (Idem, p.40).

⁵⁰ “Os escravos tiveram sempre um peso significativo na composição da fortuna dos habitantes das duas comarcas (Vila Rica e Rio das Mortes). Ainda que oscilando de 37,47% para 27,38% dos bens do primeiro para o segundo período, os escravos representaram sempre a maior fatia das fortunas na comarca de Vila Rica”. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens ricos, homens bons: Produção e hierarquização social em Minas Colonial: 1750-1822*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001, p. 175.

⁵¹ AHCSM, Inventário, 1º Ofício, Códice 9, Auto 342.

ventários dos construtores da região de Mariana e Vila Rica, é possível perceber o interesse em adquirir escravos que foram descritos como trabalhadores mecânicos. José Pereira Arouca e João de Caldas Bacelar são proprietários, respectivamente, de 21 (em 25) e 1 (em 30) cativos com alguma especialização. No caso de Arouca, essa quantia representava cerca de 80% de sua escravaria.⁵² O ofício para um escravo poderia representar um meio de acumular pecúlio e, assim, adquirir a liberdade.⁵³ Alguns desses escravos oficiais mecânicos, após a morte de seus senhores, herdaram legados que lhes permitem comprar a alforria, pois para os cativos e seus descendentes, antes da busca por mudar de posição social, está a luta por demarcar a condição de liberto.

No testamento de Arouca, faz-se menção de coartações acordadas com os cativos especializados. Nesse documento, ele declarou que possuía

(...) para cima de cinquenta escravos e destes deixo coartados quatro, a saber: Joaquim Mina, Bernardo Mina, Thomas Mina, Sebastião Mina, os quais escravos que, em recompensa, depois [dos] coartamentos, meu testamenteiro lhe aceitara de por, [depois] de meu falecimento, quatro anos de serviços que andem trabalhar nas obras que estão ser acabadas a custa de meus bens e findo os ditos quatro anos os [hei] por forros, aos quais meu testamenteiro lhes passará suas cartas de liberdade[...]deixo a cada hum delles, findo os quatro anos de serviços, depois do meu falecimento, cinquenta mil reis de esmolla a cada hum para seu princípio.⁵⁴

A coartação desses quatro escravos africanos não ocorreu por acaso nem foi fruto da bondade senhorial; pelo contrário, inseriu-se em

⁵² AHCSM, Inventário, 1º Ofício, Códice 116, Auto 2330. AHCSM, Inventário, 1º Ofício, Códice 154, Auto 3244.

⁵³ “Escravos de artesãos e de donos de vendas também tinham muitas oportunidades para comprar sua liberdade. (...) Escravos com tais talentos não só atingiam, no mercado de escravos, preço mais elevado que seus companheiros em especialização como eram, também, muitíssimo procurados.” RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e Libertos no Brasil Colonial*. Tradução de Maria Beatriz Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 62.

⁵⁴ AHCSM, Livro de Registro de Testamentos, livro 44, fls. 74v-75.

um quadro de acordos, apesar da notória desigualdade entre as partes. No caso do construtor Arouca, os acordos aconteceram justamente por causa do grau de importância desses cativos para a continuidade de seus negócios. Na época da feitura do testamento, o volume de obras arrematadas por José Pereira Arouca chegava a quase uma dezena, fazendo-o depender do trabalho especializado, da disciplina e da lealdade desse conjunto de oficiais para se fazer presente diariamente nas obras, fato possivelmente não ignorado por tais cativos. Com o falecimento de José Pereira Arouca, em 1795, os escravos permaneceram na fábrica, sob tutela do seu testamenteiro, sendo alforriados ao final do período estabelecido. Dos quatro cativos oficiais, só foi possível localizar 2 (agora com o sobrenome do antigo proprietário): Bernardo Pereira Arouca e Joaquim Pereira Arouca, ambos de nação mina, que continuaram atuando juntos, arrematando pequenas obras de pedreiro, como o consistório da Capela São Francisco de Assis em Mariana, entre 1800 e 1801.⁵⁵

Em ofícios ligados diretamente à construção, ora no fornecimento de ferramentas, ora no acabamento das obras, como é o caso dos ferreiros, verifica-se que os senhores também expressavam, juntamente com suas últimas vontades, o desejo de que seus escravos oficiais de ferreiro trabalhassem em suas tendas, as quais lhes deixavam “para nela(s) ganharem o dito ouro para a sua liberdade”. O exemplo é retirado do testamento de Luis Pacheco Ferreira, que assim se manifesta em testamento:

Declaro que possuo um escravo por nome Felix oficial de ferreiro o qual quarto e deixo quartado em 100 oitavas de ouro e possuo mais outro escravo por nome Agostinho preto Mina ao qual deixo quartado em 80 oitavas de ouro para as pagarem no tempo de 4 anos com declaração po-

⁵⁵ “Quanto ao destino dos ex-escravos, o primeiro, Bernardo, mudou-se para Ouro Preto, contraiu matrimônio e faleceu em 1820, deixando duas casas, um oratório pequeno e roupas, construindo um patrimônio de 58\$800 réis. Já o pedreiro Joaquim permaneceu em Mariana, onde também se casou, tornou-se procurador e juiz da Irmandade do Rosário dos Pretos, restando em seu montemor não mais que 71\$262 réis. Provavelmente, viveram vidas simples, sem grandes regalias, mas não deixa de ser interessante a história de vida de africanos escravizados e enviados a terras tão distantes, que conseguiam superar dificuldades linguísticas, culturais, sociais e técnicas, emergindo do cativeiro em menos de uma geração e gozando de prestígio e respeito nessas localidades”. SILVA, Fabiano Gomes da. *Op. Cit.*, p. 129 e 130.

rém que o dito Felix e o dito Agostinho hão de trabalhar ambos na mesma minha tenda de ferreiro a qual lhes deixo para nela ganharem o dito ouro para a sua liberdade.⁵⁶

O ferreiro Luis Pacheco Ferreira tinha 11 cativos, dentre eles 2 oficiais de ferreiro, ambos quartados em 120\$000 e 150\$000, respectivamente. A condição da quartação era de que os escravos, Félix e Agostinho, trabalhassem na tenda de ferreiro do senhor, que havia legado aos mesmos “para nela ganharem o dito ouro para a sua liberdade”. O mestre Luis Pacheco ainda deixou “um tacho a Felix ferreiro para melhor adquirir para me pagar”. Do mesmo modo, o mestre ferreiro Manoel Rodrigues Rosa concedeu os instrumentos que garantiram a liberdade de seus escravos. Declarou: “lhes deixo para usarem da dita ferramenta do ofício de ferreiro (...) para melhor eles satisfazerem os seus quartamentos”.⁵⁷

Acrescenta-se também outra estratégia para garantir o sustento do liberto após a alforria: a aprendizagem de um ofício. O ferreiro Eusébio da Costa Ataíde, em seu testamento, deixa o “rapaz Francisco pardo” em poder de sua irmã, Eva Joana Pereira, juntamente com a carta de liberdade do mesmo. No entanto, a alforria só seria entregue quando Francisco se achasse com “suficiência completa de poder trabalhar pelo seu ofício de serralheiro (...) que se acha(va) aprendendo”. E, então, quando Francisco “se achar com a dita suficiência se lhe dará uma tenda mais pequena (sic) que tenho por esmola que lhe faço pelo ter criado”.⁵⁸

É possível concluir que escravos com qualificação conquistavam espaços importantes, seja como cativos, por meio das relações de compadrio e proteção, por exemplo, seja como libertos, herdando bens do senhor, como ocorre com Francisco pardo. Isso não exclui a presença de

⁵⁶ Registro do Testamento de Luis Pacheco Ferreira. AHCSM, Livro de Registro de Testamento 46, fl. 80v, 1789.

⁵⁷ Registro do Testamento de Luis Pacheco Ferreira. AHCSM, LRT 46, fl. 80v. Testamento de Manoel Rodrigues Rosa. AHMI, testamento, 1º ofício, códice 347, auto 7229, fls. 5.

⁵⁸ Registro do Testamento de Luis Pacheco Ferreira. AHCSM, Livro de Registro de Testamento 46, fl. 80v, 1789. O registro seguinte consta em AHMI, Testamento de Eusébio da Costa Ataíde, ano de 1806. Livro de Registro de Testamentos, 1805-1807, a partir da fl.18.

conflitos, pois mestres e cativos usaram de subterfúgios, táticas e acordos para concretizarem seus interesses.

Fábricas e outros espaços de atuação

Os construtores investiam parte significativa seus bens na aquisição de ferramentas e escravos especializados, como citado há pouco. As fábricas inventariadas se referem à “ideia de casa ou de oficina, relacionada ao fazer mecânico, o termo nos serve para designar o conjunto de trabalhadores, equipamentos, materiais e infraestrutura que envolvia os oficiais pedreiros e carpinteiros em suas construções”.⁵⁹ Um exemplo de uma fábrica está no inventário de Sebastião Martins da Costa, outro importante construtor na cidade de Mariana, na segunda metade do século XVIII:

uma morada de casas assobradadas cobertas de telha com seu quintal com muro de pedra com casas de fabrica e despejo e outras mais contíguas que partem pela parte do nascente com o capitão Domingos Pinto Coelho citas nessa cidade ao pé da igreja do Rosário vistos e avaliados carapinas práticos [...] 800\$000.⁶⁰

Observa-se que o espaço da casa também assumia função profissional, já que as “casas de fábrica” eram parte de uma moradia. O mesmo nota-se em outras ocupações mecânicas, como é o caso de Custódio José Nunes. Esse ferreiro, que viveu na região de Mariana no decorrer do século XVIII, declara entre seus bens “uma morada de casas térreas cobertas de telha com sua tenda de ferreiro em que [vivia]”.⁶¹

Na descrição do “inventário dos bens existentes nessa fazenda, pertencente ao falecido João de Caldas Bacelar e seu sócio, o Alferes Fran-

⁵⁹ SILVA, Fabiano Gomes da. *Op. Cit.*, p. 91.

⁶⁰ AHCSM, Inventários, 2º ofício, código 89, auto 1923.

⁶¹ AHCSM, cód. 165, auto 3372, 1º ofício.

cisco Afonso Lage”, constam uma série de ferramentas que possibilita considerar a existência de uma fábrica nessa localidade. Todavia, os bens de ofício dividiam espaço com terras de culturas, cabeças de porcos e plantações já estabelecidas - ou seja, a agricultura e a pecuária eram atividades paralelas à administração das obras arrematadas por Bacelar.⁶²

O inventário de João de Caldas Bacelar continua a mostrar como os construtores investiam em outras atividades econômicas, como aluguel de imóveis, além do envolvimento em redes creditícias. Entre os bens listados, acham-se ouro em pó, prata, mesas com gavetas, vinte e nove escravos, ferramentas e estoques relacionados aos ofícios de pedreiro e de carpinteiro (martelos de pedreiro, alavancas, enxadas, eixos, compassos, agulha de brocar, caixões de carregar pedra, carros de bois, estoque de ferro), três casas, um rancho, três sesmarias e uma fazenda em sociedade, com terras, casa, paiol, moinho e engenhos de boi; o montante final alcançou 2:300\$000 réis. Bacelar foi, igualmente, um grande credor, entre créditos, bilhetes e escrituras mais de 50 devedores foram elencados, o que elevou seu monte-mor para 14:199\$299 réis.⁶³

A análise da rede de créditos formada por esses trabalhadores abre margem para compreender como no universo dos trabalhadores o próprio ofício se constituía como uma “mercadoria” valiosa. Vale ressaltar que o crédito nas Minas do século XVIII era uma maneira bastante usual de aquisição de bens, representava uma estratégia fundamental para a circulação de mercadorias e também colocava em jogo relações de compadrio, de amizade ou familiares.⁶⁴

Mais uma vez, considera-se que diversificar fontes de renda era uma escolha bem-sucedida em Minas colonial. Douglas Libby e Carla Almeida constataam que alguns tipos de produção manufatureira começaram a encontrar lugar significativo na economia, sobretudo no final do século

⁶² AHCSM, Inventários, 1º ofício, códice 92, auto 1928.

⁶³ AHCSM, Inventários 1º ofício, códice 154, auto 3244.

⁶⁴ Júnia Furtado afirma em relação aos grandes comerciantes por ela estudados: “O mecanismo de endividamento que a população se encontrava em relação aos comerciantes era enorme”. Cf.: FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 120.

XVIII e início do XIX, período em que a economia mineira convivia, primeiramente, de 1750-1779, com o auge-minerador e, em seguida, a fase de 1780 a 1822, com uma acomodação evolutiva. Nessa última etapa, a diversificação das atividades produtivas (aquelas além da mineração do ouro, como a agricultura e os ofícios mecânicos) colocava em evidência o crescimento de um mercado interno que caminhava em direção à autossuficiência.⁶⁵ Trazendo o enfoque para a temática em questão, conclui-se que os artesãos “que não mineram as minas se envolvem em serviços diversificados em um espaço histórico de indistintas fronteiras entre o rural e o urbano, entre o tradicionalismo da produção e a adaptabilidade criativa, na emergência de viver do ofício fabril”.⁶⁶

Essa característica não é exclusiva das Minas. Carlos Lima, analisando fortunas de artífices no Rio de Janeiro (1790-1808), indica o investimento em diferentes negócios como fator principal de enriquecimento. Observa ainda que

a prática da combinação de atividades de natureza diversa não era apenas uma estratégia de acumulação que se oferecia aos mais bem sucedidos. Era generalizada o suficiente para que se possa afirmar ter se tratado de uma necessidade de todos.⁶⁷

Por fim, cabe enfatizar que a breve análise empreendida nessas páginas discute essencialmente a inserção econômica e social de um grupo específico de arrematantes/construtores: aqueles que se destacaram por conseguirem arrematar grande parte das obras públicas que eram su-

⁶⁵ Subdivisões propostas por Carla Almeida ao analisar o período entre 1750 e 1850 em sua dissertação de mestrado. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana - 1750-1850*. Dissertação de Mestrado, Niterói (RJ): DH - UFF, 1994. Libby objetiva apreender as várias atividades que constituem o território mineiro no século XIX, privilegiando o estudo do papel da mão de obra escrava e analisando desde oficinas artesanais, passando por pequenas e médias manufaturas, até as fábricas de ouro, ferro e tecidos. LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista: Minas no século XIX*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

⁶⁶ MENESES, José Newton Coelho. *Artes servis e serviços banais: ofícios mecânicos e as Câmaras no final do Antigo Regime. Minas Gerais e Lisboa (1750-1808)*. Tese de Doutorado, Niterói (RJ): DH - UFF, 2003, p.222.

⁶⁷ LIMA, Carlos A. M. *Artífices do Rio de Janeiro (1790 – 1808)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008, p. 201.

pervisionadas pela Câmara de Mariana, no século XVIII. Esse destaque deveu-se, sobretudo, porque esses arrematantes souberam articular de forma bem-sucedida os recursos que tinham ao seu alcance – ocuparam cargos nas vereações, participaram de irmandades renomadas, diversificaram suas atividades produtivas, estabeleceram uma rede de créditos importante, entre outras estratégias.

OS CHAFARIZES DE MARIANA: O ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO SÉCULO XVIII

Denise Maria Ribeiro Tedeschi¹

A implantação de uma rede de abastecimento de água em Mariana tem seu marco em 1749, quando um aqueduto subterrâneo foi construído para conduzir as águas da Serra do Itacolomi para a cidade. A obra pública, financiada com as rendas municipais da Câmara, foi edificada em um momento de reorganização espacial da cidade. O serviço de abastecimento integrou o conjunto de reformas urbanas realizadas, logo após a escolha da localidade pelo monarca português D. João V para sediar o bispado da Capitania de Minas Gerais em 1745.

O objetivo deste texto é apresentar a rede de abastecimento Setecentista da cidade de Mariana com foco em dois eixos: o significado urbano dos chafarizes públicos e a disposição dessas obras pelo espaço de Mariana.

O significado urbano dos chafarizes

Ao observar os chafarizes públicos coloniais, Kruger Mourão constatou que, fora dos centros urbanos, predominou nas povoações mineiras do século XVIII o corriqueiro hábito de carregar os barris d'água “diretamente dos córregos ou das fontes naturais”.² Os equipamentos

¹ Professora de História do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. Neste texto foram abordadas questões originalmente tratadas no livro *Águas urbanas*, publicação resultante da dissertação de mestrado em História na Unicamp. TEDESCHI, Denise M.R. *Águas urbanas: as formas de apropriação das águas nas Minas – Século XVIII*. São Paulo: Alameda/ Fapesp, 2014.

² MOURÃO, Paulo Kruger C. O abastecimento de água em Minas nos tempos da Colônia. *Kriterion*. Revista da Faculdade de Filosofia da UFMG, Belo Horizonte, n. 35-36, jan./jun. 1956, p. 234.

públicos se concentraram nas sedes municipais, como Vila Real do Sabará, abastecida por três chafarizes; Vila de São João del-Rei, com um “lindo chafariz, com imponente frontispício”; Vila de São José del-Rei (Tiradentes), com amplo chafariz e o Tijuco (Diamantina), com três obras; todos eles edificadas na segunda metade do Setecentos.³ Tal prática de edificar obras hídricas em sedes municipais era comum em Portugal, onde os monumentais aquedutos e chafarizes se concentraram nos centros político-administrativos, como Évora, Coimbra e Lisboa.⁴

As obras hídricas acabaram por representar, nas palavras de Noronha Santos, o municipalismo nas terras lusas, pois a sua existência simbolizava a presença e atuação de um órgão local de poder. Tal identificação se estendeu também para as povoações da América Portuguesa.⁵

Neste sentido, vale destacar a pesquisa de Cláudia Damasceno Fonseca sobre as vilas mineiras Setecentistas. Ao investigar os discursos urbanos, escritos pelos moradores, que objetivavam ascender na hierarquia urbana colonial, a autora constatou como as obras públicas aparecem como elemento repetitivo nas solicitações de emancipação municipal enviadas ao Conselho Ultramarino. Tanto a presença como a falta de obras públicas eram citadas nos pedidos de emancipação municipal. A presença de equipamentos urbanos servia para enaltecer os habitantes, que, mesmo sem Câmara, se organizavam para ampliar os serviços urbanos. A falta de obras públicas, numa outra via, era utilizada para argumentar a favor do título municipal, pois com ele era criado um corpo político-administrativo, a Câmara Municipal, capaz de provê-las. Em

³ *Ibidem*, p. 238-246.

⁴ Onerosos condutos foram construídos durante o século XVI, em Évora (Aqueduto da Prata), Coimbra (Aqueduto de São Sebastião), Elvas (Aqueduto das Amoreiras), Óbidos, Torre Vedras (Aqueduto do Convento de Cristo), e o no Setecentos, em Vila do Conde (Aqueduto do Mosteiro de Santa Clara) e em Lisboa (Aqueduto das Águas Livres). REIS, José de Souza. Arcos da Carioca. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 12, 1955, pp. 43-57. Ver também: CONCEIÇÃO, Luis Filipe P. da. *A consagração da água através da Arquitetura*: para uma Arquitetura da água. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1997, pp. 297-299.

⁵ De acordo com Noronha Santos, o chafariz, “no velho Portugal e nos países de origem romana”, foi “o primeiro marco do regime do municipalismo”. SANTOS. *Fontes e Chafarizes do Rio de Janeiro*. *Op. Cit.*, p. 16.

ambos os casos, nesses discursos, as obras públicas aparecem como um dos elementos típicos do municipalismo e urbanismo nos dois lados do Atlântico.⁶

Havia, claramente, interesses em jogo nesses pedidos, e o diálogo que se estabeleceu nessas correspondências, entre moradores e conselheiros do rei, é revelador de parâmetros para o merecimento do título municipal, reconhecidos por ambos. A insistente menção às obras públicas nos discursos de emancipação municipal constitui indício de um elo de identificação entre portugueses e colonos de um dos critérios de urbanidade no período.

Dentre o conjunto das obras públicas, as obras hídricas se destacavam nos espaços urbanos. Restritas, em grande parte, às sedes de poder municipal, a sua existência conferia distinção e enobrecimento às localidades. O caráter restritivo desse tipo de obra criava um imaginário de prestígio e civilidade sobre os espaços urbanos coloniais. No Termo de Mariana, as obras hídricas, construídas com as rendas municipais, ficaram restritas a sede municipal. Nos contratos de obras, editais e acórdãos do Arquivo Histórico da Câmara de Mariana não foi encontrado nenhum registro de obras dessa natureza fora da sede político-administrativa.⁷ Ao limitar o serviço de abastecimento à sede, o concelho mantinha uma conveniente hegemonia e prestígio urbano, tanto em relação às demais localidades pertencentes ao termo – pois reafirmava seu posto de cabeça da municipalidade –, como em comparação às outras sedes de poder político da Capitania. Para as sedes municipais não era interessante que as localidades se tornassem municípios e constituíssem seus termos. Isso representaria a diminuição de poder e arrecadação de impostos. Da mesma forma, nas disputas com outras sedes por algum privilégio ou mercê real, os camarários enalteciam seus feitos e singularidades. O serviço de abastecimento era, assim, mais que uma forma

⁶ FONSECA, Cláudia D. Funções, hierarquias e privilégios urbanos: a concessão dos títulos de Vila e cidade na capitania de Minas Gerais. *Revista Varia História*, Belo Horizonte, n. 29, jan. 2003, p. 49.

⁷ Foram consultados os livros de arrematação de obras públicas (AHCMM. Códices 180, 122, 135, 220, 377, 210) e as listas de receita e despesa (AHCMM. Códices 572, 679, 201, 660, 176, 151, 649, 73, 75, 384, 701, 382, 141, 202, 277, 124).

de matar a sede dos urbanos, era o feito dos homens que governavam aquele espaço, uma das maneiras criadas para enaltecer a capacidade de seus moradores, diferenciar-se e alçar novos privilégios e mercês reais.

Uma prática comum no período era o registro dos responsáveis pelos empreendimentos na estrutura arquitetônica das obras hídricas. Em Vila Rica, o Chafariz dos Contos de 1745 traz na parte central superior a inscrição latina *Isquaepotatum cole gens pleno ore Senatam, securi ut sitisnam facit illesitis* (Povo que vais beber, louva de boca cheia o Senado porque tens sede e ele a faz cessar)⁸; em Mariana, o Chafariz do Conde de Assumar ainda tem lapidados a coroa e as armas reais em sua arquitetura. Marcas de um Senado atuante na satisfação das demandas do povo”,⁹ que se atentava em anunciar à memória dos habitantes as instituições e os atores políticos envolvidos na sua produção.¹⁰

Entre signos e representações que cercavam o imaginário sobre os chafarizes públicos coloniais, certamente para os habitantes e transeuntes importava a sensação de ter às mãos com maior ligeireza o líquido e o alívio da sede. A presença das bicas alterou a organização espacial e também a rotina e o tempo dos cidadãos. Instituiu um novo convívio entre o bem natural e os urbanos. Aquedutos e chafarizes eram nas cidades do reino e ultramar a forma apropriada, autorizada e ordenada de consumir as águas, distanciavam os habitantes cada vez mais da vida natural e selvagem e representavam a transformação do corpo físico e social da cidade. Havia uma *urbe* antes e depois dos chafarizes.

⁸ SILVA, Fabiano Gomes da. *Pedra e Cal: os construtores de Vila Rica no século XVIII (1730-1800)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007, p. 62-63. Cf. SANTOS, Noronha. Aqueduto da Carioca. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 4, 1940.

⁹ SILVA, Fabiano Gomes da. *Op. Cit.*, p. 63.

¹⁰ LARA, Sílvia H. *Fragmentos Setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 48.

Os chafarizes de Mariana

Em Mariana, o aqueduto custou aos cofres do Concelho 3:200\$000 reis,¹¹ a segunda obra pública mais cara do termo no século XVIII, atrás apenas da construção do edifício de Casa de Câmara e Cadeia. No mesmo ano de 1749, foram concluídos também o Chafariz do Rossio e a Fonte dos Quartéis.¹² Nesse ano, estava formada a estrutura inicial do circuito das águas. O aqueduto, conhecido como canal geral das águas, era inteiramente abaixo da superfície, e ao longo dos anos, em razão das necessidades urbanas e das intempéries naturais, outros mananciais, canais e chafarizes foram acrescentados.

Ao longo do século XVIII e início do século XIX, foram construídos 15 chafarizes. Destes, 14 eram públicos e 1, a Fonte da Samaritana, pertencia ao Palácio dos Bispos.¹³ Para efeito comparativo, vale lembrar que o Rio de Janeiro contava com 11 chafarizes públicos, enquanto Vila Rica era abastecida por 18, provavelmente a maior rede de fornecimento no Setecentos.¹⁴ Do conjunto dos 14 chafarizes públicos, 11 foram construídos no século XVIII e 3 no século XIX, conforme apresentamos no quadro a seguir:

¹¹ AHCMM. *Arrematação*. Códice 135. 22/02/1749. fls. 42-47. AHCMM. Lista de despesas de 1749. Códice 201. fls. 123v-129v.

¹² AHCMM. *Arrematação*. Códice 135. 20/08/1749. fls. 70v-72v.

¹³ Foram consultados as listas de despesas (AHCMM. Códices 679, 201, 176, 151, 649, 701, 382, 141, 277, 124) e os livros de arrematação de obras públicas. (AHCMM. Códices 160, 180, 122, 135, 220, 377, 210).

¹⁴ No atual centro histórico de Mariana ainda se encontram o Chafariz dos Cortes, Chafariz dos Monsus, Chafariz do Conde de Assumar, Chafariz da Sé, Chafariz de São Pedro, Chafariz de São Francisco dos Pardos e a Fonte dos quartéis Cf. SILVA. *Op. cit.* p. 58.; CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro Setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

Quadro 1 – Chafarizes de Mariana (1745-1802)

Nome	Data de construção	
(1) Chafariz de São Pedro	(*) meados do século XVIII	Chafarizes abastecidos pelo Aqueduto de Mariana
(2) Chafariz de São Francisco dos Pardos	(*) meados do século XVIII	
(3) Chafariz de São Francisco dos Brancos	(*) meados do século XVIII	
(4) Fonte dos Quartéis	1749	
(5) Chafariz de Repuxo da Praça	1749	
(6) Fonte e Tanque da Câmara	1782	
(7) Chafariz de Tomé Dias	1795	
(8) Novo Chafariz da Praça	1795	
(9) Novo Chafariz de Tomé Dias ou Conde de Assumar	1801	
(10) Chafariz da Rua dos Cortes	1802	
(11) Chafariz da Sé	(*) século XIX	
(12) Fonte dos Monsus	1768	Chafarizes abastecidos por nascentes próximas
(13) Chafariz de São Gonçalo	1759	
(14) Fonte do Seminário	1757	
(15) Fonte e Tanque da Samaritana	(*) entre fins do século XVIII e início do século XIX	

Fonte: AHCMM. Auto de Arrematação. Códices 180, 122, 135, 220, 377, 210. Listas de receita e despesa. Códices 572, 679, 201, 660, 176, 151, 649, 73, 75, 384,701, 382, 141, 202, 277, 124. Os (*) indicam que não encontramos a data exata da construção do chafariz.

A Câmara Municipal de Mariana soube aproveitar os recursos hídricos existentes no interior do núcleo urbano e tratou de conduzir por um aqueduto subterrâneo maior volume do líquido, canalizando as águas da

Serra do Itacolomi para a cidade. Conforme visto no quadro, 11 chafarizes foram alimentados pelo aqueduto, enquanto três fontes públicas da cidade foram guarnecidas por nascentes que lhes eram próximas.

Apresentado, de maneira geral, o sistema hídrico de Mariana no período mencionado, trataremos do segundo eixo de análise deste artigo: a espacialidade dos chafarizes públicos, abordada em dois níveis: a estrutura interna dessas obras e a sua localização espacial em terreno urbano.

No dicionário *Vocabulário Português*, Raphael Bluteau definiu uma perspicaz diferença entre chafariz e fonte, que determinava a arquitetura e usos diferenciados desses espaços. O chafariz, de origem árabe, seria uma fonte com bicas, próprias para o consumo humano, enquanto as fontes seriam utilizadas pelos animais.¹⁵

Nos contratos, editais e acórdãos da Câmara de Mariana, essa diferença era desconhecida ou não importava. Foi comum o uso do mesmo espaço para animais e humanos, existindo uma divisão interna que demarcava o lugar desses tipos de consumidores. Talvez pelo convívio nesses largos, a mesma obra ora era mencionada como chafariz, ora como fonte pela administração local. Em 1768, a Fonte dos Monsus contava com uma bica “de pedra lavrada”, com espaço reservado para caber “um barril bem à vontade por baixo”, “com parede de pedra e cal”.¹⁶ As águas escorriam da bica para uma pia de pedra e dali escoavam para onde “mais conveniente for para beberem os cavalos”.¹⁷ Em 1797, nos registros de reparos realizados pela Câmara, a mesma obra aparece como “Chafariz no Alto dos Monsus”, guarnecido com um novo tanque com dois “piões” de pedra “com uma laje em cima para assento dos barris”.¹⁸ Nos dois momentos, ambos os espaços para animais e humanos foram preservados. No caso da Fonte dos Quartéis, construída em 1749,

¹⁵ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Português e Latino* [1712]. Rio de Janeiro: UERJ/Dinfo, p. 266. (digitalizado).

¹⁶ AHCMM. *Arrematação*. Códice 377. 30/12/1768. fls. 60-61v. A fonte passou por reformas em 1792 (AHCMM. Códice 687. fl. 98) e foi reconstruída em 1797 (AHCMM. Códice 209. fls. 192v-199).

¹⁷ AHCMM. *Arrematação*. Códice 377. 30/12/1768. fls. 60-61v.

¹⁸ AHCMM. *Arrematação*. Códice 377. 02/07/1797. fls. 274-274v.

nas imediações do Quartel dos Dragões do Conde de Assumar, também havia bicas e um tanque, com balaustre de pedra para “assentarem os barris”.¹⁹

O Chafariz dos Cortes, edificado em 1802, na rua de mesmo nome, era uma construção simples, com uma pia e “copos de pedra para neles se descansarem os barris, quando estiverem enchendo”, “toda esta obra feita e acabada de alvenaria (...) e com duas bicas de latão para por ela esgotar as águas”.²⁰ Os lugares próprios para assentos dos barris davam certo conforto aos usuários, que, enquanto esperavam o filete de água escorrer pelos potes d’água, entretinham-se em conversas e murmuri-nhos, um tempo habilmente aproveitado em um ambiente de intensa circulação social.²¹ Ao mesmo tempo em que ocupava uma função cômoda, os copos de pedra, capazes de suportar o peso dos barris, impediam a água de se “esparrinhar (sic)”²² pelo largo, preservando, deste modo, a obra pública e a salubridade urbana.

Havia, portanto, a convivência entre diversos usuários no mesmo largo, e a arquitetura interna resguardava lugares adequados para os tipos de consumidores, afastando e distribuindo os usuários. A organização espacial dessas obras era uma das formas de imprimir normas de consumo e preservar a salubridade nos equipamentos urbanos.

A presença de certos elementos internos nos chafarizes pode indicar, ainda, uma tentativa da ordem local de distribuir certas práticas pelos espaços da cidade. A Fonte do Seminário foi a única identificada nos registros camarários com um espaço destinado às lavadeiras.²³ Utilizada pelos seminaristas, escravos, habitantes e transeuntes, o cocho reservado para as lavagens autorizava louças e roupas, tão proibidas pelos editais do governo local no período.²⁴ Tanto a arquitetura interna interferia

¹⁹ AHCMM. *Arrematação*. Códice 135. 20/08/1749. fls. 70v-72v.

²⁰ AHCMM. *Arrematação*. Códice 210. 23/12/1802. fl. 30.

²¹ AHCMM. *Arrematação*. Códice 210. 23/12/1802. fl. 30.

²² AHCMM. *Arrematação*. Códice 377. 02/07/1797. fls. 274-274v.

²³ AHCMM. *Arrematação*. Códice 210. 23/07/1803. fls. 33-34.

²⁴ Em 1783, novo edital proibia qualquer pessoa de “qualquer qualidade ou condição de lavar nas fontes públicas e seus tanques roupas, tachos ou bacias e outra e quaisquer coisas que possam dei-

no uso dos chafarizes públicos, como o local eleito para abrigá-los na cena urbana se transformava com o público e as práticas de consumo estabelecidas.

Os lugares onde essas obras foram edificadas constituem indícios de estratégias das Câmaras coloniais para distribuir e organizar o consumo da água pela paisagem urbana. Era a vereança que determinava o local onde seriam instaladas as fontes públicas. Certamente, as questões técnicas pesavam e ajustes faziam parte da rotina dos construtores nesse processo, entretanto, a escolha era determinada pelos camaristas, o que nos leva a investigar quais teriam sido as intenções do governo local em escolher certos espaços na cena urbana.

Primeiramente, é preciso mencionar que os chafarizes funcionavam como “pontos terminais de uma conduta de abastecimento”.²⁵ As águas, depois de percorrerem canos e declives, jorravam por chafarizes e fontes públicas edificadas nos pontos escolhidos. De maneira geral, os vereadores determinavam que um canal emissário do aqueduto subterrâneo fosse construído para conduzir água até o local onde um novo chafariz forneceria água à população. Os chafarizes constituem, assim, a expressão material de uma prática urbanística colonial de controle e gestão da água pela municipalidade.

Ao analisarmos os lugares onde essas obras foram edificadas, identificamos possíveis intenções do governo local na distribuição do fornecimento de água. A bica d’água, construída no caminho novo de Mariana para Vila Rica, em 1782 – única exceção de fornecimento de água fora dos limites da cidade –, por exemplo,²⁶ exercia uma função importante para uso do novo caminho: provia o líquido àqueles que transitavam no recente trecho construído para ligar as sedes do poder eclesiástico da Capitania e da Comarca de Vila Rica. Fora dos limites urbanos de Ma-

xar imundícies nas águas”. AHCMM. Edital. Códice 462. 1783. fl. 208v.

²⁵ CONCEIÇÃO, Luis Felipe. *Op. Cit.*, p. 339.

²⁶ VASCONCELLOS, Salomão de. *Op. Cit.*, p. 16. O novo caminho e a bicas d’água foram financiados com as rendas da Câmara de Mariana e executados por José Pereira Arouca. AHCMM. *Arrematação*. Códice 377. 02/07/1782. fls. 90-90v. Sobre reparos no caminho, cf. também: AHCMM. *Arrematação*. Códice 377. 04/08/1781. fls. 181-183v.

riana, a posição estratégica dessas bicas seria um atrativo para os transeuntes utilizarem o novo itinerário criado pela Câmara para ligar esses centros urbanos. Afinal, a informação de que havia disponibilidade de água no trajeto certamente influenciava na escolha dos viandantes. Outro caso interessante, no mesmo sentido, é a localização do Chafariz de São Pedro, construído entre os anos de 1749 e 1752, próximo à Igreja de São Pedro. A partir de 1782, a entrada de Mariana foi deslocada para o Morro de São Pedro. Com isso, o chafariz passou a contar com um número cada vez maior de tropeiros e viajantes, além dos habitantes que habitualmente recorriam à obra pública, situada no fim da Rua Nova. Vale lembrar que essa rua tornou-se um dos novos limites da povoação na segunda metade do século XVIII.²⁷ Em ambos os casos, a informação de que havia disponibilidade de água ao longo de um penoso percurso influenciava na escolha dos transeuntes.

Na mesma Rua Nova, em toda sua extensão, por onde passava o aqueduto subterrâneo da cidade, havia três chafarizes, os quais levaram em sua denominação o nome dos templos religiosos adjacentes: o Chafariz de São Pedro, São Francisco dos Pardos e São Francisco dos Brancos.²⁸ A construção desses chafarizes na mesma rua do aqueduto subterrâneo deveria ser financeiramente favorável aos cofres do Concelho, uma vez que diminuiria os custos das obras e evitaria possíveis dificuldades técnicas na disposição e declive dos canos no terreno urbano.

A proximidade dos templos religiosos constituiu outra característica marcante da localização desses equipamentos na paisagem urbana. Tal prática urbanística seria indício de uma preocupação do órgão local em atender os ritos católicos e seus irmãos cristãos. A concessão de penas d'água para atender os religiosos ocorreu em Mariana e em outras localidades da América Portuguesa.²⁹ Em 1797, na reconstrução do Chafariz dos Monsus e de seu encanamento, um dos canos seguia por um dos lados da Capela do Rosário e continuava pela mesma rua até chegar à

²⁷ AHCMM. *Arrematação*. Códice 377. 31/12/1769. fls. 74v-75.

²⁸ AHCMM. *Arrematação*. Códice 377. 31/12/1769. fls. 74v-75.

²⁹ AHCMM. *Arrematação*. Códice 377. fls. 274-274v.

obra pública. Acreditamos que ao menos uma pena d'água deveria beneficiar o templo. Em João Pessoa, de acordo com André Cabral Honor, no século XVI, os frades de São Bento contavam com uma fonte abastecida pela terceira parte das águas que alimentavam o chafariz da cidade.³⁰ Na mesma localidade, o Convento dos Franciscanos, em 1717, foi guardado em seu interior com a Fonte de Santo Antônio, de uso exclusivo da congregação e alimentada com as águas do próprio terreno. Em raros momentos, ela foi aberta ao público, apenas em casos de “calamidade quando foram instalados hospitais de emergência no convento”,³¹ caso em que os próprios franciscanos arcaram com os custos e com os benefícios da Fonte de Santo Antônio.

Os chafarizes públicos poderiam transformar e serem transformados pelos espaços onde foram instalados. Criados para ordenar o consumo da água, reconhecidos como signos materiais da capacidade e distinção urbana, o uso desses espaços poderia lhes atribuir novos significados na trama da cidade. As trajetórias dos Chafarizes do Rossio e de São Gonçalo elucidam como esses suportes d'água se tornaram palcos da desordem física e social, e as estratégias da Câmara para contornar esses desvios.

O Chafariz do Rossio, conhecido como Chafariz da Praça ou de Repuxo, edificado em 1749, foi o primeiro a receber as águas do aqueduto subterrâneo.³² Entre desmontes, construções e reparos sofridos, essa obra pública ocupava um espaço de exímia importância na vida urbana. O Rossio, também conhecido como Largo da Carvalhada, era o lugar da cidade onde aconteciam os curros e as touradas, os festejos dos nascimentos e casamentos da família real.³³

³⁰ HONOR, André Cabral. *Sociedade e cotidiano: as fontes d'água na formação da cidade de João Pessoa no período colonial*. (Bacharelado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006, p. 38-55.

³¹ Idem. p. 38.

³² AHCMM. Códice 135. *Auto de Arrematação do Chafariz e fonte que se há de fazer nesta cidade*. 26/02/1745. fls. 50v-53v.

³³ VASCONCELLOS, Salomão. *Op. Cit.*, Saint- Hilaire, no início do século XIX, reiterava: “A Praça das Cavalhadas é um quadrilátero alongado e coberto de grama; é lá que nos festejos públicos se fazem as corridas a cavalo e os torneios públicos”. SAINT-HILAIRE. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, p. 79.

Em 1795, o chafariz que fazia parte desse cenário de intensa circulação foi desmontado para atender à reordenação espacial dirigida pela Câmara Municipal no largo. Os oficiais locais decidiram “fazer e regular a praça principal desta cidade vulgarmente chamada do Largo do Chafariz”.³⁴ A reforma envolveu o desmanche de parte da morada de Joana Jacinta e a construção de um novo chafariz no largo, tudo para “regular e aformosear a praça”.³⁵

O motivo da reorganização espacial foi a falta de alinhamento entre as esquinas onde ficavam as moradas de Joana Jacinta e Rita Eufrázia. Conforme descrevem os oficiais locais, a habitação de Joana Jacinta “corria para o centro da praça”, fora do “ângulo correspondente” à esquina, onde estava a casa de Rita Eufrázia. Após alguns anos de insistência, o Senado conseguiu convencer Joana Jacinta, a qual aceitou que tirassem “semelhante obstáculo”, com a condição de que o governo local fizesse a casa da mesma forma para os fundos do terreno, em conformidade “com o outro referido ângulo, que faz para Rua de São José”.³⁶ Na mesma audiência, o Senado acordou ainda “mudar-se o Chafariz que está na dita praça por desembaraçá-la, encurtando-[a] proporcionalmente a um lado dela”.³⁷ José Francisco Álvares procedeu à reedificação da casa de Joana Jacinta Cláudia de Freitas³⁸ e Francisco Álvares Quinta, à demolição do Chafariz da Praça e à fatura de uma nova fonte, “encostada à parede que divide o quintal de Dona Joana Jacinta para o Largo da Praça”.³⁹

Será obrigado quem arrematar a obra acordada fazer da parede de D. Jacinta daquela que divide a Rua debaixo até o cunhal da Casa de D. Rita e dobrando a corda ao meio aonde der fará pião para o assento da dita fonte, dividindo o lugar que ela se ocupar tanto para um lado como para

³⁴ AHCMM. *Acórdão*. Códice 209. 16/07/1795. fls. 132v.

³⁵ AHCMM. *Acórdão*. Códice 209. 16/07/1795. fls. 132v.

³⁶ AHCMM. *Acórdão*. Códice 209. 16/07/1795. fl. 132v. AHCMM. *Arrematação*. fls. 250v-252v.

³⁷ AHCMM. *Acórdão*. Códice 209. 16/07/1795. fls. 132v.

³⁸ AHCMM. *Arrematação*. Códice 377. 07/1795. fls. 250-252v.

³⁹ AHCMM. *Arrematação*. Códice 377. 10/07/1795. fls. 252v-253v.

o outro em razão de ficar bem no meio daquela frente.⁴⁰

A reforma no Largo do Rossio primou pela ordenação visual da praça.⁴¹ Cada forma urbana da cidade contribuía para o funcionamento da fisiologia urbana e, no conjunto das atribuições incumbidas aos chafarizes, importava ainda estarem adequadamente dispostos, em harmonia e conformidade com o espaço onde foram inseridos. Na edificação da nova fonte, encostada ao centro do quarteirão, os furos para as bicas e seus canudos deveriam estar divididos “de sorte que não fique mais distância de um para o outro”, uma preocupação urbanística tanto com a organização interna quanto com a finalidade essencial da obra: fornecer o líquido adornando apropriadamente o espaço da cidade.

No caso do Chafariz de São Gonçalo, um conjunto de elementos levou à trasladação da obra para o largo do Rossio. A fonte pública construída em 1759, “na Rua Direita, junto à ponte de São Gonçalo”,⁴² abastecia o arrabalde de São Gonçalo e ocupava uma posição estratégica ao fornecer o líquido na saída da cidade, no primeiro caminho para Vila Rica.⁴³ Conforme vimos, até 1782, era pelo morro de São Gonçalo que os transeuntes seguiam para a sede da comarca Vila Rica, quando, então, um novo trecho do caminho foi modificado, transformando o Morro de São Pedro em novo ponto de saída da cidade.⁴⁴

⁴⁰ AHCMM. *Arrematação*. Códice 377. 10/07/1795. fls. 252v-253v.

⁴¹ Sobre a função e reformas nas praças coloniais Cf. CALDEIRA, Júnia Marques. *A Praça Brasileira: trajetória de um espaço urbano, origem e modernidade*. Tese (Doutorado em História). – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007, pp.73-93; CURTIS, James R. *Praças, Place, and Public Life in Urban Brazil*. *Geographical Review*, v. 90, n. 4, oct., 2000. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/3250780>. Acesso em: 22 mar.2009

⁴² AHCMM. *Acórdão*. Códice 705. 13/02/1750. fls. 43v. Cf. também: AHCMM. *Arrematação*. Códice 135. 01/08/1750. fls. 96v-97. (AHCMM. Códice 462. Edital, 10/11/1753. fl. 116.). Mas foi apenas em 1759 que Antônio Moreira executou o novo chafariz com seu aqueduto, recebendo pela obra, no ano seguinte, 1:200\$000 réis (AHCMM. Lista de despesa de 1760. Códice 176. fl. 154). O novo chafariz seria alimentado por uma mãe d'água que se localizava nas proximidades, obrigando o construtor a fazer todo o encanamento de telhões betumados de “cal e azeite de mamona” e de “cem em cem palmos uma pia de pedra para nela se assentar os esporos da dita água”. AHCMM. Códice 220. 25/04/1759. fls. 64v-65v.

⁴³ Em 1760, João de Caldas Bacelar procedeu aos reparos na calçada e nas saídas das águas da Fonte de São Gonçalo que passavam pelo “rebaixe da calçada que segue para Vila Rica”. AHCMM. *Arrematação*. Códice 220. 10/12/1760. fls. 91-92v.

⁴⁴ VASCONCELLOS. *Op. Cit.*

A Fonte de São Gonçalo era abastecida por uma mina d'água do morro e foram frequentes as reclamações sobre a falta d'água e os reparos na sua estrutura construtiva para resolver esse problema. Em 1762, poucos anos após sua inauguração, o ouvidor José Pio Ferreira Souto ordenou que se procedessem as intervenções necessárias no encanamento para que fosse incluída mais água no chafariz.⁴⁵ Na correição geral realizada pelo ouvidor Manuel Joaquim Pedroso, em 1781, o funcionário régio alegava sobre “a muita necessidade de se encanar as águas para o Chafariz de São Gonçalo”, localizado no “caminho [...] o mais antigo e primeira entrada desta cidade e o que dá passagem a todos os viandantes que iam para o Mato Dentro”. O governo local deveria tomar as providências cabíveis: “buscar mais alta [a água] para poder correr no mesmo chafariz, [...] porque os maiores daquela paragem padecem necessidade grande”.⁴⁶

Segundo Moura Santos, o Chafariz de São Gonçalo teria sido instalado no Largo da Quitanda, “a praça do mercado, local onde os tropeiros que percorriam a região vendiam suas mercadorias”. De acordo com o autor, com a expansão da cidade para o sentido sul (atrás da Sé), o bairro decadente teria se transformado em “uma comuna de malandros e elementos da escória”.⁴⁷

Em 1801, uma medida da Câmara veio alterar ainda mais esse espaço da cidade. Os oficiais locais arremataram a trasladação do Chafariz de São Gonçalo para o Largo do Rossio.⁴⁸ A frequente falta d'água e a transformação social do Largo da Quitanda seriam motivos razoáveis para a decisão dos vereadores pelo deslocamento dessa obra para outro trecho da cidade. Neste momento, o Caminho de São Gonçalo já havia caído em desuso e substituído pela saída do Morro de São Pedro, o que

⁴⁵ AHCM. *Audiência da Correição da Câmara*. Códice 173. Ano de 1762. fls. 27v-29.

⁴⁶ AHCM. *Audiência Geral da Correição feita aos oficiais da Câmara desta cidade o presente ano de 1781*. Códice 173. fl. 51v.

⁴⁷ Encontramos duas referências de localização para a Fonte de São Gonçalo. Para Moura Santos, o chafariz teria sido construído no Largo da Quitanda, enquanto na arrematação da obra consta a edificação “na Rua Direita, junto à ponte de São Gonçalo”. MOURA SANTOS, Waldemar de. *Lendas Marianenses*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1967 *apud* FONSECA. *Op. Cit.*, p. 32, 51.

⁴⁸ AHCM. *Arrematação*. Códice 210. 15/11/1801. fls. 20-20v.

reforçaria ainda mais a tese de desprestígio da região na cidade. Diante desse contexto, a ação da Câmara teria sido no sentido de eliminar a causa das desordens e reaproveitar aquela edificação em outra parte da cidade, onde havia água suficiente para abastecê-la.

Em 1801, o construtor João Miguel Ferreira executou a mudança do “chafariz da ladeira que vai para São Gonçalo para o Largo da Praça”.⁴⁹ De acordo com o contrato de arrematação, ficou obrigado:

[...] a desmanchar o dito chafariz com toda a cautela e o mudará para o canto da estalagem de Tomé Dias Montes preparando entre o beco e a porta da estrebaria, ficando esta porta livre e desembaraçada [...]. E meterá dois canudos no chafariz bem grossos para caber muita água e serão de latão e porá toda a pedra que faltar e alcatruzes na caixa d'água que está na mesma ladeira.⁵⁰

A estalagem de Tomé Dias, localizada no Largo da Praça, contava com uma bica de água desde 1795.⁵¹ A tal fonte, alimentada pelo aqueduto subterrâneo, se resumia a uma “cortina de parede de pedra [...] com uma bica de pedra metida” por onde escorria água para “uma pia grande [...] com um pé direito para assento dos barris”.⁵² No ano de 1801, o Chafariz de São Gonçalo veio ocupar seu lugar. Ainda hoje, ao lado do antigo Palácio do Conde de Assumar, existe um chafariz público na cidade, ao qual se atribui ser a obra trasladada de São Gonçalo, hipótese reforçada pela presença da data de 1801, lapidada em sua estrutura.

O desmonte e a transposição do Chafariz de São Gonçalo para o Largo da Praça constituiu estratégia do governo local para a manutenção da ordem. Por um lado, retirou do arrabalde de São Gonçalo o lócus dos conflitos e brigas e, por outro, reaproveitou a edificação em outro ponto da cidade, oferecendo mais um chafariz, alimentado pelas águas do aqueduto subterrâneo. De certa forma, a maneira encontrada pela

⁴⁹ AHCMM. Códice 210. 15/11/1801. fls. 20-20v.

⁵⁰ AHCMM. Códice 210. 15/11/1801. fls. 20-20v.

⁵¹ AHCMM. *Arrematação*. Códice 682. 08/07/1795. fls. 133-133v.

⁵² AHCMM. *Arrematação*. Códice 682. 08/07/1795. fls. 133-133v.

Câmara para contornar a situação acabou por reverter o problema a seu favor, já que o chafariz dos tumultos de São Gonçalo se transformou no “novo” Chafariz da Praça, capacitado a fornecer o líquido tão desejado no espaço urbano. A partir de 1801, o Largo do Rossio contava com dois chafarizes: o Chafariz da Praça, reconstruído em 1795, e o Chafariz de Tomé Dias, de 1801, que ficou conhecido como Chafariz do Conde de Assumar.⁵³

A implantação e administração de uma rede de abastecimento de água esteve sujeita aos artificios dos oficiais locais, às variações de ordem natural, aos usos e apropriações pelos consumidores. O líquido percorria canos, encontrava declives, escondia-se por veios subterrâneos, massames e telhões até encontrar os chafarizes. A garantia do empreendimento dependia de insistentes e contínuos reparos, obras de ampliação e limpeza dos dutos, editais punitivos e reguladores. Neste artigo, traçamos um outro percurso para as águas coloniais, no qual abordamos o suporte de abastecimento como símbolo dos feitos políticos e signos da distinção urbana, obras do municipalismo, organizadas pelo Senado e transformadas pela vivência de seus espaços.

⁵³ O desmonte, o aproveitamento e a trasladação de chafarizes públicos também ocorreram em outras localidades do Reino e da América Portuguesa. SANTOS, Noronha. Fontes e chafarizes do Rio de Janeiro. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 10, 1946, p. 44.

CARPINTEIROS E PEDREIROS EM MARIANA NO SÉCULO XVIII: HIERARQUIAS E TRABALHO

Fabrcio Luiz Pereira¹

No mundo moderno europeu, ainda moldado por heranças medievais, os oficiais mecânicos possuíam uma representatividade política limitada, geralmente ficando aos encargos das corporações de ofício, disseminadas em cidades importantes. Na América portuguesa, com uma breve exceção ocorrida em Salvador na virada dos Seiscentos para o Setecentos, não houve agremiações desse porte.² Nesse sentido, a representação política de artífices e artistas era delimitada pelo corpo camarário das vilas e cidades.

No jogo de hierarquias sociais de cunho excludente, típicos das sociedades de Antigo Regime, a casa de vereança estabelecia, através da norma, maneiras de eliminar privilégios aos artífices de seus termos. Na Vila de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo, por exemplo, no ano de 1719, os oficiais da Câmara redigiram um “*Registro de Privilégios de Nobreza*” destinado ao Rei, solicitando prerrogativas especiais para o caso de cometerem crimes, além de garantirem o direito do uso de armas e cavalos, entre outras questões. No fim do Registro, os camaristas ressaltavam;

E será que justamente se concedam estes privilégios, aos

¹ Mestre em História pelo PPGHIS da Universidade Federal de Ouro Preto. Esse texto é uma versão revisada do capítulo “Arrematantes, mestres, jornaleiros e escravos: a dinâmica das obras e o universo dos oficiais mecânicos na cidade de Mariana” In: PEREIRA, Fabrcio Luiz. “*Offícios necessários para a vida humana*”: a inserção social dos oficiais da construção em Mariana e seu termo (1730 – 1808). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-graduação em História, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.ufop.br>

² Conferir: FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Mobiliário Bahiano*. Brasília, DF: IPHAN/ Programa Monumenta, 2009.

[que] logrem com merecimento as pessoas que servirem protestam, a que não entrem a servir os ditos lugares, se não pessoas e homens bons, livres de notas, e vis condições, e que jamais servissem ofícios mecânicos, nem filhos de tais.³

Desse modo, seguindo uma prática recorrente a todo o reino, inclusive disposto nas Ordenações Filipinas e Manuelinas, os privilégios de nobreza não deveriam recair aos mecânicos, tampouco aos seus herdeiros, o que de certo favorecia a manutenção de uma ordem social, pautada no modelo de uma monarquia polissinodal.⁴ Nessa sociedade, “o humilde deveria ser mantido na posição subordinada e de tutela que lhe corresponde, designadamente na ordem e governo políticos”.⁵

As sociedades de Antigo Regime na Europa, durante a Idade Moderna, ainda que não conformassem uma uniformidade, possuíam certos aspectos em comum. Algumas práticas parecem cruzar entre os vários Estados em formação, uma delas é a divisão de ordens sociais resguardadas e delimitadas por códigos jurídicos. Podemos dividi-las de maneira didática em três principais ordens que possuíam funções específicas: ao clero cabia a oração, à nobreza proteger e combater e, ao terceiro estado, o trabalho. No entanto, no interior de cada estado haveria hierarquias que lhes eram próprias. Dessa forma, entre um bispo e um padre, embora religiosos, havia uma distinção própria da ordem religiosa. Já no interior do terceiro estado ocorria, por exemplo, a diferenciação entre artes liberais e artes mecânicas.⁶

³ AHCSM: I livro de Registro da Câmara Municipal de Mariana, folhas: 171 – 171v.

⁴ De acordo com António Manuel Hespanha, o caráter “descerebrado”, das monarquias modernas e o seu modelo polissinodal era mantido através de um sistema de imensas relações de pactos, que permitiam a manutenção da ordem social. O rei aparecia como uma cabeça coordenando os diferentes corpos sociais, no entanto não se tratava de uma cabeça burocrática e absoluta, e sim delegadora de justiça e de mercês. HESAPANHA, António Manuel. *Imbecilias. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. São Paulo: Annablume, 2010.

⁵ HESAPANHA, António Manuel. *Op. Cit.*, p. 56.

⁶ René Rémond apresenta um panorama sobre as sociedades de Antigo Regime europeias. Embora o próprio autor faça questão de destacar as múltiplas sociedades que estão conformando os Estados Modernos, ele consegue perceber elementos que são comuns a esses espaços. Dentre essas categorias análogas, a condição jurídica de cada corpo social parece ser a mais marcante. Não é uma sociedade imóvel, existem as possibilidades de ascensão social, mas o ordenamento natural e divino cria

Nesse sentido, conforme atesta Giovanni Levi, era no interior de cada corpo social que ocorria a possibilidade de distinção social, ou ainda:

Numa sociedade fragmentada em corpos, os conflitos e as solidariedades frequentemente ocorriam entre iguais; estes competiam no interior de um segmento dado que se caracterizava pela existência de formas de consumo organizadas, hierarquizadas e intensamente investidas de valores simbólicos; que constituía também uma ligação de solidariedade diante dos outros corpos ou estados. Rarissimamente pensava-se e agia-se em termos de uma transformação da estrutura social como um todo. [...] Para usar uma imagem, um mendigo aspirava antes a tornar-se o rei dos mendigos do que um comerciante pobre.⁷

Entre os ofícios mecânicos, as diferentes formas de hierarquização também se faziam presentes, assim, teoricamente um artesão almejava mais ser mestre de seu ofício do que passar a existência como simples jornaleiro. Entretanto, na vida cotidiana, fatores externos ao mundo do trabalho também colaboravam para a distinção social desses mecânicos.

O objetivo deste artigo é discutir as hierarquizações presentes no universo do trabalho mecânico durante o período colonial. O espaço privilegiado para nossas análises foi a cidade de Mariana e seu Termo, e o recorte temporal buscará compreender a segunda metade do Setecentos, momento de maior expansão de obras públicas e eclesiásticas do município. As interpretações apreendidas foram resultado de ampla consulta nos arquivos históricos da cidade, dessa forma, utilizamos o índice de obras públicas e cartas de exame do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana (AHCMM) e fontes cartoriais (inventários, testamentos e ações cíveis) do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (AHCSM).

poucas condições para que um indivíduo passe de um corpo social para outro. RÉMOND, René. *El Antiguo Régimen y la revolución 1750-1815*. Barcelona, Vicens Bolsillo, 1983.

⁷ LEVI, Giovanni. Comportamentos, recursos, processos: antes da 'revolução' do consumo. In: REVEL, Jacques (org). *Jogos de Escala*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 212.

Jornaleiros e escravos nas artes mecânicas

No conjunto de ações cíveis arroladas no AHCSM, identificamos 17 carpinteiros e cinco pedreiros que cobravam especificamente por jornais de seus ofícios. O maior número cobrava pelo ofício e/ou trabalho, conforme linguagem descrita na documentação, totalizando 34 cobranças. O restante das ações, 16, foi referente a obras. Nota-se que, embora todas as cobranças fossem dirigidas a obras realizadas por esses homens, 56 ações destinavam-se, prioritariamente, à cobrança da mão de obra envolvida. Em outras palavras, cobravam pelo serviço prestado e não pelo resultado de uma obra. Desse modo, conseguimos identificar o valor cobrado por diária de 11 oficiais mecânicos, conforme pode ser verificado na Tabela 1.

Tabela 1– Valor da diária do trabalho mecânico

Data	Cobrança	Valor da diária
1740	Jornal de carpinteiro	1/8 ^a de ouro
1741	Ofício de carapina*	1/8 ^a de ouro
1741	Ofício de pedreiro	¾ de ouro
1742	Ofício de carapina*	4/8 ^a de ouro
1743	Ofício de carapina	¾ de ouro
1744	Jornal de pedreiro	½ oitava e 6 vinténs de ouro
1752	Jornal de carpinteiro	½ 8 ^a de ouro
1753	Jornal de carpinteiro*	¼ e 4 vinténs de ouro
1762	Ofício de carpinteiro	½ 8 ^a de ouro
1763	Jornal de carpinteiro	½ 8 ^a de ouro
1765	Jornal de carpinteiro	½ 8 ^a de ouro

Fonte: Ações Cíveis do AHCSM.⁸

*Valores aproximados, os demais são valores de ajustes de obras.⁹

⁸ Ações cíveis consultadas no AHCSM: Códice: 534. Auto: 15120. II ofício, 1742; Códice: 414. Auto: 12109. II ofício, 1741; Códice: 498. Auto: 16984. II ofício, 1741; Códice: 424. Auto: 12679. II ofício, 1753; Códice: 580. Auto: 21713. II ofício, 1752; Códice: 526. Auto: 18624. II Ofício, 1763; Códice: 600. Auto: 22916. II ofício, 1765; Códice: 300. Auto: 7223. II Ofício, 1743. Códice: 612. Auto: 23617. II ofício, 1762; Códice: 534. Auto: 19140. II ofício, 1740.

⁹ Tais valores aproximados foram calculados com base na “Tabela: Escrituração contábil e conversão de oitavas de ouro em réis”, da obra: CARRARA, Angelo Alves. *Minas e Currals*: Produção Rural e Mercado Interno de Minas Gerais (1674 – 1807). Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006. p. 75.

O valor da cobrança por ofício é maior do que de jornais, visto que entre os jornaleiros a média era de $\frac{1}{2}$ oitava de ouro por dia.¹⁰ Poderíamos inferir que tais valores fossem estabelecidos na premissa da habilitação e reconhecimento de determinado artífice no universo laboral. No entanto, em 1763, o mestre carpinteiro Domingos Gomes da Fonseca entrou com um processo contra Antônio Lopes, cobrando sete oitavas e $\frac{1}{2}$ de ouro procedido de seu ofício de carpinteiro. Nos autos do processo, o artesão declarou que era mestre carpinteiro, embora não tenhamos encontrado nenhum indício de carta de exame que confirmasse tal informação, o carpinteiro reclamava pelo trabalho de 15 dias na casa réu por jornal de $\frac{1}{2}$ oitava por dia, o que somava $\frac{7}{8}$ ^a e $\frac{1}{2}$ de ouro. O mestre argumentou que trabalhava “em obras pertencentes ao seu ofício e também costuma trabalhar a jornal por dia, o que pratica com aqueles pelo os que o chamam para trabalhar a jornal pelo dito ofício”.¹¹ E continuou alegando que “o jornal mais ínfimo que é o ofício de carpinteiro costumam ganhar por dia $\frac{1}{2}$ de ouro, se não costuma levar menos”.¹² Portanto, o que sugere as palavras do autor da ação é o costume de pagar $\frac{1}{2}$ oitava ou menos quando contratados para o trabalho a jornal, o que nos leva a concluir que os valores de ofício, apontados na tabela anterior, provavelmente, foram fruto de negociação entre as partes envolvidas, sobretudo, relacionada ao tipo de trabalho a ser feito.

O espaço para negociação das práticas do trabalho deve ser acentuado quando analisamos os valores das diárias. Em 1765, João Alves Ribeiro, “bom oficial e zeloso das suas obras”, ajustou com a crioula forra Eugenia Correia de Oliveira para trabalhar nas “ditas casas e obras da ré”, por vários dias dos meses de outubro e novembro do ano de 1763.¹³ O artífice que trabalhava à vista e fiado nas obras, como de costume nas Minas, disse que ajustou a obra pelo jornal de $\frac{1}{2}$ oitava de ouro, “quando

¹⁰ Consideramos como trabalho a jornal aquele oficial mecânico que não obtinha carta de exame ou licença e trabalhava por diárias e também não arrematava obras, mas sim trabalhava para os arrematantes.

¹¹ AHCSM. Códice 526. Auto 18624. II ofício, 1763.

¹² Idem.

¹³ AHCSM. Códice 600. Auto 22916. II ofício, 1765.

se lhe der de comer, cujo jornal é comum”.¹⁴ Logo, o sustento do oficial mecânico também podia ser acordado entre as partes envolvidas.

Manoel Afonso, carpinteiro, ao entrar na justiça contra Francisco Antônio Lima, em 1743, reclamava que o réu o convidou para trabalhar em algumas obras, “prometendo satisfazer ao autor $\frac{3}{4}$ de ouro por dia e de comer”.¹⁵ O réu, contrariando a ação sumária do autor, confirmava que havia ajustado o trabalho a $\frac{3}{4}$ por dia, com a condição de oferecer comida e bebida nos dias em que trabalhava, “o que é de costume geralmente e é estilo praticado dar de almoçar e jantar somente a qualquer oficial, e não deixar de sustentá-lo nos domingos e dias santos”. Entretanto, segundo Francisco Antônio Lima, o carpinteiro morou o tempo todo por sua conta, inclusive dormindo em sua casa por 59 dias, propondo, portanto, não ser cobrado por tal delito.¹⁶

Distinto dos casos apresentados até agora, foi a ação movida por Manoel Fernandes da Costa, em 1752, contra Manoel Fernandes Praça, em Catas Altas. Era o réu quem reclamava de sustentar por quatro anos o carpinteiro, colocando um negro a sua disposição só para o serviço de cozinhar. O autor ainda fora acusado pelo réu de ocupar-se “a maior parte do tempo em passeios, jogos e divertimentos”, ao invés de trabalhar nas várias moradas de casas, conforme acordado entre as partes envolvidas. O carpinteiro, por outro lado, reclamava a quantia de 225 oitavas de ouro pelo tempo de serviço prestado e pelo “feitio de tudo mais, de tirar no mato todas as madeiras.” Cobrando $\frac{1}{2}$ oitava de ouro por dia, ficou provado que o autor não trabalhou os dias inteiros e, possivelmente, saía para passear e participar de jogatinas pelo arraial. Além disso, ele trabalhava em outras locais, que lhe ofereciam de empreitada ou por jornal, conforme afirmaram as testemunhas. Diante disso, o réu foi absolvido. Ademais, o réu havia proporcionado moradia e alimentação durante quatro anos e, por fim, foi constatado que ele tinha intenção de pagar os jornais.¹⁷

¹⁴ Geralmente, na primeira frase proferida pelo autor, segue essa inscrição: “trabalhando a vista e a fiado conforme costume do País.”

¹⁵ AHCSM. Códice 300. Auto 7223. II ofício, 1743.

¹⁶ Idem.

¹⁷ AHCSM. Códice 580. Auto 21713. II ofício, 1752.

Outro mestre carpinteiro, sem carta de exame registrada na Câmara de Mariana, morador na Freguesia de Guarapiranga, João Francisco Mato do Nascimento cobrava de Manoel Fonseca a quantia de 17 oitavas $\frac{3}{4}$ e 4 vinténs por obras de seu ofício.¹⁸ O carpinteiro ajustou a obra das casas do réu, com a obrigação de pôr todas as madeiras necessárias as suas custas. Em contrapartida, Manoel Fonseca era “obrigado a dar um negro para ajudar por tempo de dez dias ao trabalho das madeiras” e, além disso, promover o “sustento diário em todo o tempo que levar a obra”. O autor da ação trabalhou na dita obra por um mês e três dias, no entanto, “deixou de continuar por adoecer gravemente.” Dessa forma, reclamava na justiça que, antes de findar os meses estipulados no ajuste, “meteu o réu de seu despótico poder, e sem dar parte ao autor, oficiais na dita obra”. Acabando, assim, com as madeiras disponibilizadas pelo carpinteiro.

João Francisco não cobrava somente por seu ofício, mas pelos dias de serviço do escravo que o acompanhou na retirada das madeiras, o qual deveria receber “meia pataca por dia por este o preço meio usual que se costuma nesta cidade no trabalho de semelhantes obras.”¹⁹ O sustento diário foi contabilizado em quatro vinténs por dia, “por ser o costume na terra mais usual dar-se a um oficial e é o menos com que se pode sustentar pela carestia dos mantimentos.” Não obstante, nos depoimentos do réu, surgiu uma outra história. Primeiro Manoel Fonseca tratou de demonstrar que o autor o enganava dizendo que era oficial de carpinteiro, mas que de fato nunca havia exercido tal ofício, “porque o ofício que aprendeu foi de sapateiro.” Após ajustar a obra, o carpinteiro

entrou a fazer algumas madeiras e conduzi-las as mesmas para e pela obra nela meteu o autor dois esteios, e uma lenha as quais não fizeram capazes, e dizendo e o réu se não sabia fazer a tal obra para que veio enganar se, foi o autor embora e não retornou para a dita obra.²⁰

¹⁸ AHCSM. Códice 562. Auto 20712. II ofício, 1750.

¹⁹ Idem.

²⁰ Idem.

Não satisfeito, segundo o réu, o autor vendeu as madeiras que havia arrumado para a obra. O réu argumentou ainda que “se obrigou a dar de comer ao autor, nem tal obrigação tem e o dava ter a fazer o que queria.” E concluiu seu depoimento dizendo que o autor era acostumado “a ajustar as obras e depois fugir sem as acabar pelas não saber.”²¹ Os casos apresentados até o momento demonstram que parcela significativa dos carpinteiros do Termo de Mariana eram pessoas simples, que talvez nem tirassem cartas de exame e/ou licenças por falta de condições financeiras ou mesmo por pouco conhecimento da arte mecânica, o que indica que havia um saber especializado que não era dominado por todos.

Quanto às negociações feitas, conforme costume da época, eram embasadas, antes de tudo, na palavra falada. No descumprimento desta, levavam a causa à justiça. Dessa maneira, em todos os casos apresentados, até aqui, tanto autor quanto réu deveriam provar que eram “pessoa de conhecida verdade e consciência incapaz de alegar o referido se assim não o fosse.”²² Dos fragmentos que ficaram do passado, ao contrário dos processos de autoria de Domingos Gomes da Fonseca e Manoel Afonso, em que receberam pelos serviços prestados, jamais descobriremos o resultado dessa última ação. Os autos acabam junto com o depoimento do réu, talvez perdidos em meio a outros documentos, talvez destruídos pela ação do tempo, nunca saberemos quem ganhou a causa. Entretanto, importa é que, mesmo com essa ausência, tal fonte nos proporcionou verificar as condições de trabalho desse carpinteiro: a primeira era o acordo em não só executar a obra, mas também de disponibilizar a matéria-prima; a segunda era ter um cativo para ajudá-lo e o alimento para o sustento diário. Tais premissas não foram negadas pelo réu, embora esse o tenha acusado por outras questões, como a possível mentira em dizer que era oficial de carpinteiro, mas na verdade era sapateiro e, por isso, sem aptidões necessárias para concluir a obra.

²¹ Idem.

²² Tal premissa era padrão em todos os autos que contêm os depoimentos dos envolvidos. Todos deveriam provar que eram pessoas de conhecida verdade e consciência.

O processo judicial analisado nos leva a outra discussão: o valor do trabalho do cativo nas atividades mecânicas, nesse caso específico, meia pataca de ouro. O serviço escravo aparece aqui como um complemento às atividades do possível carpinteiro, este não entregava a tarefa ao submisso, mas a executava junto com ele, contando com sua ajuda. Caso semelhante ocorreu em 1792, na cidade de Mariana, quando Caetano Lopes de Araújo, oficial de carapina, entrou com um processo contra Manoel de Jesus Henrique, cobrando 26/8 oitavas de ouro por jornais do seu ofício. Nos autos do processo encontramos o recibo com os valores discriminados de tal obra, conforme esquematizado na Tabela 2:

Tabela 2 – Recibo da obra feita por Caetano Lopes de Araújo

Custos da Obra		
Material de consumo	Tábuas	¼ de ouro
	Madeira	¾ de ouro
Trabalho específico	Carros de boi	1/5" 2 [sic]
	Dois dias de serragem	½ de ouro
Ferramentaria	Seis dias de trabalho de machado	½ ouro
Trabalho do carapina individualmente	Sete dias de trabalho	4 ¼ de ouro
	Três dias de trabalho	¾ de ouro
	Outra semana mais três dias de trabalho	¾ de ouro
	Outra semana mais três dias de trabalho	¾ de ouro
	Trabalho de ajudar a fazer suas casas	6 ½ de ouro
Trabalho com o escravo	Trabalhos mais três e meu negro [sic]	2 ¼ de ouro
	De andar meu negro trabalhando quatro dias [sic]	¾ de ouro
Soma total da ação cível		26 oitavas de ouro

Fonte: AHCSM. Códice: 418. Auto: 12334. II ofício, 1792.

No recibo, o carapina cobra por cada parte da obra que executou, das tábuas que levou aos trabalhos com o carro de boi e de serragem das madeiras. Depois, reclama individualmente dos dias que prestou trabalho nas ditas obras e, posteriormente, dos dias que levou seu escravo para os serviços. Caetano Lopes de Araújo não se envolveu em grandes

obras na cidade de Mariana, mas contava com a ajuda de um escravo para a realização dos pequenos jornais que conseguia.

Latente também, nestes três últimos processos analisados, foi a entrega da madeira como parte das negociações entre contratante e contratado. A habilidade do carpinteiro, muitas vezes, ia para além das obras, e saber escolher uma madeira de qualidade era fundamental para o resultado final de seus produtos. Agostinho de Sá, ao entrar com um processo contra a preta forra Rita de Freitas, no ano de 1759, em Mariana, disse que vivia na cidade por muitos anos usando de seu ofício de carpinteiro, do qual “nas faturas de suas obras, ocupava oficiais do mesmo nível, aprendizes e escravos próprios”. Para tais obras, ele possuía um arsenal com várias qualidades de madeira “e quando lhe falta alguma, a compra para as fábricas das ditas obras.”²³

A pedido da ré, o oficial de carpinteiro foi contratado para fazer alguns “consertos de que necessitava uma morada de casas citas nesta cidade na Rua São Gonçalo”. No acordo, Rita de Freitas pagaria todo o trabalho e os materiais necessários para a conclusão das obras. Entretanto, carecendo de algumas madeiras, ajustou com José Gonçalves “que contrata em madeiras, a deitar lhe para a dita obra”, o que somou mais 25/8as na dívida. A seguir podemos verificar o rol das madeiras que foram encomendadas a Agostinho, juntamente com valor de seus serviços.

Quadro 1 – Relação de venda de madeiras nas obras de Agostinho de Sá

Rol das madeiras para as casas da preta Rita, a qual me encomendou Agostinho de Sá Costa
Madre de 15 palmos – 3 oitavas
[Fríchal] de 15 palmos – 1 $\frac{3}{4}$ oitavas
Barrotes de 23 palmos – 5 $\frac{1}{2}$ oitavas
Portais de 20 palmos – 5 $\frac{1}{2}$ oitavas 4 vinténs
Esteios de 35 palmos – 6 oitavas
Esteios de 35 palmos – 6 oitavas
2 dúzias de caibros de 25 palmos – 3 $\frac{1}{2}$ oitavas
Total: 25 $\frac{1}{4}$ oitavas e 4 vinténs
2 dúzias de tabuado de assoalho – 1/3 oitavas

²³ AHCSM. Códice 420. Auto 12433. II ofício, 1759.

1 e ½ dúzia de tabuado de portas – 9 ¾ oitavas
2 tábuas de forro – 1 oitava
1 e ½ tábuas de assoalho – ¾
1 mesa – 1 ½ oitavas
9 barrotes de esteira – 1 oitava e 4 vinténs
900 [?] – 5 oitavas
29 dias de trabalho do oficial Antônio Pereira – 14 ½ oitavas
Trabalho de Agostinho de Sá e seus escravos – 4 oitavas
Soma total: 76 oitavas de ouro

Fonte: AHCSM. Códice: 420. Auto: 12433. II ofício, 1759.

Além de ser carpinteiro e perito no ofício, a madeira era fundamental para a qualidade das obras de Agostinho de Sá e para o exercício diário de suas atividades econômicas. Veja que o valor das madeiras é maior que o dos serviços prestados, tanto do trabalho de Agostinho de Sá e seus escravos quanto do oficial Antônio Pereira empregado na obra, que ganhava a diária de ½ oitava de ouro.

Matéria-prima das atividades de carpintaria, a madeira era fundamental nos campos de obra. José de Boaventura Vieira, em 1747, reclamava que havia negociado com Francisco de Souza Machado, oficial carpinteiro, o feitiço de seis moradas de casas, no pasto da cidade, com riscos e condições avaliadas pelo mesmo artífice. No entanto, o réu havia feito somente uma morada de casa, faltando fazer as outras cinco, com suas cozinhas separadas. O autor reclamava ainda do prejuízo causado “tanto em madeiras, que vão apodrecendo, como nos aluguéis de que há mais de um ano se podia utilizar.”²⁴

A madeira, portanto, fazia parte das negociações entre contratantes e contratados. Por vezes, os carpinteiros tinham que “tirar do mato todas as madeiras” para realizarem suas obras. Em outros casos, contudo, nossa pesquisa aponta para um grupo de homens que viviam, além do ofício mecânico, das vendas de matérias-primas para as obras. Como Teodoro de Oliveira, morador de Mariana, que possuía carros nos quais conduzia madeiras e pedras. Em um processo contra o pedreiro Domingos Rodri-

²⁴ AHCSM. Códice 600. Auto 22916. II ofício, 1765.

gues Torres, ajustou de quebrar e conduzir pedras da pedreira de São Sebastião, em 1749, e, não recebendo pelo serviço, recorreu à justiça. O réu argumentou que o autor faltou “com a condução na brevidade do tempo que prometeu”, e, além disso, trouxe um material que não servia para as obras de chafarizes que estava fazendo. Após ouvirem as testemunhas, o veredicto final foi favorável ao autor da ação, que, além das cinco oitavas de ouro que cobrava, não teve que pagar as custas do processo.²⁵

Outro homem que dedicava suas atividades ao comércio de madeiras era Manoel Pereira Lobo, “que vive de sua agência de fazer madeiras e conduzi-las em carros para as vender [a quem] delas necessitam para fazer casas ou a quem as encomenda”.²⁶ Todavia, o caso mais interessante que encontramos foi o do carpinteiro José Rodrigues Anjinho. Natural da Freguesia de São Pedro da Torre, Arcebispado de Braga, Portugal. José Rodrigues Anjinho usufruía de certo prestígio social em Mariana, visto que, além de possuidor de vários bens móveis e de raiz tanto na cidade mineira quanto na terra natal, era irmão professo da Ordem Terceira do Carmo.²⁷ Nos anos de 1756 e 1757, o carpinteiro arrematou duas obras pela Câmara de Mariana. A primeira foi o feitiço de duas pontes e uma pinguela nos córregos do Rocha e dos Cristais pela quantia de 99 oitavas de ouro.²⁸ A segunda foi, em 1757, as obras do caminho de São Sebastião.²⁹ O arrematante, além das obras de carpintarias e pedreiro, também negociava e vendia madeira, conforme constatamos em quatro ações cíveis em que o arrematante cobrava pela matéria-prima.³⁰

Em 1766, José Rodrigues Anjinho negociou com outro importante arrematante de trabalhos de carpintaria da época, Sebastião Martins da

²⁵ AHCSM. Códice 414. Auto 12123. II ofício, 1749.

²⁶ AHCSM. Códice 441. Auto 13659. II ofício, 1752.

²⁷ AHCSM. Livro de Registro de Testamento. 39 (1805 – 1807). I ofício. Folhas 45 v – 48.

²⁸ AHCSM. Códice 220. Folhas 11 v e 12. 1756.

²⁹ MARTINS. *Op. Cit.*, p. 43.

³⁰ AHCSM. Códice 468. Auto 15196. II ofício, 1755. AHCSM. Códice 507. Auto 17525. II ofício, 1783. AHCSM. Códice 507. Auto 17531. II ofício, 1779. AHCSM. Códice 471. Auto 15387. II ofício, 1766.

Costa, o empréstimo de algumas madeiras, que totalizavam a quantia de 31 oitavas de ouro. Nos autos do processo, o autor dizia que era “morador nesta cidade, que vive de ir ao mato cortar, falquejar e preparar madeiras, como conduzi-las para esta cidade; para nelas as vender a toda e qualquer pessoa”.³¹ O réu, oficial de carpinteiro, “costuma tomar várias obras de empreitadas” e, ao precisar de madeira, procurou o autor para tomá-las de empréstimo. Além das madeiras, José Rodrigues Anjinho, que também era oficial carpinteiro, ajustou com o réu a empreitada de “barrear e amarrar suas paredes de quintal de suas casas”, pela quantia de 14 oitavas de ouro.³² O autor ganhou a ação, no entanto, o que queremos inferir é que José Rodrigues, além de arrematante e carpinteiro, também negociava madeira, diversificando suas atividades econômicas, ainda que todas fossem voltadas para o oficialato mecânico.

Entretanto, se para José Rodrigues Anjinho e os demais carpinteiros e negociantes analisados até agora a venda de matéria-prima era importante peça para a diversificação econômica de suas atividades, o auto a seguir indica que houve aqueles que se aproveitaram do valor da madeira, numa sociedade em que a predominância era de obras de pau a pique, para lucrarem em cima do infortúnio dos outros. Em 1744, Pedro Duarte Pereira, morador no Sumidouro, acusou Manoel da Costa, José Gonçalves Coelho, Manoel Gonçalves, Antônio Mendes, Mateus Pereira, Manoel Leite Valente e Manoel Francisco de roubar madeiras, abrir campos nas suas roças, roubar sua prensa de farinha e vários esteios de madeira. Possuidor de uma roça com várias capoeiras e matos virgens, Pedro Duarte foi preso em 1740. Durante o período em que esteve no cárcere, os réus aproveitaram e “entraram na dita roça e capoeiras, e nos matos virgens, derrubando e conduzindo para esta vila, as mais partes, muitas madeiras e esteios de braúna”. O interessante no relato do autor é que ele acusava os réus de abrir os matos, derrubando as madeiras, além de vendê-las “por bom preço, por ser o ofício de que vivem”. Pedro Duarte sugere ainda que os réus viviam de negociar a matéria-prima, bem

³¹ Códice 471. Auto 15387. II ofício, 1766.

³² Idem.

como os outros homens que analisamos até o momento. Além disso, realça o valor material da madeira para aquela sociedade, ao ponto de ser roubada para ser vendida.³³

Destacamos que os mesmos acordos de trabalho encontrados para os carpinteiros analisados, anteriormente, também eram válidos para os homens que negociavam a madeira. Pedro da Fonseca, em 1748, ajustou com José Machado Monteiro, ambos moradores de Mariana, de “lavar madeiras no mato e conduzi-las a cidade” pela quantia de 50 oitavas de ouro. O autor da ação, Pedro Fonseca, reclamava que, além de não receber, era maltratado pelo réu, “faltando lhe com alimento mesmo nas horas acostumadas, porque não tinha negro, nem negra que lhes servisse de comer”, ficando tal obrigação a cargo do autor, que tinha de fazê-lo de noite, “depois de vir do mato de madrugada”.³⁴

Contrariando o autor, o réu argumentou que fez o ajuste por um ano, “porém com a condição de se por ir embora quando lhe parecesse satisfazendo o réu o que lhe devesse”. Relatou, ainda, que tinha chamado dois aprendizes para ajudá-lo, Manoel Afonso e Francisco Pires, encarregando o autor de ensiná-los o ofício. Aludiu que era “menos verdade dizer o autor que o réu lhe faltava com alimentos necessários por quanto o preciso e necessário condizente a pessoa e qualidade do autor”, demarcando, assim, o *status* social de Pedro. Ao fazer tal referência, dizia que dava toucinho para Pedro da Fonseca, como “se costumam dar a semelhantes oficiais.” E, por fim, que o réu, depois de um mês trabalhando para ele, sabia que não havia negro ou negra que lhe fornecesse alimento, contudo, o réu despendia de aprendizes para auxiliá-lo em tal tarefa.³⁵ Pedro Fonseca não compareceu para provar as contradições do réu e perdeu a causa, arcando no final com os custos do processo.

Por fim, diversificar as atividades econômicas era fundamental para garantir a sobrevivência em meio à escassez do cotidiano. Posto isto, a família de André Rodrigues Durão, no ano de 1762, moradores

³³ AHCSM. Códice 464. Auto 14990. II ofício, 1744.

³⁴ AHCSM. Códice 455. Auto 14388. II ofício, 1748.

³⁵ Idem.

do arraial do Inficionado, Termo de Mariana, cobrava 16 oitavas do licenciado José Pinto por diversos trabalhos realizados. Ao oficial de carapina, foi encomendado o feitio de “uma caixa de carregar vestidos” e quatro dias de trabalho na casa do réu utilizando seu ofício. Além disso, André reivindicava o aluguel de alguns cavalos, o trabalho do filho ao levar os cavalos e o feitio de uma caixa de óculos e um cabresto. Ao que parece, toda a família de André servia a José Pinto, tanto que, nos dias de festividades, o réu chamou a mulher do autor da ação para fazer “dois jantares com grandeza as quais [...] pelo seu trabalho merecia ½ oitava de ouro de cada jantar.”³⁶ A participação da mulher e do filho e as diferentes atividades revelam as múltiplas facetas para garantir o sustento doméstico.

Nesse sentido, as mulheres também ganham notoriedade na economia doméstica. Em outras duas ações cíveis, conseguimos detectar a importância do trabalho feminino na hora de negociar os processos. Em 1753, Antônio Rodrigues Pessoa cobrava seis oitavas de ouro de Joana Rodrigues, parda forra, ambos moradores de Mariana, pela venda de um leito de madeira branca que o carapina havia feito. Nos autos do processo, a ré pedia para abater da dívida a fabricação de duas camisas da Bretanha lisas que lhe havia feito.³⁷ Em outro processo já citado, correspondente a João Alves Ribeiro e Eugênia de Oliveira, crioula forra, em 1765, a mulher negociava na cobrança o pagamento de uma oitava em doces que lhe havia vendido.³⁸ Dessa maneira, as mulheres estavam envolvidas nas práticas econômicas, inclusive em ofícios mecânicos, como a costura de Joana Rodrigues. Além disso, integravam-se às práticas de negociação do período, exigindo que seus serviços banais também tivessem valor perto do trabalho habitual dos outros.

Finalmente, ressaltamos as dificuldades enfrentadas pelos oficiais mecânicos, jornaleiros, vendedores de madeira, ou seja, homens que se dedicavam ao trabalho manual. Além do pouco prestígio social que a

³⁶ AHCSM: Códice 612. Auto 23617. II ofício, 1762.

³⁷ AHCSM: Códice 577. Auto 21565. II ofício, 1753.

³⁸ AHCSM: Códice 600. Auto 22916. II ofício, 1765.

grande maioria vivenciava, a escassez de alimento, os dias nos matos retirando madeira e os meses trabalhados sem receber o valor acordado faziam parte do cotidiano do labor mecânico em Mariana e no seu termo. Se, por um lado, os *ofícios necessários para a vida humana* garantiam o sustento de muitas famílias, por outro, o que identificamos nessas ações cíveis é que, muitas vezes, o trato da palavra não era suficiente para resguardar os direitos dos carpinteiros e pedreiros, que tinham em poder de suas mãos apenas ferramentas e saberes a serem praticados.

No entanto, nem só da miséria e escassez foi firmado o trabalho mecânico em Mariana. A partir de agora, vamos nos deter a alguns inventários e testamentos de pedreiros e carpinteiros que atuaram em Mariana, durante o século XVIII. Detectando suas relações sociais e no universo do trabalho, alguns conseguiram acumular vários bens em vida e participar de Irmandades religiosas importantes; outros não alçaram a tanto, mas, ainda assim, garantiram alguma distinção social através do ofício mecânico.

Arrematantes, mecânicos examinados, aprendizes e escravos: a dinâmica social dos artesãos em Mariana

Das pontes aos castiçais, o leque de possibilidades de obras, que tinham como matéria-prima a madeira, eram múltiplas. Entre os 417 nomes arrolados em nossa pesquisa como oficiais da madeira, 341 foram detectados como carpinteiros, enquanto 58 eram carapinas, 11 marceneiros e dez exerciam abertamente dois ofícios, incluindo o de pedreiro. Entre os pedreiros, dos 123 nomes, 110 eram pedreiros, apenas um canteiro; seis acumulavam dois ofícios, como pedreiros e canteiros; três foram identificados como mestres de obra ou construtores; e o restante exercia seus ofícios junto com a carpintaria. Dos chafarizes ao calçamento, passando pelos prédios e pontes de cantaria, o trabalho de pedreiro também era bastante diversificado. Dessa maneira, os dois ofícios, por vezes, se misturavam. Vivendo ao sabor das demandas e oportunidades, alguns oficiais da construção burlavam a fiscalização camarista e também desempenhavam trabalhos como os de torneadores e marceneiros, mesmo se identificando como carpinteiros. O caso mais marcante, para

Mariana, foi o Alferes José Pereira Arouca, o qual transitava entre os ofícios de carpinteiro e pedreiro, tornando-se, inclusive, juiz de ambos.³⁹

A economia na região das Minas era diversificada, da mineração à agricultura, os homens do período se arriscavam em diferentes frentes de trabalho. Possivelmente, isso explica o grande número de artífices arrolados no *Dicionário de Artífices e Artistas dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*, de Judith Martins, que apresentavam um pequeno número de obras, ou seja, tais artífices possivelmente variavam suas atividades econômicas.⁴⁰ Além disso, os poucos fragmentos históricos que restaram do passado podem ter colaborado com os limitados dados obtidos. Tal característica dificultou nossa pesquisa quando mergulhamos no universo dos testamentos e inventários setecentistas, já que, além dos vários homônimos encontrados, por vezes, os inventários não nos davam pistas concretas de que aquele homem foi de fato um oficial mecânico.

Tais fontes são fundamentais para compreender o jogo de hierarquias, modo de vida (material e simbólico) e formas de relacionamentos sociais vivenciados no período. No intuito de apreender ainda mais sobre o oficialato mecânico, pesquisamos algumas dezenas de inventários e registros de testamento no AHCSM, entretanto, poucos foram os nomes que de fato se identificavam como artesãos. A grande maioria possuía algumas ferramentas, escravos, bens móveis e de raiz. Não obstante, somente o pequeno conjunto de compassos, martelos e ferros do ofício de carapina de Antônio Martins de Araújo, por exemplo, não foram dados suficientes para identificá-lo como carpinteiro, visto que eram objetos facilmente encontrados em outros inventários da época.⁴¹ Conforme elucidou Maria Helena Ochi Flexor:

³⁹ Ângela Brandão faz uma análise mais detida do dicionário de Artífices e artistas de Judith Martins e demonstra como o oficial de carapina estava interligado ao de marceneiro e torneador, diversificando assim suas atividades econômicas. Conferir em: BRANDÃO, Ângela. Das pontes aos castiçais: a produção de mobiliário artístico em Minas Gerais do século XVIII e os ofícios mecânico. *R. Cient./FAP*, Curitiba, v.4, n.2 p.50-66, jul.dez, 2009.

⁴⁰ MARTINS, Judith. *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: MEC/IPHAN, 1974. Volume I e II.

⁴¹ AHCSM. Códice 25 Auto 653. I ofício, 1801.

Embora as ocupações não sejam expressamente denunciadas nos documentos, a não ser as dos escravos, pode-se subentender como os antepassados desempenhavam suas tarefas, através da própria relação de bens, como, por exemplo, propriedades, localização e dimensões das mesmas, o número de escravos, quantidade de instrumentos agrícolas, instrumentos de ofícios mecânicos, números de animais de carga, ou de pastagem, relação de produtos secos e molhados, etc.⁴²

Acrescentando os dizeres da autora, numa sociedade marcada pela escassez material e diversidade econômica, os inventários podem nos dar indícios de que tal homem exercia a atividade mecânica, mas nem sempre comprová-la, salvo quando vinham declaradas as dívidas ativas relativas às suas obras. Dessa forma, o número de inventários e testamentos arrolados reduziu drasticamente. Iremos, assim, verificar as condições de vida e trabalho, através dessas fontes, de somente oito indivíduos. Embora o número de fontes seja pequeno, a quantidade de informações é riquíssima e nos possibilita conhecer suas tendas e apetrechos, escravos, relações profissionais e sociais. Sebastião Martins da Costa, Pedro Dias da Costa, Romão de Abreu, José Pereira Arouca, Cosme Fernandes Guimarães, Caetano Lopes de Araújo, Francisco Alves Negreiros e João de Caldas Bacelar nos conduzirão ao universo temporal e simbólico dos carpinteiros e pedreiros de Mariana durante o século XVIII.

No dia 08 de novembro de 1759, os Irmãos da Ordem Terceira do Carmo, da cidade Mariana, reuniram-se a fim de assinar a documentação para a execução da obra da sua capela. Na antiga Capela de São Gonçalo, eles pediam o consentimento para que se erigisse a Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo.⁴³ Dentre os nomes que assinaram o documento, para que fosse erguida a capela, aparece Sebastião Martins da Costa. Mestre carpinteiro, natural da freguesia de São Pedro do To-

⁴² FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Inventários e testamentos como fontes de pesquisa*. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Maria_Helena_Flexor2_artigo.pdf Acesso em: 25/02/2014.

⁴³ Arquivo da Cúria de Mariana. Prateleira Q. Nº 32. Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo (1758-1873). Folha 02.

mar, Sebastião reuniu-se com os homens mais importantes de sua época para concretizar a construção da nova Capela.

O universo fabril fazia parte do cotidiano de Sebastião Martins da Costa. Entre os anos de 1746 a 1753, o carpinteiro arrematou seis obras pela Câmara de Mariana, sendo essas o conserto da obra da Cadeia (1746), o conserto da Ponte da Cachoeira, na estrada que vai para São Sebastião (1747), arrematação da Ponte Grande no ribeirão (1749), arrematação do “massame”[sic] de umas casas velhas que serviam de quartéis (1750), a ponte de São Sebastião junto à Capela de Santa Tereza (1751) e, por fim, o conserto da Pinguela do Mata-Cavalos (1753).⁴⁴ Além disso, o mestre, que também foi juiz no ano de 1741, arrematou a importante obra da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, no ano de 1757, com a garantia de que seu trabalho ficaria pronto em quatro anos. Entretanto, o carpinteiro teve um conflito com o pedreiro da obra e não conseguiu terminar a parte de carpintaria, repassando o trabalho para Martinho Gonçalves Pereira e Cosme Fernandes Guimarães. Após seu falecimento, em 1769, os irmãos da Irmandade do Rosário ordenaram o prosseguimento dos trabalhos de construção de madeira; exigiram que a viúva Josefa Dias de Jesus entregasse as madeiras lavradas de braúna negociadas com Sebastião e solicitaram a reposição da quantia paga ao falecido para a execução da dita obra.⁴⁵

A soma de seus bens totalizou 3:434\$144 réis distribuídos em: 264\$144 em bens móveis, 1:700\$00 de seu plantel de escravos e 1:400\$000 de duas moradas de casas que possuía. O grande conjunto de ferramentas somava 25% do total dos bens móveis. Sebastião investia nas suas indumentárias, entre os casacos e camisas, deixou também um par de cabeleiras. O mestre detinha sob seu domínio 14 escravos, alguns provavelmente compunham sua fábrica, como o mulato serrador

⁴⁴ AHCMM. Códice 122. Folhas: 65v-67, 1746. AHCMM. Códice 122. Folhas 93-94, 1747. AHCMM. Códice 135. Folhas 43v-48, 1749. AHCMM. Códice 135. Folhas 97v-99, 1750. AHCMM. Códice 135. Folhas 113-115, 1751. AHCMM. Códice 135. Folhas 180v-181, 1753.

⁴⁵ Conferir: PINHEIRO, Fernanda Aparecida Domingos. *Confrades do Rosário: sociabilidade e identidade étnica em Mariana*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense. Departamento de História, 2006. (Dissertação de Mestrado). p. 36.

Manoel. A fábrica ficava em sua morada de casas cobertas de telha, com muro de pedra, próxima à Igreja do Rosário. Além dessa moradia, era proprietário de uma roça com terras e águas minerais na freguesia do Guarapiranga, o que possivelmente favorecia a diversificação econômica de suas atividades.⁴⁶

Arrematante da obra não finalizada por Sebastião Martins da Costa, o carpinteiro Cosme Fernandes Guimarães também foi responsável por importantes construções na cidade de Mariana. Irmão professo da Ordem Terceira de São Francisco, o carpinteiro exerceu cargos notáveis de seu ofício, sendo escrivão do ofício de carpinteiro no ano de 1752 e juiz nos anos de 1754, 1761 e 1776. Como não foi localizado seu inventário, os únicos bens descritos em seu testamento foram uma morada de casas na Rua Nova e um escravo de nome Antônio Benguela, que deixava quartado em 80\$000 réis. Semelhante a Sebastião Martins da Costa, sua origem era portuguesa, do arcebispado do Braga. Mesmo tendo vivido boa parte de sua vida em Mariana, onde encontramos registros de suas obras entre o período de 1739 a 1778, portanto, 25 anos de vida ativa profissionalmente, o artífice fez questão de deixar 150 mil réis para a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de São Romão em Portugal e a mesma quantia para a realização de missas nesse local em homenagem aos pais falecidos.⁴⁷ Dessa maneira, Cosme Fernandes mantinha laços com a terra que havia abandonado tempos atrás e, embora estivesse em outra região do Império Luso, na hora de sua morte, possivelmente, as lembranças e memórias do outro lado do Atlântico ainda faziam parte do seu presente.⁴⁸

Cosme Fernandes Guimarães arrematou obras de carapina na Catedral da Sé, o emadearamento da Igreja do Rosário e algumas pontes pelo Senado da Câmara. Em seu testamento, apontava seis nomes de homens

⁴⁶ AHCSM. Códice 89. Auto 1923. II ofício, 1769.

⁴⁷ Os dados são referentes à obtenção de sua carta de exame em Mariana no ano de 1739 – AH-CMM, Códice 146, folhas 17v e 18. Entre 1753 e 1778, Cosme Fernandes arrematou 16 obras pela Câmara de Mariana – Índices de Obras Públicas de Mariana, no prelo.

⁴⁸ AHCSM. Livro de Registro de Testamentos, número 41, fls. 27v-30. Agradeço a Danielle Eugênio pela doação da transcrição desse testamento.

que lhe deviam na cidade de Mariana, entre eles João de Caldas Bacelar. Este, assim como Cosme Fernandes, arrematou 16 obras pela Câmara. Entre os anos de 1758 e 1773, parte dos aquedutos, pontes, calçadas e chafarizes da cidade foram construídos em sua fábrica. Além dessas obras, Bacelar trabalhou na Catedral da Sé; responsabilizou-se, em sociedade com José Pereira Arouca, pela obra da Casa Capitular; e fez o “carreto da pedra para o muro” da Igreja das Mercês em 1790.

O pedreiro, também nascido no Arcebispado do Braga, Portugal, faleceu deixando uma quantia de 14:200\$000 réis.⁴⁹ Assim como Sebastião Martins da Costa, Bacelar investiu em terras no Termo de Mariana, no entanto, seu investimento foi bem maior. Foram contabilizados em seu inventário duas sesmarias de terras de planta no Rio do Casca, cada uma no valor de 100\$000 réis, além de três moradas de casas cobertas de telhas na cidade, as quais somavam 740\$000 réis, um rancho coberto de telhas (130\$000 réis) e um moinho coberto de telha avaliado em 25\$000. O grande número de propriedades de Bacelar aponta para outras atividades econômicas, além do ofício mecânico, pois com as terras poderia investir na agropecuária, e as moradas de casas possivelmente lhe rendiam aluguéis. Todavia, é o número de escravos do pedreiro que chama atenção em seu inventário, aproximadamente 20% de seus bens correspondiam a esse item, o que totalizava 30 cativos sob seu domínio. Destes, somente um aparece com especialização, João Carapina Benguela de 42 anos, bem avaliado, pois mesmo com essa idade o cativo valia 130\$000. A título de comparação, Fulgencio Criolo de 23 anos, quase 20 anos mais novo, foi avaliado em 140\$000.⁵⁰

Dos bens móveis de Bacelar ressalta-se o investimento do pedreiro em carros de boi, provavelmente utilizados para o carregamento de pe-

⁴⁹ O monte-mor de Bacelar pode ser considerado alto para o período. Analisando os inventários dos advogados em Vila Rica e Mariana, o historiador Álvaro Antunes encontrou valores menores para os homens de letras. Como exemplo, destacamos o Dr. Silva e Souza com o monte-mor de 7:373\$088; Dr. Agostinho Monteiro (5:048\$125) e Dr. João Pereira da Silva (498\$405). ANTUNES, Álvaro de Araujo. *Fiat justitia: os advogados e a prática da justiça em Minas Gerais (1750-1808)*. Tese de doutorado, História Cultural, IFCH, Universidade de Campinas, Campinas, 2005. Ver: Capítulo 01.

⁵⁰ AHCSM. Códice 92. Auto 1928. I ofício, 1803. Agradeço a Danielle Eugênio pela doação da transcrição desse inventário.

dras. Homem branco, o pedreiro também possuía entre os seus bens um espadim para lhe conferir distinção. Distinto também era o sócio de Bancelar na arrematação da obra da Casa Capitular do Bispado de Mariana, o Alferes José Pereira Arouca, que foi o maior arrematante de obras públicas pelo Senado da Câmara, totalizando 28 construções. Ao contrário dos outros oficiais mecânicos analisados até o momento, o construtor contava com o maior número de escravos especializados dentre os inventários analisados, como pode ser verificado:

Tabela3 – Escravos arrolados no inventário de José Pereira Arouca

Nome e origem	Idade	Especialização	Valor
João Caetano Crioulo	33 anos	Carpinteiro	160\$000
João Angola	44 anos	Carpinteiro	150\$000
Matheus [Cabunda]	45 anos	Pedreiro	140\$000
Antônio Carioca	65 anos	Pedreiro	70\$000
Antônio Grande Angola	50 anos	Serrador	160\$000
Domingos Angola	58 anos	Serrador	80\$000
Miguel Angola Candimba	45 anos	Ferreiro	200\$000
Joaquim Angola	42 anos	“cabouqueiro”	130\$000
André Angola	40 anos	“cabouqueiro”	150\$000
Pedro Angola	60 anos	“capineiro”	30\$000
Caetano Angola	35 anos	Sem ofício	140\$000
Lourenço Angola	55 anos	Sem ofício	80\$000
Antônia Mulata	55 anos	Sem ofício	50\$000
Valor total:			1: 540\$000

Fonte: AHCSM: Inventários Avulsos – 1º ofício, caixa 1, código 6

Arouca disse em seu testamento que possuía mais de 50 escravos, o que possivelmente era verdade, visto o grande número de obras que arrematava. Dos 13 arrolados em seu testamento, sem contar a menção de outros 11 que estavam no mato “tirando madeira”, somente três não aparecem com ofícios. Desses, a grande maioria se relacionava a ofícios da construção: carpinteiros, pedreiros e ferreiros. Em seu testamento, pediu para deixar quartados quatro de seus escravos: Joaquim, Bernardo, Thomas e Sebastião, todos de nação mina. Como condição para a obtenção da alforria, os cativos deveriam trabalhar por quatro anos em obras que Arouca deixava por acabar. Terminado esse período de obras

de carapina e pedreiro que o senhor havia arrematado, cada um ganharia a “esmola” de 50\$000 réis.⁵¹

Dos escravos quartados, dois deles estrategicamente adotaram o nome de Arouca. Bernardo e Joaquim adotaram o sobrenome “Pereira Arouca” e continuaram trabalhando em pequenas obras de pedreiro em Mariana como, por exemplo, o consistório da Capela de São Francisco de Assis no ano de 1800. Ao adotarem o nome de um dos principais arrematantes do período, os agora forros ganhavam uma notoriedade simbólica. Possivelmente eram vistos para além da condição de forro e, ao menos na vida profissional, tidos como aprendizes e ajudantes do Mestre José Pereira Arouca.⁵²

Além do grande conjunto de escravos especializados, ferramentas e matéria-prima para suas obras, Arouca contava com o trabalho de outros artífices para executar seus trabalhos. Dentre eles, aparece José Alvares Negreiros, homem pardo, carpinteiro, com carta de exame retirada em 1796, envolvido em condições de trabalho distintas daqueles homens de origem portuguesa, analisados até o momento. Não encontramos seu nome relacionado a grandes obras, somente essa dívida com Arouca “procedidas de [seus] jornais de carapina”.⁵³

Através de seu inventário, podemos perceber a importância do ofício de carpinteiro em sua vida. O monte-mor de seus bens totalizou 1:638\$650 réis, desse número 30% correspondem a ferramentaria e matéria-prima de carpinteiros. Além disso, entre seus bens mais valiosos consta Adam Cabra, de 24 anos, oficial de carapina, avaliado em 600\$000 réis, o mesmo valor de sua única morada de casas na Rua Nova da cidade. Somando as ferramentas, a madeira e o escravo especializado, José Alvares Negreiros investiu cerca de 45% de seus bens para executar seus jornais de carapina. Falecido em 1834, ao contrário dos outros

⁵¹ AHCSM. Livro de Registro de Testamento. Nº 42. 1º ofício, 1794 – 1796.

⁵² SILVA, Fabiano Gomes da. *Pedra e cal: Os construtores em Vila Rica no século XVIII (1730-1800)*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007, p. 129.

⁵³ MARTINS, *Op. Cit.*, p. 16. Volume II, p. 68. Carta de exame: AHCMM. Códice: 218. Folhas: 105 v e 106. 1796.

inventários analisados até o momento, chama atenção entre os bens do carpinteiro o número de joias e roupas sofisticadas, como um fraque e um chapéu de Braga, além de um livro intitulado “vinhola de archicquetura” [sic].⁵⁴ Homem pardo, o carpinteiro possivelmente buscava se distinguir de seus pares através desses bens.

Pardo também era Romão de Abreu, carpinteiro bastante requisitado, que fazia obras de madeiramento, castiçais, mesas, portas e janelas para construções importantes durante o século XVIII. Em seu inventário reclamava de dívidas com oficiais mecânicos relevantes do período, como José Pereira Arouca e João de Caldas Bacelar, conforme se verifica:

Quadro 2 – Dívidas presentes no testamento de Romão de Abreu

Item	Dívida	Credor/Devedor	Valor	Observação
Obra da cadeia	Ativa	Alferes José Pereira Arouca	900\$000	-
Obras da casa capitular	Ativa	João de Caldas Bacelar	300\$000	Tenho recebido algumas parcelas das quais passei recibos, e por omissão do arrematante apodreceram muitas caibras, e muita parte dos barrotes.
Obras da casa capitular	Ativa	N/C	115 oitavas de ouro	Ajustes das portas e janelas em separado; como também um quarto forrado e assoalhado e o salão grande se acha em parte assoalhado.

⁵⁴ Provavelmente trata-se do livro do arquiteto e teórico italiano Giacomo Barozzi Vignola, que escreveu no século XVI as “Regras das cinco ordens de arquitetura”.

Ajuste da obra e uma porta lisa	Ativa	Ordem 3ª do Carmo de Vila Rica	-	“declaro que levei para a obra do Carmo de Vila Rica madeira de duas janelas rasgadas, as quais se pagarão”
Jornais para particulares	Ativa	José Rodrigues Anginho	-	Diversas obras feitas a mando do devedor e nunca recebeu um vintém.
Contas	-	Ordem 3ª do Carmo (Mariana)	-	-
	Ativa	Ordem 3ª de São Francisco (mariana)	Duas oitavas	Faltam duas [cardencias]
Obras particulares	Ativa	Boticário Paulo Rodrigues Ferreira	-	Também deve obra das casas da lavra de Ant. Pereira, que foram feitas junto com oficiais.
Contas	Passiva	Antônio Gonçalves da Mota	-	-
Contas	Passiva	Capitão Domingos Fernandes de Carvalho	-	-
Crédito	Ativa	Manoel Alves dos Santos	-	“e o dito me deve vários jornais e alguma madeira e pregos.”

Fonte: AHCSM: Códice 138 Auto 2799 II ofício, 1799.

Na obra da Casa Capitular, arrematada por José Pereira Arouca em sociedade com Bacelar, Romão de Abreu fez o assoalho, portas e janelas. Essa não foi a única obra que o carpinteiro construiu em conjunto com Arouca, visto que ambos aparecem nos recibos da construção da Igreja

da Ordem de São Francisco. Além de Arouca, constam também dívidas de jornais relacionadas com o carpinteiro e negociante de madeira, José Rodrigues Anginho. Romão de Abreu trabalhava como carpinteiro desde a década de 1760, não fazia obras de grande porte, como as pontes de madeira construídas por Cosme Fernandes Guimarães. Os principais clientes de Romão Abreu eram as ordens religiosas, e suas obras eram diversas. Na igreja do Carmo de Mariana, o carpinteiro fez castiçais e cobriu de telha toda a Capela mor; na igreja das Mercês, mesas, portas e janelas, além de obras de madeira na torre do sino; na igreja de São Francisco, também fez portas, cobriu os corredores da nova capela e o assoalho; na Catedral da Sé, construiu uma estante para a capela mor; e, por último, na Igreja do Carmo de Ouro Preto, fez a “fatura do acampamento das sepulturas da capela”, duas janelas e duas portas da torre. Mesmo falecendo em 1799, recibos e pagamentos em seu nome foram realizados até no ano de 1801.⁵⁵

O oficial de carpintaria foi examinado em 1778 por Cosme Fernandes Guimarães. Ao contrário de seu examinador, arrematou somente uma obra pela Câmara de Mariana em 1760, antes mesmo da obtenção de sua carta de exame: os parapeitos da ponte de São Gonçalo por 180\$000 réis. Natural e batizado na Matriz da Sé de Mariana, filho de Mônica Maria dos Prazeres e de pai incógnito, foi casado com Arcangela Maria e pai de cinco filhos: Manoel, Simplicia, Apolinária, Luis e Maria, todos nomeados como herdeiros.

Não deixou uma grande fortuna para a família, quando comparado aos arrematantes portugueses. Seus bens móveis somam-se em 35\$225 réis, sendo que 10\$150 eram de suas ferramentas de carpinteiro, tais como serra de mão, enxó, machado, serrote, goivas e formões. A mobiliária era pouca, mas bem ornamentada, como uma mesa pequena com gaveta e pés torneados, uma poltrona de jacarandá torneado e o item mais valioso de seus bens móveis: uma cômoda de pau branco com guarnições de jacarandá preto e com três gavetas e uma fechadura, tudo liso, visto e avaliado em 8\$000 réis.

⁵⁵MARTINS. *Op. Cit.*, Volume 1, p. 12.

No momento do inventário, o carpinteiro possuía dois escravos, Francisco e Manoel, ambos de nação Benguela e de idade avançada, o primeiro com 40 anos aproximadamente e o segundo com 50 anos. Totalizando, os cativos contabilizavam 220\$000 dos bens. Além disso, o carpinteiro deixou para os herdeiros uma morada de casas coberta de telha na Rua das Mercês avaliada em 130\$000 réis.

Além dos bens físicos, Romão de Abreu deixou ao filho Manoel de Abreu o aprendizado daquilo que era o sustento de sua família. A transmissão das técnicas e saberes do ofício de carpinteiro possibilitaram ao filho trabalhar na Igreja das Mercês, Catedral da Sé e Ordem Terceira de São Francisco em Mariana. Em 1803, Manoel de Abreu foi eleito escrivão do ofício de carpinteiro pela Câmara de Mariana, posto que o pai jamais alcançou. Seus trabalhos eram semelhantes aos do pai, o conserto e feitiço de janelas e portas e de alguns móveis, como uma estante no coro da Catedral da Sé.⁵⁶

Da fé que guiava os homens e possibilitava alguma distinção entre seus pares, Romão de Abreu era irmão da Arquiconfraria dos Homens Pardos de Mariana, ou ainda, Arquiconfraria do Cordão Seráfico de São Francisco. Assim como Romão, Caetano Lopes de Araújo também pertencia à confraria. O carpinteiro, citado anteriormente por uma cobrança de seu ofício e do trabalho de seu escravo, também deixou a vida com poucos bens. As serras de mão, guilhermes, enxós, compassos, formões e martelos totalizavam apenas 2\$699 réis. Os bens de raiz somavam a maior parte da fortuna do carpinteiro, a morada de casas na Rua do Rosário Velho, coberta de telha, com quintal com muros de pedra, foi avaliada em 80\$400 réis. Já seu “sitio de terras de plantas muito cansadas com pedaço de capoeiras”, situado na Freguesia de São Caetano equivalia a 66\$000 réis. Quanto ao escravo mencionado na ação cível movida contra Manoel de Jesus, esse foi substituído, ao que parece, pela morada de casas no Rosário Velho. Caetano declarou em seu testamento que trocou “um crioulo

⁵⁶ *Ibidem*, p. 10-12.

de nome Manoel, uma roça na Gama [...] com 20 alqueires de planta que foram dos falecidos pais, como também [seu] armamento de soldado e toda a ferramenta de [seu] ofício de carpinteiro”, pela dita morada.⁵⁷

Dos elementos que marcam a distinção social do homem pardo, Caetano, além de pertencer à Arquiconfraria de São Francisco e ter feito obra da torre da capela, o que ressalta sua destreza como carpinteiro, também possuía patente militar. Entre seus bens móveis consta uma “farda de pano azul do primeiro regimento, jaleco e calção, botas, esporas de ferro, capacete, carteira, correões e catana”.⁵⁸

Caetano deixou seus bens a uma herdeira, Maria Lopes de Araújo, na época com apenas 12 anos, sua filha com Maria Paula crioula forra. Seus bens foram leiloados em praça pública, conforme “lei e estilo”, para que suas dívidas fossem sanadas e a filha recebesse sua herança. O ajudante Antônio Alves Mesquita arrematou o conjunto de ferramentas por 3\$100 réis. O baixo valor das ferramentas possibilitava que outros homens virassem jornaleiros. Não encontramos nenhuma outra menção a Antônio Alves, mas possivelmente a arrematação de “um compasso, um enxó, uma juntora, um martelo, uma plaina, um prumo, duas goivas, um formão, dois guilhermes, um graminho, dois corta mãos [sic], uma serra, uma travadeira e um caixão de guardar ferramentas” fez com que o ajudante virasse um jornaleiro do ofício de carpinteiro.⁵⁹

Por fim, o último carpinteiro a ser investigado não tinha relações diretas com os outros artífices até agora analisados; no entanto, seu inventário e testamento indicam algumas semelhanças com os demais. Pedro Dias da Costa, assim como Sebastião Martins da Costa, Cosme Fernandes Guimarães e José Pereira Arouca, ocupara o cargo de Juiz do ofício de carpintaria no ano de 1801. Curioso é que foi nesse mesmo ano que o artífice obteve seu registro de carta de exame e também realizou

⁵⁷ AHCSM. Códice 34. Auto 803, I ofício, 1800.

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ Idem.

o primeiro processo na posição de examinador.⁶⁰ Homem branco, da mesma forma que José Pereira Arouca e Cosme Fernandes foi irmão da Ordem Terceira de São Francisco. Provavelmente, no âmbito das construções, ele não tenha se relacionado com os outros arrematantes por morar na região de Ponte Nova. Faleceu em 1825 e, entre seus bens, o conjunto de ferramentas do ofício de carpinteiro não ocupou lugar de destaque. Os bens móveis foram avaliados em 144\$673 réis, dos quais 15% foram de ferramentas do ofício de carpinteiro. Entretanto, o grande investimento de Pedro Dias parece ter sido na agricultura. O número de carros de boi e cavalo somavam 101\$000 réis. Ele ainda possuía “um quarto de terra de cultura com capoeiras e matos virgens na Cachoeira Virgem”; o conjunto de casas de vivenda e moinho coberto de telhas foi avaliado em 600\$000 réis. Dos quatro cativos que tinha, nenhum parece ter possuído algum ofício. Ademais, não encontramos nenhuma obra realizada por Pedro Dias, nem mesmo entre as cobranças de crédito de seu inventário. Assim, inferimos que o ofício talvez tenha sido um acúmulo nas atividades econômicas.⁶¹

Considerações finais

Se, por um lado, existia um aparato político e administrativo que propunha manter as hierarquias sociais bem delimitadas no Império Português, por outro, não podemos deixar escapar a realidade colonial marcada pela presença maciça de escravos e de pessoas oriundas da escravidão, como os pardos. Nesse sentido, a própria posição dentro da camada de oficiais mecânicos passa a ser vista como elemento de distinção social.

Entre carpinteiros como Sebastião Martins da Costa e Caetano Lopes de Araújo existe uma série de elementos materiais, administrativos e

⁶⁰ MARTINS. *Op.Cit.*, Volume I, p. 218. AHCMM. Códice 218. Folhas 116v -117; 120 - 120v.

⁶¹ AHCSM. Códice 118. Auto 2371. II ofício, 1825.

econômicos que os distinguem socialmente. Em comum, ambos incorporaram as atividades de carpinteiro para o sustento diário. Entretanto, as mãos de origem portuguesa de um e parda do outro os diferenciavam substancialmente. Um pertencia a uma das ordens mais importantes da cidade, o outro usava da farda e era irmão da Arquiconfraria dos Homens Pardos para se distanciar da escravidão. Sebastião era arrematante de obras, tinha um considerável plantel de escravos e pequenos cargos na câmara, como o de juiz de ofício. Caetano, ao que tudo indica, vivia de jornais de seu ofício de carapina, tinha poucas ferramentas, e o escravo que o ajudava foi negociado para a compra de sua casa na cidade. Entre mestres, arrematantes, oficiais examinados, jornaleiros e escravos havia uma hierarquia social que, ao mesmo tempo em que remetia a uma estrutura de Antigo Regime, ganhava contornos diferenciados marcados pela escassez e rusticidade da América portuguesa.

AFRONTA FAÇO QUE MENOS NÃO ACHO: OS ARREMATANTES DE OBRAS PÚBLICAS EM MARIANA SETECENTISTA

Danielle de Fátima Eugênio¹

*“Afronta faço que menos não acho se menos achara menos tomara dou-lhe uma dou-lhe duas dou-lhe três, e disse metendo espaço de tempo em meio e dou-lhe umas mais pequeninas e metendo um ramo verde na mão do lançador que na sua trazia para o dito efeito lhe disse pois que menos lhe não davam, faze-lhe muito bom proveito pelo dito lança”.*²

A entrega do ramo verde, permeada pelas palavras do porteiro da Câmara, simbolizava a parte final de uma encenação que acontecia nas partes mais públicas das vilas e cidades: “Arrematar o ramo de algum contrato na praça, porque é uso dar-se um ramo verde pelo porteiro ao arrematante”.³ Através dessa prática identifica-se um determinado grupo formado por arrematantes de obras públicas, que, embora tenha reiterado as ordenações e práticas vindas d'além mar, por vezes as colocou em xeque.

Tais agentes históricos atuaram durante o desenvolvimento da

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo.

² AHCMM. *Livro de Arrematações e Contratos*. Códice 220, fl. 103v.

³ SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa, composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Verbetes, Arrematar.

Leal Vila de Nossa Senhora do Carmo e Cidade de Mariana, arrematando obras junto ao Senado e oferecendo seus préstimos também a particulares, como as agremiações leigas e demais habitantes. É possível constatar, através da análise da documentação composta pelos autos de arrematação, que as construções e reparos demandados pela Câmara propiciaram a atuação privilegiada de alguns arrematantes. Estes empreiteiros, mesmo tendo exercido a prática de ofícios manuais, foram homens abastados, detentores de patentes militares,⁴ posto que alguns também exerceram importantes cargos camarários e atuaram na arrematação de outros contratos para além das obras públicas: as rendas do ver, cadeia e meia pataca.

Todavia, antes que se prossiga, é preciso destacar o importante desenvolvimento da historiografia relativa ao universo laboral nas Minas Setecentistas. Novos estudos abriram caminhos que demonstram a fundamental participação dos negros e pardos, cativos ou libertos, e também dos homens livres, muitas vezes pobres, na execução dos serviços contratados.⁵ Tais pesquisas não se detiveram apenas na observação

⁴ Sargento-mor, Sargento, Capitão, Alferes e Tenente. As patentes de Sargento-mor e Capitão nobilitavam e a de Alferes, se não pudesse realizar o mesmo, no mínimo conferia destaque em relação aos demais oficiais mecânicos. Até mesmo a patente de Tenente, considerada inferior na hierarquia militar, seria utilizada como elemento diferenciador dentre os arrematantes. Cf. 3º capítulo: EUGÊNIO, Danielle de Fátima. *Arrematantes de obras públicas em Vila do Carmo e Cidade de Mariana (1711-1808)*. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, (Dissertação de Mestrado), 2013.

⁵ DIAS, Fernando Correia. Para uma sociologia do Barroco Mineiro. *Barroco*, Belo Horizonte, nº 1, p. 67, 1969. FLEXOR, Maria Helena. *Oficiais mecânicos na cidade de Salvador*. Salvador: Prefeitura de Salvador, 1974. Os oficiais mecânicos de Salvador e São Paulo no período colonial. *Barroco*. Belo Horizonte, n. 17, p. 139-154, 1996. BOSCHI, Caio C. *O barroco mineiro: artes e trabalho*. São Paulo: Brasiliense, Coleção Tudo é História, 1988. ALVES, Célio Macedo. *Artistas e Irmãos: o fazer artístico no ciclo do ouro mineiro*. São Paulo: Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade de São Paulo (USP), 1997. TRINDADE, Jaelson Britan. *A produção de arquitetura nas Minas Gerais na província do Brasil*. São Paulo (SP): Tese (Doutorado em História) – FFLCH/USP, 2002. MENESES, José Newton Coelho. *Artes Fabris e Serviços Banais: ofícios mecânicos e as Câmaras no final do Antigo Regime*. Minas Gerais e Lisboa (1750-1808). Niterói (RJ): Tese (Doutorado em História) – UFF, 2003. CUNHA, Luis Antônio da. *O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2.ed., 2005. GUEDES, Roberto. Ofícios mecânicos e mobilidade social: Rio de Janeiro e São Paulo (séc. XVII-XIX). *Topoi*, v.7, n. 13, jul-dez 2006. SANTOS, Beatriz Catão Cruz. Notas sobre os ofícios mecânicos na festa do Corpo de Deus, em *Anais do XII Encontro Regional de História, Usos do passado*, ANPUH- RJ, 2006. PREIRA, Carlos A. LICCARDO, Antonio. SILVA, Fabiano G. da. *A Arte da Cantaria*. Belo Horizonte: C/Arte, 2007. SILVA, Fabiano G. da. *Pedra e cal: os construtores em Vila Rica no século XVIII (1730-1800)*. Belo Horizonte: Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Minas Gerais, 2007. PRECIOSO, Daniel, “*Legítimos vassalos*”: pardos livres e forros na Vila Rica colonial. Dissertação

dos ofícios mecânicos em sociedades coloniais, mas apresentaram seus oficiais como agentes históricos fundamentais no desenvolvimento das mesmas, revelando um novo olhar sobre outros grupos sociais, antes relegados pela historiografia.

Conforme José Newton Meneses,⁶ o estudo das atividades mecânicas, essenciais à sobrevivência das sociedades nobiliárquicas, revela aspectos culturais importantes das mesmas, e seus artesãos “teceram, edificaram, forjaram, curaram, enfim, manufaturaram e viveram construções sociais”.⁷ Nas Minas, as possibilidades de organização do seu tecido fabril se assentaram “em uma realidade cotidiana distinta e em uma organização mais rudimentar estruturalmente”.⁸ Nesse contexto colonial, os oficiais mecânicos responderam a uma demanda e se inseriram em um meio social que se fundamentou “em torno de eixos rígidos”, que não os liberou totalmente, mas puderam mover-se “nessa teia com menor peso organizacional e com maior desenvoltura de movimentos, a despeito da presença de estruturas legais a eles direcionadas”.⁶ O lugar social destinado aos seus homens de ofício estava inserido no contexto do Antigo Regime, no entanto determinadas estruturas tornaram-se fluidas na colônia. Por certo, a análise dos resquícios cotidianos desses grupos consiste em uma nova porta que, ao se abrir, evidencia tal fluidez.

O presente estudo se insere em tal perspectiva, visto que os oficiais mecânicos são tomados como sujeitos históricos que também protagonizaram a cena social. Então, no intuito de buscar os indícios que comprovam e informam acerca da atuação dos arrematantes, privilegia-se o *corpus* documental produzido pela Câmara de Mariana (acórdãos, editais,

de Mestrado, Franca (SP): DH – UNESP, 2010. TEDESCHI, Denise M. *R.Águas urbanas: as formas de apropriação das águas em Mariana/MG (1745-1798)*. Dissertação de Mestrado, Campinas (SP): IFCH - Unicamp, 2011. ALFAGALI, Crislayne G. M. *Em casa de ferreiro pior apeiro: os artesãos do ferro em Vila Rica e Mariana no século XVIII*. Dissertação de Mestrado, Campinas (SP): IFCH - Unicamp, 2012. PEREIRA, Fabrício Luiz. “Ofícios necessários para a vida humana”: a inserção social dos oficiais da construção em Mariana e seu termo (1730 – 1808). Dissertação de Mestrado. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 2014.

⁶ MENESES, José Newton Coelho. *Op. Cit.*

⁷ *Ibidem*, p. 339.

⁸ *Ibidem*, p. 164-165.

autos de arrematação, registros das cartas de exame, receitas e despesas), bem como as fontes cartoriais, especialmente os inventários *post-mortem* e testamentos. Também, destaca-se o acesso a três importantes bancos de dados, que consistem em ferramentas de pesquisa fundamentais, através das quais se extraiu uma importante listagem de nomes, atrelada às valiosas informações presentes nos próprios autos de arrematação: Índice de Obras Públicas de Mariana (1715-1863), Índice dos Registros de Cartas de Exame⁹ e Inventário dos Documentos do AHCMM - Os Termos de Arrematação e Contratos.¹⁰

Senado da Câmara e oficiais mecânicos: administração e fiscalização

No tocante às vilas mineiras setecentistas: “em sua construção cotidiana da sobrevivência apresentam uma economia dos serviços rústicos e das artes fabris organizada de forma fundamentalmente diversa da ordenação do Reino”.¹¹ Para essa porção colonial não foi localizada uma composição semelhante à Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa,¹² salvo a experiência dos oficiais mecânicos da cidade de Salvador, os quais foram os primeiros a estabelecer uma espécie de Casa dos Doze, por ato dos vereadores da Câmara em 1641. Essa instituição foi detentora de uma representação próxima à fixada por seus pares metropolitanos, e constituiu-se por doze mestres de ofício, ao passo que apenas um deveria ser

⁹ ALFAGALI, Crislayne G. M.; ELEUTÉRIO, Kelly M. de O. *Índice das Cartas de Exame de ofício (1737-1806)*. Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana. ALFAGALI, Crislayne. TEDESCHI, Denise. *Índice do Registro de Obras Públicas*.

¹⁰ FIGUEIREDO, Cecília M. (Coord.) *Inventário dos Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana - Série Termos de Arrematação e Contratos (1713-1928)*. 2002.

¹¹ MENESES, José Newton Coelho. *Op. Cit.*, p.164.

¹² A representação dos ofícios mecânicos e de toda a população junto ao Conselho lisboeta dava-se pela Casa dos Vinte e Quatro, composta por doze pares de ofícios mecânicos. Havia eleições anuais dos representantes dos misteres: o juiz do povo e seu escrivão; para escolha dos procuradores realizavam-se sorteios no interior da instituição.

eleito para o cargo de juiz do povo e outro para escrivão. No entanto, os desentendimentos entre esses representantes e os vereadores, cujo expoente máximo foi a chamada revolta do Maneta,¹³ levaram à extinção do cargo de juiz do povo e ao forçado encerramento dessa experiência de representação política.¹⁴ É preciso ressaltar que não foram encontradas para a América portuguesa referências a outras formas de representação dos ofícios mecânicos, estruturadas dessa maneira.

Entretanto, a administração das atividades manuais ficava a cargo do Senado.¹⁵ Dentre as inúmeras funções desempenhadas pelos Conselhos esteve a responsabilidade por solucionar problemas relativos à manutenção dos meios de comunicação já existentes, como as estradas e pontes, sempre deterioradas pelo clima, condições do terreno e transporte crescente de cargas para o comércio. Diante dessas demandas, os camaristas acordavam em vereação e ordenavam que fossem afixados editais para arrematação de alguns serviços, por exemplo, o que foi publicado em Mariana no dia 24 de março de 1755, convocando aos interessados para “lançar no conserto da Ponte de Guarapiranga”, dado que os demais procedimentos para arrematação dessa obra ocorreriam no dia 12 de abril daquele ano.¹⁶

Já os pagamentos pelas obras nem sempre foram efetuados pelas autoridades municipais. Através dos autos de arrematação constata-se que, por vezes, os moradores participavam do custeio das obras. Como ocorreu no “Auto de arrematação do acrescentamento da Ponte de São José da Barra que arrematou José de Castro Ribeiro”, realizado a 06 de

¹³ O juiz do povo Cristóvão de Sá e o mestre de ofício Domingos Vaz Fernandes foram contrários ao acréscimo de \$320 réis ao alqueire de sal em 1710, e no ano de 1711 Salvador viveria sob o clima de amotinação e protesto pela população devido ao aumento desse imposto. SILVA, Fabiano G. da. *Pedra e cal: os construtores em Vila Rica no século XVIII (1730-1800)*. Belo Horizonte: Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Minas Gerais, 2007, p. 74.

¹⁴ Idem.

¹⁵ Fabiano Silva demonstrou que em Vila Rica os vereadores eram responsáveis por convocar os trabalhadores manuais para eleição dos juízes de seus ofícios, visando à realização dos exames para habilitação dos oficiais e elaboração dos regimentos, os quais listavam apenas os preços fixados pelas Câmaras para produtos e serviços, e deveriam ficar expostos nas oficinas e lojas. *Pedra e cal: os construtores em Vila Rica no século XVIII (1730-1800)*. Belo Horizonte: Dissertação (Mestrado) Ibidem, p.75).

¹⁶ AHCMM. Livro de Editais e Registros da Câmara. Códice 554, fl.128v.

novembro de 1754, quando a dita obra foi arrematada pela quantia de 1:530\$000, a ser paga da seguinte forma:

Em seis meses será paga a quantia de quinhentos mil reis pelo senado; no mesmo tempo os moradores da freguesia de São José da Barra serão obrigados a pagar a parte que lhes couber para cobrir a metade do valor; a outra metade será paga ao fim da obra.¹⁷

A análise dos documentos presentes nos livros de arrematações e contratos confere, além da observação das etapas que compunham a arrematação, a atenção dos vereadores sobre a necessidade de reparos e novas construções de pontes, calçadas e caminhos. Conforme Maria Aparecida Borrego, a recorrência de editais acerca de tais obras reflete o objetivo dos camaristas de proporcionar “maior circulação de mercadorias, de pessoas, de impostos, de rendas para o Senado”.¹⁸

Além de ter exercido tal controle sobre a construção de novas edificações ou reparos, a Câmara também se configurou como órgão que supervisionava os vários misteres existentes. Em teoria, todos aqueles que exercessem ofícios manuais deveriam passar pelos processos de aprendizado, exame e licenciamento. Todavia, na prática, esses procedimentos funcionaram de modo diverso.

No tocante ao registro da documentação para devido exercício do mister, destaca-se o célebre estudo de Salomão de Vasconcelos,¹⁹ que constatou a existência de três processos para o exercício “legal” dos ofícios mecânicos no período colonial: o trabalho livre até o ano de 1725, as licenças mediante fiador e as licenças perante exame prévio dos requerentes, para que fossem expedidas as cartas de habilitação. Segundo Vasconcelos, essas últimas teriam sido emitidas em menor número, visto que apenas um pequeno montante de trabalhadores correspondia aos

¹⁷ AHCMM. *Auto de arrematação*. Cód. 135, fls. 204v-206. Grifo nosso.

¹⁸ BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *Códigos e práticas: o processo de constituição urbana em Vila Rica colonial (1702-1748)*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2004, p. 145.

¹⁹ VASCONCELOS, Salomão. Ofícios mecânicos em Vila Rica durante o século XVIII. *Revista do SPHAN*, Rio de Janeiro, n.4, 1940.

esforços da Câmara, tanto em realizar as eleições anuais dos juizes de ofícios quanto em fixar editais para convocação aos exames.

Segundo Russel-Wood, o juiz dos grêmios (ou juiz de ofício) e seu escrivão eram eleitos anualmente por alguns trabalhadores de cada mister, e dentre as suas funções estava a realização dos exames para aprovação ou reprovação do candidato que pleiteava a autorização para exercício de determinada atividade manual.²⁰

Quanto ao percurso burocrático enfrentado pelos trabalhadores para atender tal exigência do Senado:

Cada oficial mecânico seguia um processo que se iniciava com o *requerimento* à Câmara para que se submetesse ao *exame do ofício*, realizado perante o juiz e o escrivão de cada um deles. Aprovado e com uma *certidão* elaborada pelo escrivão do ofício, o oficial examinado solicitava em *petição* a Câmara a *carta de exame*.²¹

Dentre os 157 arrematantes de obras públicas arrolados que atuaram em Vila do Carmo/Mariana entre 1723 e 1808, foram localizadas nos *Livros de Registros das Cartas de Exame de Ofício*²² referências aos avais de apenas nove: Cosme Fernandes Guimarães, José Moreira Matos, Mathias da Costa Soares, José Soares Monteiro, Francisco Lourenço da Cunha, Romão de Abreu, Antônio Pereira da Costa, Francisco Machado da Luz e João Miguel Ferreira.

Através dos processos encontrados, nota-se que tais homens visavam o reconhecimento legal das suas cartas de aprovação, pois o trabalhador era examinado sob o crivo do juiz e escrivão do seu ofício e, em

²⁰ RUSSEL-WOOD, A. J. R. Governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural. *Revista de História*, n.9, jan/março, 1977, p. 45-6.

²¹ MENESES, José Newton C. *Homens que não mineram: oficiais mecânicos nas Minas Gerais Setecentistas*. In: RESENDE, Maria Efigênia L. de. VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *As Minas Setecentistas*, I. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, p. 381.

²² Códices 146, 218 e 381. Ressalta-se que essa primeira consulta fora facilitada, sobremaneira, pelo acesso ao Índice das Cartas de Exame de ofício. Agradeço imensamente ao Professor Dr. Carlos Alberto Pereira, CrislayneAlfagali, Denise Tedeschi e Professor Dr. Marco Antonio Silveira, pelo acesso ao importante instrumento de pesquisa. ALFAGALI, Crislayne G. M. ELEUTÉRIO, Kelly M. de O. *Índice das Cartas de Exame de ofício (1737-1806)*. Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana.

caso de aprovação, recebia o aval na forma de uma carta. No entanto, esse procedimento não bastava para que pudesse exercer o seu mister sem incorrer em desobediência a uma ordem superior, visto que o veredito final – o reconhecimento da chamada carta de exame e licença geral – deveria ser concedido somente pelo Senado. Para tanto, era preciso que o juiz e o escrivão do ofício encaminhassem o resultado das provas práticas à Câmara e solicitassem a consideração do resultado. Só então o avaliado era chamado em audiência, para receber a sentença final e proferir o juramento sobre os Santos Evangelhos. Provavelmente a carta ficava sob a posse de seu suplicante, pois, como se tratava de um documento importante, poderia ser apresentado tanto àqueles que procurassem por seus serviços quanto àqueles que exigissem sua apresentação, especialmente os fiscais da municipalidade.

As cópias das missivas encontradas nos livros camarários seguem acompanhadas das anotações das demais etapas do trâmite, visto que a parte fundamental consistia na palavra final da Câmara. Como consta no exame do oficial Cosme Fernandes, datado a 24 de agosto de 1739, no qual Paulo Henriques e Manoel Martins Mendes - juiz e escrivão do ofício de carpinteiro - registraram o início do procedimento:

Nós examinamos a Cosme Fernandes oficial do dito ofício, morador nesta Vila, **usando do dito ofício e regimento**, lhe passamos Sua carta, para poder usar do dito ofício; e assim **pedimos aos Senhores Juizes, e Senhores Vereadores da Câmara lhe façam mercê mandar pôr o cumpra-se, e mandem se cumpra** como nela se contém.²³

O requerimento da carta serviu para legalizar uma prática que já ocorria, isto é, quando Cosme passou pelo exame, já estaria trabalhando em seu ofício de carpinteiro. Quanto à petição ao Senado, esse fragmento parece destacar que apenas os camaristas poderiam validar a licença: “pôr o cumpra-se, e mandem se cumpra como nela se contém”. O manuscrito continua, e assim, passados cinco dias, os oficiais camarários

²³AHCMM. C.146, fl. 17v. Grifo nosso.

solicitaram que fosse passada a carta de confirmação, que saiu em 23 de setembro do mesmo ano:

O Doutor Presidente e mais oficiais da Câmara desta Leal Vila de Nossa Senhora do Carmo e seu termo. Fazemos saber aos que esta nossa **carta de confirmação, e licença geral** virem, que a nós nos constou pela certidão acima ser Cosme Fernandes oficial de Carpinteiro, e estar nele apto, e suficiente para o poder exercitar, ao que atendendo, nós havemos por bem dele conceder **licença geral para que nesta Vila, e seu termo possa usar do dito ofício com loja aberta e oficiais como fazem os mais oficiais examinados**. E pedimos às pessoas a quem o conhecimento desta pertencer, tenham, e hajam ao dito Cosme Fernandes por oficial examinado do dito ofício, e como tal o deixem dele usar livremente e sem contradição de pessoa alguma, de que (lhe) mandamos passar a presente por nós assinada, e selada com o Selo deste Senado. Vila do Carmo em câmara de vinte e três de Setembro de mil setecentos e trinta e nove. E eu, Pedro Duarte Pereira, escrivão da Câmara a fiz escrever = Guimarães= Costa= Araújo = Braga= Lugar do Selo=²⁴

É possível que esse seja o traslado da carta de exame, ou carta de confirmação e licença geral, que ficava sob a posse de seu solicitante como documento pessoal que conferia além do exercício legal do ofício, o aval para poder realizá-lo com loja²⁵ ou oficina²⁶ aberta e oficiais sob sua administração, “como fazem os mais oficiais examinados”.

Utiliza-se o vasto levantamento de Judith Martins²⁷ para complementar as informações que dizem respeito à atuação laboral dos homens de ofício, presentes nas cartas de exames arroladas. Desse modo, pode-se comparar o ano de confirmação das licenças gerais em relação às datas

²⁴ AHCMM. C.146, fl. 17v-18. Grifo nosso.

²⁵ “Loja. A oficina que vende qualquer mercancia”. “Mercador que tem loja”. “Loja de sapateiro”. “Loja de barbeiro”. “Loja de tecelão”. “Loja. Casa térrea que não é nobre”. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Português e Latino*, 10 v. Lisboa/ Coimbra: Colégio da Cia. de Jesus, 1712-1728. Verbetes Loja.

²⁶ “É o nome genérico dos lugares em que trabalham oficiais de qualquer ofício. Oficina (...) Saíram estas obras da mesma oficina”. Ibidem, Verbetes Oficina.

²⁷ MARTINS, Judith. *Dicionário de Artistas e Artífices dos Séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. 2 vol. Rio de Janeiro: Publicações do IPHAN, 1972.

em que tais trabalhadores estiveram exercendo seus ofícios junto ao Senado e a particulares. Como verifica-se na tabela (ver TAB.1), na maioria dos casos, as cartas foram retiradas quando os mecânicos já exerciam o seu labor, dado que, dos nove oficiais examinados, apenas três tiveram seu registro confirmado pela Câmara antes de contratarem obras: Cosme Fernandes Guimarães, Mathias da Costa Soares e Francisco Lourenço da Cunha.

Tabela 1 – Registros de cartas de exame x obras públicas x obras particulares.

Oficial mecânico	Registro da carta de exame	Arrematação de obras públicas	Atuação em obras particulares
Cosme Fernandes Guimarães	1739	1753 a 1778	1762 a 1784
José Moreira Matos	1751	1750	n/c
Mathias da Costa Soares	1751	1755	1751
José Soares Monteiro	1754	1753 e 1754	n/c
Francisco Lourenço da Cunha	1761	1763	n/c
Romão de Abreu	1778	1760	1765 a 1797
Antônio Pereira da Costa	1798	1745	1790 a 1802
Francisco Machado da Luz	1801	1795 a 1833	1794 a 1828
João Miguel Ferreira	1804	1796 a 1834	1791 a 1831

Fonte: MARTINS, Judith. *Dicionário de Artistas e Artífices dos Séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Publicações do IPHAN, 1972, 2 volumes. ALFAGALI, Crislayne; ELEUTÉRIO, Kelly. *Índice das Cartas de Exame*. ALFAGALI, Crislayne; TEDESCHI, Denise. *Índice do Registro de Obras Públicas*.

[n/c = o nome do arrematante não consta no dicionário]

O reduzido número de registros esteve fortemente ligado às limitações da administração camarária no controle da atividade mecânica na colônia. Aventa-se a hipótese de que houve licenças gerais registradas em outras porções da colônia americana, ou do Reino, as quais não foram registradas novamente junto à Câmara da região de Mariana. Do mesmo modo, cabe ressaltar acerca do grande volume de negros e pardos que não foram contemplados por essa documentação imposta pelo Conselho.

O acompanhamento dos processos para confirmação das cartas re-

vela os nomes dos juízes e escrivães dos ofícios que atuaram nos exames (ver TAB.1): Cosme Fernandes Guimarães, cuja confirmação do exame foi realizada no ano de 1739, atuou como juiz do ofício de carpinteiro em 1757 e 1758; Romão de Abreu, examinada no ano de 1778, exerceu a mesma função vinte anos mais tarde; Francisco Machado da Luz, com sua licença geral confirmada em 1801, atuou como juiz do mesmo ofício nos anos de 1796 e 1797. Ou seja, nesse último caso, o exercício como examinador correu em período anterior à confirmação do registro para atuação legal do ofício, igualmente, nos deparamos com outros casos (ver TAB. 2). Tais episódios também colaboram para que se questione o papel da Câmara na administração dos ofícios mecânicos.

Tabela 2 – “Oficiais não examinados” que atuaram como examinadores

Oficial mecânico	Examinador (cargo)	Exame (ofício)	Ano(s) de atuação
Manoel da Silva de Queiroz	Juiz	Pedreiro	1751
José Moreira Matos	Escrivão	Pedreiro	1751
Pedro da Rocha	Juiz	Carpinteiro	1737 e 1738
Sebastião Martins da Costa	Juiz	Carpinteiro	1747
Bento Marinho de Araújo	Juiz	Pedreiro	1756 e 1757
Bento Rodrigues de Oliveira Freitas	Escrivão	Ferreiro	1743, 1747, 1748, 1749 e 1752
João Alves da Costa	Juiz	Carpinteiro	1800, 1801 e 1804
João Ferreira (da Silva)	Juiz	Carpinteiro	1741

Fonte: ALFAGALI, Crislayne; ELEUTÉRIO, Kelly. *Índice das Cartas de Exame*. Índice do Registro de Obras Públicas. AHCM. Códices 145, 146, 201, 218 e 381.

Como se visualiza na tabela (ver TAB.2), não foram encontrados os registros das cartas de exame de tais juízes e escrivães. Quanto à eleição desses “oficiais não examinados” como examinadores, é provável que tenham sido nomeados pelos próprios camaristas e não por seus pares, e, desse modo, a autoridade camarária prevaleceria sobre a decisão dos demais oficiais. Além do mais, mesmo desprovidos de seus avais, tiveram acesso às arrematações de obras públicas. O mesmo ocorre com tantos ou-

tros arrematantes, que mesmo sem o referido registro, alcançaram vários acordos de construções demandadas pelo Senado. Artífices de destaque, como José Pereira Arouca, eleito juiz do ofício de pedreiro e carpinteiro nos anos de 1762, 1764, 1772 e 1774,²⁸ arremataram quantidades expressivas de obras, embora não se tenha localizado a referida licença.

Enfim, constata-se que a ausência de grande parte dos registros para exercício laboral confirma as limitações da documentação camarária relativa às cartas de exame, as quais estavam muito aquém de abarcar a grande maioria dos homens e mulheres atuantes nos ofícios mecânicos. Por outro lado, também é possível que renomados oficiais portugueses detivessem certo privilégio diante das autoridades municipais, assim como destaque em relação aos seus pares coloniais, o que os eximiria do registro e apresentação de suas cartas. Essa hipótese liga-se ao fato de que um diminuto número de construtores arrematou uma quantidade expressiva de obras públicas, a despeito de boa parte desses arrematantes não ter registrado suas licenças gerais. Assim, outros elementos conferiam diferenciação em relação aos demais misteres e privilégios na sociedade em questão.

Arrematações de obras públicas, rendas do Senado, plantéis de escravos, agremiações leigas, cargos camarários, práticas creditícias e redes sociais: elementos da hegemonia de um grupo seletivo

Segundo as Ordenações Filipinas, não se faria:

Obra alguma, sem primeiro andar em pregão, para se dar de empreitada a quem a houver de fazer melhor e por menor preço; porém as que não passarem de mil réis, se poderão mandar fazer por jornais, e umas e outras se lançarão em livro, em que se declare a fórmula de cada uma, lugar em que se há de fazer, preço e condições do contrato. E assim como forem pagando aos empreiteiros, farão ao pé do contrato conhecimento do dinheiro, que vão recebendo, e assinarão os mesmos empreiteiros e o Escrivão da Câmara; e as despesas que os Provedores não levarem em conta, pagá-las-ão os vereadores, que as mandaram fazer.²⁹

²⁸ MARTINS, Judith. *Op. Cit.* Vol. 1, p. 72.

²⁹ *Ordenações Filipinas*. Livro 1. Título LXVI. Dos Vereadores. 1985, p. 151. Disponível em: <http://>

Esse parágrafo dispõe sobre a prática das arrematações de obras junto às Câmaras, e especifica todo o procedimento a ser seguido para que um contrato fosse firmado entre as partes, cabendo especial destaque ao pregão, apresentado como premissa à realização das edificações. Além disso, apenas pequenos reparos com custos abaixo de mil reis poderiam ser solicitados a jornaleiros.³⁰ Note-se que os detalhes de ambos os contratos – empreitadas e jornais - deveriam ser devidamente registrados em livro. Todavia, os autos e condições manuscritos pelos escrivães do Senado da Câmara de Mariana referiam-se apenas às arrematações, tanto de obras públicas como de rendas e foros.³¹

Dentre as etapas que compunham o percurso considerado lícito para execução de uma obra pública no espaço urbano de Mariana, estavam o acórdão, no qual os vereadores acordavam sobre a necessidade de uma nova construção ou reparo; a publicação do edital, devidamente afixado em praça pública; o auto de arrematação, que consistia no registro do compromisso firmado entre a Câmara e o arrematante; a execução da construção, sob as condições firmadas no contrato; o pedido de louvação, isto é, a solicitação da vistoria da obra concluída; o pagamento, efetuado pelo tesoureiro e anotado em recibo; e, por fim, a transcrição desses comprovantes nos livros de despesas do Conselho, realizada pelo escrivão ao findar de todo ano.³²

Quanto aos termos de arrematação de Vila do Carmo/Mariana, localizou-se 357 registros referentes ao período de 1723 a 1808, nos sete livros de contratos salvaguardados pelo Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana. Nesses autos, redigidos pelo escrivão em audiência - onde costumavam estar presentes o juiz de fora, o presidente da Câmara, os vereadores, o procurador e o arrematante – encontram-se referências à solenidade que envolvia o pregão, as ofertas de lances e o arremate do serviço ofertado. Em suma, o escrivão afixava os editais nas

www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm.

³⁰ “Jornaleiro. Aquele que trabalha por jornal”. “Ganhava de comer por seu trabalho, como homem jornaleiro”. BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.*, Verbete Jornaleiro.

³¹ Os contratos também são chamados de autos ou termos de arrematação.

³² TEDESCHI, Denise M. R. *Op.Cit.*, p. 99.

partes mais movimentadas da vila ou cidade, e, passados alguns dias estabelecidos por lei, tendo o porteiro ouvido a menor oferta, afrontava os demais lançadores, possivelmente no intuito de diminuir ainda mais o preço final, visto que arrematava a obra apregoada aquele que oferecesse o menor lance. Ao vencedor era entregue um ramo verde, porquanto o aceite desse objeto simbolizava tanto o êxito em ter arrematado a obra quanto a obrigação de executá-la sob os prazos e condições estabelecidos pelo cliente, como se pode notar no contrato firmado com José Rodrigues Durão, “a quem se arrematou o conserto da ponte do Piracicaba” a 10 de maio de 1732.³³ O arrematante concorreu com outros ofertantes até que conseguisse o serviço. Assim, se dirigiu à Câmara onde estavam presentes “o Doutor Juiz de Fora Antônio Freire de Osório e mais oficiais da Câmara”, uma vez que ali se procederia à conclusão da arrematação do reparo. Nessa audiência foram apresentadas as informações de que o anúncio da obra “tinha andado na praça os dias da lei” e que o preço do lance feito por José Durão foi de 150\$000. E, por não haver quem menos tivesse lançado, “se lhe mandou arrematar e entregar o ramo pelo porteiro”, o que “com efeito o recebeu depois de se afrontar e feitas as mais cerimônias que em direito se requerem e logo pelo dito arrematante foi dito que ele se obrigava por suas pessoa e bens a fazer a dita obra na forma da planta”.³⁴

Por certo, mesmo diante de toda a representação que ocorria na parte mais pública da localidade, a arrematação só poderia ser confirmada, em audiência, pelos oficiais da Câmara. Portanto, a eles cabia a incumbência de ratificar o procedimento que havia se iniciado com o pregão, posto que a transferência do ramo verde e as demais “cerimônias que em direito se requerem” simbolizavam o contrato firmado. Tudo isso consistia em uma espécie de teatralização que se requeria em lei e enclavava o cumprimento das ordens estabelecidas desde o Reino, constantes nas *Ordenações*. Assim, de um lado encontra-se o Senado, aplicando as

³³ Ressalta-se que tal procedimento foi observado para as arrematações de obras públicas. Este estudo não acompanhou detidamente os contratos firmados entre trabalhadores e particulares, ou outras instituições como as associações leigas.

³⁴ AHCMM. Livro de Arrematações, Códice 180, fl. 1.

orientações advindas da legislação portuguesa, e, de outro, os arrematantes, submetendo-se a tais pressupostos, ambos reafirmando o poder central. Contudo, as ações ilícitas dos procuradores juntamente àqueles que foram indevidamente contratados e pagos a jornal, demonstra a subversão dessa ordem.

Como sobredito, todas as obras cujos custos ultrapassassem a quantia de mil réis deveriam ser arrematadas e registradas em livro onde se declarasse a edificação ou reparo a ser realizado, a localização do mesmo, o preço e as condições para execução. Porém, tais imposições nem sempre foram acatadas, uma vez que “nas correições das contas do Concelho realizadas anualmente pelo ouvidor, não faltaram repreensões quanto à execução de obras públicas que não passaram pelo procedimento da arrematação”.³⁵ Dentre os dispêndios camarários, também se encontraram serviços contratados a jornal inseridos nas listas das despesas miúdas, cujos pagamentos efetuados foram superiores a mil réis.³⁶ Essas transações, proibidas pelas *Ordenações*, foram alvos das glosas³⁷ feitas pelos corregedores, como ocorreu no ano de 1754, quando o ouvidor Francisco Ângelo Leitão identificou irregularidades entre os pequenos gastos registrados, tais como “várias obras de carpinteiro e pedreiro que juntas se deviam arrematar a quem menos lançasse pondo-se em praça na forma da lei”.³⁸ E, ao se deparar com semelhantes desvios em 1757, o magistrado estabeleceu o seguinte:

Ultimamente não pode ser permitido ao Procurador de baixo do pretexto de despesas miúdas dispor ainda que por parcelas, grande quantia a seu arbítrio sem ordem da Câmara e sem constar da causa (...) e assim daqui em diante toda a despesa das que costumam entrar na ordem das miúdas, passando de quatro oitavas será requerido o pagamento pelos próprios pares fazendo petição à Câmara que

³⁵ TEDESCHI, Denise M. R. *Op. Cit.*, p. 103.

³⁶ “As despesas miúdas eram pequenos gastos cometidos pelo procurador diante das cotidianas contingências administrativas do Senado”. *Ibidem*, p. 103-4.

³⁷ “A glosa consistia em repreensão do ouvidor, que exigia o retorno das quantias irregulares aos cofres do Concelho”. *Ibidem*, p. 104.

³⁸ AHCMM. Correição das contas de 1754. Códice 176. fl. 73. *Idem*, p. 104.

mandará informar o Procurador e este declarará com toda a individualização o emprego da tal despesa e achando-se justa se mandará que se pague cobrando-se recibo nas cartas da própria petição e em tudo mais que do Procurador gastar menos das quatro oitavas, sempre especificando o préstimo e necessidade e quando der na Câmara a sua conta jurará as despesas em substância e quantidade.³⁹

Então, tais determinações dos modos como se haveria de proceder dali em diante almejavam tanto dissipar o grande deflúvio de recursos sob o ensejo das despesas miúdas quanto averiguar a real necessidade dos gastos. Para tanto, além do estabelecimento de um valor máximo às despesas, fixado em quatro oitavas de ouro (4\$800),⁴⁰ aumentaram-se os trâmites nas situações que demandassem os gastos de quantias mais elevadas. Segundo Álvaro Antunes, “para além de ser um instrumento de afirmação do poder régio, a correição visava conhecer desvios de conduta da população local, incluindo aqueles que trabalhavam nas Câmaras”.⁴¹ Entretanto, não eram suficientes para impedir que as irregularidades cessassem totalmente.⁴²

O acompanhamento das censuras empreendidas pelos ouvidores na segunda metade dos Setecentos, realizado por Denise Tedeschi, possibilita um profícuo cruzamento de dados, pois, ao fazer o levantamento dos trabalhadores que aparecem nos gastos glosados, e comparando-os em relação aos arrematadores de obras públicas, chega-se a uma interessante constatação: os nomes que aparecem mais vezes coincidem em ambas as situações, isto é, refere-se a sujeitos que conseguiram exclusividade sobre o acesso as obras, fossem esses meios lícitos ou ilícitos.⁴³ De igual

³⁹ Agradeço a Denise Tedeschi, por ter cedido tão solícitamente essa transcrição. AHCM. Correição das contas de 1757. Códice 176. Fls. 115 e 116.

⁴⁰ ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec/ Editora da Universidade de São Paulo, 1990, p.146.

⁴¹ ANTUNES, Álvaro de Araújo. Palco e Ato: O exercício e a administração da justiça nos auditórios da Câmara de Mariana. In: CHAVES, C. M. das G.; PIRES, M. do C.; MAGALHÃES, S. M. de. (orgs.). *Casa de Vereação de Mariana: 300 anos de história da Câmara Municipal*. Ouro Preto: UFOP, 2008, p. 129.

⁴² TEDESCHI, Denise M. R. *Op. Cit.*, p. 104.

⁴³ Em monografia, desenvolvida sob orientação do Professor Dr. Marco Antonio Silveira, foram con-

modo, cabe ressaltar a identificação de arranjos cometidos entre procuradores e alguns empreiteiros, para que estes tivessem acesso às obras públicas, e até mesmo a cargos,⁴⁴ sem enfrentarem os procedimentos que envolviam a prática das arrematações.

Esses acontecimentos permearam um ambiente de mudanças, em que o governo local tratou de investir na infraestrutura da região de Mariana e ordenar os espaços já constituídos. Assim sendo, próximo a meados dos anos 40 e durante a segunda metade do século XVIII, foi-se reconfigurando a sua formação espacial. Nesse cenário, as enchentes que também ocorreram por volta de 1743 continuaram a ser um grande problema aos habitantes, tendo destruído boa parte da Vila do Carmo. Mesmo assim, a vila, erguida no ano de 1711, foi elevada ao patamar de cidade em 1745, pois abrigaria a sede do Bispado, cuja definitiva consagração ocorreu em fins de 1748, com a chegada do Bispo Dom Frei Manoel da Cruz. Nesse contexto, a cidade tornou-se o centro religioso das Minas, e, portanto, deveria ostentar uma imagem que refletisse a ordem social que Sua Majestade desejava estabelecer. O espaço da antiga Vila de Nossa Senhora do Carmo carecia de reparos e construções, mas era crucial que se afastasse das áreas mais castigadas pela fúria das águas do ribeirão. Tanto que, em 14 de junho de 1747, os camaristas “acordaram ordenar o cumprimento da ordem de Sua Majestade” de construir uma praça, cadeia e mais edifícios públicos na cidade.⁴⁵ Nesse intuito o terreno denominado Largo da Cavalhada e o Quartel dos Dragões foram espaços fundamentais,⁴⁶ onde

tabilizadas, para o período de 1745 a 1800, 240 arrematações de obras públicas, nas quais atuaram 85 oficiais diferentes. Visto que apenas sete oficiais mecânicos alçaram um total de 95 contratos. Cf. EUGÊNIO, Danielle de Fátima. *Op. Cit.*

⁴⁴ “João de Caldas Bacelar solicitou o pagamento de 10 oitavas e $\frac{1}{2}$ e 7 vinténs por conservar ‘água no Chafariz e fonte desta cidade em cujo exercício trabalhou com os seus escravos’ por ordem do procurador deste nobre Senado”. O cargo que deveria ser arrematado anualmente, na prática, acabou por ser indicado pelo procurador do Concelho”. TEDESCHI, Denise M. R. *Op. Cit.*, p. 104.

⁴⁵ APM-CMM. Livro de Acórdãos. Códice 17, fl. 41v-42.

⁴⁶ “Os tais terrenos, referidos como ‘do campo’ ou dos ‘pastos da Cavalhada’, nas proximidades do Quartel dos Dragões, eram de propriedade da Coroa, e já vinham, desde 1740, sendo solicitados pela câmara, por diversas razões. Os soldados haviam sido transferidos, e o quartel achava-se sem uso”. FONSECA, Cláudia Damasceno. O espaço urbano de Mariana: sua formação e suas representações. In: *Termo de Mariana: história e documentação*. Imprensa universitária da UFOP, 1998, p. 37.

posteriormente seria construída a atual Casa de Câmara e Cadeia - à margem do logradouro aberto no largo, chamado de Rua Nova (atual Dom Silvério).⁴⁷ A recém criada cidade de Mariana estaria repleta de serviços de reparo, ampliação, correção e manutenção de suas partes, os quais, atrelados às construções religiosas e civis, financiadas por particulares, delineavam um novo centro urbano.⁴⁸

Em suma, nessa atmosfera de mudanças significativas, o número de obras públicas aumentou consideravelmente. Como podemos observar na tabela que se segue (ver TAB.3), os autos de arrematação relacionados demonstram que até o ano de 1744 foram firmados 80 contratos. A partir dessa data até 1808, configura-se um panorama formado por 277 arrematações.

Tabela 3 – Número de obras arrematadas por décadas

Período	Número de obras arrematadas
1723 a 1729	13
1730 a 1739	47
1740 a 1749	55
1750 a 1759	65
1760 a 1769	57
1770 a 1779	31
1780 a 1789	22
1790 a 1799	41
1800 a 1808	26
TOTAL	357

Fonte: ALFAGALI, Crislayne; TEDESCHI, Denise. *Índice de Obras Públicas de Mariana (1715-1863)*. FIGUEIREDO, Cecília. *Inventário dos Documentos do AHCMM - Os Termos de Arrematação e Contratos*.

Acerca das obras firmadas por empreitada, “de tudo se lavrava o termo ou auto de arrematação. No estudo desses termos, verifica-se que

⁴⁷ Ibidem, p. 38.

⁴⁸ TEDESCHI, Denise M. R. *Op. Cit.*, p.74-75.

os contratos eram feitos na base de empreitadas globais ou parciais.”⁴⁹ Sabe-se que um grande número de oficiais atuava sob as ordens de empreiteiros. Para o contexto mineiro do século XVIII, Ângela Brandão assinala a atuação dos mestres de obras que se configuraram como “administradores que estabeleciam contratos de subempreitada com muitos outros artesãos e artistas, reunindo num mesmo canteiro de obras oficiais de diversos talentos e habilidades”.⁵⁰ Em consonância a esse quadro, constata-se que a quase totalidade dos autos arrolados indica apenas um indivíduo como arrematante de cada obra, ou seja, a mão de obra utilizada nos canteiros, fossem poucos ou muitos indivíduos, ficava a cargo do arrematante e não do Senado de Mariana.

Constata-se que um reduzido grupo de homens teve acesso privilegiado à maior parte dos contratos; tratava-se de arrematantes que contavam com uma “fábrica construtiva capacitada”, isto é, “o espaço físico, casa ou oficina, as ferramentas, a matéria-prima e a mão de obra necessárias”.⁵¹ Fabiano Silva destacou a participação dos escravos e libertos em meio a tais “equipes de trabalho dos construtores”,⁵² dado que a combinação firmada entre as partes - Senado e contratado - além de não garantir “a participação e/ou a autoria do arrematante na obra arrematada”, não impedia que esse subempreitasse “parte ou a integralidade da obra para outro oficial. Além disso, o arrematante poderia colocar escravos especializados, seus ou alugados, sob sua supervisão ou de algum oficial de confiança”.⁵³ A supor pelo número de arrematações realizadas em períodos próximos e o fato de esses homens terem atuado junto a outros serviços encomendados por particulares, uma permanência diária em todos os locais seria impraticável. Possivelmente, os contratos mais interessantes, e até mesmo mais cobiçados pelos empreiteiros, seriam aqueles que demandavam mais materiais, engenho e mão de obra, jus-

⁴⁹ BARRETO, Paulo Thedim. Casas de Câmara e Cadeia. *RSPHAN*, N. 11, 1947, p. 65-66.

⁵⁰ BRANDÃO, Ângela. Das pontes aos castiçais: a produção de mobiliário artístico em Minas Gerais do século XVIII e os ofícios mecânicos. *Revista Científica*, v. 4, n. 2, p.50-66, jul./dez., 2009, p. 63.

⁵¹ TEDESCHI, Denise M. R. *Op. Cit.*, 2011, p. 110.

⁵² SILVA, Fabiano G. da. *Op. Cit.*, p. 03.

⁵³ RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Op. Cit.*, p. 119.

tificando um lance de preço elevado. Dessa forma, tais empreitadas não teriam sido realizadas por oficiais mais simples, detentores de poucos escravos ou de escassos recursos, tanto para pagamentos de jornaleiros quanto para aluguéis de cativos especializados, mas antes por renomados mestres de ofício. Estes se destacaram não apenas nas arrematações de obras públicas, mas também entre os rendeiros locais.

Quanto aos quatro maiores contratos da municipalidade – pesos e medidas, inspeção, meias patacas e taxas da cadeia – seus contratadores eram considerados “os delegados mais importantes da autoridade municipal”:

Esses contratos eram leiloados anualmente ao licitante que fizesse a mais alta oferta, o qual deveria apresentar fiadores, concordar em fazer pagamentos trimestrais até per fazer o preço do contrato, e concordar com taxas, métodos de desempenho de suas funções, e conduta geral conforme estipulados pelo Senado.⁵⁴

Sobretudo, durante a segunda metade do século XVIII, encontramos uma interessante parcela dos arrematantes de obras públicas envolvidos nos arrendamentos dos contratos da Câmara de Mariana. Dentre os nomes levantados na documentação⁵⁵ encontra-se Luiz da Costa Ataíde, que foi mestre do ofício de carpinteiro e também atuou junto à arrematação de reparos públicos na segunda metade da centúria.⁵⁶ No período de 1764 a 1775, arrendou o imposto que incidia sobre as cabeças de gado, visto que nos anos de 64, 66, 68, 69 e 71 contou com a fiança do Guarda-mor José de Barros Viana.⁵⁷ Em 1766, Sebastião Martins da Costa, um importante arrematante de obras públicas, também figurou como seu

⁵⁴ RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Op. Cit.*, p. 53-54.

⁵⁵ FIGUEIREDO, Cecília M. (Coord.) *Op. Cit.*. AHCMM. Códices 220 e 377. AHCMM. Livro de Acórdãos. Códice 209.

⁵⁶ AHCMM. Livro de Arrematações. Códices 122, 135 e 220. FIGUEIREDO. *Inventário dos Documentos do AHCMM - Os Termos de Arrematação e Contratos*. ALFAGALI, TEDESCHI. *Índice de obras públicas de Mariana (1715-1863)*.

⁵⁷ AHCMM. Livro de Arrematações. Códice 220, fls. 76v, 77, 138v-139v. Códice 377, fls. 30, 31, 83v, 84v, 108, 108v. FIGUEIREDO. *Inventário dos Documentos do AHCMM - Os Termos de Arrematação e Contratos*.

fiador.⁵⁸ Já no ano de 1768, Ataíde conseguiu fazer dois arremates consecutivos, sendo o primeiro para exercício na mesma época e o segundo em 1769. Esse duplo empreendimento contou com a garantia do Guarda-mor José de Barros Viana.⁵⁹ Doutro modo, no ano de 1776, a referida renda passou às mãos de Manoel Ferreira Pinto, mas Luiz da Costa Ataíde figurou entre os fiadores.⁶⁰ E o mesmo ocorreu sobre os contratos arrematados por Tomé Dias Montes, para os anos de 1781 e 1782.

Outro importante tributo também figura por diversas vezes, trata-se das taxas da cadeia ou renda da carceragem. Em 1777, seu arrendatário foi o Alferes Francisco Alvares Quinta, um dos grandes arrematantes de obras públicas do final do século XVIII. Em meio aos seus três fiadores estava o ferreiro Bento Marinho de Araújo, outro proeminente arrematador das construções da Câmara.⁶¹

Como se pode apreender, tais dados referem-se a empreiteiros que teriam atuado, aparentemente sem restrições, dentro do grupo dos “delegados mais importantes da autoridade municipal”.⁶² Luiz da Costa Ataíde arrematou apenas uma construção no ano de 1768: a calçada e conserto da travessa entre as pontes de São Gonçalo e Monsus, sob o lance de 48\$000.⁶³ No entanto, controlou o contrato das meias patacas por nove anos (1764, 1766, 1767, 1768, 1769, 1770, 1771, 1773, 1774 e 1775) e prestou fiança da dita renda em 1776, 1781 e 1782. Já o Alferes Francisco Álvares Quinta esteve entre os mais frequentes arrematantes de obras junto ao Senado, e da mesma maneira Bento Marinho de Araújo, seu fiador.

Semelhantemente, identifica-se o domínio sobre a renda das meias patacas dos gados exercido pelo proeminente artífice José Pereira Arouca, que se estendeu de 1783 até 1795. Arouca também foi arrendatário

⁵⁸ AHCMM. Livro de Arrematações. Códice 377, fls. 24v, 25.

⁵⁹ AHCMM. Livro de Arrematações. Códice 377, fls. 42v, 43 e 61v.

⁶⁰ AHCMM. Livro de Arrematações. Códice 377, fls. 140v, 141.

⁶¹ AHCMM. Livro de Arrematações. Códice 377, fls. 140v, 141.

⁶² RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Op. Cit.*, p. 53.

⁶³ AHCMM. Livro de Arrematações. Códice 377.

da renda das aferições em 1785, pela quantia de 3:000\$000, cujo fiador, tanto desse contrato quanto das meias patacas, foi outro grande arrematante de obras públicas de Mariana: João de Caldas Bacelar. Juntamente com Arouca afiançou o contrato da aferição, arrematado pelo Guardador João Gomes Pereira para exercício no ano de 1792. Assim, de 92 a 95, Arouca também figurou como abonador nas rendas da aferição e cadeia. Todavia, essa intensa participação junto às arrematações dos tributos só se encerrou com seu falecimento a 21 de julho de 1795.⁶⁴ Logo, em 1796, Francisco Fernandes Arouca assumiu a arrematação do imposto sobre o gado, acrescido da função de fiador nas rendas da cadeia até o ano de 1798.⁶⁵

Estes dados apontam para redes sociais⁶⁶ que conferiram acesso às principais rendas do município, iniciada por Luiz da Costa Ataíde em 1764, retomada por José Pereira Arouca em 1783 e por Francisco Arouca em 1796. Nesse ínterim, cabe especial atenção aos fiadores, dentre os quais estavam outros arrematantes de obras públicas, e não se pode relegar a indubitável importância conferida à fiança de um guarda-mor. Então, é notável a constituição de círculos de relações⁶⁷ sobre as arrematações das rendas, os quais propiciavam que um mesmo indivíduo permanecesse como cobrador dos tributos por um longo período. Mas nesse contexto não apenas os guardas-mores se destacaram em sua influência, mas também os empreiteiros ligados ao Senado, sendo proeminentes os nomes de José Pereira Arouca e João de Caldas Bacelar, que afiançaram as aferições para João Gomes Pereira em 1792, visto que em 1793 Arouca figurou como seu procurador.

No que se refere aos arremates das edificações demandadas pela Câmara, sobre um universo de 354 arrematações arroladas nesta pesquisa,

⁶⁴ AHCSM. Inventários Avulsos – 1º ofício, caixa 1, código 6.

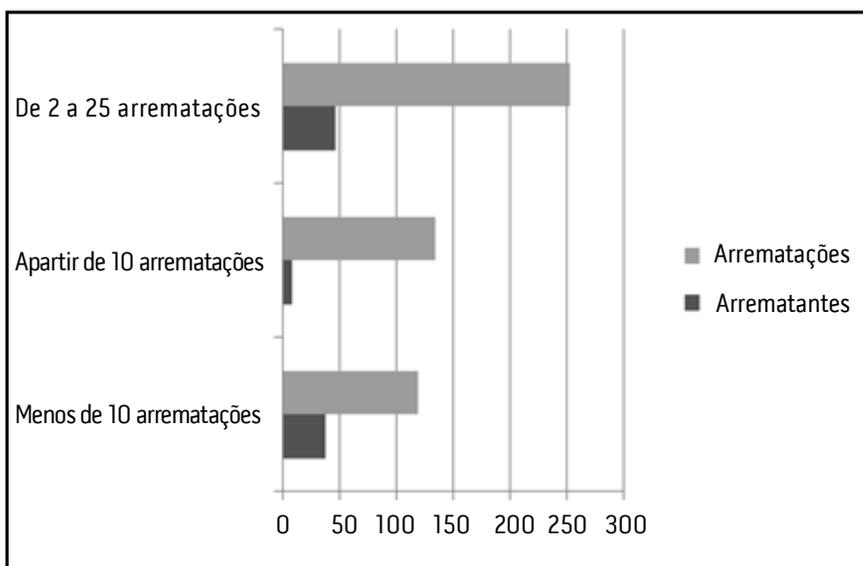
⁶⁵ AHCSM. Livro de Arrematações. Código 377, fl. 160-161.

⁶⁶ ARPINI, Paula D. *Do Provedor à Rede de Sociabilidade: Trajetória de Inácio Osório Vieira (1760-1798)*. Trabalho de Conclusão de Curso. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, 2009.

⁶⁷ BERTRAND, Michel. De la familia a la red del Sociabilidad. In: *Revista Mexicana de Sociologia*. Vol. 61, nº 2. 199, p. 119.

empreendidas entre os anos de 1723 e 1808, teriam atuado 155 oficiais diferentes. E o grupo daqueles que arremataram a partir de dois contratos soma 47 empreiteiros, isto é, tal número arrematou 253 contratos. Dito de outro modo, aproximadamente 30,3% arremataram 70,9% das obras públicas. Esse resultado se torna ainda mais interessante quando subdividimos esse conjunto. Observa-se que os arrematadores com menos de dez contratos perfazem um subtotal de 38 arrematantes para 119 autos. Enquanto os que efetuaram a partir de dez arrematações somam apenas nove lançadores, os quais alçaram ao todo 134 contratos, ou seja, esse grupo consideravelmente menor alçou um número muito maior de obras públicas, como ilustrado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Grupos e arrematantes x número de arremates



Fonte: ALFAGALI; TEDESCHI. Índice de obras públicas de Mariana (1715-1863). Códices 160, 180, 122, 135, 220, 377, 210, 162. FIGUEIREDO. Inventário dos Documentos do AHCM - Os Termos de Arrematação e Contratos. Códices 160, 180, 122, 135, 220, 377.

Diante desse panorama, partir-se-á a análise do menor grupo que abarcou boa parte das demandas do Senado por construção, cujos arrematantes foram Cosme Fernandes Guimarães (16 arrematações), Alfes

Francisco Alvares Quinta (14), João Afonso (15), João de Caldas Bacelar (16), Alferes João Miguel Ferreira (11), Alferes José Pereira Arouca (28), Manoel Rodrigues Pinto (10), Mestre Carpinteiro Sebastião Martins da Costa (11) e Sebastião Pereira Leite (13).

As arrematações desse grupo estão concentradas a partir do ano de 1746. Não obstante, trata-se do período em que a Vila do Carmo foi elevada à cidade de Mariana. Entre os anos de 1745 e 1750, estiveram os gastos mais elevados da administração local, e, entre 1752 e 1795, os dispêndios superaram as arrecadações.⁶⁸ Em 1749, foi registrada a maior despesa de toda a segunda metade do século: 13:850\$048 réis, visto que desse valor 8:312\$608 réis (60%) foram gastos com obras públicas.⁶⁹ Nesse ambiente de remanejamento e reconstrução, delineou-se uma parcela de homens que exerceu hegemonia sobre grande parte das demandas da Câmara.

José Pereira Arouca, que “era oficial de pedreiro e vivia de administrar obras de pedreiro e carpinteiro”,⁷⁰ arrematou o maior número de contratos. Trata-se de um dos principais artífices setecentistas. No período de 1768 a 1794, Arouca arrematou 28 contratos. Seu testamento apresenta o levantamento de seus inúmeros bens móveis e imóveis. Dentre as informações relativas ao número de seus cativos, constam “para cima de cinquenta escravos e destes deixo coartados quatro, a saber: Joaquim Mina, Bernardo Mina, Thomas Mina, Sebastião Mina”.⁷¹ Em seu inventário *post-mortem* constam 26 escravos, dentre os quais a maioria foi descrita com suas especializações.⁷²

⁶⁸ TEDESCHI, Denise M. R. *Op. Cit.*, p. 126.

⁶⁹ *Ibidem*, p. 138.

⁷⁰ MARTINS, Judith. *Op. Cit.*, vol. 1, p. 60.

⁷¹ AHCSM. Livro de Registro de Testamentos. Códice 44, fls 74v-75. *Apud* Chafarizes e Máscaras: Pequena Referência à Participação Africana na Produção Artística Mineira. In: PAIVA, Eduardo França. IVO, Isnara Pereira (orgs.). *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo: Annablume, 2008, p. 297. Testamento datado de 08 de Junho de 1793. Em 1805 tal testamento foi julgado nulo, pois Arouca ter instituiu sua alma por herdeira.

⁷² João Caetano Crioulo, 30 anos, oficial de carpinteiro, 160\$000; João Angola, 40 anos, oficial de carpinteiro, 150\$000; Matheus Cabunda, 45 anos, oficial de pedreiro, “quebrado”, 140\$000; Antônio Carioca Pedreiro, 65 anos, 70\$000; Antônio Grande Angola Serrador, 50 anos, 160\$000; Domingos Angola Serrador, 58 anos, 80\$000; Domingos Angola Capitão serrador, 70 anos, 20\$000;

João de Caldas Bacelar também foi um expoente dentre os construtores mineiros. Em seu inventário foram arrolados 30 escravos, dentre os quais apenas um foi especificado como mecânico, “João Carapina Benguela, 42 anos, 130\$000”.⁷³ Mas, equiparando a idade e valor dos demais, é provável que boa parte de seu plantel fosse composta por cativos especializados, os quais trabalhariam nas obras obtidas pelo artífice.

No inventário de Sebastião Martins da Costa constam 14 escravos, mas apenas Manoel de 28 anos, avaliado em 200\$000, foi identificado como “mulato Serrador”.⁷⁴ O plantel de Francisco Álvares Quinta engloba 13 cativos, dentre os quais se encontra Francisco Angola Pedreiro, 40 anos, com o preço de 160\$000.⁷⁵ Já dos seis escravos de Sebastião Pereira Leite, nenhum foi identificado por seu ofício mecânico.⁷⁶ Como se atesta, boa parte desses arrematantes possuía consideráveis plantéis, o que era indício de riqueza para o período em questão. E o indicativo da presença de cativos atrelado ao volume de construções revela a importância fundamental da mão de obra escrava para que fossem feitas as obras. Também, era necessário ser detentor de certo poderio econômico para arcar com materiais, compra de cativos, pagamentos a jornaleiros e a escravos de ganho.

Outro dado interessante consiste na origem dos oficiais. José Pereira Arouca, “nascido e batizado na Freguesia de São Bartolomeu da Vila de Arouca do Bispado de Lamego Comarca do Porto”,⁷⁷ Cosme Fernandes Guimarães era natural de São Romão Rendeste, termo de Guimarães, Arcebispo de Braga. João de Caldas Bacelar provinha da freguesia de

Domingos Angola serrador, 60 anos, 75\$000; Miguel Angola Candimba, 45 anos, oficial de ferreiro, 200\$000; Joaquim Angola cabouqueiro, 42 anos, 130\$000; André Angola cabouqueiro, 40 anos, 150\$000; Pedro Angola capineiro, 60 anos, 30\$000; e ainda Antônio Benguela serrador, Jose Guipamá Angola serrador, Pedro Angola serrador, Jacinto Cabunda serrador, Antônio Carioca Crioulo carreiro, Miguel Angola companheiro do dito carreiro, João Angola Velho carpinteiro, Damião Angola cabouqueiro e Joaquim servente. AHCSM. Inventários Avulsos – 1º ofício, caixa 1, código 6.

⁷³ AHCSM. Inventários – 1º ofício. Código 92, auto 1928.

⁷⁴ AHCSM. Inventários – 2º ofício. Código 89, auto 1923.

⁷⁵ AHCSM. Inventários – 2º ofício. Código 139, auto 2801.

⁷⁶ AHCSM. Inventários – 2º ofício. Código 89, auto 1926.

⁷⁷ “Extraído dos autos a que está apenso o original do testamento, Arquivo da Cúria de Mariana”. *Apud*. MARTINS, Judith. *Op. Cit.*, vol. 1, p. 76.

São Pedro de Cima, termo de Valadares, comarca de Valença, Arcebispado de Braga. Sebastião Martins da Costa era natural da freguesia de São Pedro, Arcebispado de Braga. Sebastião Pereira Leite, Freguesia de São Pedro de Alvinho Cabeceiras de Basto, Arcebispado de Braga, Comarca de Guimarães. Francisco Alves Quinta também de Portugal, natural e batizado na freguesia do Couto de São Miguel, termo da Ponte de Lima, Arcebispado de Braga. Assim, todos vieram do reino, com exceção de João Miguel Ferreira, natural da Comarca do Ouro Preto.

Com relação ao registro das cartas de exame e licenças para exercício do ofício, apenas Cosme Fernandes passou pelo exame no ofício de carpinteiro em 1739, sendo juízes Paulino Henriques e Manoel Martins Mendes.⁷⁸ Atuou como juiz do ofício em 1757⁷⁹ e 1778, tendo examinado o carpinteiro e arrematante Romão de Abreu.⁸⁰ Embora não se tenha localizado a carta de Sebastião Martins da Costa, o mesmo atuou como juiz do dito ofício de carpinteiro no ano de 1747.⁸¹ Já João Afonso figurou com a respectiva indicação do ofício de pedreiro no período de 1774 a 1802.⁸²

Quando se constata que não foram muitos os possíveis artesãos que alçaram um grande número de obras públicas, vê-se nesse fato a existência de um grupo privilegiado, mas não se pode constatar o pertencimento a corporações de ofícios ou o a confrarias específicas de ofícios mecânicos. Antes, depara-se nos testamentos com a filiação a importantes Ordens Terceiras e outras irmandades. Desse modo, José Pereira Arouca foi irmão da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Mariana e foi sepultado na respectiva capela.⁸³ João de Caldas Bacelar foi sepultado na Capela de Santa Ana, tendo declarado previamente que seu corpo deveria ser amortalhado no Hábito dos religiosos de São Francisco.⁸⁴

⁷⁸ AHCMM. Livro de Registro de Cartas de Exame e Licenças. Códice 146, fls. 17v-18.

⁷⁹ AHCMM. Livro de Registro de Cartas de Exame e Licenças. Códice 218, fls. 9-10.

⁸⁰ AHCMM. Livro de Registro de Cartas de Exame e Licenças. Códice 218, fls. 65-66.

⁸¹ AHCMM. Livro de Registro de Cartas de Exame e Licenças. Códice 146, fls. 66-68.

⁸² “Receita e despesa da Câmara de Vila Rica”. *Apud*. MARTINS, Judith. *Op. Cit.*, p. 339.

⁸³ *Ibidem*, p. 60.

⁸⁴ AHCSM. Inventários – 1º ofício. Códice 92. Auto 1928, fl. 11.

De forma semelhante, Cosme Fernandes Guimarães declarou ser “irmão terceiro da Venerável Ordem de São Francisco desta cidade” e que seu corpo seria da “Irmandade do Santíssimo Sacramento de Nossa Senhora da Conceição de quem sou irmão”.⁸⁵ Sebastião Pereira Leite, declarou sua intercessão “a virgem Nossa Senhora do Monte Carmo de quem sou seu Irmão Terceiro e já professo”.⁸⁶ Sebastião Martins da Costa também foi membro confesso da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo da Cidade de Mariana. O Capitão João Miguel Ferreira, também pertenceu à mesma Ordem Terceira, referida por ele como “a minha Irmandade do Carmo”,⁸⁷ também foi confrade da Irmandade do Santíssimo Sacramento. E Francisco Álvares Quinta confirmou o seu pertencimento à “Ordem Terceira do Carmo, Irmandade do Santíssimo desta Catedral e do Senhor dos Passos”.⁸⁸

Quanto à participação nas Ordens Terceiras do Carmo e São Francisco, nelas a admissão era mais seletiva que nas demais irmandades, porquanto dentre os irmãos terceiros estavam aqueles de camadas mais elevadas, sendo a composição de seu quadro social mais sofisticada.⁸⁹ Une-se esse fato à assertiva de que tais instituições, “a mais viva expressão social da capitania”,⁹⁰ serviram para além de somar as necessidades do espírito às do corpo, pois, embora tenham conferido assistência espiritual e material confraternalmente,⁹¹ serviram, principalmente, como um canal para inserção social. Em outras palavras, também funcionaram como um importante meio para que os empreiteiros mais abastados se representassem naquela sociedade, pois “participam da hierarquia concebida como natural, e, mais que dela participar, buscam evidenciá-la

⁸⁵ AHCSM. Livro de Registro de Testamentos. Códice 41, fls. 27v-30. Grifo nosso. Transcrição de Crislayne Alfagali, a quem agradeço imensamente.

⁸⁶ AHCSM. Livro de Registro de Testamentos. Códice 45, fls.160-163.

⁸⁷ AHCSM. Livro de registro de testamentos. Códice 19.

⁸⁸ AHCSM. Inventários – 2º ofício. Códice 89. Auto 1923.

⁸⁹ BOSCHI, Caio C. *Os Leigos e o Poder: Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

⁹⁰ DE SALLES, Fritz Teixeira. *Associações religiosas no ciclo do Ouro: introdução ao estudo do comportamento social das irmandades de Minas no Século XVIII*. Perspectiva, 2007, p. 180.

⁹¹ BOSCHI, Caio C. *Op. Cit.*, p. 12.

em sua aparência. É necessário aos grupos laborais mostrarem-se ao corpo social em sua posição dentro da convenção construída culturalmente e esperada socialmente.”⁹²

Diante do exposto, as arrematações não se configuraram como o único meio de inserção, ascensão e representação social, antes estavam inseridas em um circuito de possibilidades. Como observado, existiram recursos alçados por oficiais mecânicos, que almejavam se distinguir socialmente ou simplesmente despontar em um mercado consumidor de bens e serviços, marcado pelo peculiar alcance da escravidão, que conferiu novas nuances ao estigma chamado *defeito mecânico*.⁹³ Nesse entremeio de oportunidades também estiveram os arremates das rendas, as patentes militares, as associações leigas e as redes de sociabilidade. Pode-se, também, discorrer sobre outro interessante meio empreendido pelos agentes mais proeminentes desse grupo privilegiado: as práticas creditícias.

Aponta-se o empréstimo por crédito como mais um meio de distinção e participação nas redes de sociabilidade, bem como outra atividade muitíssimo lucrativa paralela aos contratos de construção junto ao Senado. O exemplo mais interessante é João de Caldas Bacelar, cuja listagem de dívidas ativas é impressionante, apresentando mais de 45 nomes de devedores em seu inventário *post-mortem*.⁹⁴ Em meio aos empréstimos, estavam aqueles realizados a outros arrematantes e também às pessoas de reconhecido prestígio, portadoras de patentes militares ou ligadas ao clero, tais como o Capitão José Rodrigues Durão, que foi oficial de Barrete na vereança de 1747, vereador em 1765, e também figurou entre os arrematantes de obras públicas. Também o Doutor Manoel Rodrigues Pacheco e Moraes, vereador em 1769. O Sargento-mor João Antônio Ro-

⁹² MENESES, José Newton Coelho. *Op. Cit.*, p. 13.

⁹³ A condição mecânica foi importante obstáculo à nobilitação no Antigo Regime. A noção de *defeito mecânico* refere-se ao preconceito que marcava a atividade manual: “o oficial mecânico nas sociedades de Antigo Regime é aquele indivíduo que tem atividade laboral essencial para a fundamentação da sociedade, mas que, por outro lado, possui um estatuto que o coloca em uma condição jurídica inferior ao da elite social, a nobreza, não assumindo posições e funções a ela destinadas”. MENESES, José Newton Coelho. *Op. Cit.*, p. 33.

⁹⁴ AHCSM. Inventários – 1º ofício. Códice 92, auto 1928.

drigues dos Santos, vereador em 1728. O Tenente Antônio Alves Torres, mestre ferreiro e arrematante em 1745. O Capitão-mor Antônio Alves Pereira, vereador em 1811.⁹⁵ Assim, os créditos realizados abarcam boa parcela de seu monte-mor, 14:199\$299 réis e meio. Algumas dívidas chamam a atenção por seu alto valor, como a contraída pelo Capitão Luiz Alves Caldas:

Uma escritura passada ao falecido pelo capitão Luiz Alves Caldas na nota do segundo Tabelião desta cidade no livro 61 a folhas 82 pela qual se constituiu o mesmo devedor ao dito falecido por segurança da qual hipotecou uma fazenda de terras de cultura e minerais e águas na freguesia de Catas Altas do mato dentro na quantia de 1:154\$189.⁹⁶

Também identifica-se a existência de empréstimos, em meio aos inventários de outros arrematantes. O Tenente Francisco Alvares Quinta constituiu entre seus devedores o Capitão Manoel Inácio Valadão (8\$062 réis e meio) - tesoureiro e procurador em 1805, vereador em 1810, vereador, tesoureiro interino e procurador interino em 1813, escrivão em 1814 e 1815, vereador em 1816, procurador em 1819 e vereador em 1823.⁹⁷ O Tenente Antônio José da Costa Pereira (50\$550 réis). Dr. João de Souza Barradas (16\$837 réis e meio), vereador em 1772, 1774, 1783, 1787 e 1796, juiz pela ordenação e vereador em 1801, e vereador em 1805, 1808 e 1810.⁹⁶ Dr. José dos Santos de Melo (15\$975 réis). Coronel Antônio Veloso de Miranda (300\$000 réis).⁹⁸ Já Sebastião Pereira Leite delineou dentre a sua rede de devedores ao Tenente Coronel João Batista dos Santos e Araújo (127\$500 réis). Em suma, essa prática propiciava o aumento de vínculos de solidariedade, bem como os distinguia em meio aos demais empreiteiros.

⁹⁵ Vereanças do século XVIII e XIX. In: CHAVES, Claudia M. das G. PIRES, Maria do Carmo. MAGALHÃES Sônia M. de (orgs.). *Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal*. Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2012.

⁹⁶ AHCSM. Inventários – 1º ofício. Códice 92, auto 1928.

⁹⁷ Vereanças do século XVIII e XIX. In: CHAVES, Claudia M. das G. PIRES, Maria do Carmo. MAGALHÃES Sônia M. de (orgs.). *Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal*. Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2012.

⁹⁸ AHCSM. Inventários – 2º ofício. Códice 139, Auto 2801.

Dentre o grupo hegemônico sobre os contratos de obras, alguns artifices exerceram cargos na Câmara e figuraram entre os *homens bons* do Senado: José Pereira Arouca foi tesoureiro da Câmara em 1780 e João de Caldas Bacelar eleito procurador nos anos de 1778 e 1783.⁹⁶ O Procurador era eleito segundo o mesmo sistema de pelouro dos vereadores e “colocava-se no patamar desses”.⁹⁹ Todavia, embora a função de tesoureiro não conferisse a mesma honra, um documento convida a atenção, especialmente pela referência feita ao Alferes José Pereira Arouca. No Termo de Acórdão e Câmara Geral realizado em 14 de Janeiro 1792, após a apresentação dos vereadores, lê-se que deveriam assinar o manuscrito: “todos os mais homens nobres, e bons da Republica abaixo assinados, que foram convocados para a presente conferência”.¹⁰⁰ Desse modo, terminado o Acórdão, seguem-se as devidas assinaturas, dentre as quais consta a de José Pereira Arouca, vistosa e com arabescos. Ou seja, mesmo tendo exercido o cargo de Tesoureiro cerca de 10 anos antes da confecção do documento, Arouca fora considerado como homem nobre pelos próprios *homens bons* da municipalidade.

Por fim, mediante os aspectos apresentados, apreende-se que, em meio aos sujeitos históricos localizados no limiar entre mácula mecânica e honra, alguns transpuseram essa linha, através do exercício de cargos na Câmara de Mariana.¹⁰¹ Esse aspecto contrasta com a legislação do período, posto que, de acordo com as leis portuguesas, a liderança local cabia às principais pessoas das câmaras, aos membros das mais antigas, nobres e ricas famílias. Assim sendo, entre os *homens bons* das localidades da América portuguesa, estariam excluídos os judeus, os oficiais mecânicos e os degredados.¹⁰² Conforme quer Maria Beatriz Nizza

⁹⁹ PIRES, Maria do Carmo. O Termo de Vila de Nossa Senhora do Carmo/Mariana e suas freguesias no século XVIII. In: CHAVES, C. M. das G.; PIRES, M. do C.; MAGALHÃES, S. M. de. (orgs.). *Op. Cit.*, p. 52.

¹⁰⁰ AHCM. Livro de Acórdãos e vereações. Códice 209, fl. 8.

¹⁰¹ Outros nomes presentes em meio aos arrematantes de obras públicas junto ao Senado da Câmara de Mariana também alçaram cargos na instituição: José Rodrigues Durão - Oficial de Barrete na vereança de 1747 e Vereador em 1765; José Antônio Cardoso - Vereador em 1736 e 1740; Teodósio Moreira da Cruz - Vereador em 1725.

¹⁰² GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Os homens da governança no Rio de Janeiro em fins do século

da Silva, a posse de escravos pelos oficiais mecânicos no Brasil poderia até eximi-los de trabalhar com as mãos, mas isso não significava que o mecânico “deixasse de ser considerado plebeu na Colônia, por muitos escravos que possuíssem”.¹⁰³ Contudo, como explicar os sucessos de artífices como Arouca e Bacelar no contexto colonial das Minas? Ou, ainda, a situação do guarda-mor João Gomes Pereira, homem nobre da governança, envolvido no arremate de obras? Poder-se-ia afirmar que, na porção luso-americana, o exercício de ofícios manuais estigmatizava seus executores como em Portugal?

Ainda há muito a ser pesquisado sobre o fazer cotidiano dos oficiais mecânicos nos trópicos, nas suas mais diversas construções: socioculturais, econômicas e políticas. Para a região de Mariana, considera-se que os elementos diferenciadores dos oficiais mecânicos se assentariam na posse de patentes militares, exercício de ofícios camarários, acesso às arrematações de obras públicas, arrematações das rendas, formação de redes sociais, acúmulo de fortunas, participação em importantes irmandades e Ordens Terceiras, exercício de outras atividades para além do trabalho mecânico, tais como os empréstimos.

XVIII e início do XIX. In: VIEIRA, A. *O Município no Mundo Português*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1998. Apud SILVA, Maria B. Nizza da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 2005, p. 22.

¹⁰³ *Ibidem*, p. 19.

ÍNDICE DAS CARTAS DE EXAME DE OFÍCIO (1737-1806)

Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana

*Crislayne Gloss Marão Alfagali
Kelly Eleutério Machado de Oliveira*

A prática legal dos oficiais mecânicos nas Minas Setecentistas era concedida pela Câmara. O registro da carta de exame representava o fim de um processo de reconhecimento da aptidão e autorização do governo local para o exercício da atividade mecânica na municipalidade. O artífice solicitava exame a Câmara; juiz e escrivão de ofício correspondentes avaliavam as habilidades do candidato; se aprovado, seguia-se a confirmação da carta de exame em reunião plenária, registrada em livro na presença dos camaristas (juiz, vereadores e procurador).

O Índice produzido reúne as informações trazidas nos Livros de Registros das Cartas de Exame de Ofício do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana.

Compreende o período de 1737 a 1806. Foram consultados os códices 146, 218 e 381. O instrumento de pesquisa permite acessar:

- A) CÓDICE E FOLHAS;
- B) OFICIAL MECÂNICO;
- C) OFÍCIO;
- D) LOCALIZAÇÃO: que se refere à moradia do oficial ou local onde ocorreu o registro da carta de exame, caso o primeiro item não conste;
- E) OBSERVAÇÕES: campo no qual constam variadas informações como as funções exercidas pelo oficial, naturalidade e exames anteriores;
- F) EXAMINADORES, nomes dos que avaliaram/confirmaram a perícia dos oficiais. Nem sempre as fontes documentais trazem a função específica exercida pelos examinadores (juiz de ofício, escrivão e/ou oficiais da Câmara)

ÍNDICE DAS CARTAS DE EXAME DE OFÍCIO (1737-1806)

CÓDICE	FOLHAS	OFICIAL MECÂNICO	OFÍCIO	ANO	LOCALIZAÇÃO (MORADIA)	OBSERVAÇÕES	EXAMINADORES
146	1 e 2	João Gonçalves	ferreiro	1737	Sumidouro		Antônio de Araújo e Lucas Ferreira
146	2 e 3	João Carneiro Ferreira	carpinteiro	1737	Vila de Nossa Senhora do Carmo		Pedro da Rocha e Pedro Machado
146	3 e 4	João de Azevedo de Carvalho	carpinteiro	1737	Brumado		Pedro da Rocha e Pedro Machado
146	4 e 5	José de Sousa Bedrã	carpinteiro	1738	Passagem		Pedro da Rocha e Pedro Machado
146	5 e 6	Manoel Moreira	ferreiro	1738	Morro de Santa Ana		Narciso Francisco e Manoel Vieira Passos
146	6 e 7	Francisco Xavier da Cruz	ferrador e alveitar	1738	Vila de Nossa Senhora do Carmo		Manoel Da Silva Rocha
146	7 e 8	Manoel Moreira	alfiate	1738	São Sebastião		Pedro Pinto e Manoel Coelho
146	8 e 9	Manoel da Cunha	ferreiro e serralheiro	1738	Freguesia de Beyros (Comarca de Esqueyra)		João Gonçalves da Câmara Coutinho

ÍNDICE DAS CARTAS DE EXAME DE OFÍCIO (1737-1806)

CÓDICE	FOI HAS	OFICIAL MECÂNICO	OFÍCIO	ANO	LOCALIZAÇÃO (MORADIA)	OBSERVAÇÕES	EXAMINADORES
146	9 e 10	João Francisco	alfaiate	1738	Freguesia de São Murilo	natural do Bispado de Lamego e batizado na Freguesia de São José	Vicente Pereira da Fonseca e Felipe Rodrigues Santiago
146	10 e 11	Pedro Machado	carpinteiro	1738	Vila de Nossa Senhora do Carmo		Antônio Ferreira Frade e Manoel Rodrigues
146	11 e 11v	Salvador Ferreira Cruz	alfaiate	1738	Vila de Nossa Senhora do Carmo		Manoel Oliveira Serra e Salvador Ferreira Cruz
146	12 e 12v	Antônio Martins Cortes	carpinteiro	1738	Vila de Nossa Senhora do Carmo		Antônio Ferreira Frade e Manoel Rodrigues
146	12v e 13	Manoel Gonçalves da Cruz	sapateiro	1739	Vila de Nossa Senhora do Carmo		Antônio Fernandes de Faria
146	13 e 13v	Agostinho Lopes de Azevedo	ofício de ouro e prata	1739	Vila de Nossa Senhora do Carmo		Manoel Carneiro Furtado e Manoel Carneiro de Lima

ÍNDICE DAS CARTAS DE EXAME DE OFÍCIO (1737-1806)

CÓDICE	FOLHAS	OFICIAL MECÂNICO	OFÍCIO	ANO	LOCALIZAÇÃO (MORADIA)	OBSERVAÇÕES	EXAMINADORES
146	14 e 14v	Antônio Rodrigues	ferrador e alveitar	1739	Vila de Nossa Senhora do Carmo		João Gonçalves da Câmara Coutinho
146	14v e 15v	Pedro Mendes	alfaiate	1739	Vila de Nossa Senhora do Carmo		Doutor Agostinho Pacheco Telles
146	15v e 16	Luis Alves da Gama	alfaiate	1739	Vila de Nossa Senhora do Carmo		Francisco dos Santos Lisboa
146	16 e 16v	Custódio Coelho da Silva	carpinteiro	1739	Vila de Nossa Senhora do Carmo		Paulino Henriques e Manoel Alves Mendes
146	17 e 17v	Paulo da Silva e Sousa	ferrador	1739	Cachoeira		Manoel Marques
146	17v e 18	Cosme Fernandes	carpinteiro	1739	Vila de Nossa Senhora do Carmo		Paulino Henriques e Manoel Martins Mendes
146	18 e 18v	Manoel Alves	ourives	1740	Vila de Nossa Senhora do Carmo		Domingos Ferreira Sousa
146	18v e 19	Manoel Ramos	sapateiro	1740	Vila de Nossa Senhora do Carmo		Manoel Antônio Monteiro e Francisco João

ÍNDICE DAS CARTAS DE EXAME DE OFÍCIO (1737-1806)

CÓDICE	FOI HAS	OFICIAL MECÂNICO	OFÍCIO	ANO	LOCALIZAÇÃO (MORADIA)	OBSERVAÇÕES	EXAMINADORES
146	19v	João de Miranda	ferreiro	1740	Vila de Nossa Senhora do Carmo		Antônio Francisco
146	20 e 20v	Luis Cardoso	sapateiro	1740	Vila de Nossa Senhora do Carmo		Tiago Rodrigues
146	20v e 21	Antônio Pinto	sapateiro	1740	Vila de Nossa Senhora do Carmo		Tiago Rodrigues
146	21v e 22v	Antônio Moraes Preto	ferrador e alveitar	1740	Vila de Nossa Senhora do Carmo	escravo de Antônio de Amorim Alves e de nação Benguela	José da Fonseca Costa
146	22v-24	José Carvalho [Sezim-bra]	ferrador e alveitar	1740	Vila de Nossa Senhora do Carmo		José da Fonseca Costa
146	24-25	Manoel Pinto	ferrador e alveitar	1741	Vila de Nossa Senhora do Carmo		José da Fonseca Costa

ÍNDICE DAS CARTAS DE EXAME DE OFÍCIO (1737-1806)

CÓDICE	FOLHAS	OFICIAL MECÂNICO	OFÍCIO	ANO	LOCALIZAÇÃO (MORADIA)	OBSERVAÇÕES	EXAMINADORES
146	25-26	José Martins	ferrador e alveitar	1741	Vila de Nossa Senhora do Carmo		José da Fonseca Costa
146	26v-27	Alvaro Luis	ferrador e alveitar	1741	Vila de Nossa Senhora do Carmo		José da Fonseca Costa
146	27v-28	Manoel Pereira da Silva	carpinteiro	1741	Vila de Nossa Senhora do Carmo		João Ferreira e João André
146	29v-30 e 30v	José Antônio Coimbra	ferrador e alveitar	1741	Furquim		José da Fonseca Costa
146	30v-31e 31v	Francisco de Sousa Freire	sapateiro	1742	Passagem		João Monteiro e Manoel Soares
146	31v-33	Bento Machado	alfiate	1742	Vila de Nossa Senhora do Carmo		n/c
146	33-34 e 35	Antônio Martins	alfiate	1742	Vila de Nossa Senhora do Carmo		Manoel Ferreira de Amorim [Medema]
146	35-36	Domingos Ferreira	sapateiro	1742	Vila de Nossa Senhora do Carmo		Domingos Francisco, João Marques e Manoel [Vieira]

ÍNDICE DAS CARTAS DE EXAME DE OFÍCIO (1737-1806)

CÓDICE	FOI HAS	OFICIAL MECÂNICO	OFÍCIO	ANO	LOCALIZAÇÃO (MORADIA)	OBSERVAÇÕES	EXAMINADORES
146	36-36v	Matias Nunes	sapateiro	1743	Vila de Nossa Senhora do Carmo		Manoel Ramos Cordeiro
146	37-37v	João Lopes	alfaiate	1743	Vila de Nossa Senhora do Carmo		Vitorino da Silva Morais e José Gomes Duarte
146	37v-38v	José da Cunha Campos	ourives	1743	Vila de Nossa Senhora do Carmo		José de Araujo de Azevedo
146	38v-39v	Francisco Xavier da Costa	ourives	1743	Vila de Nossa Senhora do Carmo		José de Araujo de Azevedo
146	39v-40	José de Sousa Teixeira	alfaiate	1743	Vila de Nossa Senhora do Carmo		Francisco dos Santos Lisboa
146	40v-41	Antônio Ribeiro Pereira	alfaiate	1743	Vila de Nossa Senhora do Carmo		Francisco da Silva e Manoel Vieira Serra
146	41-42	José de Abreu Fialho	alfaiate	1743	Vila de Nossa Senhora do Carmo	Natural do bispado de Coimbra. Carta passada em Vila Rica	Domingos Ferreira Simões Vale e Guilherme Ribeiro Gomes

ÍNDICE DAS CARTAS DE EXAME DE OFÍCIO (1737-1806)

CÓDICE	FOLHAS	OFICIAL MECÂNICO	OFÍCIO	ANO	LOCALIZAÇÃO (MORADIA)	OBSERVAÇÕES	EXAMINADORES
146	42-43v	Caetano Nogueira da Costa	ourives	1743	Vila de Nossa Senhora do Carmo		José de Araujo de Azevedo
146	43v-44v	António Lopes Barrozo	alfaiate	1744	Vila de Nossa Senhora do Carmo		Francisco da Silva
146	44v-45v	Valentim Pereira Soares	sapateiro	1744	Vila de Nossa Senhora do Carmo		Pantaleão Pereira e João Correia
146	45v-47	Francisco Pinto Machado	ferrador e alveitar	1744	Vila de Nossa Senhora do Carmo	homem crioulo forro	José da Fonseca Costa
146	47-48	José Martins Vieira	ferrador e alveitar	1744	Vila de Nossa Senhora do Carmo		José da Fonseca Costa
146	48-49v	Pedro de Almeida e Faria	ferrador e alveitar	1744	Vila de Nossa Senhora do Carmo		José da Fonseca
146	49v-51	Simão Preto	ferrador e alveitar	1744	Vila de Nossa Senhora do Carmo	de nação mina escravo do coronel Caetano Alves Rodrigues	José da Fonseca Costa

ÍNDICE DAS CARTAS DE EXAME DE OFÍCIO (1737-1806)

CÓDICE	FOI HAS	OFICIAL MECÂNICO	OFÍCIO	ANO	LOCALIZAÇÃO (MORADIA)	OBSERVAÇÕES	EXAMINADORES
146	51-52v	José Luis de Almeida	ferrador e alveitar	1744	Vila de Nossa Senhora do Carmo		José da Fonseca Costa
146	52v-53v	Domingo Pereira Guimarães	ferrador e alveitar	1744	Vila de Nossa Senhora do Carmo		José da Fonseca Costa
146	54-55	José de Sousa	alfaiate	1744	Catas Altas		Caetano Pereira
146	55-56v	Manoel Leite Bracamonte	alfaiate	1744	Catas Altas		Caetano Pereira
146	56v-57v	José Custodio Machado	alfaiate	1745	Cidade de Mariana		Caetano Pereira
146	58-59	Caetano Pereira	alfaiate	1745	Cidade de Mariana		José Custódio Machado
146	59-60v	Eugenio Luis da Silva	ferreiro	1746	Arraial da Passagem		Manoel da Cunha Lima
146	60v-62	Manoel Vieira Serra	alfaiate	1746	Arraial da Passagem	Foi examinado de seu ofício na cidade do Rio de Janeiro	Domingos Ferreira Chaves e Clemente Reis [de Agonte]

ÍNDICE DAS CARTAS DE EXAME DE OFÍCIO (1737-1806)

CÓDICE	FOLHAS	OFICIAL MECÂNICO	OFÍCIO	ANO	LOCALIZAÇÃO (MORADIA)	OBSERVAÇÕES	EXAMINADORES
146	62v-63v	Francisco da Silva Zagardo	alfaiate	1747	Cidade de Mariana		José Custódio Machado
146	63v-64v	Pedro Martins de Carvalho	alfaiate	1747	Cidade de Mariana		José Custódio Machado
146	64v-66	Narciso Francisco	ferreiro	1747	Cidade de Mariana		Manoel Soares e Antônio João
146	66-68	Antônio Fernandes	carpinteiro	1747	Cidade de Mariana		Sebastião Martins da Costa
146	68-69v	Hieronymo Alves de Carvalho	ferrador e alveitar	1747	Cidade de Mariana		Jacinto de Sousa Novais
146	69v-71	Francisco Mendes de Araujo	ferreiro	1747	Passagem		João Alves Ferreira Muncão e Bento Rodrigues
146	71-72	José Alves de Almeida	ferreiro	1747	Passagem		João Alves Ferreira Muncão e Bento Rodrigues
146	72-73v	Francisco Xavier de Miranda	ferrador e alveitar	1747	Cidade de Mariana		Jacinto de Sousa Novais
146	73v-75	José Francisco Dias	sapateiro	1748	Cidade de Mariana		Bartolomeu Moreira da Costa
146	75-77	Manoel Henrique Ribeiro	ferreiro	1748	Sumidouro		João Alves Ferreira Muncão e Bento Rodrigues
146	77-78	Manoel Jorge Carvalho	ferrador e alveitar	1748	Cidade de Mariana		Jacinto de Sousa Novais

ÍNDICE DAS CARTAS DE EXAME DE OFÍCIO (1737-1806)

CÓDICE	FOI HAS	OFICIAL MECÂNICO	OFÍCIO	ANO	LOCALIZAÇÃO (MORADIA)	OBSERVAÇÕES	EXAMINADORES
146	78-79v	Domingos Carvalho de Araujo	ferreiro	1748	Cidade de Mariana		João Alves Ferreira Muncão e Bento Rodrigues de Oliveira
146	79v-80v	Manoel Soares	ferreiro	1748	Bacalhao/Freguesia de Guarapiranga		João Alves Muncão e Bento Rodrigues Ferreira
146	80v-82	Tomás Dias	ferreiro	1748	Furquim		João Alves Ferreira Muncão e Bento Rodrigues de Oliveira
146	82-83v	José de Araujo	ferrador e alveitar	1748	Passagem	preto forro	Jacinto de Sousa Novais
146	83v-85	Antônio de Araujo de Carvalho	ferreiro	1748	São Sebastião		João Alves Ferreira Muncão e Bento Rodrigues
146	85-86v	Raimundo Antônio	alfiate	1749	Cidade de Mariana		Bento José Quaresma e Domingos Pires
146	86v-88	Julião de Palma	alfiate	1749	Cidade de Mariana		Antônio Freire e Domingos Gomes Lisboa
146	88-89v	José Fernandes Carreiros	sapateiro	1749	Camargos		Francisco Monteiro Silva
146	89v-90v	Antônio João da Silva	ferreiro	1749	Passagem		José Rodrigues e Francisco Xavier de Miranda

ÍNDICE DAS CARTAS DE EXAME DE OFÍCIO (1737-1806)

CÓDICE	FOLHAS	OFICIAL MECÂNICO	OFÍCIO	ANO	LOCALIZAÇÃO (MORADIA)	OBSERVAÇÕES	EXAMINADORES
146	91-92	José Vidal de Sousa	ourives	1749	Passagem		Matias Rodrigues Lima
146	92v-94	Manoel José de Andrade	cirurgião	1749	Cidade de Mariana	natural do lugar de Luzo, termo da Vácaria, comarca de Coimbra	Francisco Xavier Leitão (Doutor, Cirurgião-mor do Reino) e Estevão Glardo
146	94v-95v	António Mendes de Afonseca	alfaiate	1749	Passagem		Raimundo António
146	95v-97	Manoel Ferreira Lages	ourives	1749	Passagem		Matias Rodrigues Lima
146	97v-98v	João Facundo Rodrigues	ferreiro	1749	São Sebastião		João Alves Ferreira Muncão Bento Rodrigues de Oliveira
146	99-100	Alexandre de Abreu Pereira	sapateiro	1749	Passagem		Francisco Monteiro Silva
146	100v-101v	Caetano José de Araujo	ourives	1749	Catas Altas		Matias Rodrigues Lima
146	101v-102v	Claudio Ferreira da Costa	ourives	1749	Catas Altas		Matias Rodrigues Lima
146	102v-104	Francisco Nogueira Campos	ourives	1749	Catas Altas		Matias Rodrigues Lima

ÍNDICE DAS CARTAS DE EXAME DE OFÍCIO (1737-1806)

CÓDICE	FOI HAS	OFICIAL MECÂNICO	OFÍCIO	ANO	LOCALIZAÇÃO (MORADIA)	OBSERVAÇÕES	EXAMINADORES
146	104-105v	Manoel da Silva	sapateiro	1750	Cidade de Mariana		Antônio Pinto Ferreira
146	105v-107	Caetano Ribeiro da Silva	seleiro	1750	São Sebastião	Carta passada em Vila Nova da Rainha do Caete	Felipe da Costa Guimarães
146	107-108	Cristovão Pereira (preto forro)	ferrador e alveitar	1750	Cidade de Mariana		Manoel de Magalhães
146	108-109v	Antônio José Pereira	serralheiro	1750	Cidade de Mariana	Carta passada em Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar	Gonçalo Brandão da Costa
146	109v-111	João Teixeira	sapateiro	1750	Cidade de Mariana	Carta passada na Cidade do Porto	Antônio de Oliveira, Melquior Mendes e João Pereira
146	111-112	João Alves Ferreira [Munção]	ferreiro	1750	Furquim		Antônio Francisco da Silva e Eugênio Luis da Silva
146	112v-113v	João Alves Fernandes do Vale	sapateiro	1750	Cidade de Mariana		Antônio dos Reis Lisboa e Manoel Gomes
146	113v-114v	João das Neves	ferreiro	1750	Morro de Santa Ana		Antônio Francisco e Eugênio Luis da Silva

ÍNDICE DAS CARTAS DE EXAME DE OFÍCIO (1737-1806)

CÓDICE	FOLHAS	OFICIAL MECÂNICO	OFÍCIO	ANO	LOCALIZAÇÃO (MORADIA)	OBSERVAÇÕES	EXAMINADORES
146	114v-115v	Paulo da Costa Ribeiro (crioulo forro)	sapateiro	1750	Cidade de Mariana		Antônio Pinto Ferreira e Francisco Monteiro Silva
146	116-117	Manoel Borges da Cruz	ourives	1750	Catas Altas		Matias Rodrigues Lima
146	117-118	Agostinho Ferreira	ferreiro	1750	Passagem	Carta passada em Vila Rica	Manoel de Sousa Portugal e Antônio Francisco de Sousa
146	118-120v	Antônio Nogueira de Carvalho	carpinteiro	1750	Passagem		João Francisco
146	120v-122	Domingos de Sousa Silva	carpinteiro	1750	São Sebastião		João Francisco
146	122-123	Antônio Silveira Gomes	sapateiro	1751	Batalal - Freguesia do Sumidouro		Antônio dos Reis Lisboa
146	123v-124v	Manoel Fernandes dos Santos	ferreiro	1751	Passagem		Antônio Francisco
146	124v-125v	Custódio Fernandes dos Santos	ferreiro	1751	Cidade de Mariana		Antônio Francisco e Eugênio Luis da Silva
146	125v-126v	José Rodrigues de Aguiar	ferreiro	1751	Cidade de Mariana		Antônio Francisco e Eugênio Luis da Silva

ÍNDICE DAS CARTAS DE EXAME DE OFÍCIO (1737-1806)

CÓDICE	FOI HAS	OFICIAL MECÂNICO	OFÍCIO	ANO	LOCALIZAÇÃO (MORADIA)	OBSERVAÇÕES	EXAMINADORES
146	127-128	Matias da Costa Soares	pedreiro	1751	Cidade de Mariana		Manoel da Silva de Queiroz
146	128-129	José Gonçalves Par-dela	sapateiro	1751	Cidade de Mariana		Antônio dos Reis Lisboa e Manoel Gomes
146	129-130	Francisco Dias Braga	ferreiro	1751	Guarapiranga		Antônio Francisco da Silva e Eugênio Luis da Silva
146	130v-131v	Roque José Dias	ourives	1751	Cidade de Mariana		José Alves [Ripado]
146	131v-133	Hieronimo Ferreira da Silva	sapateiro	1751	Passagem		Antônio Pereira da Silva e Manoel Alves Lopes
146	133-134	Rodrigo de Brum	ourives	1751	Cidade de Mariana		José Alves [Ripado]
146	134-135	Manoel Luis da Cunha	pedreiro	1751	Cidade de Mariana		José Antônio Gonçalves
146	135-136	José Moreira de Matos	pedreiro	1751	Cidade de Mariana		José Antônio Gonçalves
146	136v-137v	Francisco Rodrigues do Amaral	sapateiro	1751	Cidade de Mariana		Antônio dos Reis Lisboa e Manoel Gomes
146	137v-138v	Cristovão Ribeiro	ferrador	1751	São Caetano		João Gonçalves da Câmara Coutinho

ÍNDICE DAS CARTAS DE EXAME DE OFÍCIO (1737-1806)

CÓDICE	FOLHAS	OFICIAL MECÂNICO	OFÍCIO	ANO	LOCALIZAÇÃO (MORADIA)	OBSERVAÇÕES	EXAMINADORES
146	138v-139v	Antônio Gonçalves de Oliveira	ferrador e alveitar	1751	São Caetano		Hieronimo Alves de Carvalho
146	139v-140v	Antônio Ferreira Velho	sapateiro	1751	Furquim		Manoel Carvalho Pereira
146	141-142	Joaquim Correia de Crasto	sapateiro	1752	Cidade de Mariana		Manoel Carvalho Pereira
146	142-143v	Antônio Ribeiro	sapateiro	1752	Cidade de Mariana		Manoel Carvalho Pereira
146	143v-144v	José das Neves dos Santos	ferreiro	1752	Morro de Senhora Santana		João Alves Muncão e Domingos de Araujo
146	144v-146	Antônio José Ribeiro	ferreiro	1752	Sumidouro		João Alves Ferreira Muncão
146	146-147	Manoel Francisco da Rocha	ferreiro	1752	Pinheiro		João Alves Ferreira Muncão e Domingos de Araujo
146	147-148	Antônio Luis Pereira	ferrador e alveitar	1752	Cachoeira do Brumado		Hieronimo Alves de Carvalho
146	148-149v	João Soares da Costa	sapateiro	1752	Cidade de Mariana		Manoel Teixeira [Vilela] e Pedro Gomes da Costa
146	149v-150v	Salvador Rodrigues de Oliveira	ferreiro	1752	Bento Rodrigues		João Alves Ferreira Muncão e Domingos de Araujo

ÍNDICE DAS CARTAS DE EXAME DE OFÍCIO (1737-1806)

CÓDICE	FOI HAS	OFICIAL MECÂNICO	OFÍCIO	ANO	LOCALIZAÇÃO (MORADIA)	OBSERVAÇÕES	EXAMINADORES
146	150v-151v	Mateus Ferreira Coelho	ferreiro	1752	Cidade de Mariana		João Alves Ferreira Muncão e Domingos de Araujo
146	152-153	Atamarco Ribeiro Calado	ferrador e alveitar	1752	Bento Rodrigues		Hieronimo Alves de Carvalho
146	153-154	Manoel Loureiro de Barros	ferreiro	1752	Passagem		João Alves Ferreira Muncão e Domingos de Araujo
146	154v-155v	Domingos Barbosa Pilar	ferrador e alveitar	1752	Camargos		Hieronimo Alves de Carvalho
146	155v-156v	Domingos Ferreira de Niz	ferreiro	1752	Cidade de Mariana		Tomas Dias da Mota
146	156v-157v	Bonifacio Coelho de Sousa	ferrador e alveitar	1741	Cidade de Mariana		João Gonçalves da Câmara Coutinho
146	157v-159	João Carvalho de Ciqueira	ferrador e alveitar	1752	Catas Altas		Hieronimo Alves de Carvalho
146	159-159v	Manoel Carvalho Petreia	sapateiro	1752	Cidade de Mariana		José Gonçalves [Pardeha] e Antônio Ribeiro Real
146	160-161	José Alves dos Santos	sapateiro	1753	Cidade de Mariana		Tiago Rodrigues
146	161-162v	Antônio Alves Faria	ferreiro	1753	São José da Barra Longa		Antônio Francisco da Silva e João de Miranda

ÍNDICE DAS CARTAS DE EXAME DE OFÍCIO (1737-1806)

CÓDICE	FOLHAS	OFICIAL MECÂNICO	OFÍCIO	ANO	LOCALIZAÇÃO (MORADIA)	OBSERVAÇÕES	EXAMINADORES
146	162v-164	Manoel Coelho Ferreira	sapateiro	1753	Cidade de Mariana		José Alves dos Santos
146	164-165	Manoel Cristovão	sapateiro	1753	Cidade de Mariana		Lucas Dias e Manoel Rodrigues da Cruz
146	165-166	José da Costa Vieira	ferreiro	1753	Catas Altas		Lucas Ferreira
146	166v-167	Manoel Leitão da Costa	alfaiate	1753	Cidade de Mariana		Raimundo Antônio Gil
146	167v-168	Manoel da Silva de Masarellos	alfaiate	1754	Cidade de Mariana		José Ferreira e Manoel Pinto
146	168-172v	Manoel Fernandes Guimarães	sapateiro	1754	Cidade de Mariana	Carta passada na Freguesia de Sampato, Vila de Guimarães	José de Vas Concelos e Alvim (Juiz de Fora)
146	172v-174	Luis Duarte	sapateiro	1754	Cidade de Mariana		José Alves dos Santos
146	174-175	Pedro Rodrigues da Costa (preto forro)	sapateiro	1754	Cidade de Mariana		José Alves dos Santos e João Alves Fernandes do Vale
146	175-176v	João de Bessa	ferreiro	1754	Morro de Santa Ana		Antônio Francisco da Silva e Narciso Francisco

ÍNDICE DAS CARTAS DE EXAME DE OFÍCIO (1737-1806)

CÓDICE	FOI HAS	OFICIAL MECÂNICO	OFÍCIO	ANO	LOCALIZAÇÃO (MORADIA)	OBSERVAÇÕES	EXAMINADORES
146	176v-177v	Francisco José de Freitas Guimarães	ferreiro	1754	Freguesia de Nossa Senhora do Monte Carmo desta cidade		António Francisco da Silva e Narciso Francisco
146	177v-178v	Francisco Martins Silva	sapateiro	1754	Pinheiro		José Alves dos Santos e João Alves Fernandes do Vale
146	179-180v	José Soares Monteiro	pedreiro e canteiro	1754	Cidade de Mariana	Carta passada em Coimbra	Francisco Cardoso e Francisco Fernandes
146	181-182	Manoel Alves dos Santos	ferreiro	1754	São Sebastião		António Francisco da Silva e Narciso Francisco
146	182-183	José Fernandes da Silva	alfaiate	1754	Cidade de Mariana		José Francisco Lisboa
146	183-184v	Manoel de Faria Pinto	alfaiate	1754	Cidade de Mariana	Carta passada em Vila Rica	Manoel Correia Borges e Manoel Gonçalves Barbosa
146	184v-185	António Gonçalves Soares	alfaiate	1754	Cidade de Mariana		José Francisco Lisboa
146	185-187	José Gonçalves	sapateiro	1754	Cidade de Mariana	Carta passada na Vila do Conde	[Aquilão] de Oliveira Carneiro (Sargento-mor)
146	187v-188	Marcos Ribeiro	alfaiate	1755	Cidade de Mariana		José Francisco Lisboa

ÍNDICE DAS CARTAS DE EXAME DE OFÍCIO (1737-1806)

CÓDICE	FOLHAS	OFICIAL MECÂNICO	OFÍCIO	ANO	LOCALIZAÇÃO (MORADIA)	OBSERVAÇÕES	EXAMINADORES
146	188-189	João Ferreira da Rocha	sapateiro	1755	Cidade de Mariana		José Alves dos Santos e João Alves Fernandes do Vale
146	189-190	Luis de Almeida Pimentel	sapateiro	1755	Cidade de Mariana		João Alves Fernandes do Vale
146	190-191	Antônio dos Reis Lisboa	sapateiro	1755	Cidade de Mariana		José Alves, José Santos e João Alves Fernandes do Vale
146	191-191v	Teodosio Soares Ferreira	alfaiate	1755	Cidade de Mariana		José Francisco Lisboa e Caetano Pereira
146	192-192v	José Ferreira de Sousa	alfaiate	1755	Cidade de Mariana		José Francisco Lisboa e Caetano Pereira
146	192v-193v	Manoel Rodrigues	alfaiate	1755	Cidade de Mariana		José Francisco Lisboa
146	193v-194v	Alexandre Teixeira de Carvalho	alfaiate	1755	Cidade de Mariana		José Francisco Lisboa e Caetano Pereira
146	194v-196	Manoel Carvalho	carpinteiro	1755	Cidade de Mariana	Carta passada no Conselho de Cerva	Antônio Marques do Barreiro
146	196-197	Bernardo Rodrigues do Espírito Santo	sapateiro	1755	Cidade de Mariana		José Alves dos Santos e João Alves Fernandes do Vale

ÍNDICE DAS CARTAS DE EXAME DE OFÍCIO (1737-1806)

CÓDICE	FOI HAS	OFICIAL MECÂNICO	OFÍCIO	ANO	LOCALIZAÇÃO (MORADIA)	OBSERVAÇÕES	EXAMINADORES
146	197-198	Felipe Correia	sapateiro	1755	Cidade de Mariana	Carta passada na Vila de Santo Antônio do Recife, Capitania de Pernambuco	José Gonçalves de Azevedo e Manoel da Lima Cabral
146	198-199	João Gonçalves Pardellas	pedreiro	1755	Cidade de Mariana		Antônio Ribeiro dos Santos e Domingos Afonso
146	199-200	Francisco Domingues Espinhosa	pedreiro	1755	Cidade de Mariana		Antônio Ribeiro dos Santos e Domingos Afonso
146	200	Manoel Ferreira Luis	sapateiro	1756	Passagem		Antônio Pinto Pereira e Manoel Coelho Ferreira
218	1-1v	Vitoriano Luis da Silva	ferreiro	1756	Mariana		José Rodrigues de Aguiar
218	2-2v	João Rodrigues	ferreiro	1756	Mariana		José Rodrigues de Aguiar
218	2v-3v	Manoel do Vale	sapateiro	1756	Mariana		Antônio Pinto Ferreira e Manoel Coelho Ferreira
218	3v-4	Constantino de Faria Mares	alfaiate	1756	Mariana	Carta passada na Cidade do Porto	Domingos de Meireles Reis e Manoel Martins dos Santos
218	4 e 5	Vicente Soares da Costa	pedreiro	1756	Mariana		Bento Marinho de Araujo e Lucas Rodrigues Neiva

ÍNDICE DAS CARTAS DE EXAME DE OFÍCIO (1737-1806)

CÓDICE	FOLHAS	OFICIAL MECÂNICO	OFÍCIO	ANO	LOCALIZAÇÃO (MORADIA)	OBSERVAÇÕES	EXAMINADORES
218	5 e 6	José Barbosa	pedreiro	1756	Mariana		Bento Marinho de Araujo e Lucas Rodrigues Neiva
218	6 e 7	Manoel de Magalhães Queiros	ferrador	1756	Mariana		Manoel Da Silva Rocha
218	7-7v	Joquim Gonçalves Darcas	pedreiro	1757	Mariana		Bento Marinho de Araujo e Lucas Rodrigues Neiva
218	7v-8	Antônio da Silva Lima	alfaiate	1757	Mariana		José Francisco Lisboa
218	8-8v	Manoel Francisco da Silva	alfaiate	1757	Mariana		João Francisco Rodrigues, Francisco Alvares Pereira e Manoel de Barros da Silva
218	8v-9	Manoel da Silva da Fonseca	alfaiate	1757	Mariana		José Francisco Lisboa e Caetano Pereira
218	f.9-10	Marcos Fernandes da Silva	carpinteiro	1757	Mariana		Cosme Fernandes Guimaraes
218	10-10v	José Ribeiro de Castro	ferreiro	1757	Mariana		José Rodrigues de Aguiar e Agostinho Ferreira
	10v-11	José Antônio da Silva	sapateiro	1757	Mariana		Manoel Cristovão Marques e Manoel Ferreira Luis
218	f.11-12	João Marques Pimenta	sapateiro	1757	Mariana		Manoel Cristovão Marques e Manoel Ferreira Luis
218	12-12v	João Mendes Basto	carpinteiro	1757	Mariana		Antônio Fernandes

ÍNDICE DAS CARTAS DE EXAME DE OFÍCIO (1737-1806)

CÓDICE	FOI HAS	OFICIAL MECÂNICO	OFÍCIO	ANO	LOCALIZAÇÃO (MORADIA)	OBSERVAÇÕES	EXAMINADORES
218	12v-13v	José Fernandes da Cunha	ferrador e alveitar	1757	Mariana		Caetano Martins Esteves
218	13v-14v	Teotónio Carvalho de Oliveria	ferrador e alveitar	1757	Passagem		Caetano Martins Esteves
218	14v-15	Jacinto Vieira da Silva	ferrador e alveitar	1757	Passagem		João Gonçalves da Câmara Coutinho
218	15-15v	Francisco Correia de Camargos	ferrador e alveitar	1758	Mariana		Caetano Martins Esteves
218	16-16v	João Francisco da Silva	ferreiro	1758	Mariana		José Rodrigues de Aguiar
218	16v-17v	Manoel Ribeiro de Carvalho	ferrador e alveitar	1758	Mariana		António Pinto Carneiro
218	17v-18v	Alexandre Reis [Lopes]	sapateiro	1759	Vila Rica		Manoel Lopes Aguiar, Manoel de Barros Barbosa
218	18v-19	Francisco Rodrigues dos Santos	ferreiro	1759	Mariana		n/c
218	19v-20	Manoel Antunes Ferreira	ferrador	1759	Furquim		Caetano Martins Esteves
218	20-21	António Ferreira da Silva	alfiate	1759	Mariana		João Gonçalves de Carvalho e Francisco [de Sousa]
218	21-21v	Luis António Pereira	sapateiro	1759	Mariana		José da Silva e Manoel do Vale

ÍNDICE DAS CARTAS DE EXAME DE OFÍCIO (1737-1806)

CÓDICE	FOLHAS	OFICIAL MECÂNICO	OFÍCIO	ANO	LOCALIZAÇÃO (MORADIA)	OBSERVAÇÕES	EXAMINADORES
218	22-23	Antônio José Barbosa	alfaiate	1759	Mariana	Carta passada no Termo da Vila de Castelo de Lanhoso	Antônio Vieira Rimalho
218	23-24	José Marques Pimenta	sapateiro	1759	Mariana		Antônio José da Silva e Manoel do Vale
218	24-24v	José de Sousa Caldas	sapateiro	1759	Mariana		Antônio José da Silva e Manoel do Vale
218	25-26	José de Araujo Costa	alfaiate	1760	Mariana	Carta passada na Vila de Sabará	n/c
218	26-26v	José Rodrigues dos Reis	ferreiro	1760	Mariana	Carta passada na Vila de São José, Comarca do Rio das Mortes	“o Juiz, o vereador e o procurador do Senado da Câmara”
218	27-27v	Domingos José Alves de Almeida	ferreiro	1760	Passagem		Manoel Mendes de Araujo
218	27v-28	Lucas Lopes da Silva	ferreiro	1761	Lavra Velha		Manoel Mendes de Araujo
218	28-29	Francisco Lourenço da Cunha	alfaiate	1761	Mariana		José de Araujo Costa

ÍNDICE DAS CARTAS DE EXAME DE OFÍCIO (1737-1806)

CÓDICE	FOI HAS	OFICIAL MECÂNICO	OFÍCIO	ANO	LOCALIZAÇÃO (MORADIA)	OBSERVAÇÕES	EXAMINADORES
218	29-29v	Jerônimo da Silva de Carvalho	sapateiro	1761	Passagem		Manoel do Vale e Francisco José
218	29v-30	Antônio Pereira	pedreiro	1761	Mariana		Antônio Ferreira e Manoel Antônio
218	30-31	Custodio Rodrigues de Sousa	sapateiro	1761	Mariana		Manoel do Vale e Francisco José
218	31-31v	Bonifácio Ferreira Maia	ferreiro	1761	Vila de Nossa Senhora do Pilar-Outro Preto	Carta passada na Vila de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto	Domingos Antônio Gonçalves
218	31v-32	Matias Gomes da Silva	ferrador e alveitar	1761	São Sebastião		Jerônimo Alves de Carvalho
218	32-33	Martinho da Silva	ferreiro	1761	Passagem		Manoel Mendes de Araujo
218	33-33v	Manoel da Costa	sangrar, lançar ventozas e sangues-tugas	1761	Mariana	Natural da Freguesia de São Pedro- Ter-mo da Vila de Guimarães; Carta passada na Cidade de Lisboa	Francisco Teixeira Gomes (cirurgião-mor)

ÍNDICE DAS CARTAS DE EXAME DE OFÍCIO (1737-1806)

CÓDICE	FOLHAS	OFICIAL MECÂNICO	OFÍCIO	ANO	LOCALIZAÇÃO (MORADIA)	OBSERVAÇÕES	EXAMINADORES
218	33v-34	Francisco Gonçalves Ribeiro	ferrador e alveitar	1762	Mariana		Jerônimo Alves de Carvalho
218	34v-35	Caetano Dias da Cunha	ferrador e alveitar	1762	Mariana		Jerônimo Alves de Carvalho
218	35-35v	Antônio José	pedreiro	1762	Mariana		Francisco Domingues Espinhosa e Miguel Delgado
218	35v-36v	Manoel Fernandes Campos	ferrador e alveitar	1763	Mariana	Natural de São Martinho do Campo-Comarca do Porto	Manoel Marques
218	36v-37	Gabriel Duarte	ferreiro	1763	Antônio Pereira		Manoel da Cunha
218	37-38	João da Silva Souto	alfaiate	1763	Passagem		Caetano Pereira e Bernardo José Vilela
218	38-38v	Vidal de Almeida Costa	alfaiate	1763	Passagem		Caetano Pereira e Bernardo José Vilela
218	38v-39v	Henrique Carlos de Sousa	alfaiate	1763	Passagem		Caetano Pereira e Bernardo José Vilela
218	39v-40	João Gonçalves Carneiro	ferrador e alveitar	1765	Mariana		José Carvalho [Sezimbra]

ÍNDICE DAS CARTAS DE EXAME DE OFÍCIO (1737-1806)

CÓDICE	FOI HAS	OFICIAL MECÂNICO	OFÍCIO	ANO	LOCALIZAÇÃO (MORADIA)	OBSERVAÇÕES	EXAMINADORES
218	40-40v	Francisco Martins Campos	ferrador e alveitar	1765	Guarapiranga		n/c
218	41-41v	Antônio de Araujo de Aguiar	ferrador e alveitar	1767	Mariana		José Fernandes da Cunha
218	41v-42	Manoel Pereira de Passos	ferrador e alveitar	1768	Mariana		João Carvalho [Sezimbra]
218	42-42v	Luis de Sousa Novais	ferrador e alveitar	1769	Mariana		Jacinto de Sousa Novais
218	42v-43v	Teotônio da Silva Salgado	ferreiro e serralheiro	1769	Mariana		n/c
218	43v-44	Felis Fernandes da Silva	ferrador	1770	Catas Altas	Carta passada em Vila de São José das Minas, Comarca do Rio das Mortes	Agostinho Gonçalves da Cruz (Juiz Ordinário)
218	44-44v	João de Alcovias	sapateiro	1770	Mariana		José Gonçalves Pardelas e José Luis
218	45-45v	Silvestre Rodrigues Neiva	ferrador	1771	São Caetano		Manoel Pereira da Cunha e João Dias de Sousa
218	45v-46v	José Luis	sapateiro	1771	Mariana		Antônio dos Reis Lisboa

ÍNDICE DAS CARTAS DE EXAME DE OFÍCIO (1737-1806)

CÓDICE	FOLHAS	OFICIAL MECÂNICO	OFÍCIO	ANO	LOCALIZAÇÃO (MORADIA)	OBSERVAÇÕES	EXAMINADORES
218	46v-47v	Maria Gomes de Lima	parteira	1771	Mariana	Carta passada em Vila Rica do Ouro Preto	Coronel Antônio Soares Brandão (Cirurgião-mor)
218	47-48v	Antônio de Sousa Ferreira	ferrador	1771	Mariana		Manoel de Magalhães Queiroz
218	48v-49v	Manoel Lopes Viçoso	ferreiro	1771	Passagem		Custódio Fernandes dos Santos
218	49v-50	Pedro de Moreira	ferreiro	1771	Mariana		José Ribeiro do Crasto Guimarães e Custódio José Nunes
218	50-51	Felipe da Silva Melo	sapateiro	1772	Mariana		Manoel do Vale e Matias de Azevedo
218	51-51v	João de Alcovias	sapateiro	1772	Passagem		José Gonçalves Pardelos e José Luis
218	51v-52	Manoel Antônio de Andrade	ferrador	1772	Mariana	“natural e batizado nesta cidade de Mariana”	Jacinto de Sousa Novais
218	52-53	João Francisco dos Santos	ferreiro	1773	Mariana		Manoel da Cunha Lima
218	53-54	Manoel Coelho Fagundes	sapateiro	1775	Mariana		Rodrigo Miranda

ÍNDICE DAS CARTAS DE EXAME DE OFÍCIO (1737-1806)

CÓDICE	FOI HAS	OFICIAL MECÂNICO	OFÍCIO	ANO	LOCALIZAÇÃO (MORADIA)	OBSERVAÇÕES	EXAMINADORES
218	54-55	Domingos Fernandes Dourado	sapateiro	1776	Mariana		Manoel Rodrigues e Manoel do Vale
218	55-56v	Manoel Lopes Viçoso	ferreiro	1777	Mariana		Custódio Fernandes dos Santos
218	56v-57	Antônio da Silva	ferreiro	1777	Furquim		Luis Lopes da Silva
218	57v-58v	José Ribeiro Riba	ferreiro	1776	Mariana	“nascido e batizado na Freguesia de Nossa Senhora de Nazaré do Bispado de Mariana”	Manoel da Cunha Lima
218	58v-59	Domingos José Branco	sapateiro	1777	Mariana		Manoel Rodrigues e Manoel do Vale
218	59-60	Antônio Dias de Carvalho	alfaiate	1777	Antônio Pereira		Bernardo José Vilela e João Lopes
218	60-61	José Pereira	ferreiro	1777	Mariana		José Ribeiro de Crasto Guimarães e Custódio José Nunes

ÍNDICE DAS CARTAS DE EXAME DE OFÍCIO (1737-1806)

CÓDICE	FOLHAS	OFICIAL MECÂNICO	OFÍCIO	ANO	LOCALIZAÇÃO (MORADIA)	OBSERVAÇÕES	EXAMINADORES
218	61-61v	Francisco de Sousa	ferreiro	1777	Antônio Pereira		Manoel Francisco e José das Neves dos Santos
218	62-63	Pedro Barbosa Brandão	ferrador	1777	Mariana		Luís João Gonçalves Carneiro
218	63-64	João Fernandes	ferreiro	1777	São Sebastião		Luís Pacheco Ferreira e Antônio de Araujo Carvalho
218	64-64v	Manoel Jorge dos Passos	ferreiro	1777	Mariana		Luís Pacheco Ferreira e Antônio de Araujo Carvalho
218	65-66	Romão de Abreu	carpinteiro	1778	Mariana		Cosme Fernandes Guimarães
218	66-67	Domingos de Almeida Costa	alfaiate	1778	Passagem		Bernardo José Vilela
218	67-67v	José Domingues	ferreiro	1778	Piranga		Luís Pacheco Ferreira e Antônio de Araujo Carvalho
218	68-68v	João da Mota de Carvalho	alfaiate	1779	Mariana		Bernardo José Vilela e João Lopes Dias Ribeiro
218	69-70	Alexandre Rodrigues dos Santos	ferreiro	1778	Mariana		Luís Caetano Ferreira

ÍNDICE DAS CARTAS DE EXAME DE OFÍCIO (1737-1806)

CÓDICE	FOI HAS	OFICIAL MECÂNICO	OFÍCIO	ANO	LOCALIZAÇÃO (MORADIA)	OBSERVAÇÕES	EXAMINADORES
218	70-70v	Leonardo José Vilela	alfaiate	1780	Mariana		Bernardo José Vilela e João Lopes Dias Ribeiro
218	70v-71v	José de Santana Mondim	sapateiro	1780	Mariana		Manoel do Vale e José Gonçalves Pardilha
218	71v-72v	Francisco José de Barros	ferreiro	1781	Mariana	Nascido e batizado na Vila do Sabará, Bispoado de Mariana	Manoel da Cunha Lima
218	72v-73	Antônio José de Oliveira	sapateiro	1781	Mariana		Manoel do Vale e José Gonçalves Pardilha
218	73-74	Antônio José Carneiro	sapateiro	1781	Mariana		Manoel Rodrigues das Neves e Manoel do Vale
218	74-75	Vicente Gonçalves Costa (aparece esse nome no título, depois os examinadores falam que avaliaram Estevão Gonçalves Costa - "homem preto forro")	sapateiro	1782	Natural e batizado na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Congonhas do Campo - Bispoado de Mariana	Carta passada no Rio de Janeiro	Manoel de Araujo Lima e Patrício José Leal

ÍNDICE DAS CARTAS DE EXAME DE OFÍCIO (1737-1806)

CÓDICE	FOLHAS	OFICIAL MECÂNICO	OFÍCIO	ANO	LOCALIZAÇÃO (MORADIA)	OBSERVAÇÕES	EXAMINADORES
218	75-76	Manoel Monteiro	alfaiate	1783	Mariana	Carta passada pelo Senado da Câmara de São José do Rio das Mortes	O juiz, vereadores e procurador do Senado da Comarca dessa Vila de São José das Minas do Rio das Mortes
218	76-77	Leandro da Cunha	ferreiro	1784	Mariana	Carta passada em Vila Rica	Domingos Fernandes Guimarães e Domingos Antônio Gonçalves
218	77-77v	João Lucas Ferreira	ferrador	1785	Mariana	Natural dessa cidade e Bis-pado	Jacinto de Sousa Novais
218	78-78v	Simão Gomes da Costa	alfaiate	1785	Inficionado		José Nunes Carvalho
218	78v-79v	Manoel Alvares	alfaiate	1785	Mariana	homem pardo	Bernardo José Vilela e João Peixoto da Silva Guimarães
218	79v-80	Manoel Pomensa da Mota	ferreiro	1785	Morro do Santo Antônio		Manoel Mendes de Araujo e Leandro Correia da Cunha
218	80-81	Manoel Antônio Mendes	sapateiro	1786	Furquim	Capitão	João Marques Pimenta e Filipe da Silva Mello (capitães)

ÍNDICE DAS CARTAS DE EXAME DE OFÍCIO (1737-1806)

CÓDICE	FOI HAS	OFICIAL MECÂNICO	OFÍCIO	ANO	LOCALIZAÇÃO (MORADIA)	OBSERVAÇÕES	EXAMINADORES
218	81-82	José Fernandes Lavado	carpinteiro	1786	Antônio Pereira		Manoel José Belas e João Manoel Pereira
218	82-83	Miguel Ferreira da Costa	sapateiro	1787	Mariana		João Marques Pimenta e Filipe da Silva Mello (capitães)
218	83-83v	Manoel Gomes Chaves	sapateiro	1787	Sumidouro	homem pardo	Valentim Pereira de Azevedo e Inácio João Francisco (Alferes)
218	83v-84v	Inácio João Francisco	sapateiro	1788	Mariana	Alferes	João Marques Pimenta e Filipe da Silva Mello (capitães)
218	84v-85	Damazio Gonçalves Pereira (abaixo aparece Damazio Pereira Gonçalves) - Pardo	sapateiro	1788	Mariana		João Marques Pimenta e Filipe da Silva Mello (capitães)
218	85-86	Felisberto José de Lana Novaes	alfaiate	1788	Mariana		Bernardo José Vilela e João Coelho da Cruz
218	86-86v	Tiago Filipe Novaes	sapateiro	1788	Mariana		Antônio José Cunha e Damásio Pereira Gonçalves
218	86v-87v	Antônio da Fonseca Lades	sapateiro	1789	Mariana		Bernardo José Vilela e João Coelho da Cruz

ÍNDICE DAS CARTAS DE EXAME DE OFÍCIO (1737-1806)

CÓDICE	FOLHAS	OFICIAL MECÂNICO	OFÍCIO	ANO	LOCALIZAÇÃO (MORADIA)	OBSERVAÇÕES	EXAMINADORES
218	87v-88	João Rodrigues de Oliveira	ferrador	1789	Mariana		Manoel de Magalhães Queiroz
218	88v-89	Joaquim Furtado de Mendonça	alfaiate	1790	Mariana		João José Lisboa
218	89-89v	José de Magalhães Queiroz	ferrador e alveitar	1790	Mariana		Manoel de Magalhães Queiroz
218	90-90v	Manoel Rodrigues Vaz	ferrador	1790	Inficionado		Luis de Sousa Novais
218	90v-91	Domingos Machado	ferreiro	1790	Passagem		Lucas Lopes da Silva
218	91-92	Francisco Dias de Sousa	ferrador	1791	Mariana	“natural deste Bispado”	Luis de Sousa Novais
218	92-92v	João Manoel de Sousa	alfaiate	1794	Piranga		José de Araujo Costa e João José Lisboa
218	93-93v	Suterio Gonçalves da Cruz	alfaiate	1794	São Sebastião		José de Araujo Costa e João José Lisboa
228	93v-94v	Pedro da Silva Guerra	sapateiro	1794	São Sebastião		João Marques Pimenta e Damásio Pereira Gonçalves

ÍNDICE DAS CARTAS DE EXAME DE OFÍCIO (1737-1806)

CÓDICE	FOI HAS	OFICIAL MECÂNICO	OFÍCIO	ANO	LOCALIZAÇÃO (MORADIA)	OBSERVAÇÕES	EXAMINADORES
218	94v-95v	Filipe Martins Campos	sapateiro	1795	Mariana		João Marques Pimenta e Damásio Pereira Gonçalves
218	95v-96v	Isidoro Ferreira de Mesquita	sapateiro	1795	Mariana		João Marques Pimenta e Damásio Pereira Gonçalves
218	96v-97v	Martinho Ferreira de Sousa	ferreiro	1795	Mariana		Manoel Lopes Viçoso, Alferes do Terço, auxiliar da cidade de Mariana e juiz do ofício de ferreiro
218	97v-98	Paulo Pinto de Sa Torres	sapateiro	1795	Mariana	homem pardo	José Antônio de Carvalho e Inácio João Francisco (Alferes)
218	99-99v	Teodosio José de Andrade	ferreiro	1795	Passagem		Manoel Lopes Viçoso (Alferes)
218	99v-100v	José Dias Braga	ferreiro	1795	Brumado		Manoel Lopes Viçoso
218	101-101v	Tomas escravo de Xavier Ferreira	sapateiro	1796	Mariana		João Marques Pimenta e Damásio Pereira Gonçalves
218	101v-102v	José Pereira de Araujo	ferreiro	1796	Rio do Peixe		Manoel Pimenta da Mota e Hilário Machado da Con-ceição
218	102v-103	João Alvares Pereira	alfaiate	1796	Inficionado		José de Araujo Costa
218	103-104	Faustino Soares da Costa	alfaiate	1796	Mariana		José de Araujo Costa

ÍNDICE DAS CARTAS DE EXAME DE OFÍCIO (1737-1806)

CÓDICE	FOLHAS	OFICIAL MECÂNICO	OFÍCIO	ANO	LOCALIZAÇÃO (MORADIA)	OBSERVAÇÕES	EXAMINADORES
218	104-104v	José Alvares de Pinto	alfiate	1796	Sumidouro		José de Araujo Costa
218	105-105v	Inacio dos Reis Carvalho	alfiate	1796	Sumidouro	homem branco	José de Araujo Costa
218	105v-106v	Francisco Alvares Negreiros	carpinteiro	1796	Mariana	homem pardo	Francisco Machado da Luz e Manoel de Jesus
218	106v-107	José Marinho	ferrador	1796	Mariana		Felisberto Moreira de Carvalho e José Felis de Afonseca
218	107-108	Oliviano Dias da Fonseca	sapateiro	1796	Passagem		João Marques Pimenta e Damásio Pereira Gonçalves
218	108-108v	Leonel António Ferreira	carpinteiro	1796	São José da Barra	homem pardo	Manoel da Costa Nogueira e Manoel Joaquim
218	109-109v	Vicente Coelho	ferrador	1797	Mariana	Carta passada na Camara de Vila Nova da Rainha	Felisberto Moreira de Carvalho e José Felis da Afonseca
218	109v-110	João José de Sousa	carpinteiro	1797	São José da Barra		Francisco Machado da Luz e Manoel de Jesus Henriques
218	110v-111	Domingos Machado	ferrador	1798	Passagem	“natural e batizado nesta cidade “	João Lucas Ferreira

ÍNDICE DAS CARTAS DE EXAME DE OFÍCIO (1737-1806)

CÓDICE	FOI HAS	OFICIAL MECÂNICO	OFÍCIO	ANO	LOCALIZAÇÃO (MORADIA)	OBSERVAÇÕES	EXAMINADORES
218	111-112	Tiago Lucas Ferreira do Bonfim	ferrador e alveitar	1798	Mariana	“natural desta cidade e Bispa-do”	João Lucas Ferreira da Silva
218	112-112v	Antônio Pereira da Costa	carpinteiro	1798	Mariana		Romão de Abreu e Manoel Lopes de Jesus
218	112v-113v	José Moreira dos Santos Rodrigues	sapateiro	1798	Mariana	homem pardo	Filipe da Silva Melo (capitão) e Isidoro Ferreira de Mesquita
218	113v-114	Joaquim de Sousa Lobo	ferreiro	1798	Mariana		Manoel Pimenta e Hilário Ferreira da Conceição
218	114-115	Francisco Dias do Nascimento	ferrador e alveitar	1799	Mariana		Francisco Martins Campos e Tiago Lucas Ferreira
218	115-116	João Carneiro do Espírito Santo	carpinteiro	1800	Mariana		João Alvares da Costa e Antônio Joaquim de Oliveira
218	116-116v	Pedro da Silva Figueiredo	carpinteiro	1801	Mariana		João Alvares da Costa e Antônio Joaquim de Oliveira
218	116v-117v	Pedro Dias da Costa	carpinteiro	1801	Inficionado	homem branco	João Alvares da Costa e Antônio Joaquim de Oliveira
218	118B	Manoel Coelho Fagundes	sapateiro	1803	Mariana		rasurado

ÍNDICE DAS CARTAS DE EXAME DE OFÍCIO (1737-1806)

CÓDICE	FOLHAS	OFICIAL MECÂNICO	OFÍCIO	ANO	LOCALIZAÇÃO (MORADIA)	OBSERVAÇÕES	EXAMINADORES
218	118v-119	José Pedro da Silva	ferrador e alveitar	1802	Calambau, freguesia de Guatapuranga		Tiago Lucas Ferreira do Bonfim
218	119-119v	José Pedro da Silva	ferreiro	1802	Calambau, freguesia de Guatapuranga		Manoel Lopes Viçoso
218	120-120v	Francisco Machado da Luz	carpinteiro	1801	Mariana	tenente	Pedro Dias da Costa e José da Silva Torres
218	120v-121	Pedro Pires Farinho	ferreiro	1803	Santo Antônio do Calambau		Manoel Lopes Viçoso(Tenente) e Domingos Machado
218	121v-122	João Miguel Ferreira	pedreiro e canteiro	1804	Mariana		Florêncio de Abreu [Pesada] (Juiz de Fora)
218	122-122v	Francisco Rodrigues Barbosa	ferrador	1804	Mariana		Florêncio de Abreu [Pesada] (Juiz de Fora)
218	123-123v	Manoel Francisco Teixeira	sapateiro	1804	Catas Altas		Florêncio de Abreu [Pesada] (Juiz de Fora)
218	123v-124	Francisco da Silva Brandão	alfiate	1804	Mariana		Florêncio de Abreu [Pesada] (Juiz de Fora)
218	124-125	Antônio da Silva Ribeiro	ferrador e ferreiro	1804	Mariana		Florêncio de Abreu [Pesada] (Juiz de Fora)

ÍNDICE DAS CARTAS DE EXAME DE OFÍCIO (1737-1806)

CÓDICE	FOI HAS	OFICIAL MECÂNICO	OFÍCIO	ANO	LOCALIZAÇÃO (MORADIA)	OBSERVAÇÕES	EXAMINADORES
218	125-126	Estevão Barreto Talião	carpinteiro	1803	Mariana		Florêncio de Abreu [Pesada] (Juiz de Fora)
218	126-126v	Antônio José Freitas	ferrador	1804	Mariana		Florêncio de Abreu [Pesada] (Juiz de Fora)
218	126v-127	Machado de Jesus Henrique	carpinteiro	1804	Mariana	Capitão	Florêncio de Abreu [Pesada] (Juiz de Fora)
218	127v-128	José Ribeiro Ribas	ferreiro	1804	Mariana		Florêncio de Abreu [Pesada] (Juiz de Fora)
218	128-129	Antônio Joaquim da Fonseca	ferrador e ferreiro	1804	Mariana		Florêncio de Abreu [Pesada] (Juiz de Fora)
218	129-129v	José Pereira de Araujo	ferrador	1804	Mariana		Florêncio de Abreu [Pesada] (Juiz de Fora)
218	130-130v	José de Sousa Costa	ferreiro	1804	Mariana		Florêncio de Abreu [Pesada] (Juiz de Fora)
218	130v-131	Francisco Soares da Mota	sapateiro	1804	Mariana		Florêncio de Abreu [Pesada] (Juiz de Fora)
218	131v-132	Julio Pereira da Silva	ferreiro	1804	Mariana		Florêncio de Abreu [Pesada] (Juiz de Fora)
218	132-133	Geraldo da Fonseca Lopes	ferreiro	1804	Mariana		Florêncio de Abreu [Pesada] (Juiz de Fora)

ÍNDICE DAS CARTAS DE EXAME DE OFÍCIO (1737-1806)

CÓDICE	FOLHAS	OFICIAL MECÂNICO	OFÍCIO	ANO	LOCALIZAÇÃO (MORADIA)	OBSERVAÇÕES	EXAMINADORES
218	133-133v	Felis Alves da Costa	ferreiro	1804	Mariana		Florêncio de Abreu [Pesada] (Juiz de Fora)
218	134-134v	Nicolau Rodrigues dos Reis	ferreiro e ferrador	1804	Mariana		Florêncio de Abreu [Pesada] (Juiz de Fora)
218	134v-135	Joaquim Alvares Moreira	ferreiro	1804	Mariana		Florêncio de Abreu [Pesada] (Juiz de Fora)
218	135v-136	Domingos Gonçalves Chaves	ferreiro e ferrador	1804	Mariana		Florêncio de Abreu [Pesada] (Juiz de Fora)
218	136-137	Joaquim José Ribeiro	carpinteiro	1804	Mariana		Florêncio de Abreu [Pesada] (Juiz de Fora)
218	137-137v	Severino Rodrigues Coelho	ferreiro	1804	Mariana		Florêncio de Abreu [Pesada] (Juiz de Fora)
218	137v-138	José Rodrigues Leal	carpinteiro	1804	Mariana		“o Juiz Presidente e mais oficiais da Câmara desta Leal cidade de Mariana e seu Termo”
218	138-138v	Inácio José Coelho	carpinteiro	1804	Mariana		“o Juiz Presidente e mais oficiais da Câmara desta Leal cidade de Mariana e seu Termo”

ÍNDICE DAS CARTAS DE EXAME DE OFÍCIO (1737-1806)

CÓDICE	FOI HAS	OFICIAL MECÂNICO	OFÍCIO	ANO	LOCALIZAÇÃO (MORADIA)	OBSERVAÇÕES	EXAMINADORES
218	138v-139	Miguel Pereira Magalhães	ferreiro	1804	Mariana		“o Juiz Presidente e mais oficiais da Câmara desta Leal cidade de Mariana e seu termo”
218	139-139v	Joaquim Gonçalves Bastos	ferrador	1804	Mariana		Florêncio de Abreu [Pesada] (Juiz de Fora)
218	139v-140	Manoel Lopes de Jesus	carpinteiro	1804	Mariana		Florêncio de Abreu [Pesada] (Juiz de Fora)
218	140-140v	Marcelino da Silveira	alfaiate	1804	Mariana		Florêncio de Abreu [Pesada] (Juiz de Fora)
218	140v-141	Francisco da Silva Castro	alfaiate	1804	Mariana		Florêncio de Abreu [Pesada] (Juiz de Fora)
218	141-141v	Francisco Ferreira dos Santos	pedreiro e canteiro	1804	Mariana		Florêncio de Abreu [Pesada] (Juiz de Fora)
218	141v-142	João Antônio Lopes	ferreiro e ferrador	1812	Mariana		Domingos Fernandes Chaves, Vereador mais velho e Juiz pela Ordenação e mais oficiais da Câmara

ÍNDICE DAS CARTAS DE EXAME DE OFÍCIO (1737-1806)

CÓDICE	FOLHAS	OFICIAL MECÂNICO	OFÍCIO	ANO	LOCALIZAÇÃO (MORADIA)	OBSERVAÇÕES	EXAMINADORES
381	1v	Cosme Pinto	carpinteiro	1804	Mariana		João Avides da Costa e Antônio Joaquim de Oliveira
381	2	Sebastião Ribeiro Afonso	carpinteiro	1804	Mariana		João Alvares da Costa e Antônio Joaquim de Oliveira
381	2v	Antônio Joaquim de Oliveira	carpinteiro	1805	Mariana		“o Juiz Presidente e mais oficiais da Câmara desta Leal cidade de Mariana e seu Termo”
381	2v-3	João Martins da Silva	ferreiro	1805	Mariana		Tomas Joaquim Pedrosa da Silveira(capitão), vereador mais velho, juiz pela Ordenação
381	3-3v	Gil Abade da Fonseca	ferreiro e ferrador	1805	Mariana		Florêncio de Abreu [Pesada] (Juiz de Fora)

ÍNDICE DAS CARTAS DE EXAME DE OFÍCIO (1737-1806)

CÓDICE	FOI HAS	OFICIAL MECÂNICO	OFÍCIO	ANO	LOCALIZAÇÃO (MORADIA)	OBSERVAÇÕES	EXAMINADORES
381	3v-4	Silvério José de Barros	sapateiro	1805	Mariana		Tomas Joaquim Pedrosa da Silveira(capitão), vereador mais velho, Juiz pela Ordem
381	4	Manoel Teixeira de Sousa	carpinteiro	1805	Mariana		“o Juiz Presidente e mais oficiais da Câmara desta Leal cidade de Mariana e seu Termo”
381	4v	Marcelino João Branco	ferreiro	1805	Mariana		Tomas Joaquim Pedrosa da Silveira(capitão), vereador mais velho, Juiz pela Ordem
381	4v-5	Antônio Pereira	carpinteiro	1805	Mariana		Tomas Joaquim Pedrosa da Silveira(capitão), vereador mais velho, Juiz pela Ordem

ÍNDICE DAS CARTAS DE EXAME DE OFÍCIO (1737-1806)

CÓDICE	FOLHAS	OFICIAL MECÂNICO	OFÍCIO	ANO	LOCALIZAÇÃO (MORADIA)	OBSERVAÇÕES	EXAMINADORES
381	5-5v	João da Cunha Vaz	ferrador	1805	Mariana		Florêncio de Abreu [Pesada] (Juiz de Fora)
381	5v-6	Francisco Calisto	ferreiro	1805	Mariana		“o Juiz Presidente e mais oficiais da Câmara desta Leal cidade de Mariana e seu Termo”
381	6-6v	José de Arantes Calisto	sapateiro	1805	Mariana		João de Sousa Barrados, vereador mais velho, Juiz pela Ordenação
381	6v-7	Bernardo de Barros dos Santos	alfaiate	1805	Mariana		“o Juiz Presidente e mais oficiais da Câmara desta Leal cidade de Mariana e seu Termo”

ÍNDICE DAS CARTAS DE EXAME DE OFÍCIO (1737-1806)

CÓDICE	FOI HAS	OFICIAL MECÂNICO	OFÍCIO	ANO	LOCALIZAÇÃO (MORADIA)	OBSERVAÇÕES	EXAMINADORES
381	7-7v	Antônio Vieira Lucas	alfaiate	1806	Mariana		“o Juiz Presidente e mais oficiais da Câmara desta Leal cidade de Mariana e seu Termo”
381	7v-8	João Gonçalves Serafim	alfaiate	1806	Mariana		“o Juiz Presidente e mais oficiais da Câmara desta Leal cidade de Mariana e seu Termo”
381	8-8v	Teodosio Luis da Silva	sapateiro	1806	Mariana		“o Juiz Presidente e mais oficiais da Câmara desta Leal cidade de Mariana e seu Termo”
381	8v-9	Germano de Sousa Vedras	sapateiro	1806	Mariana		“o Juiz Presidente e mais oficiais da Câmara desta Leal cidade de Mariana e seu Termo”
381	9-9v	Justino Soares de Brito	alfaiate	1806	Mariana		Manoel Pedro Gomes, Juiz de Fora e Presidente da Câmara

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana

Crislayne Gloss Marão Alfagali

Denise Maria Ribeiro Tedeschi

O presente Índice é um instrumento de busca e informação que pretende auxiliar pesquisadores interessados no conjunto de obras públicas financiadas pelo Senado da Câmara de Mariana nos séculos XVIII e XIX. Consiste na catalogação e inventário dos sete livros de contratos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana. Os contratos, conhecidos também por Autos ou Termos de arrematação, eram acordos firmados entre a administração local e os interessados que oferecessem menor preço pela obra. Na presença dos oficiais (vereadores, juiz de fora, escrivão e porteiro) e do arrematante, eram estabelecidos preço, forma de pagamento, o tipo de obra, tempo e condições de execução. Esta última correspondia à forma como o arrematante deveria proceder na edificação da obra: as medidas, os materiais, as técnicas construtivas e os fiadores, que se comprometiam a cumprir a obra, caso o responsável se tornasse impossibilitado de concluí-la. Geralmente, na seqüência dos Autos, prosseguia-se ao registro das condições.

Com base nas informações trazidas por estes contratos, foi produzido um banco de dados dividido nas seguintes categorias: A) CÓDICE, FOLHAS, DATA; B) TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO; C) LOCALIZAÇÃO ATUAL; D) ARREMATANTE; E) VALOR DA OBRA; F) VALOR EM RÉIS. Para o campo LOCALIDADE ATUAL foram consultados o Códice Costa Matoso e o Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais de Waldemar de Almeida Barbosa. A transformação dos valores em réis seguiu a seguinte tabela:

PERÍODO/ UMA OITAVA (1/8) DE OURO	VALOR DE UMA OITAVA EM RÉIS
Até 1725	1.500 réis
01/02/1725 a 24/05/1730	1.200 réis
15/05/1730 a 04/09/1732	1.320 réis
1735 a 1751	1.500 réis
1751 a 1823	1.200 réis

ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII*. 2 ed. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo, 1990, p.146.

VALORES, PESOS E MEDIDAS	VALOR EM RÉIS
1 centavo	10 réis
1 vintém	20 réis
1 tostão	100 réis
1 pataca	320 réis
1 cruzado	400 réis

SPIX, Johan Baptista, Carl Friedrich Philipp Von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. São Paulo: Ed. da USP, 1981, v.1.

CÓDICES CONSULTADOS

CÓDICE	PERÍODO
160	1715-1732
180	1732-1742
122	1743-1748
135	1748-1755
220	1756-1764
377	1764-1798
210	1798-1833

A transcrição traz uma grafia atualizada. Nos campos que se encontram a notação (n/c), o dado não consta no documento. As expressões de leitura duvidosa vêm entre []. O sinal de interrogação (?) foi utilizado para os casos ilegíveis. As aspas “ ” quando citado trecho do documento para complementar as informações do Índice. No campo ARREMATANTE, () indica outras funções exercidas pelo arrematante, citadas pelo Auto.

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMATANTE	VALOR	VALOR EM REIS
160	52v-53	14/08/1723	Auto de Arrematação do concerto da Ponte Grande que vai desta Vila para Mato Dentro	Mariana	Antônio Ferreira Pacheco	330 oitavas	495\$000
160	53-53v	28/08/1723	Auto de Arrematação dos concertos da Cadeia e a Ponte do Córrego	Mariana	Francisco Ferreira	160 oitavas	240\$000
160	53v-54	28/08/1723	Termo de Arrematação da Ponte de São Sebastião	Bandeirantes	Manoel Duarte	435 oitavas	652\$500
160	54	24/11/1723	Concerto do Caminho de São Sebastião desde a casa de Raimundo Pinto até a Ponte do Ribeirão	Bandeirantes	Manoel Gonçalves	236 oitavas	354\$000
160	59-59v	07/05/1724	Termo de Arrematação da Ponte dos Gualaxos do S. Jorge	Gualaxo	Agostinho [Xapian]	900 oitavas	1.350\$000
160	59v-60	23/05/1724	Termo de Arrematação da Ponte da Passagem	Passagem	Antônio Ferreira Pacheco	160 oitavas	240\$000
160	62-62v	04/12/1725	As obras de calçadas que se hão de fazer nesta Vila a saber a ponte que vai para Santa Ana	Mariana	Miguel Ferreira da Silva	58 oitavas	69\$600
160	70	07/09/1725	Termo de Arrematação da calçada que da ponte de Santa Ana até a freguesia da mesma Santa	Mariana	Duarte Rodrigues Romão	650 oitavas	780\$000

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMAIANTE	VALOR	VALOR EM REIS
160	75	05/02/1727	Termo de Arrematação da calçada que vai para São Sebastião nos dois princípios do concerto do mais caminho	Bandeirantes	João Rodrigues dos Santos	7 oitavas por cada braça	8\$400 a braça
160	84-84v	07/02/1728	Termo de Arrematação da calçada desta vila na travessa da Rua Direita de baixo que vai para a de cima	Mariana	Duarte Rodrigues Romão	4 oitavas a braça	4\$800 a braça
160	102-102v/ Condições 103	26/04/1729	Termo de Arrendamento da obra na Cadeia desta Vila	Mariana	Pedro de Abreu	128 oitavas	153\$600
160	103v-104v	19/09/1729	Termo de Arrematação do Caminho Novo que se manda fazer e a talhar no que vai desta para São Sebastião	Bandeirantes	João Antônio Rodrigues (Sargento Mor)	300 oitavas	360\$000
160	104v-105	20/09/1729	Termo de Arrematação da calçada que vai da Rua Direita de baixo desta vila para Rua direita de cima	Mariana	Duarte Rodrigues Romão	85 oitavas e 3/4	102\$900
160	112-113	06/06/1730	Termo de Arrematação da calçada do Caminho de São Sebastião e da porta do Capitão [?]	Bandeirantes	Duarte Rodrigues Romão	4\$200 cada braça/ 65 braças	4\$200

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMATANTE	VALOR	VALOR EM REIS
160	113-113v	20/06/1730	Termo de Arrematação da obra da Ponte da calçada da Senhora da Santa Ana	Mariana	Manoel Gonçalves da Veiga	118\$000	118\$000
160	113v	28/[?]/1731	Termo de Arrematação de três casas ao pé do Palácio	Mariana	Manoel Gonçalves da Veiga	190\$000	190\$000
160	114v-117	15/06/1730	Termo de Arrematação da Casa do Açogue que se a há de fazer neta vila para o povo e forros da Casa da Câmara	Mariana	João Ferreira da Silva (Mestre Carpinteiro)	1:134\$300	1:134\$300
160	125v-126v Condições 127-128	14/02/1731	Termo de Arrematação da obra de pintura da Casa da Câmara	Mariana	José Martins Lisboa	289\$000	289\$000
160	128v	16/02/1731	Termo de Arrematação da Torre do Sino da Câmara	Mariana	Mathias de Abreu	48\$000	48\$000
160	129	04/05/1731	Termo de Arrematação dos bancos da audiência	Mariana	Pedro da Rocha	70\$000	70\$000
160	129v	16/06/1731	Termo de Arrematação da Ponte Grande desta Vila	Mariana	João Fernandes Pinto	330\$000	330\$000

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMAIANTE	VALOR	VALOR EM REIS
160	130-130v	16/06/1731	Termo de Arrematação da calçada da Rua Direita desde o Palácio até o Pisarrão	Mariana	Duarte Rodrigues Romão	3\$600 por braça	3\$600
160	131	15/12/1731	Termo de Arrematação da ponte o córrego do Pisarrão desta Vila	Mariana	Manoel Gonçalves da Veiga	78\$200	78\$200
160	132-133	15/12/1731	Termo de Arrematação do acrésimo da Ponte Grande desta Vila	Mariana	João Fernandes Pinto	287\$200	287\$200
160	148-149	19/01/1732	Termo da Arrematação das casas do açougue	Mariana	Manoel Gonçalves	308\$000	308\$000
160	149-149v	06/02/1732	Condições que se hão de fazer duas pontes uma do córrego do [meio] da Vila e outra no Caminho que vai para Santa Ana	Mariana	n/c	n/c	n/c
160	150-151	06/02/1732	Termo de Arrematação das pontes dos dois córregos, um do Pisarrão, o outro que vai para a Senhora Santa Ana	Mariana	Luis Carlos de Sousa	380\$000	380\$000
160	151	08/03/1732	Termo de Arrematação do concerto da Ponte da Passagem	Passagem	João Carneiro Lima	201\$000	201\$000

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)							
CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMATANTE	VALOR	VALOR EM REIS
180	1-1v	10/03/1732	Termo de Arrematação do conserto da Ponte do Piracicava	Rio Piracicaba	José Rodrigues [Durrão]	150\$000	150\$000
180	1v-2	11/05/1732	Termo de Arrematação da calçada e aterro e paredes da Ponte do Pisarrão desta Vila	Mariana	Manoel Rodrigues	160\$000	160\$000
180	2v-3	14/06/1732	Termo de Arrematação da calçada, aterro e paredão da Ponte que vai para Senhora Santa Ana	Mariana	Damazo Fernandes da Cunha	250\$000	250\$000
180	3-4v Condições 7v-9v	20/09/1732	Termo de Arrematação das obras da Nova Cadeia que se faz nesta Vila	Mariana	Antônio Coelho da Fonseca	12 mil cruzados	4:800\$000
180	5-5v Condições 5v-7v	15/10/1732	Termo de Arrematação das obras que se hão de fazer nas casas que servem Palácio nesta Vila	Mariana	Antônio Coelho de [A] Fonseca	3 mil cruzados	1:200\$000
180	20-21	28/04/1733	Termo de Arrematação do conserto do Caminho que vem da Ponte Grande de São Sebastião para esta Vila	Bandeirantes	Manoel Antônio Brandão	70 oitavas	105\$000

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMAIA NTE	VALOR	VALOR EM REIS
180	21-22	13/05/1733	Termo de obrigação de fazer a nova cadeia. Fragmento do documento: “ (...) que ao mestre se desse logo a sua importância determinando outrossim que o frontespicio da Cadeia ficasse de frente da Igreja Matriz desta Vila” (f.22)	Mariana	Antônio Coelho da Fonseca (Mestre)	n/c	n/c
180	46v-47v	22/01/1735	Auto de Arrematação das calçadas que se andem fazer nesta Vila a saber a calçada que vai desta Vila pela Rua do Reverendo Dr. Vigário da Vara e da Rua de cima da Igreja e a da Rua Direita e todo o mais onde for necessário	Mariana	Duarte Rodrigues Romão	18 tostões cada braça	1\$800
180	50v-51v	02/04/1735	Auto de Arrematação da ponte na freguesia de São Sebastião onde chamam o Pisarrão	Bandeirantes	Manoel Fernandes	95 oitavas	142\$500
180	52-52v	14/08/1735	Auto de Arrematação da obra que se há de fazer na fonte desta Vila	Mariana	Manoel Francisco Pereira	50\$000	50\$000

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)							
CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMATANTE	VALOR	VALOR EM REIS
180	67-68 Condições 72-72v	11/08/1736	Auto de Arrematação do Conserto que se há de fazer na Cadeia desta Vila	Mariana	Sebastião Carlos da Afonseca	129\$000	129\$000
180	58v-69	11/08/1736	Auto de Arrematação do conserto da Ponte do Gualaxo	Gualaxo	Silvestre João	75\$000	75\$000
180	69v-70v Condições 72v-73	12/09/1736	Auto de Arrematação da Ponte Nova que se há de fazer no Piracicava “no caminho das Catas Altas”	Catas Altas	José Rodrigues Durão	300 oitavas	450\$000
180	70v-71v Condições 71v-72	06/10/1736	Auto de Arrematação do Caminho que vem do Coronel Guilherme Mainarde para esta Vila	Mainart	Antônio Siqueira Rondon	600\$000	600\$000
180	79-80v Condições 80v-81v	09/07/1735	Auto de Arrematação do caminho que vai desta Vila para São Sebastião	Bandeirantes	Francisco Ferreira de Almeida	167\$000	167\$000
180	81v-82v Condições 82v-83v	19/10/1737	Auto de Arrematação da Ponte Nova do Gualaxo na paragem chamada o Areão	Gualaxo	João de Sousa Silva	500 oitavas	750\$000

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMAIANTE	VALOR	VALOR EM REIS
180	83v-84v	23/11/1737	Auto de Arrematação da calçada que se há de fazer nesta Vila na Rua Direita indo para Santa Ana	Mariana	Manoel da Silva	3\$000 a braça	3\$000 a braça
180	85-85v	23/11/1737	Auto de Arrematação dos consertos da Ponte de São Sebastião e do Pisarrão	Bandeirantes	Francisco Ferreira de Almeida	234 mil réis	234\$000
180	91v-92v Condições 92v-93	29/01/1738	Auto de Arrematação do conserto da Ponte de Bento Rodrigues	Bento Rodrigues	Francisco Ferreira de Almeida	175\$500	175\$500
180	93v-94 Condições 95-96v	04/03/1738	Auto de Arrematação da nova obra do cerco que se há de fazer no Ribeirão desta Vila	Mariana	José Antônio Cardoso	10500 cruzados	4:200\$000
180	96v-97v Condições 97v-98v	04/03/1738	Auto de Arrematação da ponte do Rio Pirapetinga	Pirapetinga	João de Medeiros Teixeira (Sargento)	300\$00	300\$00
180	98v-99v	09/04/1738	Auto de Arrematação da ponte da Cachoeira "no caminho que vai para São Sebastião"	Bandeirantes	Antônio Machado Evangelho	150\$000	150\$000

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)							
CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMATANTE	VALOR	VALOR EM REIS
180	99v-101v	14/05/1738	Auto de Arrematação do acrescentamento da Ponte do Gualaxo do Sul na paragem chamada o Areão	Gualaxo	João de Sousa	120\$000	120\$000
180	101-101v	30/07/1738	Auto de Arrematação da obra da pintura que há de fazer na Casa da Câmara	Mariana	João das Neves	75\$000	75\$000
180	105-105v Condições 106-106v	10/12/1738	Auto de Arrematação da obra que se há de fazer na Casa da Câmara e Cadeia	Mariana	Antônio Gomes de Carvalho	86\$625	86\$625
180	106v-107 Condições 107-107v	12/12/1738	Auto de Arrematação da obra de pedreiro que se há de fazer na Casa de Câmara e Cadeia	Mariana	Manoel da Silva	75\$000	75\$000
180	107v-108v Condições 108v	24/12/1738	Auto de Arrematação do conserto da Ponte Grande e mais tapagens que se andem fazer nas bocas das Ruas desta Vila	Mariana	Antônio Machado Evangelho	135\$000	135\$000
180	109-109v	24/12/1738	Auto de Arrematação do conserto da obra que há de fazer no quintal das casas que servem de Palácio	Mariana	Antônio Gomes de Carvalho	125\$000	125\$000

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMAIANTE	VALOR	VALOR EM REIS
180	113v-114 Condições 114-114v	14/02/1739	Auto de Arrematação do concerto da ponte de Bento Rodrigues	Bento Rodrigues	João de Sousa Silva	75\$000	75\$000
180	114v-115	18/08/1739	Auto de Arrematação do concerto das lojas das Casas de Câmara para [servirem] de Cadeia	Mariana	João Rodrigues Monteiro	367\$000	367\$000
180	116-116v Condições 116v-117	18/08/1739	Auto de Arrematação da Ponte Nova que se faz no Ribeirão do Gama	Alvinópolis	Antônio Rodrigues e Sousa	600\$000	600\$000
180	117-117v	21/08/1739	Auto de Arrematação da terra para entulhar as ruas desta Vila para as calçadas	Mariana	Manoel Gonçalves da Cunha	5\$250 por quinze carradas de terra por dia	5\$250 por quinze carradas de terra por dia

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)							
CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMATANTE	VALOR	VALOR EM REIS
180	118-118v	29/08/1739	Auto de Arrematação das calçadas que andem fazer nesta Vila. "Calçada da Rua direita principiando da escada do paredão que fica de frente das casas do Capitão Miguel Ferreira da Silva, pé do palácio que vem sair a Rua de cima e da porta da cadeia"	Mariana	Manoel da Silva de Queiroz	5\$250 a braça	5\$250 a braça
180	118v-119v	19/09/1739	Auto de Arrematação do conserto do paredão da Rua Direita de frente do Palácio	Mariana	Antônio Coelho da Fonseca	135\$000	135\$000
180	123v-124v Condições 125 v-126	26/03/1740	Auto de Arrematação do conserto da obra que se há de fazer nas casas que servem de Palácio	Mariana	José Fernandes Lobato	150\$000	150\$000
180	124v-125v Condições 126-126v	02/04/1740	Auto de arrematação dos Consertos das obras que se andem fazer na Ponte do Pisarrão e na Ponte Grande tudo na freguesia de São Sebastião e nas calçadas que vão para a dita freguesia	Bandeirantes	Manoel Antônio Brandão	17\$625	17\$625

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMAIANTE	VALOR	VALOR EM REIS
180	126v-127/ Condições 127v	07/05/1740	Auto de Arrematação da calçada e aterro que se há de fazer na Rua que vai desta Vila para Santa Ana “principiando da Ponte Grande até adiante da Ponte Pequena”	Mariana	Antônio Machado Evangelho	242\$500	242\$500
180	127v-128v Condições 128v-129 Termo de fiança 129v-130	10/09/1740	Auto de arrematação do Conserto que se há de fazer no cerco do Ribeirão desta Vila	Mariana	José Alves da Costa	980 oitavas	1.470\$000
180	136-137 Condições 137-137v	01/02/1741	Auto de Arrematação do Conserto da Ponte de Belchior	Mariana	Bento Gonçalves da Costa	390\$000	390\$000

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMATANTE	VALOR	VALOR EM REIS
180	137v-138v Condições 138v-140	18/02/1741	Auto de Arrematação do conserto do parapeito da Casa de audiência e nas mais obras declaradas. "Parapeito da Casa de Audiência, o parapeito de frente das casas de Miguel Ferreira da Silva, outro de frente do portão do Ajudante Manoel do Rego Tinoco, a pinguela do Munsus para Mato Dentro, outra no córrego do açougue para São Gonçalo, conserto da Ponte Grande desta Vila para os Munsus"	Mariana	João de Sousa Silva	155 oitavas	232\$500
180	140-141 Condições 141-141v	30/05/1741	Auto de Arrematação que se faz do Conserto da calçada de Santa Ana e da frente do Ajudante Manoel do Rego Tinoco	Mariana	João de Sousa Rodrigues	230 oitavas	345\$000
180	141v-142 Condições 142-142v	18/07/1741	Auto de Arrematação do Conserto da Ponte do Gualaxo na fazenda do Coronel Guilherme Mainarde	Gualaxo	Custódio da Cunha Brandão	164 oitavas	246\$000

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMAIANTE	VALOR	VALOR EM REIS
180	142v-143v Condições 143v-144	19/08/1741	Auto de Arrematação do Conserto da Ponte Grande e aumento da calçada de Senhora de Santa Ana	Mariana	João de Sousa	24 oitavas	36\$000
180	144-145 Condições 145-145v	06/12/1741	Auto de Arrematação da calçada desde as casa da Câmara até a porteira com a reformação do cano que está junto da porta das casas do Capitão Manoel Cardoso Cruz “(…) calçada que se há de fazer desde acima da casa da audiência até sair a porteira, encanar a agoa que vem no valo por detrás da Igreja e concertar hums buracos que se achavão na calçada da porta do Capitão Manoel Cardoso Cruz”	Mariana	João de Sousa Silva	185 oitavas	277\$500
180	150v-151 Condições 151v	07/04/1742	Auto de Arrematação da obra da Cadeia	Mariana	João de Sousa e Silva	26 oitavas	39\$000
180	151v-152v	27/06/1742	Auto de Arrematação do conserto da calçada de São Gonçalo	Mariana	João de Sousa e Silva	460 oitavas	690\$000

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMATANTE	VALOR	VALOR EM REIS
180	152v-154 Condições 154-155	12/09/1742	Auto de Arrematação do concerto da obra do cerco do Ribeirão	Mariana	José Antônio Cardoso	350 oitavas	525\$000
180	161-162 Condições 162-163	02/03/1742	Auto de Arrematação dos Consertos das pontes e mais obras	Mariana	José Alves da Costa	270 oitavas	405\$000
122	Condições - 3v-4	28/08/1743	Arrematação da Ponte Nova no Rio Pirapetinga	Pirapetinga	João Alvares Ribeiro	262 oitavas	393\$000
122	4-5v	02/10/1743	Ponte de pé na passagem do ribeirão indo para Mata Cavallo no lugar donde esta a Vila	Mariana	Francisco Antunes Lima	85 oitavas	127\$500
122	17-18v Condições- 19-21	11/03/1744	Auto de Arrematação da ponte que se há de fazer no córrego da parte de São Gonçalo por de trás do Açougue	Mariana	Manoel do Rego Timoco (Ajudante)	7 mil cruzados e 300 mil réis	3:100\$000
122	21-22v 1º termo de fiança 24v-25	24/03/1744	Auto de Arrematação da Ponte que se há de fazer no córrego que vem da parte de Santa Ana	Mariana	Francisco da Cunha de Macedo (Tenente)	10 mil cruzados e duzentos e noventa réis	4:170\$000

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMAIANTE	VALOR	VALOR EM REIS
122	25v-26v Condições 27-27v	02/12/1744	Auto de Arrematação do Caminho e tapagem que se há de fazer junta das casas do Capitão Manoel Cardoso Cruz principiando da frente da Rua até o fim do terreiro do dito Capitão, "que há de servir para nova Rua digo Rua da ponte [terminada] da parte do córrego de São Gonçalo"	Mariana	Agostinho de Sousa Costa	275\$000	275\$000
122	33v	02/01/1745	Auto de arrematação do conserto da Cadeia e do Curral do Concelho e mais consertos da parede do quintal das Casas que servem de Palácio	Mariana	Miguel Francisco Braga	210 oitavas	315\$000
122	39-40 Condições 40v	16/01/1745	Auto de Arrematação das ferragens da Cadeia	Mariana	Antônio Alves Torres (mestre ferreiro)	30 oitavas	45\$000
122	41v-43 Condições 43v-44	29/05/1745	Auto de Arrematação do conserto e acrescentamento da Ponte de Bento Rodrigues	Bento Rodrigues	Antônio Pereira da Costa	350\$000	350\$000

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMATANTE	VALOR	VALOR EM REIS
122	45-46 Condições 46-46v	03/07/1745	Auto de Arrematação do conserto da Ponte de São Sebastião	Bandeirantes	Francisco Teixeira Braga	50 oitavas	75\$000
122	47-48 Condições 48-48v	11/08/1745	Auto de Arrematação do conserto da Ponte do Gualaxo do Sul na Fazenda do Coronel Guilherme Mainarde da Silva	Mainart	André Dias	200 oitavas	300\$000
122	48v-50 Condições 50-50v	21/08/1745	Auto de Arrematação do conserto do muro e mais paredes do quintal das casas que servem de Palácio	Mariana	João Mendes Bastos	37 oitavas	55\$500
122	50v-51v Condições 51v-52	04/09/1745	Auto de Arrematação da Ponte do Gualaxo do Sul chamada do Mainarde	Mainart	Manoel Francisco Vilas Velhas	140 oitavas	210\$000
122	52-53 Condições 53	06/11/1745	Auto de Arrematação do Conserto da pinguela do Córrego da parte de Santa Ana	Mariana	Antônio Carlos	40 oitavas	60\$000
122	60v-61 Condições 61v -62	18/05/1745	Auto de Arrematação da Ponte do pisarrão caminho do Gama	Mariana	Manoel Afonso de Aguiar	90 oitavas	135\$000

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMAIANTE	VALOR	VALOR EM REIS
122	62-63 Condições 63v	23/07/1746	Auto de Arrematação da Ponte da ponte que se há de fazer no córrego da Olaria por de trás da Real Intendência na passagem que vai para a cachoeira	Mariana	Domingos Barbosa	100 oitavas	150\$000
122	53v-65 Condições 65-65v	08/10/1746	Auto de Arrematação das calçadas que se hão de fazer nesta que constam de um rol assinado pelo procurador do Senado	Mariana	Sebastião Pereira Leite	4 oitavas a braça e mais miudezas	6\$000 a braça
122	65v-66v Condições 66v-67	08/10/1746	Auto de Arrematação do conserto da Obra da Cadeia	Mariana	Sebastião Martins da Costa	40 oitavas	60\$000
122	72v-74 Condições 74v	07/12/1746	Auto de Arrematação da Ponte que se há de fazer no Rio de Guarapiranga de frente do Arraial	Mariana	Francisco de Faria e Seixas	528 oitavas	792\$000
122	75-76 Condições 76v-77	30/12/1746	Auto de Arrematação da Ponte que se há de fazer em Ribeirão abaixo Freguesia de São José na paragem chamada da Barra	Barra Longa	José de Crasto Ribeiro	1300 oitavas	1.950\$000
122	84-85v Condições 86	11/02/1747	Auto de Arrematação das calçadas se hão de fazer nesta cidade em várias partes	Mariana	Sebastião Pereira Leite	2 oitavas a braça	3\$000 a braça

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMATANTE	VALOR	VALOR EM REIS
122	91-92 Condições 92v	10/05/1747	Auto de Arrematação da ponte que se há de fazer no Rio da Pirapetanga	Pirapetanga	Jerônimo de Carvalho	200 oitavas	300\$000
122	93-94 Condições 94	05/07/1747	Auto de Arrematação do conserto da Ponte da Cachoeira na estrada que vai desta cidade para São Sebastião	Bandeirantes	Sebastião Martins da Costa	15 oitavas	22\$500
122	95-96v Condições 96v-97	16/08/1747	Auto de Arrematação do Conserto da Ponte do Piracicava na estrada que vai para Catas Altas	Catas Altas	André Rodrigues Durão	85 oitavas	127\$500
122	97-98v Condições 98v	16/08/1747	Auto de Arrematação da calçada que se há de fazer na estrada de Mato Dentro (no sitio que foi de Manoel de Oliveira)	Mariana	João da Costa Ribeiro	2 oitavas e meia a braça	42\$750 a braça
122	99-100 Condições 100v	06/09/1747	Auto de Arrematação do acréscimo da Ponte no córrego da Olaria por de trás da Real Intendência	Mariana	Antônio Carlos Cardoso	885 oitavas	1.327\$500
122	102v-104 Condições 104-104v	20/09/1747	Auto de Arrematação do Conserto da ponte Grande que vai para o Munsus e da Pinguela que vai para Santa Ana	Mariana	Manoel Francisco Braga	7 oitavas	10\$500

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMAIANTE	VALOR	VALOR EM REIS
122	106-107v Condições 117	07/10/1747	Auto de Arrematação do caminho que se há de fazer para serventia da ponte do córrego da olaria por detrás da Real Intendência	Mariana	Sebastião Esteves	184\$000	184\$000
122	109-110v Condições 110v-111	11/11/1747	Auto de Arrematação da calçada que se há de fazer na Rua que vai para a Capela Nossa Senhora do Rosário principiando da que esta feita pegada ao Passo até as escadadas da dita capela	Mariana	Manoel da Silva de Queiroz	2 oitavas	3\$000 a braça
122	115-116v Condições 117	22/11/1747	Auto de Arrematação da calçada que se há de fazer na estrada que vai para Mato Dentro pegada a que se acha feita	Mariana	João da Costa Ribeiro	1 oitava e um cruzado de ouro cada braça	1\$700 a braça
122	120-121v Condições 121v-122	09/12/1747	Auto de Arrematação do Conserto da Cadeia que se acha arruinada e mais consertos de uma casa e paredão do quintal das Casas do Palácio pertencentes ao Senado	Mariana	André de Oliveira	64 oitavas	96\$000

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMATANTE	VALOR	VALOR EM REIS
135	13v-15 Condições 15	07/08/1748	Auto de Arrematação do Concerto da Ponte Grande que vai para o munsus	Mariana	Sebastião Esteves	12 oitavas	18\$000
135	15v-16v Condições 20	21/08/1748	Auto de Arrematação das Pinguelas que se hão de fazer no córrego da olaria e no córrego que sai do engenho estrada que vai para Boa Vista	Cláudio Manoel	Sebastião Esteves	60 oitavas	90\$000
135	21-22v Condições 22-22v	04/09/1748	Auto de Arrematação da calçada que se há de fazer na saída da ponte nova da parte do córrego de São Gonçalo	Mariana	Manoel da Silva de Queiroz	2 oitavas	3\$000 a braça
135	29-30v Condições 30v-31	11/12/1748	Auto de Arrematação do concerto da calçada e paredes que hão de fazer na Rua direita desta Vila	Mariana	Manoel da Silva de Queiroz	55 oitavas	82\$500
135	42-43v Condições 45v-47	22/02/1749	Auto de Arrematação da condução da água para o chafariz que se há de fazer nesta cidade	Mariana	Manoel Gomes Cruz de Macedo	8 mil cruzados	3:200\$000

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMAIANTE	VALOR	VALOR EM REIS
135	43v-45v Condições 47-48	22/02/1749	Auto de Arrematação da Ponte Grande que se há de fazer no Ribeirão junto a ponte velha que vai para a parte dos Munsus	Mariana	Sebastião Martins da Costa	1090 oitavas	1.635\$000
135	50v-52v Condições 52v-53v	26/02/1749	Auto de arrematação do Chafariz e fonte que se há de fazer nesta cidade	Mariana	Domingos Rodrigues Torres	1.090\$000	1.090\$000
135	60-61v Condições 61-62	21/06/1749	Auto de Arrematação do concerto da Cadeia entrando na mesma arrematação uma parede do quintal das casas que servirão de residência ao governador destas minas na [fronteira] da Rua direita que pertencem ao senado	Mariana	Francisco Teixeira Braga	100 oitavas	150\$000
135	67-68v Condições 58v-69	05/08/1749	Auto de Arrematação da Calçada e do cano que se há de fazer no pasto da olaria na travessa chamada do Boucão	Mariana	Manoel da Silva de Queiroz	12 oitavas	18\$000

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMATANTE	VALOR	VALOR EM REIS
135	70v-72v Condições 72-72v	20/08/1749	Auto de Arrematação dos Alcatruzes de pedra e mais obras para a fonte digo mais obra para repuxar água na fonte que se há de fazer nesta cidade para as obras	Mariana	Domingos Rodrigues Iorres	120 oitavas	180\$000
135	83v-84v Condições 86 e 86v	28/02/1750	Auto de Arrematação das Calçadas que se hão de fazer nesta cidade, no chafariz e fontes e da porta Travessa da Sé até baixo da Torre vinte palmos e consertar com outras e acima mais alguns pedaços da calçada que se acharem arruinados na mesma cidade	Mariana	Sebastião Pereira Leite	1 oitava 3/4 e 4 vintens cada braça	2\$705 cada braça
135	86v-87v Condições 89 e 89v	28/04/1750	Auto de Arrematação do conserto do Palácio, Casa de Câmara, Audiência e Cadeia e duas pias ou caixas para ter mão nas areias no rego da água que vem para o chafariz e fonte desta cidade	Mariana	Domingos Rodrigues Iorres	114 oitavas e 3/4 e 4 vintens	172\$205

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMAIA NTE	VALOR	VALOR EM REIS
135	88-89 Condições 89v-90	08/04/1750	Auto de Arrematação da calçada que se há de fazer na Rua de São João e dos mais de se [?] nesta cidade e caminhos que para ela vem.	Mariana	Sebastião Pereira Leite	1 e 6 vintens cada braça	1\$620
135	91v-92v Condições 94 e 94v	20/06/1750	Auto de Arrematação da Pinguela da Lavra Velha	Mariana	Antônio Francisco da Silva	40 oitavas	60\$000
135	93-94 Condições 94v	20/06/1750	Auto de Arrematação do Paredão da Ponte que vai para o Seminário desta cidade e conserto de um lanço de parede do quintal nas casas que servirão de Palácio	Mariana	Domingos Rodrigues Torres	10 oitavas	15\$000
135	95-96 Condições 103-103v	01/08/1750	Auto de Arrematação da calçada que se há de fazer nesta cidade das casas do Doutor João Dias Ladeira até a calçada já feita na esquina das casas do Reverendo Doutor Tesoureiro mor da Sé	Mariana	Sebastião Pereira Leite	1 oitava 1/2 cada braça	2\$250 cada braça

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMATANTE	VALOR	VALOR EM REIS
135	96-97	01/08/1750	Auto de Arrematação do Chafariz que se há de fazer nesta cidade na Rua Direita junto a ponte de São Gonçalo	Mariana	Domingos Rodrigues Torres	400\$000	400\$000
135	97v-99	01/08/1750	Auto de Arrematação do massame de umas casas velhas que serviam de quartéis e de um telheiro junto a elas que servia de manjedouros para os cavalos	Mariana	Sebastião Martins da Costa	110 oitavas	165\$000
135	103v-104v	30/09/1750	Auto de Arrematação do Pelourinho que se há de fazer na nova Praça desta cidade	Mariana	José Moreira de Matos	700\$000	700\$000
135	113-114 Condições 114v-115	23/01/1751	Ponte de São Sebastião junto da capela de Santa Tereza	Bandeirantes	Sebastião Martins da Costa	350 oitavas	525\$000
135	115-116v	17/02/1751	Auto de Arrematação das casas que serviram de Palácio	Mariana	Lourenço Ribeiro de Andrade	450\$000	450\$000
135	126-127 Condições 129v-130	21/07/1751	Auto de Arrematação da Ponte da Passagem	Passagem	Sebastião Pereira Leite	20 oitavas	30\$000

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMAIANTE	VALOR	VALOR EM REIS
135	127-128 Condições 130-130v	21/07/1751	Auto de arrematação das Calçadas que se hão de fazer na Travessa do Boucão até a esquina da Rua que vai para a Ponte do Seminário e daí até a que se acha feita a Intendência pegando na que se acha feita na dita Travessa a porta das casas de Ana dos Reis	Mariana	Sebastião Pereira Leite	1 oitava e meia cada braça	2\$250 cada braça
135	132v-133v Condições 134	22/09/1751	Auto de Arrematação das Calçadas que se hão de fazer da esquina das casas do Capitão mor José de São Boa Ventura Vieira até a ponte do Seminário e da porta de Miguel Peixoto de Araujo e até as casas de Manoel Gonçalves da Veiga, na Rua de São João	Mariana	Sebastião Pereira Leite	2\$250 cada braça	2\$250 cada braça
135	137-138 Condições 138-138v	13/10/1751	Auto de Arrematação do concerto da Ponte do Gualaxo chamada do Mainarde	Mainart	Antônio Carlos Cardoso	298\$400	298\$400

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMATANTE	VALOR	VALOR EM REIS
135	144-145 Condições 145-145v	01/03/1752	Auto de Arrematação da Pinguela que se há de fazer no córrego da olaria indo desta cidade para a Senhora Santa Ana	Mariana	Antônio Carlos Cardoso	35 oitavas	42\$000
135	155-156 Condições 156v	07/02/1753	Auto de Arrematação do conserto das calçadas do caminho de São Sebastião e da cachoeira	Bandeirantes	Antônio Luis	26 oitavas	31\$200
135	157-158 Condições 158-158v	10/02/1753	Conserto da casa da Câmara, Cadeia e Paredão da rua Direita e Ponte	Mariana	Cosme Fernandes Guimarães	115\$000	115\$000
135	167v-169 Condições 169-169v	16/05/1753	Auto de Arrematação das calçadas na travessa indo da Ponte para o Pisarrao e ponte da Sé desta cidade e paredão de frente das casas do [Dr.] Bernardo da Costa	Mariana	Sebastião Pereira Leite	1 oitava cada braça	1\$200 cada braça
135	169v-171 Condições 171-171v	23/05/1753	Auto de Arrematação das Calçadas da Passagem	Passagem	José Soares Monteiro	1 oitava e 1 vintem	1\$220 cada braça

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMAIANTE	VALOR	VALOR EM REIS
135	180v-181v Condições 186-186v	03/11/1753	Auto de Arrematação do Conserto da pinguela do Mata cavalos	Mariana	Sebastião Martins da Costa (mestre carpinteiro)	110 oitavas	132\$000
135	181v-182v Condições 182v-183	03/11/1753	Auto de Arrematação das calçadas que se há de fazer na Rua de São José consertos de outras que se acham arruinadas de frente da cadeia	Mariana	Sebastião Pereira Leite	1 oitava cada braça	1\$200 cada braça
135	194-195 Condições 195 e 195v	10/09/1754	Auto de Arrematação da Travessa da Praça e conserto da que se acha feita adiante da Ponte dos Munsus	Mariana	José Gonçalves Coelho	1 oitava cada braça	1\$200 cada braça
135	200-201v Condições 202v-204v	23/10/1754	Auto de Arrematação do conserto do Aqueduto das águas do Chafariz e fonte desta cidade	Mariana	José Soares Monteiro	790\$000	790\$000
135	201v-202v Condições 202v	06/11/1754	Auto de Arrematação das Calçadas no arraial de cima desta cidade	Mariana	Sebastião Pereira Leite	1/2 oitava e 6 vintens cada braça	1\$320 cada braça

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMATANTE	VALOR	VALOR EM REIS
135	204v-206 Condições 206-206v	06/11/1754	Auto de Arrematação do acrescentamento da Ponte de São José da Barra	Barra Longa	José de Crasto Ribeiro	1275 oitavas	1.530\$000
135	208-209 Condições 209-209v	07/12/1754	Auto de Arrematação das calçadas na ponte da Passagem até o alto de Jacinto Vieira vindo para esta cidade e um pedaço de outra de frente do Palácio Velho do Senhor Bispo na travessa de São Pedro até a Rua Nova de frente das casas do Reverendo Cônego Tesoureiro mor João de Campos Lopes Torres	Passagem	Sebastião Pereira Leite e José Gonçalves Coelho	1 oitava cada braça	1\$200 cada braça
135	215-216 Condições 216v	11/01/1755	Auto de Arrematação das pontes do córrego da Senhora de Santa Ana desta cidade	Mariana	Cosme Fernandes Guimarães	80 oitavas	96\$000
135	219-220 Condições 220-220v	26/02/1755	Auto de Arrematação das duas pinguelas dos córregos da cachoeira desta cidade	Mariana	Mathias da Costa Soares	45 oitavas	54\$000

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMAIANTE	VALOR	VALOR EM REIS
135	222-223 Condições 223-223v	12/03/1755	Auto de Arrematação das calçadas que se hão de fazer na Rua da Olaria desta cidade “da que se acha feita a porta das casas do capitão Antônio da Rocha até o Passo do Senhor Bispo”	Mariana	Bento Marinho de Araujo	3/4 e 4 vintens cada braça	\$830 cada braça
135	223v-224v Condições 224v-225	04/06/1755	Auto de Arrematação do paredão que se há de fazer na Rua da Olaria desta cidade	Mariana	José Gonçalves Coelho	169 oitavas	202\$800
135	225-226 Condições 226-226v	15/10/1755	Auto de Arrematação do conserto do acrescentamento da Ponte de Guarapiranga	Piranga	Antônio Vieira	200\$000	200\$000
135	231-231v/ Condições 232	03/12/1755	Conserto da Ponte do Rito do Piracicaba no caminho para Catas Altas	Catas Altas	Manoel Rodrigues Pinto	100 oitavas	120\$000
220	10v-11v Condições - 11v-12	04/09/1756	Arrematação de duas pontes e uma pinguela nos córregos do Rocha e das cargas e cristas	Mariana	José Rodrigues Anginho	99 oitavas	118\$800
220	13v-14 Condições 16	06/11/1756	Auto de Arrematação da fonte junto da ponte do Seminário e paredão no fundo do beco de Manoel José Pinto	Mariana	Manoel Marinho de Araujo	140 oitavas	168\$000

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMATANTE	VALOR	VALOR EM REIS
220	14-15 Condições 15-15v	13/11/1756	Auto de Arrematação das calçadas desta cidade e seus subúrbios e conserto das que se acham arruinadas	Mariana	Sebastião Pereira Leite	1 oitava cada braça	1\$200 cada braça
220	22v-23v Condições 26	18/06/1757	Auto de Arrematação das calçadas do Arraial da Passagem	Passagem	João Afonso (mestre Pedreiro)	1 oitava e 4 vintens	1\$280 cada braça
220	24-24v Condições 26	23/07/1757	Auto de Arrematação das pontes dos córregos da Passagem e Boucão	Passagem	Manoel da Silva Portela	138 oitavas	165\$600
220	25-25v Condições 27	23/07/1757	Auto de Arrematação da fonte junto a Ponte do Seminário	Mariana	Bento Marinho de Araujo	64 oitavas	76\$800
220	27v-28v Condições 28v-29v	27/07/1757	Auto de Arrematação das Pontes para caminhos de São Sebastião	Bandeirantes	José Rodrigues Anghino	150 oitavas	180\$000
220	30v-31v Condições 31v-32	17/08/1757	Auto de Arrematação das calçadas desta cidade	Mariana	Bento Marinho de Araujo	1/2 oitava e 5 vintens cada braça	5700

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMAIANTE	VALOR	VALOR EM REIS
220	33-34 Condições 34	05/10/1757	Auto de Arrematação da Ponte do Rio Pirapetinga	Pirapetinga	Domingos Francisco de Araujo	55 oitavas	66\$000
220	41-41v Condições 42-42v	22/02/1758	Auto de Arrematação das calçadas que se hão de fazer no terreiro da Sé desta cidade	Mariana	Bento Marinho de Araujo	1 oitava e 1/2 cada braça	1\$800 cada braça
220	42v-43 Condições 43v	22/02/1758	Auto de Arrematação do conserto da água do aqueduto do chatariz e fontes desta cidade	Mariana	João de Caldas Bacelar	40 oitavas	48\$000
220	47-47v Condições 47v-48	28/06/1758	Auto de Arrematação do conserto da Ponte de Bento Rodrigues	Bento Rodrigues	Teodosio Moreira da Cruz (Tenente)	29 oitavas	34\$800
220	49-49v Condições 49v-50	15/07/1758	Auto de Arrematação do conserto das três pontes desta cidade	Mariana	Tomas José de Oliveira	55 oitavas	66\$000
220	50-50v Condições 52	30/08/1758	Auto de Arrematação das calçadas da Passagem e no caminho da mesma	Passagem	João Afonso	1 oitava e 4 vintens a braça	1\$280

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMATANTE	VALOR	VALOR EM REIS
220	51-51v Condições 51v-52	06/09/1758	Auto de Arrematação da ponte da Lavra Velha	Mariana	Manoel Gomes Negreiros	32 oitavas	38\$400
220	53-54 Condições 54	14/10/1758	Auto de Arrematação do concerto que de novo [acresceu] as Pontes de Bento Rodrigues	Bento Rodrigues	Teodosio Moreira da Cruz (Tenente)	20 oitavas	24\$000
220	55-55v Condições 56	04/11/1758	Arrematação dos concertos da Ponte da Passagem e das casas da Olaria que servem de açougues	Passagem	João de Caldas Bacelar	60 oitavas	72\$000
220	56-56v Condições 57-67v	08/11/1758	Auto de Arrematação das calçadas nesta cidade e na Passagem	Mariana e Passagem	João Afonso	1 cruzado de ouro por cada braça	\$400 cada braça
220	57v-58v Condições 58v	29/11/1758	Auto de Arrematação da nova obra da Ponte do Ribeirão das embrajuavas grandes	Piranga	Paschoal Dias Ladeira	98 oitavas	117\$600
220	61-61v Condições 61v-62	24/03/1759	Auto de Arrematação das calçadas do caminho de São Sebastião e Cachoeira desta cidade	Bandeirantes	João de Caldas Bacelar	3/4 e 5 vintens a braça	1\$225

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMAITANTE	VALOR	VALOR EM REIS
220	62-63 Condições 63v	24/03/1759	Auto de Arrematação das calçadas do Caminho de Bento Rodrigues [pelo] Inficionado	Santa Rita Durão	João de Caldas Bacular	1 oitava e 1/4 cada braça	1:500 cada braça
220	63v-64v Condições 64v-65v	25/04/1759	Auto de Arrematação do encanamento das águas e fontes na Rua que sobe da Ponte do córrego de São Gonçalo	Mariana	Antônio Moreira	1000 oitavas	1:200\$000
220	66v-67	12/05/1759	Auto de Arrematação das calçadas da Rua de São Gonçalo	Mariana	Antônio Pereira Gomes	3/4 e 6 vintens a braça	1:5020 cada braça
220	67v-68 Condições 68-68v	12/05/1759	Auto de Arrematação das Calçadas na Passagem acima da mesma e para cá da Passagem	Passagem	João Afonso	1 oitava e 4 vintens a braça	1:280
220	58v-69 Condições 69-69v	12/05/1759	Auto de Arrematação da Ponte do Sedrão "na passagem chamada Botafogo"	Mariana	Manoel Rodrigues Pinto	600\$000	600\$000
220	69v-70v	02/07/1759	Auto de Arrematação da ponte das [embra]juavas pequenas	Mariana	Paschoal Dias Ladeira	64 oitavas	76\$800

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMATANTE	VALOR	VALOR EM REIS
220	71-71v	07/07/1759	Auto de Arrematação das calçadas no princípio do morro do Itacolomi	Mariana	João Afonso	1 oitava 1/2 e 7 vintens cada braça	1\$940 cada braça
220	73v-74 Condições 74	25/08/1759	Auto de Arrematação do concerto da Ponte do Mainart	Mainart	Manoel Rodrigues Pinto	16 oitavas	19\$200
220	74v-75 Condições 77	25/08/1759	Auto de Arrematação do concerto da água do chafariz e fonte	Mariana	João de Caldas Bacelar	64 oitavas	76\$800
220	78-79 Condições 82v-83	12/12/1759	Auto de Arrematação da Ponte de Pirapetinga	Pirapetinga	José Fernandes	125 oitavas	150\$000
220	82-82v Condições 83v	23/02/1760	Auto de Arrematação das calçadas que se ande fazer por cima das casas de Manoel Pedro “na estrada que vem para São Sebastião até a cruz das almas no alto”	Bandeirantes	João de Caldas Bacelar	3/4 e 1 tostão cada braça	1\$000 cada braça

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMAIANTE	VALOR	VALOR EM REIS
220	89v-90 Condições 91v	10/12/1760	Auto de Arrematação do parapeito que se hão de fazer ao subir da Ponte de São Gonçalo na Ponte Nova da Passagem e a porta do [?] Bernardo da Costa	Passagem	Romão de Abreu	150 oitavas	180\$000
220	90v-91 Condições 91v-92	10/12/1760	Auto de Arrematação do paredão que se há de fazer junto a fonte Nova que se faz acima da Ponte do Córrego de São Gonçalo	Mariana	João de Caldas Bacelar	4 oitavas 1 vintem a braça do paredão	4\$820 cada braça
220	98v-99v Condições 100v	11/03/1761	Auto de Arrematação da Ponte do córrego do Pisarrão e conserto da Ponte Grande de São Sebastião	Bandeirantes	Antônio Teixeira	246\$000	246\$000
220	99v-100v Condições 100v	11/03/1761	Auto de Arrematação do conserto da Ponte do Furquim	Furquim	Antônio Teixeira	65\$000	65\$000

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)							
CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMATANTE	VALOR	VALOR EM REIS
220	103v-104v	10/06/1761	Auto de Arrematação do resto que falta na Ponte do Perapetinga	Pirapetinga	João Ferreira Mendes (João havia arrematado a obra, mas faleceu)	70 oitavas	84\$000
220	104-104v Condições 105v	02/07/1761	Auto de Arrematação das calçadas na Boa Vista do Itacolomi no caminho que vem desta cidade [e] Passagem	Cláudio Manoel	João Afonso	1 oitava e 12 vintens a braça	1\$220 cada braça
220	105-105v Condições 105v	02/07/1761	Auto de Arrematação das calçadas que se há de fazer no alto da Rua de São Gonçalo	Mariana	João Afonso	3/4 e 6v a braça	1\$020 cada braça
220	106-106v Condições 106v-107	11/07/1761	Auto de Arrematação do Concerto da Fonte do Rosário Velho desta cidade e do paredão indo para Olaria	Mariana	Bento Marinho de Araujo	50 oitavas	60\$000
220	107-108 Condições 108	19/07/1761	Concerto da ponte Grande dos Munsus desta cidade e pinguela de Mata Cavalos	Mariana	Cosme Fernandes Guimaraes	133 oitavas	157\$200

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMAIANTE	VALOR	VALOR EM REIS
220	108v-109 Condições 109	19/07/1761	Auto de Arrematação do concerto da Ponte do Areão	Mariana	Narciso Ribeiro e João Alves	60 oitavas	72\$000
220	110-110v Condições 110v	22/08/1761	Auto de Arrematação do Concerto da ponte dos Munsus	Mariana	Cosme Fernandes Guimaraes	50 oitavas	60\$000
220	111-111v Condições 111v	05/11/1761	Auto de Arrematação do acrescentamento da Ponte do Pisarrão e [?] São Sebastião	Mariana	Antônio Teixeira dos Santos	15\$000	15\$000
220	113v-114 Condições 114-114v	20/03/1762	Auto de Arrematação do concerto do paredão junto a Ponte do Córrego de São Gonçalo	Mariana	Francisco Alfonso Lages	49 oitavas e 1/2	59\$400
220	117v-118 Condições 118-118v	11/09/1762	Auto de Arrematação do concerto da Ponte do Inficionado "no rio do Piracicava"	Piracicaba	José Rodrigues Durão	415\$000	415\$000
220	120-121 Condições 121	05/03/1763	Auto de Arrematação do acrescentamento da ponte do Bota Fogo	Mariana	Manoel Rodrigues Pinto	64 oitavas	76\$800

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMATANTE	VALOR	VALOR EM REIS
220	122-123 Condições 125	23/03/1763	Auto de Arrematação do caminho e ponte desta cidade para Senhora de Santa Ana	Mariana	João de Caldas Baceelar	870\$000	870\$000
220	124-125 Condições 124v-125	23/03/1763	Auto de Arrematação do concerto da Pinguela de Mata Cavalos e fatura dos Munsus no córrego de canelas	Mariana	Cosme Fernandes Guimarães	73 oitavas	87\$600
220	126v-127v Condições 127v	02/07/1763	Auto de Arrematação do concerto da ponte do Furquim	Furquim	Manoel Rodrigues Pinto	75\$000	75\$000
220	127v-128v Condições 128v-129	17/07/1763	Auto de Arrematação do concerto da ponte de Pedras da Vargea da Passagem	Passagem	João Afonso	51 oitavas	61\$200
220	129-129v	17/09/1763	Auto de Arrematação da Nova Cadeia	Mariana	Valentim de Sá Torres	30 mil cruzados	12.000\$000
220	130-130v Condições 134	17/09/1763	Auto de Arrematação do paredão debaixo das casas da Câmara	Mariana	João Afonso	3 oitavas e 1/2 a braça	4\$200 cada braça
220	130v-131 Condições 134	17/09/1763	Auto de Arrematação das calçadas acima da Ponte do Seminário e da Passagem	Passagem	João Afonso	1 oitava e 4 vintens a braça	1\$280 cada braça

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMAIANTE	VALOR	VALOR EM REIS
220	131v-132 Condições 134v-135	17/09/1763	Auto de Arrematação dos concertos e acréscimos das calçadas no caminho de São Sebastião	Bandeirantes	João de Caldas Bacelar	3/4 e 5 vintens a braça	1\$000 cada braça
220	137v-138v Condições 138v	26/11/1763	Auto de Arrematação do concerto da Ponte da Barra	Barra Longa	João de Caldas Bacelar	59 oitavas 1/4 e 5 vintens	71\$200
377	2-2v Condições 3	05/05/1764	Auto de Arrematação do concerto da Ponte do Belchior	Mariana	Luis Pinto	80\$000	80\$000
377	3-3v Condições 3v-4	06/06/1764	Auto de Arrematação do concerto da Ponte do Mainart	Mainart	Sebastião [Menezes] da Costa	286 oitavas	334\$200
377	6-6v Condições 11v	04/07/1764	Auto de arrematação do paredão da Olaria e Concerto das pinguelas do córrego da Olaria	Mariana	João de Caldas Bacelar	70 oitavas	84\$000
377	6v-7 Condições 10-10v	16/07/1764	Auto de Arrematação do concerto da Ponte de Bento Rodrigues	Bento Rodrigues	Manoel Rodrigues Bacelar	225 oitavas	270\$000
377	7-7v Condições 10v	16/07/1764	Auto de Arrematação do concerto da Ponte dos Munsus	Mariana	Cosme Fernandes Guimaraes	120 oitavas	144\$000

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMATANTE	VALOR	VALOR EM REIS
377	9-10	25/08/1764	Auto de Arrematação do novo conserto e acréscimo da Ponte do Mainarde	Mainart	Sebastião [Menezes] da Costa	140\$000	140\$000
377	20v-21 Condições 21-21v	31/08/1765	Auto de Arrematação do conserto dos paredões junto a Ponte do Seminário e de fontes da casa do defunto Bernardo da Costa	Mariana	Antônio Fernandes Vidas	44 oitavas e 3/4	53\$100
377	27-27 Condições 27v	02/07/1766	Auto de Arrematação do Conserto das Pontes de São Sebastião, Seminário e do Munsus desta cidade	Mariana	Cosme Fernandes Guimarães	35 oitavas	54\$000
377	34v-35 Condições 35-35v	19/07/1767	Auto de Arrematação do conserto do caminho acima da Ponte do Seminário desta cidade e calçada de trás do morro do Itacolomi nos princípios que acham no atalho.	Mariana	João Caldas Bancelar	40 oitavas	48\$000
377	38-38v Condições 40-40v	16/12/1767	Auto de Arrematação do conserto da Ponte Guarapiranga	Piranga	Manoel de São Ferreira Couto	200 oitavas	240\$000

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMAIANTE	VALOR	VALOR EM REIS
377	39-39v Condições 40v-41	16/12/1767	Auto de Arrematação da nova fonte ao pé da ponte do Seminário desta cidade	Mariana	Bento Marinho de Araujo	145\$000	145\$000
377	45-45v Condições 45v-46	20/02/1768	Auto de Arrematação da calçada e concerto da travessa entre as pontes de S. Gonçalo e Munsus	Mariana	Luis da Costa Ataide	40 oitavas	48\$000
377	48v-49 Condições 49-50v	30/04/1768	Auto de Arrematação do concerto das pontes desta cidade dos Munsus, de São Gonçalo, a do Seminário, a de Santa Ana e pinguelas de canelas, Mata Cavalos, paredão ao pé do [dito] Munsus e parapeito no dito [barranco] do caminho	Mariana	José Pereira Arouca	185 oitavas	222\$000
377	53v-54 Condições 54-54v	02/07/1768	Auto de Arrematação do concerto da ponte da Passagem	Passagem	Cosme Fernandes Guimaraes	38 oitavas 3/4 e 4 vintens	46\$580
377	60-60v Condições 60v-61	30/12/1768	Auto de Arrematação da fonte dos Munsus	Mariana	José Pereira Arouca	30 oitavas	36\$000

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMATANTE	VALOR	VALOR EM REIS
377	64-64v Condições 70-70v	01/03/1769	Auto de Arrematação do conserto dos balaustres, das duas pontes desta cidade, cadeia e Casa da Câmara	Mariana	João Alves da Costa	25 oitavas	30\$000
377	54v-65 Condições 69v	15/04/1769	Auto de Arrematação do ponte no córrego de Domingos Velho, conserto da ponte no córrego do Boucão	Mariana	Bento Marinho de Araujo	54 oitavas	64\$800
377	65-65v Condições - 70	15/04/1769	Auto de arrematação do caminho da Olaria e calçada conserto da pinguela do córrego do Lava-pés	Mariana	José Gonçalves Coelho	1/2 oitava e 6 vintens cada braça	\$720 cada braça
377	65v-66	15/04/1769	Auto de Arrematação das calçadas de que se há de [ter] nesta cidade e fora delas	Mariana	José Carvalho [Sezimbra]	1/2 oitava e 6 vintens cada braça	\$720 cada braça
377	67v-68 Condições 68v-69v	15/04/1769	Auto de Arrematação do conserto e mudança da ponte da Piraquitinga	Pirapetinga	João da Fonseca Lopes	110 oitavas	132\$000

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMAIANTE	VALOR	VALOR EM REIS
377	71v-72 Condições 72v	08/11/1769	Auto de Arrematação do concerto da Ponte chamada de Manoel Teixeira Chaves	Gualaxo	João Antunes Ferreira	22 oitavas	26\$400
377	73v-74 Condições 74v-75	31/12/1769	Consertos dos catres, casa da Câmara, aqueduto da água das fontes e chafarizes e calçadas no caminho de Domingos Velho	Mariana	João de Caldas Bacelar	71 oitavas e 1/2 e 6 vintens	85\$920
377	79v-80 Condições 80v-81	28/07/1770	Auto de Arrematação do concerto das duas Pontes do São José da Barra e do Furquim	Barra Longa e Furquim	Domingos Pinheiro Lobo	280 oitavas	336\$000
377	81v-82	10/11/1770	Auto de arrematação das calçadas	Mariana	João Afonso	3/4 cada braça	\$900 cada braça
377	82v-83 Condições 83	26/10/1771	Auto de Arrematação do concerto da Ponte de São Sebastião	Bandeirantes	Cosme Fernandes Guimarães	60 oitavas	72\$000
377	86-86v Condições 86v-87	23/01/1771	Auto de Arrematação do Paredão ponte grande de São Gonçalo e concerto do muro no caminho de Bento Rodrigues "para o Inficionado".	Bento Rodrigues	José Pereira Arouca	37 oitavas	44\$400

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMATANTE	VALOR	VALOR EM REIS
377	87-87v Condições 87v-88v	25/05/1771	Auto de Arrematação da ponte do Bota Fogo ou Areão	Mariana	Luis Pinto dos Santos	400\$000	400\$000
377	88v-89 Condições 89	26/10/1771	Auto de Arrematação do concerto da Ponte de São Sebastião	Bandeirantes	Cosme Fernandes Guimaráes	60 oitavas	72\$000
377	92-92v Condições 92v-93	11/01/1772	Auto de Arrematação das calçadas e paredes que se consertem	Mariana	João Afonso	3/4 cada braça	\$900 cada braça
377	93-93v Condições 94v-95	07/03/1772	Auto de Arrematação da ponte de Nossa Senhora da Conceição de Porto Seguro na passagem chamada [Tapera]	Mariana	Francisco Ferreira de Carvalho	900 oitavas	1:080\$000
	94-94v Condições 95v-96	07/03/1772	Auto de Arrematação dos concertos das duas pontes do Seminário e a do córrego de São Gonçalo	Mariana	Cosme Fernandes Guimaráes	95 oitavas	114\$000
377	96-96v Condições 96v	19/07/1772	Auto de Arrematação das 400 braças de calçadas nos subúrbios do Arraial de Guarapiranga	Piranga	João de Caldas Bacelar	280\$000	280\$000

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMAIANTE	VALOR	VALOR EM REIS
377	98-98v Condições 98v	02/12/1772	Auto de Arrematação Acréscimos e consertos das Pontes do Seminário, São Gonçalo e da Passagem	Mariana e Passagem	Cosme Fernandes Guimarães	128 oitavas e 3/4	154\$500
377	110-110v Condições 111-111v	04/08/1773	Auto de Arrematação dos consertos da Ponte do Rio do Gualaxo do Norte chamada do capitão Manoel Teixeira Chaves	Gualaxo	Joaquim Teixeira Chaves	220 oitavas	264\$000
377	111v-112 Condições 113-114	04/09/1773	Auto de Arrematação da Ponte do córrego da Olaria no caminho de Santa Ana	Mariana	João de Caldas Bacelar	600\$000	600\$000
377	112-112v Condições 116	04/09/1773	Auto de Arrematação do concerto das Pontes dos Munsus e pinguela de Mata Cavalos	Mariana	Cosme Fernandes Guimarães	180 oitavas	216\$000
377	112v-113 Condições 116v	04/09/1773	Auto de Arrematação das duas pinguelas da Olaria e da cachoeira do seus consertos	Mariana	João Afonso	45 oitavas	54\$000
377	114-114v Condições 114v-115	03/10/1773	Auto de Arrematação do concerto da ponte de Guatapuranga	Piranga	Bernardo Barbosa de Carvalho	106 oitavas	127\$200
377	115-115v	03/10/1773	Auto de Arrematação do concerto da Ponte de Munsus e Santa Ana	Mariana	João de Caldas Bacelar	99 oitavas	118\$800

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)							
CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMATANTE	VALOR	VALOR EM REIS
377	116v-117 Condições 117-117v	03/10/1773	Auto de Arrematação do concerto do Arrombamento da Cadeia	Mariana	Cosme Fernandes Guimarães	35 oitavas 1/4 e 3 vintens	42\$360
377	117v-118 Condições 118-118v	03/10/1773	Auto de Arrematação do Concerto da Ponte do Pirapetinga	Pirapetinga	José Coelho da Silva	32 oitavas	38\$400
377	126v-127 Condições 127v	07/04/1774	Auto de Arrematação dos concertos das calçadas de Bento Rodrigues	Bento Rodrigues	Manoel Carvalho de Mesquita	25 oitavas	30\$000
377	135-135v Condições 135v-136	07/08/1775	Auto de arrematação do concerto da Ponte dos Munsus	Mariana	Cosme Fernandes Guimarães	169 oitavas	42\$000
377	136-136v Condições 136v-137v	08/12/1775	Auto de Arrematação das calçadas novas e rebolidos muros e concerto da fonte ao pé da ponte do Seminário, paredes, "parapeitos da Ponte de Santa Ana"	Mariana	Francisco Afonso Lages	55 oitavas 3/4 e 2 vintens	66\$940
377	142-142v Condições 142v-143	12/05/1776	Auto de Arrematação dos concertos das duas pontes do Seminário e do Munsus	Mariana	José Pereira Arouca	34 oitavas	40\$800

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMATANTE	VALOR	VALOR EM REIS
377	146v-147 Condições 147-147v	07/09/1776	Auto de Arrematação do concerto da Ponte de São José da Barra	Barra Longa	José de Castro Ribeiro	200\$000	200\$000
377	147v-148 Condições 148v-149	14/12/1776	Auto de Arrematação do concerto do cano d'água do chafariz e fontes desta cidade	Mariana	José Pereira Arouca	23 oitavas	27\$600
377	149-149v Condições 149v-150	25/12/1776	Auto de Arrematação do concerto da Ponte do Guarapiranga	Piranga	José Pereira Arouca	23 oitavas	27\$600
377	158v-159 Condições 159-159v	21/11/1778	Auto de Arrematação da ponte de Pedra da Passagem	Passagem	José Pereira Arouca	450\$000	450\$000
377	159v-160 Condições 160v	21/11/1778	Auto de Arrematação dos concertos das Pontes desta cidade e de São Sebastião e Pinguelas	Mariana e Bandeirantes	Cosme Fernandes Guimaraes	95 oitavas e 4 vintens	114\$080

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMATANTE	VALOR	VALOR EM REIS
377	163v-164v Condições 164v	17/03/1779	Auto de Arrematação das calçadas e paredes que se acham arruinados	Mariana	João Afonso	50 oitavas paredões - 3/4 de oitava de ouro por cada braça	60\$000 -paredões \$900- cada braça
377	173-173v Condições 174-174v	04/10/1780	Auto de Arrematação das calçadas no Boucão	Mariana	João Afonso	3/4 cada braça	\$900 cada braça
377	178-178v Condições 178v-179	17/02/1781	Auto de Arrematação da Ponte chamada de Antônio Lourenço no Gualaxo do Sul	Mainart	Vicente Antunes Pina	120 oitavas	144\$000
377	179-180 Condições 180-181	28/03/1781	Auto de Arrematação da obra da ponte do Seminário	Mariana	José Pereira Arouca	450\$000	450\$000
377	181-182 Condições 182-183v	04/08/1781	Auto de Arrematação da obra dos paredões e canos do caminho novo do arraial da Passagem	Passagem	José Pereira Arouca	270 oitavas	324\$000
377	184v-185 Condições 185-186	06/06/1782	Auto de Arrematação do conserto da ponte do Mainarte	Mainart	Francisco Ferreira Carvalho	250 oitavas	300\$000

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMAIANTE	VALOR	VALOR EM REIS
377	186-186v Condições 186v-188	02/07/1782	Auto de Arrematação da Ponte da Freguesia de Guarapiranga	Piranga	Francisco Teodosio de [?]	1150 oitavas	1.380\$000
377	188	02/07/1782	Auto de Arrematação do concerto do caminho de São Gonçalo que segue para [Vila Rica]	Mariana	Miguel Alvares de Mesquita	50 oitavas	60\$000
377	189-189v Condições 190-190v	02/07/1782	Auto de Arrematação da ponte do caminho Novo no córrego do Capitão Antônio Luis Brandão e do [gerão] para o Rego d'água do Tenente Coronel Bernardo Vasco Cordeiro no alto da Passagem indo desta cidade para Vila Rica	Passagem	José Pereira Arouca	83 oitavas 1/2	100\$200
377	190v-191	21/08/1782	Auto de Arrematação da Ponte da Piranga a mandiam fazer os senhores do Senado	Piranga	Rodrigo José da Silva (Tenente)	800 oitavas	960\$000
377	191v-192v Condições 192v-198v	23/10/1782	Auto de Arrematação da fatura da nova obra da Cadeia e Casa da Câmara que se determinou fazer no lugar dos quartéis	Mariana	José Pereira Arouca (Alferes)	37 mil cruzados	14.800\$000

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMATANTE	VALOR	VALOR EM REIS
377	198v-199 Condições 199-199v	14/12/1782	Auto de Arrematação dos consertos dos Caminhos que saem desta cidade, pontes e fontes	Mariana	José Pereira Arouca (Alferes)	89 oitavas	106\$800
377	199v-200 Condições 200-201	14/12/1782	Auto de Arrematação do conserto da Ponte Grande de São Sebastião	Bandeirantes	José Pereira Arouca (Alferes)	120 oitavas	144\$000
377	201v-202 Condições 202v-203	11/11/1783	Auto de Arrematação do conserto da Ponte da freguesia de São José da Barra Longa	Barra Longa	José Gomes Pereira (Reverendo)	350 oitavas Observação: 250 oitavas dos moradores e 90 oitavas pelos bens do Senado	110\$400

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMAIANTE	VALOR	VALOR EM REIS
377	203v-204 Condições 204v-205v	15/09/1784	Auto de Arrematação de uma calçada no Caminho da Passagem, rebolimento de outras, um paredão no caminho que vai para São Sebastião acrescentamento da ponte do Boucão, fatura da calçada e o mais necessário no chafariz desta cidade, agoeiro no caminho que vai dessa cidade para Vila Rica e outros mais consertos das calçadas	Passagem, Bandeirantes, Mariana Vila Rica	José Pereira Arouca (Alferes)	Calçadas 3/4 de oitava a braça; calçada rebolida 1/2 oitava por braça; 200\$000 os demais	Calçadas - \$900 a braça; Calçada rebolida - \$600 a braça; 200\$000 os demais
377	209v-210 Condições 210-210v	08/12/1787	Auto de Arrematação do conserto da Ponte de São Sebastião, entrando na mesma arrematação um paredão no Córrego do Seminário no Caminho do mesmo da [parte] da Cidade debaixo de um pontilhão	Bandeirantes e Mariana	José Pereira Arouca (Alferes)	50 oitavas	60\$000
377	210v-211 Condições 211-211v	08/12/1787	Auto de Arrematação do paredão da Ponte de São Gonçalo para o aterro	Mariana	José Pereira Arouca (Alferes)	480 oitavas	576\$000

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMATANTE	VALOR	VALOR EM REIS
377	212-212v Condições 213-213v	28/06/1788	Auto de Arrematação do conserto da Ponte de Santana reboilimento do Pelourinho e do pontilhão ao pé do Rego do Coronel Bernardo Vasco Cordeteiro e do caminho da Chapada	Mariana	José Pereira Arouca (Alferes)	130 oitavas	156\$000
377	214-214v Condições 215-215v	22/04/1789	Auto de Arrematação dos consertos da calçadas e continuação da de São Pedro	Mariana	José Pereira Arouca (Alferes)	3/4 oitavas de nova calçada cada braça; e reboilida 1/2 oitava	\$900 de nova calçada cada braça; e reboilida \$600
377	215v-216 Condições 216	11/06/1789	Auto de Arrematação do conserto da Ponte chamada do Belchior	Mariana	Luis Pinto dos Santos	35 oitavas	42\$000
377	216-216v Condições 217-218	19/06/1789	Auto de Arrematação da Ponte de São Gonçalo de pedra e cal	Mariana	José Pereira Arouca (Alferes)	8 mil cruzados	3.200\$000

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMAIANTE	VALOR	VALOR EM REIS
377	218-218v Condições 219-220	13/10/1789	Auto de Arrematação da Ponte Grande do Arraial da Piranga	Piranga	Diogo Carvalho de Moraes (Capitão)	1200 oitavas	1.440\$000
377	220-220v Condições 221-221v	28/11/1789	Auto de Arrematação de um Paredão junto a Ponte da Passagem, a guarda que faltava na Ponte que vai para Santa Ana e um cano na entrada do Caminho dos Munsus	Passagem	José Pereira Arouca	135 oitavas	162\$000
377	223-223v	19/05/1790	Auto de Arrematação da calçada do Caminho Novo de São Gonçalo rebolida até onde chegarem das pedras da calçada Velha	Mariana	Manoel Fernandes Machado	1 cruzado cada braça	\$400 cada braça
377	223v-224 Condições 224-225	29/05/1790	Auto de Arrematação do conserto da Ponte dos Munsus de pedra e cal	Mariana	Francisco Alvares Quinta	320 oitavas	384\$000
377	225-225v Condições 225v-226	26/06/1790	Auto de Arrematação do conserto da Ponte da Freguesia de Camargos	Camargos	Manoel Tomas Teixeira	104 oitavas	124\$800

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)							
CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMATANTE	VALOR	VALOR EM REIS
377	227-227v Condições 227v-228	20/08/1791	Auto de Arrematação do conserto da Ponte de São José da Barra Longa	Barra Longa	Felis Martinho de Mello	360\$000	360\$000
377	228 Condições 228v-229v	31/12/1791	Auto de Arrematação dos Cortes desta Cidade e calçadas ao pé dos ditos Cortes	Mariana	José Pereira Arouca (Alferes)	433 oitavas; calçadas 3/4 cada braça	519\$600; calçadas \$900 cada braça
377	229v-230	31/12/1791	Auto de Arrematação de todo o massame da Cadeia e Casa da Câmara desta Vila	Mariana	Antônio da Silva e Sousa	200\$000	200\$000
377	237-237v Condições 237v-238	31/08/1793	Auto de Arrematação da fatura da Ponte do Mainart	Mainart	José Pereira Arouca (Alferes)	180 oitavas	216\$000
377	238v Condições 239-239v	13/11/1793	Auto de Arrematação da Fatura do pedaço da parede de pedra na ponte dos Munsus	Mariana	José Pereira Arouca (Alferes)	600 oitavas	720\$000
377	240 Condições 240v-241	04/12/1793	Auto de Arrematação do conserto da Ponte de São Sebastião chamada de São Gonçalo no caminho de São Caetano	Monsenhor Horta	José Pereira Arouca (Alferes)	350 oitavas	420\$000

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMAIA NTE	VALOR	VALOR EM REIS
377	241v Condições 242	27/12/1793	Auto de Arrematação do acréscimo na obra da ponte de São Sebastião chamada de São Gonçalo no caminho de São Caetano	Monsenhor Horta	José Pereira Arouca (Alferes)	350 oitavas	420\$000
377	242v Condições 243	30/12/1793	Auto de Arrematação da fatura da coberta para matadouro dos cortes desta cidade, do cano no largo do chafariz, pia no mesmo, painel com todos os seus preparos e caixão para ornamentos do passo da Cadeia	Mariana	José Pereira Arouca (Alferes)	276 oitavas	331\$200
377	245v	18/06/1794	Auto de Arrematação de todas as calçadas da cidade	Mariana	José Pereira Arouca (Alferes)	Rebolida - 1/2 oitava cada braça Nova- 3/4 cada braça	Rebolida - \$600 cada braça Nova - \$900 cada braça
377	246-246v Condições 246v-247	05/07/1794	Auto de Arrematação do acréscimo da Ponte dos Munsus	Mariana	José Pereira Arouca (Alferes)	390 oitavas	468\$000

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)							
CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMATANTE	VALOR	VALOR EM REIS
377	249-249v Condições 250v-252	20/01/1795	Auto de Arrematação do Rasgão de São Pedro e paredão encostado a calçada que vai desta cidade para a mais chapada, estrada de São Sebastião	Bandeirantes	Francisco Alvares Quinta	130 oitavas	156\$000
377	249v-250v Condições 250v	n/c/07/1795	Auto de Arrematação da mudança e reedificação da Casa de Dona Joana Jacinta Claudia demolida no Largo do Chafariz desta cidade	Mariana	José Francisco Alvares	430\$000	430\$000
377	252-252v Condições 252v-253v	10/07/1795	Auto de Arrematação da fatura da Fonte encostada a parede que divide o quintal de D. Joana Jacinta para o Largo da Praça e demolição do chafariz da praça	Mariana	Francisco Alvares Quinta	100 oitavas	120\$000
377	253v-254 Condições 254-254v	23/05/1795	Auto de Arrematação do rebolimento da calçada da Rua da Olaria aterro	Mariana	Francisco Alvares Quinta	1 oitava cada braça	1\$200 cada braça

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMAIANTE	VALOR	VALOR EM REIS
377	254v-255 Condições 255-255v	10/07/1795	Auto de Arrematação do conserto da calçada do Itacolomi, fonte ao pé da estalagem da Tome Dias, aterro da Praça e calçada de frente do Tenente Barbosa para segurança do dito aterro	Mariana	Francisco Alvares Quinta	116 oitavas e 2 vintens	139\$240
377	257-257v	03/10/1795	Auto de Arrematação do conserto e fatura de um lanço de madeira na Ponte dos Munsus	Mariana	Francisco Fernandes Arouca	42 oitavas 1/4 e 2 vintens	50\$740
377	257v-258 Condições 258-258v	24/10/1795	Auto de Arrematação do conserto da Ponte Grande de São Sebastião	Bandeirantes	Silvestre da Costa / Francisco da Costa	31 oitavas e 1/2	37\$200

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMATANTE	VALOR	VALOR EM REIS
377	258v-259 Condições 259v-260	30/12/1795	Auto de Arrematação do desaterro e calçada seguindo da Capelinha chamada D. Thereza para o lado da Sé a razão de 1 oitava por braça com o dito desaterro /Da nova calçada da esquina das casas de D. Joana Jacinta até a esquina da casa de D. Rita faceando com estas a razão de 1 oitava e 4 vintens / Da cortina da Praça que há de vir continuando do lugar onde acabou a festa no ângulo fronteiro as Casas do Tenente Barbosa a razão de uma oitava por braça / Do rebolimento da calçada da rua dos cortes com sua cortina a razão de 1 cruzado/ [Dep. e] das pedras, que serviam no chafariz demolido pela quantia de 6\$600.	Mariana	Francisco Alvares Quinta	1 oitava por braça para o desaterro; Calçada das casas de D. Jacinta a D. Rita 1 oitava e 4 vintens; calçada e cortina até casa do Tenente Barbosa 1 oitava; rebolimento na rua dos cortes 1 cruzado; pedras que serviam no chafariz no chafariz 6\$600	1\$200 por braça para o desaterro; Calçada das casas de D. Jacinta a D. Rita 1\$280; calçada e cortina até casa do Tenente Barbosa 1\$200; rebolimento na rua dos cortes \$400; pedras que serviam no chafariz 6\$600

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMAIANTE	VALOR	VALOR EM REIS
377	263 Condições 263v-264	06/04/1796	Auto de Arrematação da fatura de um paredão por de trás da Cadeia na passagem chamada o Catete	Mariana	João Miguel Ferreira	369 oitavas	442\$800
377	264-264v Condições 265	06/04/1796	Auto de Arrematação do rebaixo da calçada que segue da porta de Manoel Moreira da Silva até o alto do Tenente Antônio Gonçalves da Mota	Mariana	João Miguel Ferreira	3/4 e 4 vintens	5940
377	265v-266 C - 266- 267	02/05/1796	Auto de arrematação da fatura da Ponte de pedra e cal chamada de São Gonçalo desta cidade	Mariana	João Miguel Ferreira	6 mil cruzados e 199 mil réis	2:599\$000
377	267v-268 Condições 268-268v	02/05/1796	Auto de Arrematação da abertura de duas janelas na Casa da audiência para a parte do Padre Esteves uma cadeira para a dita casa na forma do risco e planta, e uma porta de baixo do arco da escada da entrada de frente da enxovia do meio em duas metades	Mariana	Francisco Machado da Luz	140 oitavas	168\$000

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMATANTE	VALOR	VALOR EM REIS
377	268v-269 Condições 269-269v	27/08/1796	Auto de Arrematação dos consertos da calçada da Rua Nova da confraria até o chafariz de São Pedro, na cadeia Velha e na Ponte do Seminário por cada braça do paredão 3 oitavas e 3/4 e calçada 1 oitava (cada braça)	Mariana	Francisco Alvares Quinta	por cada braça de paredão - 3 oitavas e 3/4 e de calçada - 1 oitava	por cada braça do paredão - 4\$500 e de calçada - 1\$200
377	270 Condições 270v-271	28/12/1796	Consertos da calçadas da estrada, que segue desta cidade pelo Itacolomi	Mariana	Francisco Alvares Quinta	1 oitava e 1/4	1\$500 cada braça
377	273v Condições - 274-274v	02/07/1797	Auto de Arrematação do chafariz, o encanamento d'água para a Fonte que se pretende fazer no Largo dos Munsus	Mariana	João Miguel Ferreira	490 oitavas	588\$000
377	275	30/12/1797	Auto de Arrematação da fatura da Mina de água na forma das condições no caminho Cônego Jacinto Ferreira dos Santos	Mariana	João Alvares Valente	187 oitavas e 1/2 e 2 vintens	225\$040

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMAIANTE	VALOR	VALOR EM REIS
377	277v	31/12/1797	Auto de Arrematação dos bueiros, sangradouros e calçadas no Caminho Novo da Passagem na estrada que vai para Vila Rica	Passagem	Manoel Fernandes Machado	101 oitavas e 1/2	121\$800
377	279-279v Condições 279v-280	28/02/1798	Auto de Arrematação da Ponte Grande de São Sebastião	Bandeirantes	João Gomes Pereira (guarda-mor)	245 oitavas	294\$000
377	280v-282 Condições 282-282v	20/10/1798	Auto de Arrematação do conserto da Ponte dos Mainarde do paredão no Caminho de São Gonçalo e a calçada, e consertos das calçadas do Caminho da Passagem, Rua Nova, Boucão, Domingos Velho, Chapada, Munsus e Santa Ana ao pé [do Padre] fazendo a nova o que precisar e rebolindo a Velha e um cano no Caminho Novo da Passagem conserto e conservação do Cano real, fontes e todos os mais consertos que se precisarem	Mariana e Passagem	Francisco Fernandes Arouca	474 oitavas	568\$800

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMATANTE	VALOR	VALOR EM REIS
377	281v-282 Condições 282-282v	31/10/1798	Auto de Arrematação da fatura da ponte do Vamos-Vamos conserto do caminho e calçada necessária na Rua dos Munsus entre as casas de Thomas da Roxa e as de Paulo Queirós	Mariana	João Miguel Ferreira	206 oitavas 1/2 e 2 vintens	247\$840
377	283 Condições 283v-284	14/11/1798	Auto de Arrematação da fatura da Ponte de Miguel Rodrigues Freguesia do Sumidouro	Padre Viegas	Francisco Fernandes Arouca	780\$000	780\$000
210	1-2 Condições 2-2v	29/12/1798	Auto de Arrematação de uma calçada na ponte dos munsus, duas lajes e duas bicas, conserto da mesma ponte e um aterro no Caminho de São Gonçalo, uma calçada para ter mão nas terras, na Passagem um cano, um paredão na Ponte da Passagem, uma calçada nova e consertos das calçadas velhas da Passagem	Mariana e Passagem	Francisco Fernandes Arouca	77 oitavas	92\$400

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMAIANTE	VALOR	VALOR EM REIS
210	4-4v Condições 4v-5v	22/06/1799	Fatura da ponte da freguesia do Inficionado para o Arraial de Catas Altas de Mato Dentro	Santa Rita Durão e Catas Altas do Mato Dentro	António Correa [Burgos] (Capitão)	600\$000	600\$000
210	5v-6 Condições 6v	18/09/1799	Fatura e Conserto da Ponte de Camargos para Bento Rodrigues	Camargos e Bento Rodrigues	Inácio Pereira Monteiro	190 oitavas	228\$000
210	7-7v	18/12/1799	Auto de Arrematação do conserto da Fonte do Rosário Velho e da Fonte da Praça e das calçadas da ladeira de São Gonçalo, da Rua da Olaria.	Mariana	João Miguel Ferreira	Conserto das fontes - 22 oitavas; Calçada de São Gonçalo - 1 oitava e 1/4; calçada da Rua da Olaria a 1 oitava	Conserto das fontes - 26\$400; Calçada de São Gonçalo - 1\$500; calçada da Rua da Olaria - 1\$500

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMATANTE	VALOR	VALOR EM REIS
210	9v-10v Condições 10v-11	15/03/1800	Auto de Arrematação do concerto do cano d'água que vem para a Fonte do Rosário Novo	Mariana	João Miguel Ferreira	52 oitavas	62\$400
210	12-12v	29/12/1800	Auto de Arrematação da calçada nova na paragem chamada o Lava Pés estrada do Itacolomi	Mariana	Francisco Alvares Quinta	3/4 a braça	\$900 cada braça
210	12v-13	29/12/1800	Auto de Arrematação do Concerto do cano das águas dos chafarizes, da Ponte do Munsus e da Calçada à porta da Casa da Câmara e Cadete	Mariana	João Miguel Ferreira	20 oitavas 3/4 e 2 vintens - concertos 1 oitava e 4 vintens - calçada cada braça	24\$940 - concertos; 1\$280 - calçada cada braça

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMAITANTE	VALOR	VALOR EM REIS
210	13-13v Condições 14	30/12/1800	Auto de Arrematação do aterro, paredes e calçada necessária na travessa que vai ter a praia junto as Casas de Domingos José de Miranda	Mariana	Francisco Fernandes Arouca (Alferes)	56 oitavas	67\$200
210	14 Condições 14-14v	31/12/1800	Auto de Arrematação dos estrado grande e pequeno para casa de Câmara e coberta para a mesa maior da mesma casa de Câmara	Mariana	Francisco Machado da Luz (Tenente)	37 oitavas	44\$400
210	17-17v Condições 17v-18	21/03/1801	Auto de Arrematação da fatura do Curral Publico do Gado	Mariana	Francisco Alvares Quinta	100 oitavas	120\$000
210	18-18v Condições - 19	08/08/1801	Auto de Arrematação do rebolimento da calçada da Rua da Sé desde a porta de José Mendes até adiante da porta do Capitão Manoel Barbosa e conserto das calçadas da Chapada até a ponte Grande de São Sebastião	Bandeirantes	João Miguel Ferreira	1/2 oitava e 7 vintens a braça	\$740 a braça

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMATANTE	VALOR	VALOR EM REIS
210	19v Condições 20-20v	15/11/1801	Arrematação da mudança do chafariz que se acha na ladeira que segue para São Gonçalo para o Largo da Praça	Mariana	João Miguel Ferreira	70 oitavas	84\$000
210	20v-21 Condições 21-21v	31/12/1801	Auto de Arrematação da obra do encanamento das águas dos chafarizes públicos desta cidade	Mariana	Domingos Ferreira da Costa	445 oitavas	534\$000
210	24v-25 Condições 25v-26	10/10/1802	Auto de Arrematação do rebolimento da calçada da Rua da Olaria que começa da porta do capitão Manoel de Jesus; a mudança do encanamento da água da Cadeia e desaterro da Rua Nova	Mariana	Francisco Alvares Quinta (Alferes)	170 oitavas e 2 vintens	204\$040
210	26-26v Condições 27	27/10/1802	Auto de Arrematação do conserto da Ponte do Munsus	Mariana	José Vieira Lopes	108 oitavas	129\$600
210	27v Condições 28	17/11/1802	Auto de Arrematação do conserto da ponte de Camargos para Bento Rodrigues	Camargos e Bento Rodrigues	Francisco Gonçalves da Cunha	245 oitavas	294\$000

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMAIANTE	VALOR	VALOR EM REIS
210	28v Condições 29	23/12/1802	Auto de Arrematação do concerto da Estrada junto ao Palácio do Senhor bispo [despedindo] para o Lavapés, um paredão no caminho da Chapada	Mariana	Domingo Ferreira da Costa	36 oitavas	43\$200
210	29v Condições 30	23/12/1802	Auto de arrematação da fatura do Chafariz na Rua dos Cortes	Mariana	Francisco Machado da Luz	75 oitavas	90\$000
210	32v-33 Condições - 33-34	23/07/1803	Auto de Arrematação da Fonte do Seminário desta Cidade	Mariana	Fernando José da Fonseca	25 oitavas	30\$000
210	34-34v Condições 34v	23/09/1803	Auto de Arrematação de uma calçada e encanamento para se fazer no caminho do Bananal Grande	Mariana	Fernando José da Fonseca	1 oitava e 6 vintens a braça	1\$320 cada braça
210	40-40v Condições - 40v-41	14/04/1804	Arrematação da obra do rego d'água que pretende tirar das cabeceiras do Itacolomi peça chácara chamada da [Broeira]	Mariana	Domingos Ferreira da Costa	149 oitavas	178\$800
210	41v-42 Condições 42-42v	07/07/1804	Fatura da ponte do Córrego denominado Lava Pés	Mariana	Domingos Ferreira da Costa	110 oitavas	132\$000

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMATANTE	VALOR	VALOR EM REIS
210	46v-47 Condições 47-47v	02/03/1805	Arrematação do Novo encanamento de Pedra para a água que vem para esta cidade	Mariana	João Miguel Ferreira (Alferes)	2\$400 cada braça	2\$400 cada braça
210	48-48v Condições 48v-49	23/03/1805	Auto de Arrematação do concerto da Ponte dos Embrajuavas "pequenas"	Mariana	José Barroso Pereira	12 oitavas e 4 vintens	14\$480
210	49-50 Condições - 50-51	07/08/1805	Auto de Arrematação da fatura da Ponte do córrego denominado o Lava Pês	Mariana	Fernando José da Fonseca	180 oitavas	216\$000
210	55v-56 Condições 56	07/06/1806	Fazer o dito concerto "paredão que se acha catido adiante da Ponte de Santa Ana da [Chácara] dos herdeiros de Paulo Rodrigues Ferreira"	Mariana	Francisco Alvares Quinta (Alferes)	115 oitavas	138\$000
210	56v Condições 57	10/10/1806	Auto de Arrematação do concerto do Paredão entre a Ponte que vai para a Capela de Santa Ana desta cidade e as casas de Domingos Ribeiro Bastos	Mariana	Francisco Alvares Quinta (Alferes)	60 oitavas	72\$000

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMATANTE	VALOR	VALOR EM REIS
210	51-51v Condições 52-52v	14/08/1805	Auto de Arrematação do conserto da ruína da Ponte de Santa Ana e calçadas da mesma rua	Mariana	Francisco Alvares Quinta (Alferes)	Conserto- 64 oitava; Calçadas - 3/4 a braça	Conserto - 76\$800 Calçadas - \$900
210	61-61v Condições 62-63	31/12/1807	Auto de Arrematação da Ponte do Seminário	Mariana	Joaquim José de Sousa (Alferes)	695\$000	695\$000
210	66v-67 Condições 67v-70	23/05/1808	Auto de Arrematação da Ponte Nova na freguesia do Furquim	Furquim	Miguel Martins Chaves (Sargento Mor)	249\$750	249\$750
210	71v-72 Condições 72v	16/07/1810	Auto de Arrematação da ponte Nova de Camargos para Bento Rodrigues	Camargos e Bento Rodrigues	Luis José de Freitas Maciel	90\$000	90\$000
210	73-73v	14/02/1811	Auto de Arrematação do conserto das calçadas, conserto da estrada do Itacolomi	Mariana	Felipe José de Oliveira (Mestre Pedreiro)	160\$050	160\$050

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMATANTE	VALOR	VALOR EM REIS
210	75-75v	24/04/1811	Auto de Arrematação das calçadas da porta do defunto Pinheiro na Chapada até a Pinguela Grande 1 oitava a braça e os paredões a 3 oitavas a braça	Mariana	Francisco Machado da Luz	1 oitava braça da calçada; 3 oitavas cada braça do paredão	1\$200 cada braça da calçada; 3\$600 cada braça do paredão
210	77v	29/12/1812	Arrematação da calçada da Rua do Palácio e limpeza do cano e calçada que segue do [esgueiro] do Palácio até o princípio da Rua da Olaria	Mariana	João Miguel Ferreira (Pedreiro)	114\$000	114\$000
210	78-78v	29/12/1812	Arrematação da ponte dos Munsus, Seminário com seu paredão e calçadas respectiva a estrada de São Sebastião	Bandeirantes	Antônio Gonçalves Domingues	210 oitavas e 14 vintens	252\$280
210	82-82v	17/07/1814	Arrematação da fatura da calçada da Ponte do Seminário	Mariana	João Miguel Ferreira (Quartel Mestre)	54\$000	54\$000

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMAIANTE	VALOR	VALOR EM REIS
210	82v-83	17/07/1814	Auto de Arrematação da repartição das águas dos chafarizes desta cidade	Mariana	João Miguel Ferreira (Quartel Mestre)	6\$000	6\$000
210	83-83v	17/07/1814	Auto de Arrematação dos consertos da calçada do Boucão até o arraial da Passagem	Passagem	João Miguel Ferreira (Quartel Mestre)	17\$400	17\$400
210	83v-84 Condições - 84v	10/12/1814	Auto de Arrematação da fatura da ponte dos Munsus	Mariana	Joaquim José de Sousa (Alferes)	231\$097	231\$097
210	84v-85	14/12/1814	Auto de arrematação da fatura de novo ou consertos que de novo feitos da ponte de Lages na estrada que vai desta cidade para Vila Rica no córrego denominado da Olaria antes de chegar no Arraial da Passagem	Passagem	João Miguel Ferreira (Quartel Mestre)	32\$812 e 1/2	33\$412

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)							
CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMATANTE	VALOR	VALOR EM REIS
210	87-87v	18/12/1816	Auto de Arrematação do Concerto da Ponte do Matnarde	Matnar	Francisco Machado da Luz (Capitão)	80\$000	80\$000
210	88-88v	31/12/1816	Auto de Arrematação das obras dos concertos das ruas do Rosário novo e a que vai que desse para o Munsus e outros lugares desta cidade e aonde fosse preciso e do encanamento das águas públicas	Mariana	João Miguel Ferreira (Quartel Mestre)	152\$550	152\$550

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMAIA NTE	VALOR	VALOR EM REIS
210	91v-92v	30/03/1818	Arrematação da Ponte Nova da freguesia do Furquim e Ponte do Maimarde freguesia do Sumidouro deste Termo	Furquim e Maimart	Ponte Nova do Furquim - António Gonçalves Domingues (Capitão) Ponte do Maimarde - João Miguel Ferreira (Quartel-Mestre) «Atalhar a grande Serra do Itacolomi fazer uma nova estrada no lugar denominado Macaco» - Francisco Machado da Luz (Capitão)	Ponte Nova - 1:200\$000 Maimarde - 1:200\$00 «Atalhar a grande Serra do Itacolomi fazer uma nova estrada no lugar denominado Macaco» - 1:600\$000	Ponte Nova - 1:200\$000 Maimarde - 1:200\$00 «Atalhar a grande Serra do Itacolomi fazer uma nova estrada no lugar denominado Macaco» - 1:600\$000

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMATANTE	VALOR	VALOR EM REIS
210	97v-98 Condições 98-99	16/12/1820	Arrematação da Ponte Nova da Freguesia do Furquim	Furquim	Francisco Machado da Luz (Capitão)	4 mil cruzados	1:600\$000
210	102v-103	22/01/1822	Auto de Arrematação da tapagem da Chácara do Tenente Antônio [Curro] Cabral e Câmara.	Mariana	Eduardo Ferreira de Mesquita	40\$000	40\$000
210	110-110v Condições - 111-111v	15/08/1825	Arrematação da Ponte dos Munsus desta cidade sendo de madeira	Mariana	Joaquim José de Sousa (Alferes)	1:600\$000	1:600\$000
210	122-122v Condições 122v-123v	03/07/1830	Auto de Arrematação da Ponte do Rio Piracicaba na Estrada de Mato Dentro que intermedia o arraial do Inficionado e Catas Altas	Piracicaba	Quintiliano da Silva Braga	330\$000	330\$000
210	125-125v	28/06/1831	Auto de Arrematação da Ponte de Lavras Velhas	Mariana	Joaquim José Alves	250\$000	250\$000
210	126-126v	06/07/1832	Auto de Arrematação da Ponte do Mainarde	Mainart	Teotônio de Sousa Guerra Araújo Godinho	1:599\$000	1:599\$000

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMAIANTE	VALOR	VALOR EM REIS
210	126v-127	07/07/1832	Ponte do Rio de Peixe em São Sebastião	Bandeirantes	Bartolomeu de Magalhães Queirós	227\$000	227\$000
210	128v-129v Condições 129v-130v	27/07/1833	Auto de Arrematação do Regão da Ponte dos Munsus	Mariana	Francisco Machado da Luz (Capitão)	460\$000	460\$000
210	130v-131	09/10/1833	Conserto da Ponte denominada do rio Piracicava do Pinheiro Freguesia do Inficionado	Santa Rita Durão	Francisco Dias Severino	99\$700	99\$700
210	131v-132 Condições 132-132v	12/10/1833	Arrematação do encanamento d'agua pública do Boucão para o chafariz de São Pedro	Mariana	João Miguel Ferreira (Capitão)	5\$000 cada braça	5\$000 cada braça

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)							
CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMATANTE	VALOR	VALOR EM REIS
162	27-28	06/04/1805	Termo de obrigação que fazem os carreiros desta cidade e seus subúrbios de consertarem as calçadas na forma abaixo	Mariana	Francisco Esteves de Magalhães, Custodio de Sousa Monteiro, Antônio Fernandes de Carvalho, Manoel Gonçalves de Sousa, João Miguel Ferreira, Fernando José da Fonseca	n/c	n/c
162	30v	02/05/1805	Termo de obrigação - reedificar e conservar o muro que mandou fazer a Câmara desta cidade na Ponte de Santa Ana adiante dela sobre a qual está edificada uma morada de casa que possui Domingos Ribeiro Bastos	Mariana	Domingos Ribeiro Bastos	n/c	n/c

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMAIANTE	VALOR	VALOR EM REIS
162	40v	18/12/1806	Conservação da fonte que a sua custa fez ao pé da Rua Nova de São Pedro e fim da Rua das Mercês	Mariana	Leonardo José Vilela	n/c	n/c
162	51	03/07/1807	Emenda da Ponte denominada o Lava Pés	Mariana	José da Fonseca	n/c	n/c
162	52-52v	26/06/1808	Requerimento de um anel de água da que corre no chafariz do Altos dos Munsus	Mariana	Lucio Bernardino dos Reis (Alferes)	n/c	n/c
162	52v	29/10/1808	Requerimento do Reverendo Cônego de meio anel de água do Chafariz do Rosário Novo para uso e serventia das casas que o mesmo tem na mesma Rua do Rosário	Mariana	Reverendo Manoel [Acurcio Nonam] Pereira	4 oitavas de ouro	4\$800
162	53	30/12/1808	Termo de desistência da arrematação da Ponte do Seminário	Mariana	Joaquim José de Sousa (Alferes)	n/c	n/c
162	67v-68	30/03/1818	Termo de fiança a arrematação da Ponte do Mainarde	Mariana	Francisco Machado da Luz (Capitão)	n/c	n/c

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)							
CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMATANTE	VALOR	VALOR EM REIS
162	72v	05/02/1820	Termo de obrigação que faz o Alferes Firminiano da Silva Sousa sobre fazer uma pia no encanamento real para dela tirar água digo tirar uma pena d'água para servidão particular tudo a sua custa e contribuir para as despesas do encanamento público e o mais que abaixo se declara.	Mariana	Firminiano da Silva Sousa (Alferes).	n/c	n/c
162	78v	14/12/1822	Requerimento de uma pena da água para sua casa tirada do encanamento da água que vai para o Chafariz dos Munsus	Mariana	Domingos António de Mesquita (Tenente)	6\$000	6\$000
162	83	15/03/1824	Termo que faz Maria Francisca da Conceição sobre uma pena d'água tirada do encanamento da água que vai para o Chafariz dos Munsus	Mariana	Maria Francisca da Conceição	6\$400	6\$400

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMAIANTE	VALOR	VALOR EM REIS
162	83	15/03/1824	Termo que faz Josefa Maria de Oliveira Guimarães da Conceição da Água tirada do encanamento do Chafariz para suas casas citas na rua que vai para o Rosário Novo	Mariana	Josefa Maria de Oliveira Guimarães	6\$400	6\$400
162	84	15/08/1825	Termo de fiança Arrematação da Ponte dos Munsus	Mariana	Joaquim José de Sousa (Alferes)	n/c	n/c
162	90v-91	03/07/1830	Fiança a Arrematação da Ponte do Piracicaba	Piracicaba	Quintiliano da Silva Braga	n/c	n/c
162	92v	28/01/1830	Fiança a Arrematação da Ponte das Lavras Velhas	Mariana	Joaquim José Alves	n/c	n/c
162	94-94v	17/07/1833	Fiança a arrematação da Ponte do Mainarde	Mariana	Manoel de Jesus Hortenciano Xavier	n/c	n/c
162	94v	27/07/1833	Fiança a Arrematação do pregão da Ponte dos Munsus	Mariana	Francisco Machado da Luz (Capitão)	n/c	n/c

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)							
CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMATANTE	VALOR	VALOR EM REIS
162	95	14/09/1833	Termo de responsabilidade rompimento da mina e o esgoto que pretende fazer no Córrego do Seminário	Mariana	Francisco Ignácio José de Sousa Ferreira	n/c	n/c
162	95v	09/10/1833	Fiança a arrematação do Conserto da Ponte do Rio Pericicava do Inficionado	Santa Rita Durão	Francisco Dias Severino	n/c	n/c
162	97v-98	04/03/1834	Fiança a arrematação do encanamento das Águas Publicas	Mariana	João Miguel Ferreira	100\$000	100\$000
162	106	15/7/1840	Termo de fiança a arrematação da Ponte da Barra Longa	Mariana	Manoel Ferreira Gomes	n/c	n/c
162	122-123	30/08/1847	Termo de contrato para a edificação da Ponte de Miguel Rodrigues	Padre Viegas	[Ildefonso] Tito de Lima	1.000\$000	1.000\$000
162	123-124	14/09/1847	Termo de Novo Contrato para a edificação da Ponte de Miguel Rodrigues	Padre Viegas	[Ildefonso] Tito de Lima	2.500\$000	2.500\$000
162	134-134v	15/05/1852	Requerimento para transferência da água que corre nas Casas da finada Maria Garcia	Mariana	Antônio Lopes da Costa	10\$000	10\$000

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMAIANTE	VALOR	VALOR EM REIS
162	139v-141v	11/07/1853	Termo de contrato e arrematação aos concertos da ponte sobre o Rio Piranga no Arraial da Ponte Nova	Ponte Nova	José Vieira de Sousa Rabelo	2:595\$000	2:595\$000
162	142-144	30/01/1854	Termo de contrato e arrematação da construção da Ponte do Gama na Estrada de Mariana a Paulo Moreira, e Saúde	Alvinópolis	Pio José de Sousa (Tenente)	2:000\$000	2:000\$000
162	149 Condições 149-149v	17/04/1856	Termo de contrato para a construção da Ponte de madeira do Arraial da Saúde sobre o Rio Peixe	Dom Silvério	Antônio Joaquim de Barcelos	400\$000	400\$000
162	150-150v	25/07/1856	Termo de contrato com D. Rosa Angélica de Lima, e seu fiador o Coronel Luciano de Sousa Guerra sobre a ponte do Mainarde - O filho da Dona Rosa (Tenente Teotônio de Sousa Guerra) faleceu não concluindo a ponte sobre o Rio Mainarde, a qual ela se obriga a concluir	Mainart	Dona Rosa Angélica de Lima	n/c	n/c
162	153-156	21/04/1857	Contrato para conclusão do encanamento das águas públicas	Mariana	Antônio Buselim	1:499\$192	1:499\$192

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)							
CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMATANTE	VALOR	VALOR EM REIS
162	157-158	24/04/1858	Termo de contrato Consertos da Cadeia	Mariana	Joaquim Pereira Bernardino	1:482\$140	1:482\$140
			Termo de Contrato para os consertos da Estrada que desta Cidade segue para a Vila de Piranga	Piranga	Inocência Lopes da Costa, Tomas José Alves Torres, Francisco Luz da Costa, José Maria Fernando Vale	n/c	n/c
162	160-161	16/10/1858	Termo de Contrato Consertos na Ponte do Gama	Mariana	Lucas Martins Barbosa	429\$000	429\$000
162	161v-164v	16/09/1859	Termo de Arrematação da Construção da Ponte sobre o Ribeirão do Carmo no lugar denominado [Crasto] na Freguesia da Barra Longa	Crasto, povoado do distrito de Furquim	Caetano Camilo de Almeida Gomes	4:593\$000	4:593\$000
162	172v-174	16/11/1861	Termo de fiança para a conservação dos consertos da Ponte sobre o Rio Piracicava no Arraial do Inficionado	Santa Rita Durão	Joaquim Pereira Bernardino	n/c	n/c

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)

CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMAIANTE	VALOR	VALOR EM REIS
162	168v-171	06/08/1861	Termo de Contrato dos Consertos da ponte sobre o rio Piracicava no arraial do Inficionado	Santa Rita Durão	Modesto London Starling	1.583\$000	1.583\$000
162	174-178v	30/08/1862	Construção da Ponte sobre o Rio Carmo [Gualaxo] no lugar denominado Jurumirim na freguesia da Barra Longa	Barra Longa	Antônio [Felicissimo] Gomes	4:179\$000	4:179\$000
162	179v-182	31/12/1862	Termo de contrato para fazer os consertos da estrada que de Bento Rodrigues se dirige ao Inficionado	Bento Rodrigues e Santa Rita Durão	Marciano Severo Gomes de Aguiar	999\$950	999\$950
162	182v-184	05/11/1862	Termo de contrato para fazer os consertos da estrada entre o arraial de São Caetano e São Sebastião	Bandeirantes e Monsenhor Horta	Antônio Raimundo de Sousa Mendes	223\$660	223\$660
162	184v-185v	15/11/1862	Termo de contrato para a fatura dos consertos de que necessita a estrada que de São Caetano se dirige ao Furquim	Monsenhor Horta e Furquim	Vicente de Paula Lopes	799\$000	799\$000

ÍNDICE DE OBRAS PÚBLICAS DE MARIANA (1715-1863)							
CÓDICE	FOLHAS	DATA	TIPO DE OBRA E LOCALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	ARREMATANTE	VALOR	VALOR EM REIS
162	186-187	15/11/1862	Termo de contrato para a fatura dos concertos de que necessita a estrada que de São Sebastião se dirige a São Caetano	Bandeirantes e Monsenhor Horta	Antônio Raimundo de Sousa Mendes	223\$660	223\$660
162	187-188v	15/11/1862	Termo de contrato para a fatura dos concertos de que necessita a estrada que de São Caetano se dirige ao Furquim	Furquim	Vicente de Paula Lopes	799\$000	799\$000
162	189-190v	16/11/1862	Termo de contrato para fatura dos concertos de que necessita a estrada entre o arraial de São Sebastião se dirige a São Caetano	Bandeirantes e Monsenhor Horta	Antônio Raimundo de Sousa Mendes	223\$660	223\$660
162	191v-193	29/05/1863	Termo de contrato para fazer os concertos de que necessita a estrada que desta Cidade se dirige ao Arraial de São Sebastião	Bandeirantes	Torquato José de Oliveira Morais	1:169\$900	1:169\$900

CRÉDITOS

FOTOS

APM (Arquivo Público Mineiro)
Notação: MM170(01) / Coleção: Municípios Mineiros
Autor: Ferber / Local: Mariana (MG)
Data: Sem Data / Cor: Preto e Branco
Dimensão: 16,9 x 22,9 cm
Notas: Foto Inserida no Dossiê: (Vistas de Mariana)

MAPAS

“Plata da cidade de Mariana” (meados séc. XVIII). Fonte: Inventário Monumenta de Ouro Preto e Mariana. FMG/IPHAN e REIS, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*. Editora: EDUSP, 2001.

Detalhe da Vila de Nossa Senhora do Monte do Carmo reproduzido no MAPA DAS MINAS DO OURO E S. PAULO E COSTA DO MAR QUE LHE PERTENCE - ca. 1720 publicado em COSTA, Antônio Gilberto et alii. *Cartografia das Minas Gerais: da capitania à província*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ILUSTRAÇÃO

Desenho do pelourinho de Mariana feito “de acordo com o auto de arrematação de 1750 e conforme as partes ainda existentes [...]” publicado em VASCONCELOS, Salomão. *Breviário Histórico e Turístico da Cidade de Mariana*. Belo Horizonte: Biblioteca Mineira de Cultura, 1947, p.31.

Esta obra foi impressa pela Imprensa Universitária da Universidade Federal de Ouro Preto,
composta na fonte *Pill Gothic e ITC Berkeley*,
em papel 100% reciclado, capa 380 g/m³ e miolo 90 g/m²,
em agosto de 2016

verdadeiros “mundos de pedra”, como a Casa de Câmara e Cadeia e os chafarizes que se espalham pela cidade. Aspectos das técnicas ali empregadas também são postos em relevo, toda a arte que envolveu o trabalho em pedra talhada e esquadrihada para a construção arquitetônica.

Esta obra apresenta as técnicas, as obras e as trajetórias dos indivíduos que viviam da construção no espaço urbano aurífero. Como nos lembra Mestre Juca, é preciso conhecer melhor quem eram “esses antigos” e o legado que nos impressiona pelo apuro e singularidade, visíveis nas ruas de Mariana. Por fim, são apresentados dois índices produzidos a partir da documentação do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana - o Índice de obras públicas de Mariana (1715-1863) e o Índice das cartas de exame de ofício (1737-1806) - com a finalidade de incentivar novos estudos e instigar novas questões historiográficas acerca do espaço urbano colonial de Mariana e seus construtores.

Este livro nos conduz à Mariana do século XVIII, por meio do estudo sobre os monumentos construídos com a técnica largamente conhecida na região como Cantaria. Entre discussões historiográficas instigantes sobre a conformação do espaço da cidade, nos deparamos com abordagens inéditas sobre os múltiplos signos e funções que cada construção revela, assim como os interesses políticos e econômicos por detrás de cada um desses edifícios.

Foram também investigados homens muito habilidosos, os trabalhadores coloniais – indivíduos com apurado saber tecnológico que elaboraram plantas, coordenaram grandes equipes de oficiais mecânicos, adaptaram suas técnicas às condições locais e trouxeram a luz o grande patrimônio arquitetônico de Mariana. As pesquisas historiográficas aqui apresentadas revelam como estes personagens articularam o ofício mecânico às escolhas e redes de sociabilidade em busca da ascensão econômica e social.

Esta obra é um convite do Grupo *Pesquisa, educação e restauração da Cantaria em Ouro Preto* (que completa quinze anos de existência) à reflexão sobre a herança cultural e o patrimônio histórico e arquitetônico da Cantaria em Minas Gerais.



UFOP

Universidade Federal
de Ouro Preto



PROE
Pró-reitoria de Extensão
Universidade Federal de Ouro Preto

